

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2006

Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Direitos Humanos no Brasil 2006

Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Organização: Evanize Sydow e Maria Luisa Mendonça

Fotos: João Roberto Ripper

Projeto Gráfico e Diagramação: Carlos Vasconcelos Pitombo

Assessoria Administrativa: Marta Soares, Sidnéia Soares e Magali Godói

Colaboração e Fontes de Pesquisa

Ação Educativa

Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Público Estadual de São Paulo)

Associação Brasileira de Reforma Agrária

Associação Movimento Paulo Jackson Ética, Justiça, Cidadania

Campanha Jubileu Sul

Cáritas Brasileira

Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Criola

Grito dos Excluídos Continental

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social

Jornal Brasil de Fato

Movimento das Mulheres Camponesas

Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB)

Movimento dos Pequenos agricultores

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Movimento Humanos Direitos (MHuD)

Ouidoria da Polícia do Estado de São Paulo

Pastoral Operária Metropolitana – SP
Rede Jubileu Sul
Serviço Pastoral dos Migrantes
UECE (Universidade Estadual do Ceará)
UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos auditores fiscais da Receita
Federal
UNESP (Universidade Estadual Paulista)
Via Campesina Brasil

Apoio: Fundação Heinrich Böll, Embaixada da Suíça, Sigrid Rausing Trust

Conselho Deliberativo

João Roberto Ripper
Lúcia Maria Xavier de Castro
Ricardo Rezende Figueira
Ricardo Gebrim
Sandra Praxedes

Conselho Consultivo

Antonio Eleilson Leite
Frei João Xerri
Jelson Oliveira
José Juliano de Carvalho Filho
Letícia Sabatella
Lília Azevedo
Luiz Bassegio
Sueli Bellato
Suzana Angélica Paim Figueiredo

Conselho Fiscal

Guilherme Amorim
Rubens Naves
Sérgio Haddad

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Rua Castro Alves, 945, Aclimação, São Paulo, SP, Cep: 01532-001
Tel (11) 3271-1237 / Fax (11) 3271-4878
Email: redesocial.org.br - www.social.org.br

ÍNDICE

Prefácio

Dom Pedro Casaldáliga 013

Introdução 015

Capítulo I DIREITOS HUMANOS NO MEIO RURAL

Violência X ações dos movimentos sociais do campo
Antônio Canuto 023

Massacre de Eldorado dos Carajás completa 10 anos e movimentos lutam
contra a impunidade
Evaníze Sydow 031

Profecias não modificam o futuro
Aton Fon Filho 033

Política Agrária no Governo Lula: esvaziamento da Reforma Agrária
José Juliano de Carvalho Filho 037

Balanco das medidas do Governo Lula (2002-2006) em relação à agricultura
camponesa e à reforma agrária no Brasil
*Via Campesina Brasil, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Traba-
lhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento das
Mulheres Camponesas, Comissão Pastoral da Terra e Associação Brasileira de Refor-
ma Agrária* 045

Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas
Maria Aparecida de Moraes Silva 053

A escravidão por dívida: novidades e persistências <i>Ricardo Rezende Figueira</i>	061
O caleidoscópio da violência contra os povos indígenas <i>Paulo Maldos</i>	067
ONU confirma denúncias do MAB <i>Leandro Gaspar Scalabrin</i>	079
Transposição: a contradição do direito humano à água <i>Roberto Malvezzi</i>	087
Extração de urânio em Caetité <i>Zoraide Villasboas</i>	093
Rebeldia camponesa no Brasil <i>Mônica Dias Martins</i>	103

Capítulo II

DIREITOS HUMANOS NO MEIO URBANO

Eles não viram o Brasil ser derrotado <i>Aton Fon Filho</i>	115
Violência em São Paulo - Saldo Estarrecedor <i>Evanize Sydow</i>	121
Desemprego estrutural no Brasil e a anomalia da fuga de cérebros <i>Marcio Pochmann</i>	125
Migrações e senzalas do século 21 <i>Luiz Bassegio e Luciane Udovic</i>	137
Tráfico de pessoas no Brasil <i>Marcia Anita Sprandel</i>	147
Reforma ou barbárie <i>Paulo César Pedrini</i>	157

Capítulo III

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

Por um Brasil para todos <i>Lúcia Xavier</i>	167
---	-----

Os limites do acesso à educação <i>Sérgio Haddad e Mariângela Graciano</i>	173
Dilemas amazônicos e o Governo Lula <i>Lindomar Silva</i>	177
Avanços e dilemas da política cultural do Governo Lula <i>Antonio Eleilson Leite</i>	185
Direito Humano à Comunicação: reconhecimento cresce, mas violações permanecem a regra <i>Diogo Moyses e Cristina Charão</i>	191

Capítulo IV

POLÍTICAS INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS

A vitória dos povos na OMC <i>Maria Luisa Mendonça</i>	201
Avaliação dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial no Brasil <i>Maria Luisa Mendonça</i>	205
<i>A militarização no Paraguai e seus impactos no continente</i> <i>Igor Ojeda</i>	211
Pagamento antecipado da Dívida Externa e privilégios da Dívida Interna constituem verdadeiros atentados aos Direitos Humanos no Brasil <i>Maria Lúcia Fatorelli Carneiro</i>	217

PREFÁCIO

Uma palavra de gratidão e de compromisso

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos publica o seu relatório anual, “Relatório Direitos Humanos no Brasil 2006”. Um relatório de plena confiabilidade e de uma larga abrangência, como pode-se ver pelos títulos dos quatro capítulos do livro:

Direitos Humanos no meio Rural

Direitos Humanos no meio Urbano

Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

Políticas Internacionais e Direitos Humanos

Cada capítulo se debruça sobre realidades coletivas e por vezes inveteradas e sobre casos concretos de lamentável atualidade. Na Violência no Campo, por exemplo, o relatório estuda o caso concreto da Irmã Dorothy. Com o relatório anual da CPT e o relatório anual do CIMI, por citar entidades muito próximas ao coração da gente e aos desafios que nos cercam de perto, esse Relatório dos Direitos Humanos no Brasil oferece um minucioso serviço de informação e de compromisso, uma eficaz ferramenta de militância social. Tomando partido, porque o relatório olha esse mundo violentado dos direitos humanos a partir do povo, na opção humaníssima e evangélica dos pobres e excluídos.

Felizmente há a cada dia uma consciência maior de todo o leque dos direitos humanos, que são o direito à vida, à dignidade, à alteridade, à igualdade. Direitos conculcados sistematicamente dentro duma estrutura de sociedade capitalista, neoliberal, que privilegia uma minoria de pessoas e de povos e marginaliza a maioria da humanidade. Só

recentemente, em 1948 em Paris, foi feita a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tarde acordamos e ainda, na Declaração, somente se consideravam os direitos primários (esquecendo aliás o direito à alimentação).

Os direitos humanos, das pessoas e dos povos, são direitos divinos. As mulheres e os homens devem ser respeitados como essa dignidade divina postula. Começamos a entender também que o respeito, a promoção, a vivência cotidiana dos direitos humanos são a condição indispensável para a paz. A paz sempre foi fruto da justiça. A paz é fruto dos direitos humanos reconhecidos e promovidos. A política verdadeira não é mais do que a realização dos direitos humanos.

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos está prestando um serviço essencial para esse outro Brasil que sonhamos, dentro de um outro mundo possível.

Aos companheiros e companheiras dessa empreitada a nossa gratidão. Que corra a mensagem do Relatório, de suma atualidade nesta hora política do Brasil, que deveria ser o “turno” social, econômico, cultural do povo brasileiro. O movimento popular, que tem a palavra agora, se realiza no cumprimento dos direitos humanos.

6 de novembro de 2006

Pedro Casaldáliga

Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia

INTRODUÇÃO

No ano de 2006 o Relatório Direitos Humanos no Brasil chega à sua sétima edição. Mais uma vez, a obra traz um amplo panorama de temas ligados aos direitos humanos e mostra que no Brasil os direitos fundamentais continuam sendo violados. São 29 artigos com dados e análises importantes sobre, por exemplo, o direito à terra, à educação, ao trabalho e à justiça social ao longo dos últimos anos, e especialmente em relação a situação em 2006.

Assim como em 2005, foram motivo de preocupação as atitudes criminosas e violentas por parte da Polícia Militar, assassinando, agredindo e humilhando indígenas. “Preocupa, ainda mais, o acobertamento e a impunidade de todos esses atos da autoridade policial, mesmo com as denúncias devidamente encaminhadas ao Ministério Público”, diz o assessor político do Conselho Indigenista Missionário, Paulo Maldos. Entre os anos de 2005 e 2006, mais de 80 indígenas foram processados criminalmente, de maneira ilegal, em decorrência de conflitos envolvendo a luta pela terra. Além desses, só na cadeia de Dourados, no Mato Grosso do Sul, estão presos cerca de 70 indígenas, condenados pelos mais variados delitos. “Tudo indica um recrudescimento do preconceito, da criminalização, do ódio étnico e do absoluto desrespeito aos direitos indígenas para que tal cenário descrito tenha se constituído, envolvendo inclusive o sistema judicial e o poder policial”, informa o representante do Cimi.

Dados da Comissão Pastoral da Terra, de janeiro a agosto deste ano, apontam para a manutenção da tendência de diminuição das ações dos movimentos sociais e dos números da violência. O número de assassinatos até final de agosto era 18,37% menor que em igual período de 2005, quando foram assassinadas 29 pessoas. O número de famílias expulsas baixou de 2.339, de janeiro a agosto de 2005, para 927, em igual período de 2006, 60,37% a menos. A ação do poder judiciário foi menos intensa. Foram 31,41% menos pessoas despejadas de janeiro a agosto de 2006 e 11.065 famílias, contra 16.131 famílias em 2005. Já com relação aos trabalhadores presos, deu-se um salto significativo. De janeiro a agosto de 2006, foram presas 749 pessoas, 351,20% a

mais do que em igual período de 2005, 166 a mais do que o total dos anos anteriores. O salto deve-se, sobretudo, pela prisão dos militantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), quando da ocupação do prédio da Câmara dos Deputados.

No que diz respeito à reforma agrária, os quatro anos do governo Lula foram marcados pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. De acordo com o professor José Juliano de Carvalho Filho, “estudos mostram que as metas do programa de reforma agrária não foram alcançadas e que os dados de famílias assentadas foram divulgados de forma, no mínimo, enganosa”. “Os documentos informam que os assentamentos aconteceram principalmente em terras públicas e na Amazônia. A política agrária posta em prática não incomodou o latifúndio e chegou a beneficiar o agronegócio”, escreve.

O relatório também traz críticas quanto à luta contra o trabalho escravo. Para o padre Ricardo Rezende Figueira, membro da coordenação do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se houve atitudes positivas para tentar resolver o problema, “persistem velhos impasses, como a impunidade, a indefinição de competência para se julgar os aspectos criminais, e a não aprovação, até o novembro de 2006, da PEC 438-2001, relativa à perda da propriedade nos casos de trabalho escravo”. Além disso, diz, faltam medidas preventivas ousadas de geração de renda para a população mais vulnerável ao aliciamento e implementação de medidas eficazes de reforma agrária.

A situação vivida pelos atingidos por barragens também está no livro. Segundo Leandro Gaspar Scalabrin, membro do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), a descaracterização da organização perante a opinião pública tem sido uma das táticas utilizadas pelos grandes grupos econômicos contra o MAB, a partir do momento em que o movimento passou a denunciar o modelo energético brasileiro, onde o consumidor residencial paga sete vezes mais caro o preço do KWH (kilowat/hora) do que as grandes empresas. “A criminalização aumentou depois que o MAB passou a denunciar os aumentos abusivos no preço da energia (mais de 400% nos últimos 10 anos) e que a população brasileira e os atingidos por barragens têm pago a conta dos impactos sociais e ambientais das hidrelétricas que estão sendo construídas para beneficiar grandes empresas energo-intensivas.”

O livro mostra que, em relação à educação, tudo indica que no ano de 2007 permanecerão excluídas para fim de recebimento de recursos as matrículas da educação infantil; ensino médio e também ensino fundamental para as pessoas com mais de 14 anos que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) permitiria contemplar. “De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão responsável pelo permanente processo de avaliação do programa Brasil

Alfabetizado, o baixo impacto da iniciativa demonstra que não está suficientemente focalizada no seu público-alvo a parcela da população que registra analfabetismo absoluto”, escrevem Sérgio Haddad e Mariângela Graciano, da Ação Educativa. “Para o exercício de 2006 o MEC definiu como prioridade para o estabelecimento de convênios os planos pedagógicos que contemplem integração com iniciativas para a continuidade dos estudos e que atendam segmentos sociais específicos. Dos 60 mil pescadores artesanais estimados pelo MEC em situação de analfabetismo absoluto, 6.045 (10%) freqüentavam o programa em 2006. Dos 10 mil catadores de material reciclável, 2.013 (20,1%) participavam. Apenas 1.356 (9%) dos 15 mil quilombolas e 3.238 (10,8%) das 30 mil pessoas privadas de liberdade.”

O tráfico de pessoas é outro tema presente no Relatório. A antropóloga Márcia Anita Sprandel traz dados da publicação *Trafficking in Persons Report/2006*, do Departamento de Estados dos EUA, analisando que o Brasil é descrito como um país onde mulheres e meninas são traficadas para exploração sexual, tanto internamente quanto para América do Sul, Caribe, Europa Ocidental, Japão, Estados Unidos e Oriente Médio. “O documento afirma que aproximadamente 70 mil brasileiros, em sua maior parte mulheres, se prostituem em países estrangeiros, muitos como vítimas de tráfico. O principal problema do Brasil, no entanto, seria o pequeno número de condenações de traficantes de pessoas”, diz a pesquisadora.

Outro tema preocupante presente na obra este ano é a extração de urânio em Caetité.

Municípios do sertão baiano estão sofrendo com os nocivos impactos sócio-ambientais causados pela Indústria Nucleares do Brasil – INB, responsável pelo Complexo Mínero-industrial Lagoa Real/Caetité, que produz urânio para as usinas nucleares brasileiras. “Os sertanejos vêm com preocupação a política energética brasileira anunciar a reativação do programa nuclear, inclusive com a construção de usinas no Nordeste”, avalia a jornalista Zoraide Villasboas, do Movimento Paulo Jackson Ética, Justiça, Cidadania. “Mais de uma dezena de ‘eventos nucleares usuais’ e várias paralisações, que podem somar mais de dois anos de inatividade, desnudam os desafios técnicos e administrativos que a INB vem enfrentando para operar com segurança e lucratividade. Mais que isto, alimentam as dúvidas quanto à competência científica da empresa para lidar com produto tão perigoso”, escreve.

O professor Marcio Pochmann, do Instituto de Economia da Unicamp, escreve sobre o desemprego no país. Ele avalia que, enquanto permanecer baixo o ritmo de crescimento econômico, o Brasil tende a se especializar na produção e comercialização de bens de baixo valor agregado, contido conteúdo tecnológico e dependente do reduzido custo da mão-de-obra. “Nesse sentido, o crescimento da atividade econômica

pode demandar mais trabalhador, porém o perfil dos ocupados tende a estar associado à baixa remuneração e às precárias condições de trabalho, nem sempre acessíveis à mão-de-obra de escolaridade e qualificação profissional superiores.” Para Pochmann, é preciso que a economia nacional cresça pelo menos 5% ao ano somente para absorver os 2,3 milhões de pessoas que anualmente ingressam no mercado de trabalho. “Sem isso, a competição no interior do mercado de trabalho, mesmo para postos mais simples, termina levando à queda salarial e ao desemprego em massa.”

Migrantes e trabalhadores na cana-de-açúcar também são temas da obra. O Serviço Pastoral do Migrante estima que haja entre 150 e 200 mil bolivianos em situação irregular na Grande São Paulo. A maioria, mais de 90%, trabalha em pequenas confecções de propriedade de coreanos, brasileiros e de outros bolivianos. “São jornadas de até 18 horas diárias, sendo que os imigrantes recebem 30 centavos por peça costurada. O local onde trabalham, e geralmente vivem, são escuros, úmidos, totalmente insalubres. Muitos passam a ter problemas respiratórios e tuberculose”, escrevem Luis Bassegio e Luciane Udovic.

A professora Maria Aparecida de Moraes Silva, da Unesp, faz uma análise sobre o trabalho na cana-de-açúcar. Ela informa que a maioria dos trabalhadores na cana é constituída de migrantes, provenientes dos estados do nordeste e do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. “Quando migram, em geral, são trazidos pelos gatos, viajam em ônibus clandestinos e, em alguns momentos, são submetidos às condições análogas às de escravo, segundo denúncias da Promotoria Pública, do Ministério do Trabalho e da Pastoral do Migrante, veiculadas pela imprensa local e regional, nacional e até mesmo internacional”, diz. De 2004 a 2006, a Pastoral do Migrante registrou 17 mortes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo a professora, depoimentos de médicos mostram que a sudorose, provocada pela perda de potássio, pode conduzir à parada cardiorrespiratória. Outros casos se referem à ocorrência de aneurisma, em função de rompimento de veias cerebrais. Dados da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo dão conta de 416 mortes de trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro em 2005. Segundo o professor Francisco Alves, do departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, essas são mortes em decorrência do excesso de trabalho.

As políticas internacionais e os direitos humanos são os destaques do último capítulo do Relatório Direitos Humanos no Brasil 2006. Estão ali análises sobre os programas de crédito fundiário do Banco Mundial no Brasil, as dívidas interna e externa e os impactos para os direitos humanos e as conseqüências para o continente da militarização no Paraguai.

Capítulo I
DIREITOS HUMANOS NO MEIO RURAL



Índios guarani Kaiowás, Mato Grosso do Sul. Grupo da aldeia Samakã expulso da terra e abrigado na reserva Limão

Os dados parciais da CPT, de janeiro a agosto de 2006, apontam para a manutenção da tendência de diminuição das ações dos movimentos sociais e dos números da violência. O número de assassinatos até final de agosto era de 18,37% menor que em igual período de 2005, quando foram assassinadas 29 pessoas. O número de famílias expulsas baixou de 2.339, de janeiro a agosto de 2005, para 927, em igual período de 2006, 60,37% a menos. A ação do poder judiciário foi menos intensa. Foram 31,41% menos pessoas despejadas de janeiro a agosto de 2006 e 11.065 famílias, contra 16.131 famílias em 2005. Já com relação aos trabalhadores presos, deu-se um salto significativo. De janeiro a agosto de 2006, foram presas 749 pessoas, 351,20% a mais do que em igual período de 2005, 166 a mais do que o total dos anos anteriores. Este salto se deve sobretudo pela prisão dos militantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), quando da ocupação do prédio da Câmara dos Deputados.

Violência x Ações dos Movimentos Sociais do Campo

*Antônio Canuto**

A violência contra os trabalhadores do campo brasileiro faz parte da própria história e da estrutura agrária brasileira. Não é possível separar concentração de terras e violência. Para garantir a primeira, tem que se lançar mão da segunda.

Esta relação é histórica. Começou, já no século XVI, quando os portugueses aqui aportaram e se declararam donos da terra que acabavam de “descobrir”. Para fazerem valer o seu domínio sobre uma terra livre, de homens livres, a única forma encontrada foi a de submeter violentamente os homens livres ao seu jugo, ou eliminá-los fisicamente, se fosse preciso.

* Antônio Canuto é secretário da Coordenação Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra)

A subjugação da terra ao domínio deles exigiu, a seguir, o apelo ao uso da mão-de-obra escrava. Na iminência do fim da escravidão, foi aprovada e promulgada a Lei de Terras, em 1850, quando definitivamente se aprovou a escravização da terra à propriedade privada, restrita a quem tivesse condições de comprá-la.

A manutenção desta legislação, a defesa intransigente da propriedade privada como valor absoluto e intocável só foi possível pelo uso da violência física contra os que de alguma forma se contrapunham à mesma.

Os diversos movimentos populares que se alicerçavam em alguns territórios livres, como o quilombo de Palmares, de Zumbi, em Alagoas; Canudos, de Antônio Conselheiro, na Bahia; o Contestado, em Santa Catarina, e muitos outros foram reprimidos e destruídos com violência.

Nunca passou pela cabeça de algum colonizador que a declaração da terra descoberta como de domínio de Portugal fosse uma violência. Como também nunca passou pela cabeça das elites que os sucederam considerar como violência a existência de imensos latifúndios que extrapolam todos os limites do razoável. Nem considerar como violência a usurpação de terras indígenas. Nem ver violência na expulsão de dezenas de milhares de famílias de posseiros que, durante décadas, ocupavam mansa e pacificamente suas terras e delas retiravam sustento. Só é considerada e tratada como violência a ação dos trabalhadores que buscam defender o direito à vida e ao acesso a um pedaço de chão para dele retirar seu sustento. Isso até hoje. E foi reafirmado, com todas as letras, no Relatório Substitutivo da CPMI da Terra, elaborado pelo Deputado Federal Abelardo Lupion, no final de 2005. As vítimas são responsabilizadas pela violência que sofrem. As ocupações de terra, mesmo devolutas, griladas, envoltas em todo tipo de irregularidades, são consideradas como atos abusivos e, por isso mesmo, reprimidas, tanto pelos supostos “proprietários”, quanto pelo poder público. Muito raramente se vai a fundo para saber da legalidade dos documentos de propriedade apresentados. E as liminares acabam tendo efeito de ação julgada.

A violência empregada pelos “proprietários da terra” é considerada como uma reação justa e necessária para garantir o “sagrado direito à propriedade”. A modernização da agricultura, com aumento da produtividade, simplesmente travestiu o latifúndio com o nome de agronegócio, mas não alterou em nada a estrutura agrária brasileira, nem diminuiu a violência no campo. Antes a fez aumentar. Nos estados onde o agronegócio cresce com mais velocidade, os índices de violência aumentam, sobretudo, se relacionar esta violência com a população rural de cada estado.

Os agentes da violência

Dois tipos de agentes atuam para garantir este “direito à propriedade”: os agentes privados e os agentes públicos. Os primeiros são os próprios donos das terras, ou,

quase sempre, seus subordinados (jagunços, pistoleiros). Estes fazem “justiça” pelas próprias mãos, assassinando trabalhadores ou expulsando as famílias da terra. Os segundos são os juizes e os agentes judiciários (policiais, oficiais de justiça). Os juizes, comumente, são muito ágeis em emitir liminares de reintegração de posse de áreas ocupadas recentemente, como de áreas de ocupação antiga, ou áreas ocupadas por remanescentes de quilombos. Também, com facilidade, expedem mandados de prisão contra os trabalhadores envolvidos em alguma ação contra a qual haja algum tipo de denúncia. Os oficiais de justiça e a polícia agem no cumprimento das determinações judiciais e a polícia tem intervindo em muitas ocasiões, por conta própria, e muitas vezes se faz acompanhar por jagunços e milícias particulares.

A Comissão Pastoral da Terra, desde 1985, publica anualmente um relatório dos conflitos e da violência no campo. E o que se constata é que a violência contra os camponeses e trabalhadores está longe de chegar ao fim. Nos últimos anos, mesmo no governo Lula considerado um aliado dos movimentos do campo, a violência cresceu. Se a luta pela reforma agrária, encampada pelos movimentos sociais, não sofreu a repressão do Executivo federal, como acontecia nos governos anteriores, viu-se crescer a repressão tanto do poder privado quanto do poder público representado por alguns governos estaduais, mas, sobretudo, pelo Poder Judiciário que foi acionado com maior intensidade para tentar barrar e reprimir as ações dos trabalhadores.

De 2003, primeiro ano do governo Lula, para cá, o número de conflitos no campo saltou de 926, em 2002, para 1.690, um crescimento de 82,7 %. Neste ano, o Poder Judiciário emitiu ordens de despejo contra 35.292 famílias, envolvendo 176.485 pessoas, um número recorde até aquele momento. Um aumento de 263,2% sobre os números do ano de 2002. O número de prisões também foi 140,5% maior que 2002.

A ação do poder privado do latifúndio foi muito intensa. O número de assassinatos cresceu 69,8% em relação a 2002. Foram assassinados 73 trabalhadores em conflitos no campo. Número mais elevado só fora registrado antes, no ano de 1990 e na década de 1980. O número de famílias expulsas foi 151,4% maior que em 2002.

Ao mesmo tempo, no primeiro ano do governo Lula se deu o aumento das ações dos trabalhadores que acreditaram que era chegada a hora de uma mudança profunda e que a reforma agrária finalmente iria acontecer. Ocupações e acampamentos, somados, atingiram o número de 676 ações, envolvendo um número de 124.634 famílias e 623.170 pessoas, enquanto que, em 2002, este número fora de 248 ações.

O latifúndio assustou-se com a possibilidade de realmente a reforma agrária acontecer e, para tentar barrar a ação dos trabalhadores, usou de sua capacidade de reação, através de pistoleiros e de firmas de segurança, acionando o Poder Judiciário, que respondeu prontamente às ações interpostas.

Passado o primeiro ano de governo, os movimentos sociais continuaram a pressionar, mesmo vendo que a tão falada reforma agrária estava muito longe de se concretizar. Com isso, em 2004, o número de ocupações e acampamentos se reduziu para 646. Os agropecuaristas, por sua vez, perceberam que a reforma agrária não era uma prioridade do governo Lula, mas nem por isso deixaram de agir. Cresceu o número de famílias expulsas passando de 2.907, em 2003, para 3.063, em 2004. O número de assassinatos foi reduzido para 39.

Já o poder público continuou a se prestar como braço forte do latifúndio. Foram despejadas, em 2004, 37.220 famílias, o número mais elevado desde que a CPT (Comissão Pastoral da Terra) começou a efetuar tais registros. Também cresceu o número de trabalhadores presos: 380, em 2003, 421, em 2004.

O ano de 2005 mostra indícios do cansaço dos movimentos sociais diante dos resultados pífios da reforma agrária. O número de ocupações e acampamentos diminuiu para 527. Apesar disto, o número de famílias expulsas pelo poder privado teve um considerável aumento, passando de 3.063 para 4.366. Já o número de assassinatos teve uma leve redução de 39 para 38. As ações do poder público sofreram redução. O número de famílias despejadas ficou em 25.618 e o número de presos em 261.

Os dados parciais da CPT, de janeiro a agosto de 2006, apontam para a manutenção da tendência de diminuição das ações dos movimentos sociais e dos números da violência.

O número de assassinatos até final de agosto era de 18,37% menor que em igual período de 2005, quando foram assassinadas 29 pessoas. O número de famílias expulsas baixou de 2.339, de janeiro a agosto de 2005, para 927, em igual período de 2006, 60,37% a menos. A ação do poder judiciário foi menos intensa. Foram 31,41% menos pessoas despejadas de janeiro a agosto de 2006 e 11.065 famílias, contra 16.131 famílias em 2005. Já com relação aos trabalhadores presos, deu-se um salto significativo. De janeiro a agosto de 2006, foram presas 749 pessoas, 351,20% a mais do que em igual período de 2005, 166 a mais do que o total dos anos anteriores. Este salto se deve sobretudo pela prisão dos militantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), quando da ocupação do prédio da Câmara dos Deputados.

O que estes números nos dizem

Uma leitura superficial dos números, e que é comumente feita pela grande imprensa e por todos aqueles que buscam manter o discurso de que a responsabilidade pela violência é dos movimentos sociais, vincula a diminuição dos números da violência ao arrefecimento das ações dos movimentos sociais. Desta forma, quanto menor for a ação dos movimentos sociais, menor será a violência no campo.

Os professores Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano, da Universidade Federal Fluminense, em texto inédito*, analisando, pelas regiões geográficas do Brasil, os dados coletados pela CPT mostram que esta leitura superficial não se sustenta na realidade. De acordo com os dados parciais da CPT de janeiro a agosto de 2006, na região Norte as ocupações representam 6,69% do total de ocupações ocorridas no País e nela aconteceram 30,96% dos conflitos, 66,6% dos assassinatos, 31,28% das famílias expulsas e 16,14% das famílias despejadas. Já a região Sudeste, onde ocorreram 25,20% das ocupações, aconteceram 14,03% dos conflitos, 0,0% dos assassinatos, 5,93% das expulsões das famílias e 7,84% dos despejos das famílias.

O mesmo se percebe se fizermos uma média dos três anos anteriores - 2003, 2004 e 2005. As ocupações nas regiões Norte e Centro-Oeste representaram 17,6% do total. Já o número de conflitos nelas registrado foi de 41,1%. Na região Norte, onde de 2003 a 2005 houve, em média, 7,7% das ocupações, se registraram 28,6% dos conflitos. Por outro lado, nas regiões Sul e Sudeste as ocupações representaram 34,7% do total. Já os conflitos foram 20,7% do total do país. Esta pequena amostra indica exatamente o contrário do que se divulga. A violência é maior nas áreas onde há menor grau de mobilização social organizada. Já onde a ação dos movimentos sociais organizados é mais intensa os números da violência são relativamente menores. Dizem os professores:

“Ao contrário do discurso conservador, a violência não está associada à ação dos movimentos sociais rurais, mas à tradicional truculência do latifúndio atualizada pelo agronegócio, associado aos poderes executivo e judiciário, como pode ser observado pela comparação dos dados das ocupações frente ao de famílias despejadas e expulsas. Observa-se que na Amazônia Legal concentraram-se 8,3% das ocupações, contra 19,8% das famílias despejadas (ação do poder público a serviço da grande propriedade) e 38,8% das famílias expulsas (ação direta dos grandes proprietários).”

Comparando os dados das ações dos movimentos sociais com os assentamentos feitos pelo governo federal vê-se que entre 2003 e 2005, a Região Norte teve, em média, 7,7% do total das ocupações de terra e 43,3% dos assentamentos. Já as regiões Sudeste e Sul, somadas, tiveram 34,7% das ocupações e somente 7,4% dos assentamentos. Isto, segundo o estudo dos professores citados, “indica um descolamento geográfico entre a ação governamental e as ações dos movimentos”.

* Breve análise dos conflitos no campo brasileiro a partir dos dados parciais de 2006 da CPT

* Inclui toda a região Norte mais os estados do Maranhão e Mato Grosso, para fins deste trabalho

Outras formas de violência

Uma outra forma de violência que os trabalhadores e os movimentos sociais enfrentam é a violência simbólica. Pode-se dizer que as ações dos movimentos e dos trabalhadores são vistas pelos grandes meios de comunicação social, por boa parte das autoridades e dos que ocupam posições de destaque sob a ótica da discriminação. As atividades das empresas são sempre apresentadas como promotoras do desenvolvimento e do progresso. Mesmo se há alguma ação menos correta, ou algum tipo de violência, este é o pagamento necessário para que o desenvolvimento e o progresso possam se realizar. Não se analisa se as atividades são prejudiciais ao meio ambiente ou se afetam grupos humanos.

Por outro lado, já de antemão, todas as ações dos trabalhadores, de uma forma ou outra atentam contra a ordem pública e causam transtornos para a coletividade. É só acompanhar como a mídia noticia as ocupações de terra neste país.

Dois casos acontecidos em 2006 mostram bem a postura adotada em ações dos movimentos e a ação dos proprietários de terra.

As mulheres da Via Campesina, no dia 8 de março de 2006, destruíram viveiros de mudas de eucaliptos e o laboratório da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, um dos símbolos do agronegócio. Era um protesto contra o avanço do “deserto verde” e contra a monocultura destruidora do meio ambiente. Nenhuma pessoa sofreu qualquer tipo de violência. Esta ação ocupou, durante muitos dias, as manchetes dos principais meios de comunicação do país. As mulheres foram condenadas imediatamente por todos os órgãos da grande imprensa e por todos os escalões das autoridades públicas. Foram taxadas de violentas, de praticarem ato de vandalismo e assim por diante. As organizações das mulheres, sobretudo o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) foram investigadas, tiveram seus escritórios invadidos e seus bens presos. As mulheres identificadas como participantes da ação estão sofrendo diversos processos na justiça.

Em 19 de maio de 2006, no município de Vargem Grande, Maranhão, uma comunidade inteira, a comunidade de São Malaquias, formada por remanescentes de quilombos e que viviam na área há mais de 100 anos, foi violentamente despejada, numa ação cercada de ilegalidades. O suposto proprietário, Antonio Rodrigues Dias, portando vários documentos que o apontavam como proprietário da área, cada um apresentando limites diferentes e confusos, conseguiu da Juíza da Comarca, Janaina de Araújo de Carvalho, a expedição de um mandado de interdito proibitório. Este mandado foi transformado, na prática, em uma ação de reintegração de posse com despejo. A ação se referia a 10 famílias e o despejo atingiu 30 famílias. As casas, as lavouras e os bens dos trabalhadores foram destruídos. Em consequência, as famílias com crianças, jovens e

idosos sofreram as maiores privações e sofrimentos. E até um dos moradores, que havia falecido no dia 19 e estava sendo velado em sua casa, foi despejado. Os parentes do morto tiveram que transferir o corpo do lavrador, que continuou a ser velado em outra comunidade. Enquanto acontecia o traslado do corpo, sua casa foi demolida e queimada.

O sofrimento desta comunidade simplesmente foi desconhecido. Quem noticiou esta grave violação dos direitos dos quilombolas, das crianças, dos adolescentes, dos mais elementares direitos humanos? Que autoridades se preocuparam com o tratamento dispensado aos agricultores e suas famílias?

Como afirmamos no início deste texto, estes fatos deixam claro que latifúndio e direitos humanos não podem conviver, pois o casamento entre latifúndio e violência é forte e muito estável e continua cada vez mais forte nestes tempos do agronegócio.

O massacre de Eldorado dos Carajás suscitou o Dia Internacional da Luta Camponesa da Via Campesina – o fatídico 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela Polícia Militar, na chamada Curva do S, na Rodovia PA-150, e outros 69 ficaram feridos. Entre 1996 e 2006 – nesses 10 anos depois do massacre de Eldorado dos Carajás -, cerca 170 lideranças foram assassinadas no Pará, sendo que em 1996 foram 33 trabalhadores assassinados no estado¹. A violência no campo é uma triste marca do território paraense. É ali que estão os maiores números de casos de utilização de mão-de-obra escrava. Foi ali que fazendeiros mandaram assassinar a missionária Dorothy Mãe Stang em fevereiro de 2005 - mesmo com a presença do Exército e da Polícia Federal em Anapu, cidade onde morava a freira, os trabalhadores rurais permanecem inseguros e sofrendo ameaças veladas. Os grandes proprietários de terra do estado, em sua maioria, contam com milícias armadas. Segundo a CPT, no Pará, nos últimos 34 anos, houve mais de 770 assassinatos de trabalhadores rurais e de pessoas que os apoiavam. Somente em três casos houve o julgamento de mandantes dos crimes.

Massacre de Eldorado dos Carajás completa 10 anos e movimentos lutam contra a impunidade

Evanize Sydow²

O ano de 2006 marcou os dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela Polícia Militar, na chamada Curva do S, na Rodovia PA-150, e outros 69 ficaram feridos.

¹ BASTOS, Alessandra. *Agentes da reforma agrária avaliam o que mudou dez anos depois do Massacre dos Carajás*. Disponível em: www.radiobras.gov.br. Acesso em 14/11/2006

² Evanize Sydow é jornalista da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e mestranda em Bens Culturais e Projetos Sociais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), junto com diversas entidades de direitos humanos e organizações sociais, realizou manifestações em todo o país, além de terem acontecido atos na França e Itália. Em uma destas manifestações, um ato público no local da chacina, participou o secretário especial de direitos humanos, Paulo Vanucchi.

O objetivo das manifestações, além da homenagem aos trabalhadores, foi lembrar a impunidade no caso, uma vez que nenhum dos 155 policiais que participaram da chacina está preso. Nota do MST mostra que dos 144 incriminados, só 2 foram condenados e 7 estão em liberdade. São o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, condenados a 228 e 158 anos de prisão, respectivamente. Os responsáveis políticos – o governador Almir Gabriel e o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram indiciados.

Entre 1996 e 2006 – nesses 10 anos depois do massacre de Eldorado dos Carajás -, cerca 170 lideranças foram assassinadas no Pará, sendo que em 1996 foram 33 trabalhadores assassinados no estado³. A violência no campo é uma triste marca do território paraense. É ali que estão os maiores números de casos de utilização de mão-de-obra escrava. Foi ali que fazendeiros mandaram assassinar a missionária Dorothy Mãe Stang em fevereiro de 2005. Mesmo com a presença do Exército e da Polícia Federal em Anapu, cidade onde morava a freira, os trabalhadores rurais permanecem inseguros e sofrendo ameaças veladas. Os grandes proprietários de terra do estado, em sua maioria, contam com milícias armadas. Segundo a CPT, no Pará, nos últimos 34 anos, houve mais de 770 assassinatos de trabalhadores rurais e de pessoas que os apoiavam. Somente em três casos houve o julgamento de mandantes dos crimes.

O massacre de Eldorado dos Carajás suscitou o Dia Internacional da Luta Campesina da Via Campesina – o fatídico 17 de abril de 1996. É um momento para lembrar e não deixar esquecer fatos como a chacina de Felisburgo, em Minas Gerais, quando, há dois anos, um grupo de pistoleiros armados, entre eles o latifundiário Adriano Chafik Luedy, invadiu o acampamento Terra Prometida, na fazenda Nova Esperança, região do Vale do Jequitinhonha, e assassinou cinco trabalhadores Sem Terra. Também são pontos do Dia Internacional da Luta Camponesa a convivência do Poder Judiciário em relação à violência contra trabalhadores do campo e da cidade, a violência policial, a violência contra crianças e adolescentes que estão na Febem, o extermínio de moradores de rua, as mortes por exaustão no corte de cana do agronegócio, entre outros casos de violação dos direitos fundamentais.

³ BASTOS, Alessandra. *Agentes da reforma agrária avaliam o que mudou dez anos depois do Massacre dos Carajás*. Disponível em: www.radiobras.gov.br. Acesso em 14/11/2006

Denunciada há um ano nestes nossos relatórios, a estratégia tradicional dos defensores dos fazendeiros mandantes de assassinatos no Pará, buscando postergar os julgamentos por meio da suscitação de incidentes e interposição de recursos processuais, mostrou-se ainda uma vez eficaz diante dos clamores pela cessação da impunidade. Já ao tempo em que foi realizada a sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Belém que julgou e condenou Tato, intermediário contratador dos executores diretos da freira Dorothy Mae Stang, defensores dos direitos humanos buscaram junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará uma maior celeridade no andamento do processo dos acusados de serem os mandantes do crime, Bida e Taradão, pela via do estrito cumprimento dos prazos processuais. Os intentos de tais entidades foram, contudo, baldados, porque não apenas a mesma lentidão se manteve, como as instâncias superiores a ela aderiram, de modo que ainda hoje passeiam em Brasília recursos ajuizados visando única e exclusivamente à produção de tais delongas.

Profecias não modificam o futuro

Aton Fon Filho¹

Advogados dos latifundiários têm recorrentemente traçado como estratégia em casos de assassinatos de defensores de direitos humanos atuar com vistas a desmembrar os processos, de modo que os pistoleiros sejam julgados separados dos mandantes, e de que os julgamentos destes sofram a máxima delonga possível. Com isso, encontram sempre algum magistrado, em alguma instância que conceda habeas corpus aceitando a alegação de excesso de prazo, ainda que, jurisprudencialmente, essa alegação não se sustente quando os prazos são ultrapassados por culpa da própria defesa. (Artigo “As várias mortes de Irmã Dorothy Mae Stang” Relatório 2005)

¹ Advogado e diretor da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Levado a julgamento no final de abril deste ano, Amair Feijoli da Cunha, o Tato, foi condenado ao cumprimento de uma pena de 18 anos de prisão em decorrência de ter sido considerado culpado pela morte da freira Dorothy Mae Stang.

O julgamento de Tato acresceu a sua própria importância aquela decorrente do estabelecimento da relação dos réus Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Galvão, o Taradão, com a decisão, ordem de execução e contratação dos matadores de Ir. Dorothy.

Ao afirmar em seu interrogatório que a arma utilizada para o homicídio fora fornecida por Bida, e que num encontro na loja de automóveis de Regivaldo fora decidido matar a freira, confirmando o teor de declarações filmadas que foram exibidas aos jurados, Tato deu valor de prova judicialmente produzida a seu testemunho.

Esse fato, somado à decisão anterior dos jurados – quando da condenação dos executores diretos do crime, Rayfran das Neves Sales (Fogoió) e Clodoaldo Carlos Batista (Eduardo), condenados, em dezembro de 2005, a 27 e 17 anos de prisão, de que o crime fora praticado mediante promessa de recompensa - estabeleceu definitivamente a ligação entre os fazendeiros e os matadores.

A quantidade de envolvidos e a possibilidade de, com uma possível absolvição de Rayfran, Clodoaldo e Tato, ou com a exclusão da qualificadora da promessa de recompensa, produzir a impunidade dos mandantes fizeram com que nos dias anteriores àqueles julgamentos se estabelecesse uma disputa entre grandes escritórios de advocacia no Estado do Pará.

A quantidade de advogados se oferecendo, quase se digladiando para assumirem as defesas de Rayfran, Clodoaldo e Tato, gerou mesmo cenas deprimentes de três ou quatro profissionais, no dia do julgamento, aguardando serem escolhidos pelos réus, como pretendentes às portas do castelo das princesas núbéis.

Como equivalente do *jus prima noctis*, porém, mais do que a absolvição ou reduzida sanção para os réus submetidos a julgamento, anunciava-se a exclusão dos fazendeiros mediante o afastamento da qualificadora do crime contratado. Este sim o fato capaz de produzir o paraíso como recompensa.

Derrotados no vezo de afastar desde logo Bida e Taradão do processo, os artificios se mostraram, porém, mais eficazes no que diz respeito às delongas passíveis de produzir a libertação dos acusados e a garantia a eles de liberdade antes do julgamento e do trânsito em julgado de possível decisão condenatória.

Não valem muito as esperanças e os esforços; não valem muito as jornadas e caravanas, pesam pouco as preocupações e demandas de justiça ante os métodos há tanto esboçados, desenvolvidos, experimentados para arrancar das mãos da lei os padrões do crime paraense.

Denunciada há um ano nestes nossos relatórios, a estratégia tradicional dos defensores dos fazendeiros mandantes de assassinatos no Pará, buscando postergar os julgamentos por meio da suscitação de incidentes e interposição de recursos processuais, mostrou-se ainda uma vez eficaz diante dos clamores pela cessação da impunidade.

Já ao tempo em que foi realizada a sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Belém que julgou e condenou Tato, intermediário contratador dos executores diretos da freira, defensores dos direitos humanos buscaram junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará uma maior celeridade no andamento do processo dos acusados de serem os mandantes do crime, Bida e Taradão, pela via do estrito cumprimento dos prazos processuais.

Recebidos com muita elegância e gentileza pelas autoridades judiciárias, apresentaram suas demandas que se resumiam, em última análise, à demanda de cumprimento da lei processual penal e obtiveram de todos e todas compromissos e promessas de que o melhor seria feito no sentido de evitar as manobras dilatórias.

Os intentos de tais entidades foram, contudo, baldados, porque não apenas a mesma lentidão se manteve, como as instâncias superiores a ela aderiram, de modo que ainda hoje passeiam em Brasília recursos ajuizados visando única e exclusivamente à produção de tais delongas.

Não fosse suficiente, efeitos concretos foram produzidos como resultado do emprego das anunciadas artimanhas.

Assim foi que o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar em habeas corpus ali ajuizado pela defesa do réu Regivaldo Galvão, concedendo-lhe, como fora anunciado aqui e era mesmo esperado diante do histórico de eficácia do método, o direito de aguardar em liberdade o julgamento de seus recursos e pelo tribunal do júri.

Ainda que os recursos interpostos – recurso especial e extraordinário – pelas defesas de Bida e Taradão não tenham efeito suspensivo, isto é, não impeçam o julgamento de ambos pelo Tribunal do Júri de Belém, as autoridades judiciárias dali se têm esquivado de designar data para os julgamentos de ambos réus, no que não se pode sequer acusá-las por aquiescerem à vontade destes, uma vez que não chegou a ser formulado pedido com esse objetivo.

Se alguma consciência própria tem o Direito, parece ser a mais consistente aquela que conduz a seguir fazendo como sempre se fez, de modo que aqueles que sempre mandaram continuam mandando, aqueles que sempre mataram continuam matando e aqueles que sempre mandaram matar, continuam mandando matar.

E, se os magistrados continuam permitindo as delongas que sempre são produzidas, se os defensores continuam se valendo da mesma estratégia e das mesmas táticas de produzirem na consciência social um distanciamento entre os mandantes e os matado-

res por meio do acréscimo de mais e mais tempo entre o julgamento destes e daqueles, a cidadania também se vê às voltas com os mesmos ineficientes pedidos ao Poder Judiciário para que cumpra um papel que nunca é cumprido.

Por isso, ao reconhecimento de que foram proféticas as palavras que anunciavam os estratagemas processuais que seriam empregados, é obrigatório reconhecer que o foram também aquelas que indicavam a necessidade de inovações também por parte dos defensores dos direitos humanos com vistas a que não se tornasse infundável o maltratar das pessoas, dos direitos e da Justiça no Pará.

Mesmo que válidas as análises premonitórias, mesmo que realizadas as profecias, de nada servem elas para a realização da Justiça.

Anunciar um acontecimento infausto não produz felicidade se não se é capaz de evitar que se concretizem.

Profecias não modificam o futuro.

Homens e mulheres podem construir o futuro.

O primeiro mandato do governo Lula foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, esmaeceram. Estudos mostram que as metas do programa de reforma agrária não foram alcançadas e que os dados de famílias assentadas foram divulgados de forma, no mínimo, enganosa. Os documentos informam que os assentamentos aconteceram principalmente em terras públicas e na Amazônia. A política agrária posta em prática não incomodou o latifúndio e chegou a beneficiar o agronegócio.

Política Agrária no Governo Lula: esvaziamento da Reforma Agrária

*José Juliano de Carvalho Filho**

“O programa de governo incorpora a reforma agrária ampla, massiva e de qualidade como parte fundamental de um novo projeto de desenvolvimento nacional (...)”¹

A frase em epígrafe foi extraída do documento “Programa de Desenvolvimento Sustentável para uma Vida Digna no Campo”, texto oficial do programa de governo do presidente Lula apresentado à Nação para as eleições de 2006.

Quase completado o período de governo iniciado em 2003 o presidente promete “reforma agrária ampla, massiva e de qualidade”. Há fatos passados que abonem esta

** José Juliano de Carvalho Filho é economista e Professor aposentado da FEA USP. É membro do Conselho Consultivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.*

1 Comissão temática de política agrícola e Reforma Agrária – Coligação A Força do Povo PT – PCdoB – PRB - “Lula Presidente - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para uma Vida Digna no Campo – Programa setorial de Política Agrícola e Reforma Agrária.” Brasília, 2006: p. 23.

promessa? O que ocorreu com a reforma durante o período? E a violência no campo? Houve mudanças?

O primeiro mandato do governo Lula foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, esmaeceram. Tornaram-se insignificantes.

Para sustentar esta afirmativa não há forma melhor que iniciar dando a palavra aos trabalhadores rurais organizados.

Depois de três anos de governo, em 6 de março de 2006, na cidade de Porto Alegre, seis organizações ligadas às lutas dos camponeses pela Reforma Agrária² — MPA, MST, MAB, MMC, CPT e ABRA — emitiram o texto “Balanço das medidas do Governo Lula (2002-2006) em Relação à Agricultura Camponesa e Reforma Agrária no Brasil”.

O documento apresenta “breve descrição das muitas e diferentes medidas que foram tomadas ao longo do mandato”. Descreve 39 delas, das quais, 10 foram consideradas como avanços e acúmulos para a agricultura camponesa e reforma agrária; e 29, como derrotas para os camponeses.

As medidas consideradas positivas foram as seguintes:

1. Implantação do seguro rural que passou a dar cobertura também ao trabalho e garantir a renda do agricultor, em caso de prejuízos decorrentes de fatores naturais. O documento registra que a cobertura é ainda parcial, já que o agricultor precisa contrair empréstimo bancário para acessar o seguro. Em decorrência, das cinco milhões de famílias camponesas, apenas 1,2 milhões poderão ter acesso ao seguro.

2. Aumento do volume de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores por meio do PRONAF — de três para oito bilhões de reais por ano.

3. Programa “Luz para Todos”, cuja finalidade é levar energia elétrica de forma subsidiada para quase todas as famílias que moram no meio rural. O documento considera que não serão atingidas apenas as famílias com domicílios no extremo norte do país.

4. Ampliação do programa de construção e melhoria de casas para os agricultores.

5. Mudança de atitude frente às lutas camponesas. O governo federal não reprimiu os movimentos sociais, embora a repressão tenha continuado por parte de vários Estados, por meio de suas polícias militares. Já no caso dos movimentos indígenas, o documento afirma que o governo central não teve a mesma atitude. A Polícia Federal reprimiu manifestações em diversos Estados.

² Organizações que assinam o documento: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.

6. Ampliação dos recursos para programas de educação no campo (PRONERA).
7. Demarcação da histórica área indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.
8. Implantação do programa do biodiesel que prevê adicionar 2% de óleo de origem vegetal ao óleo diesel com participação da agricultura camponesa na produção desse combustível.
9. Ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos. A respeito, as entidades ressaltam que este atendimento ainda não é universal e nem público, uma vez que prioriza convênios com entidades em vez de democratizar a ATER pública.
10. Apoio, embora ainda tímido e aquém das necessidades, para o programa de instalação de cisternas (captação familiar de água) no nordeste semi-árido.

Como fica claro, excluída a mudança de atitude frente às lutas camponesas, as demais providências — não obstante importantes — são apenas pontuais. Por si só, não significam a concretização da reforma agrária prevista em documentos oficiais e esperada pelos movimentos sociais.

A conclusão acima é corroborada pelo exame das medidas — ou falta de medidas — que as organizações camponesas consideraram como derrotas. O destaque para algumas delas basta para mostrar o acanhamento e a debilidade da política agrária vigente. Trata-se aqui de ações públicas fundamentais para o desencadeamento de um processo de reforma agrária capaz de enfrentar o “agronegócio” — eufemismo para a atual fase do capitalismo no campo, marcada pelo aumento da taxa de exploração da mão-de-obra, pela exclusão, pela violência, pela concentração fundiária e pela degradação ambiental.

Os destaques a seguir falam por si mesmos: não atendimento ao compromisso de assentar prioritariamente as famílias acampadas; não atualização dos índices utilizados para avaliar a produtividade das propriedades para efeito de desapropriação; manutenção da política orientada pelo Banco Mundial — programas Banco da Terra ou crédito fundiário, fundamento da chamada “reforma agrária de mercado”; não mobilização da base parlamentar do governo para aprovar a lei que expropria as fazendas que usam trabalho escravo; falta de mobilização da mesma base parlamentar para impedir a CPMI da terra e a derrota do documento do relator, com conseqüente aprovação de outro relatório que atende exclusivamente aos interesses da bancada ruralista — entre outros absurdos, este relatório considera a ocupação de terras como ato terrorista e crime hediondo —; falta de empenho para pressionar o poder judiciário quanto ao julgamento e punição dos responsáveis pelos diversos massacres do campo, como Corumbiara (1995), Carajás (1996) e Felisburgo (2004); liberação do plantio e comercialização da soja transgênica; falta de iniciativa governamental, parlamentar e administrativa, para

remover leis e medidas de governos anteriores que emperram e prejudicam o processo de reforma agrária; iniciativa governamental de propor lei que permite o arrendamento de florestas nacionais — em áreas públicas — para exploração por empresas madeireiras; “não implementação de um amplo programa de reforma agrária, que, de fato, representasse atacar a concentração da propriedade da terra e o atendimento de milhares de famílias sem terra”.

O último destaque bem resume o caráter da política agrária do governo Lula. A pretensão de desencadear um processo de mudança estrutural em favor das populações excluídas ou em processo de exclusão foi abandonada.

O desempenho da política aponta no mesmo sentido. Vários estudos assim o comprovam. O documento “Um balanço do programa de Reforma Agrária do Governo Lula. Subsídios para o Debate Interno do PT”, os textos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira — “A não reforma agrária do MDA/INCRA no Governo Lula” — e de Bernardo Mançano Fernandes, “Da ‘clonagem’ à ‘autofagia’: o dilema da reforma agrária no Brasil”, além de outros, comprovam que as metas não foram alcançadas e que os dados de famílias assentadas foram divulgados de forma, no mínimo, enganosa. O artigo de Mançano, com base nas informações do “Banco de Dados Data Luta” afirma que nos três primeiros anos do governo apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. Além disso, os documentos informam que os assentamentos ocorreram principalmente em terras públicas e na Amazônia. A política agrária posta em prática não incomodou o latifúndio e chegou a beneficiar o agronegócio.

A análise comparativa dos principais documentos governamentais sobre a reforma agrária, desde o texto da campanha presidencial anterior — “Vida Digna no Campo” —, passando pela “Proposta de II Plano Nacional de Reforma Agrária” e pelo próprio “II Plano Nacional de Reforma Agrária”, até os documentos relativos à campanha das eleições de 2006 — “Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para Uma Vida Digna no Campo”, nas duas versões: preliminar³ e oficial — mostra a mudança do caráter da reforma proposta: de estrutural para meramente compensatória tal qual as “reformas” dos governos anteriores. Hoje, não mais se fala — ou se fala vagamente — de várias questões relevantes que constavam de documentos anteriores.

Não são estabelecidas metas de assentamentos⁴. Não se considera a área reforma-

3 Versão preliminar: “Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário para uma Vida Digna no Campo”. A versão oficial retirou do título o termo “solidário”.

4 O programa de governo apresentado pela candidatura Lula em 1994 propunha um plano de reforma para quinze anos e uma meta de 800 mil famílias assentadas em quatro anos; o programa para 1998 – “Vida Digna no Campo” – não apresenta metas; a proposta de PNRA para o governo Lula fixa a meta de um milhão de famílias assentadas; o II PNRA compromete-se com a meta de 400 mil famílias. O documento oficial citado não toca no assunto, mas em outro documento há o registro da intenção de dar continuidade ao Plano Nacional de reforma Agrária (“Lula Presidente – Plano de Governo 2007 / 2010”, p.15).

da como estratégia de implantação da Reforma⁵ — os assentamentos continuaram a ser implementados de forma fragmentada. Não se afirma que a desapropriação para fins de reforma agrária se constitui no instrumento principal para a implantação da política agrária — quando muito, este instrumento figura como auxiliar da compra e venda⁶. Permanece a ênfase para os programas de crédito fundiário (aos moldes do Banco da Terra). Não há clareza quanto a obstar a continuidade da escandalosa regularização da grilagem na região norte, funcional ao “agronegócio”. A única promessa que estava clara no documento da campanha atual, em sua versão preliminar, referia-se à tão necessária atualização dos índices de produtividade. Na versão oficial ela simplesmente desapareceu.

O caso é emblemático e merece mais detalhes. Trata de medida compromissada várias vezes pelo governo frente aos movimentos sociais. A sua concretização independe do Congresso, sabidamente conservador. Para ser colocada em vigência basta uma portaria interministerial.

Esta iniciativa de competência governamental é de interesse fundamental para a obtenção de terras para a Reforma e confronta os interesses do latifúndio e/ou do “agronegócio”. No lugar do compromisso expresso na versão preliminar de “atualizar os índices de rendimento que informam os processos de desapropriação tornando-os compatíveis com os novos patamares de produtividade alcançados nas últimas décadas”⁷, a versão oficial traz o vago compromisso de implementar “nova matriz legal e institucional”⁸. Não cita a questão dos índices e condiciona a definição da “nova matriz” a um “amplo processo de debates no país, com participação de Congresso, das organizações do campo e do setor público”. Ou seja, o governo não enfrenta os interesses da contra-reforma nem ao menos nesta questão de atualização de índices técnicos.

No mais, o documento oficial para 2006 traz muitas coisas sobre agricultura familiar, tantas outras sobre agricultura em geral e, como já visto, muito pouco sobre reforma agrária. Assemelha-se ao programa da candidatura Alckimin⁹. Ambos os programas não têm caráter estrutural.

5 Como informa o texto “Um balanço do programa de Reforma Agrária do Governo Lula. Subsídios para o Debate Interno do PT”, p. 5: O objetivo nº 1 do VDC (pág. 18) define a realização da reforma agrária pela via da promoção de zonas reformadas. Em consonância com esse objetivo, o capítulo introdutório do II PNRA inicia reproduzindo o seguinte trecho do VDC: “Para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola será fundamental a implementação de um programa de reforma agrária amplo e não atomizado, isto é, centrado na definição de áreas reformadas que orientem o reordenamento do espaço territorial do país, via o zoneamento econômico e agroecológico.”

6 O mesmo documento (p. 6), considerando os três primeiros anos de governo, mostra que o crescimento da disponibilidade de terras para a Reforma Agrária deveu-se basicamente a ações de arrecadação e reconhecimento (76%). Adicionando a modalidade “outros” esta participação chega a 85%. O texto conclui que as ações de Reforma ocorreram prioritariamente em terras públicas.

7 “Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário para uma Vida Digna no Campo”, p. 12.

8 A respeito, o documento oficial apresenta o seguinte texto: “Implementar uma nova matriz legal e institucional para promover e qualificar ainda mais a Reforma Agrária. Essa nova matriz legal e institucional será resultado de um amplo processo de debates no país, com participação de Congresso, das organizações do campo e do setor público”.

9 Coligação Por Um Brasil Decente PSDB-PFL – Programa de Governo – Geraldo Alckmin 45. http://www.geraldo45.org.br/downloads/programa_governo.htm (2006).

A falta de política distributiva efetiva alimenta a violência no campo e contribui para o agravamento da questão social. Além da macabra¹⁰ rotina das mortes e desmandos do latifúndio e/ou “agronegócio”, acontecimentos em Unai, Felisburgo, Ribeirão Preto e Anapú tornaram-se representativos do clima e das formas de violência vigentes no meio rural. Como bem expressa Oliveira: “Qual a diferença entre o proprietário de terra que comandou friamente os assassinatos de Sem-Terras de Felisburgo-MG e aqueles que mandaram matar os funcionários de Ministério do Trabalho em Unai-MG? Qual a diferença entre os usineiros paulistas que, através de seus administradores, levam à morte por excesso de trabalho, trabalhadores rurais bóias-frias cortadores de cana no interior paulista e aqueles do “consórcio” que pagaram para assassinar Dorothy Stang?”¹¹. Ou seja, qual a diferença entre o chamado “agronegócio” e o velho latifúndio? São faces da mesma moeda. A guerra civil de fato que acontece na Amazônia Legal — especialmente no Pará — entre posseiros sem terra e grileiros com seus jagunços e pistoleiros, é exemplo dessa dupla face¹².

A condenação das mulheres camponesas que desafiaram a forte e prestigiada Aracruz também caracteriza o período — os pobres são vítimas das injustiças e da justiça. O sistema responsável pela ordem legal tratou-as como criminosas, bem como ao MST e à Via Campesina. Por outro lado, beneficia práticas criminosas do “agronegócio”. Como alerta Vieira, o Judiciário, nesta e noutras questões, pratica o “exercício do controle das camadas empobrecidas da sociedade” (...) “no que se refere à luta pela terra, para os milhões de trabalhadores rurais sem terra o portal do Judiciário apresenta a mesma resposta que o portal do Inferno de Dante Alighieri: Renúnciai às esperanças, vós que entraís.”¹³

10 Alguns dados sobre conflitos: “A análise dos conflitos no campo no Brasil em absolutamente nada mudou nos primeiros cinco anos deste século, muito menos se alterou depois dos três anos do governo Lula. A curva ascendente reiniciada no ano 2000 continua sua marcha, apenas manteve o seu ritmo de crescimento entre 2003 e 2005 (...). Os conflitos referentes à luta pela posse da terra continuaram elevados mantendo, desta forma, a curva ascendente passando no total de 659 em 2003 para 752 em 2004 e 777 em 2005 (...). Os conflitos de terra apareceram fortemente concentrado na região da Amazônia legal, que respondeu por 55% (...) somente no estado do Pará, ocorreram 135 conflitos ou seja 18% deles (...)Pará, Maranhão e Tocantins correspondem a 35% dos conflitos em 2005(...) 63% dos assassinatos ocorreram na Amazônia legal. Entre os 243 assassinados, 154 estavam nessa região brasileira”. Informações destacadas de: Ariovaldo Umbelino de Oliveira – “Violência e barbárie: a grilagem de terras no Brasil”. CPT, Conflitos Campo no Brasil 2005 – CPT,Goiana, abril de 2006

11 Ariovaldo Umbelino de Oliveira, op. Cit.; p. 20.

12 Ariovaldo Umbelino de Oliveira (op. Cit.) retrata essa situação. Entre outros dados, apresenta aqueles que colocam o Estado do Pará como centro da violência no campo: “é neste estado que em 2005 ocorreram 6% das pessoas agredidas em conflito; 8%dos ameaçados de prisão; 27% dos torturados; 29% das pessoas presas em decorrência dos conflitos de terra; 34% dos ameaçados de morte; 29% das tentativas de assassinato no campo. Se estes dados já não bastassem para qualificar a violência, lá ocorreram 16 dos 38 assassinatos no campo em 2005, ou seja, 42% das mortes em conflito de terra, e entre elas, a de Dorothy Stang”. p. 23

13 Fernanda Maria da Costa Vieira – “Estado penal e criminalização do MST ou de como o Judiciário e mídia fabricam as novas bruxas de Salém – uma análise sobre a ação das mulheres da Via Campesina nas Terras da Aracruz”. Revista Reforma Agrária – ABRA; Vol. 33, nº 2, Ago / Dez 2006; p. 97-98.

A proposta de reforma agrária com potencial de alterar as estruturas no campo e reverter a situação de injustiça e de exclusão foi esvaziada no decorrer do tempo. Os fatos passados e os vagos compromissos atuais não abonam a promessa de “reforma agrária ampla, massiva e de qualidade”.

É preciso recolocá-la como objetivo nacional prioritário, seja lá qual for o resultado das eleições¹⁴.

Do contrario, poderá ser o que diz o samba-canção “Ponto Final”, de José Maria de Abreu e Jair Amorim:

“(...) Sou como alguém que morreu
Como fumaça que passa e se esgarça no ar, (...)
Uma história incolor foi aquela
Um capítulo a mais de novela (...)”

¹⁴ Este artigo foi escrito no intervalo entre o primeiro e segundo turno da eleição presidencial de 2006.

Balanço das medidas do Governo Lula (2002-2006) em relação à agricultura camponesa e à reforma agrária no Brasil

*Via Campesina Brasil,
Movimento dos Pequenos agricultores,
Movimento dos trabalhadores rurais sem terra,
Movimento dos atingidos por Barragens,
Movimento das mulheres camponesas,
Comissão Pastoral da Terra e
Associação Brasileira de reforma agrária*

Apresentamos uma breve descrição das muitas e diferentes medidas que foram tomadas ao longo do mandato.

I. Medidas que representaram avanço e acúmulo para a agricultura camponesa no Brasil

1. Implantação do seguro rural. O seguro agora cobre também o trabalho e garante a renda do agricultor em caso de prejuízos pela natureza. Mas ainda não é universal. O agricultor precisa ter empréstimos no banco para poder acessar o seguro. E, portanto, dos 5 milhões de famílias camponesas, ao redor de 1,2 milhões podem acessar o seguro.

2. Aumentou o volume de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores através do programa PRONAF - de 3 para 8 bilhões de reais por ano.

3. O programa Luz para Todos está levando energia elétrica de forma subsidiada para quase todas as famílias que moram no meio rural. Devem ficar de fora apenas famílias que moram muito longe, no norte do país. Todas as demais serão beneficiadas.

4. Ampliação do programa de construção e melhoria de casas para os agricultores, com recursos subsidiados da Caixa Econômica Federal. A amplitude do programa ainda é muito pequena, mas o principal foi, pela primeira vez, termos um programa governamental de apoio a moradias populares no meio rural.

5. Não houve repressão policial ou política por parte do governo federal aos movimentos sociais. Com exceção do caso de uso de tropas da Polícia Federal contra as populações indígenas de Aracruz, no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. A repressão mais intensa e permanente aos movimentos sociais tem sido feita pelas Polícias Militar e Civil, que estão afetas aos governos estaduais. Por outro lado, percebeu-se que em muitos estados houve decisões judiciais claramente tendenciosas para proteger os interesses dos latifundiários, do agronegócio e do poder econômico presente nos governos estaduais.

6. Houve a ampliação dos recursos destinados aos programas de educação no campo (PRONERA), que são dirigidos para a formação de estudantes e professores originários de áreas de reforma agrária. Mas a demanda apresentada em parceria com as universidades é muito superior aos recursos liberados. O Governo Federal tem liberado, em média, 30 milhões de reais por ano para esse programa, valor muito baixo diante das necessidades acumuladas e de outros gastos do próprio Incra.

7. Demarcação da área indígena “Raposa do Sol”, em Roraima, que era uma reivindicação histórica da causa indígena.

8. Programa do Biodiesel, que prevê adicionar 2% de óleo de origem vegetal ao óleo diesel e abre portas para a agricultura camponesa produzir o óleo vegetal.

9. Ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos, mas o atendimento ainda não é universal e nem público, pois prioriza convênios com entidades, no lugar de democratizar a ATER pública. Nesse particular, quase todos os convênios tiveram muitos problemas burocráticos e o governo transferiu a responsabilidade dos mesmos para as entidades.

10. Apoio, embora ainda tímido e aquém das necessidades, para o programa de instalação de cisternas (captação familiar de água) no nordeste semi-árido.

II- Medidas que representaram derrotas para a agricultura camponesa e os movimentos sociais no campo no Brasil

1. A liberação do plantio e comercialização da soja transgênica, por medida provisória, atravessando todo o processo de estudos ambientais. Além disso, atual omissão diante da repetição de contrabando de sementes transgênicas proibidas de algodão e milho.

2. Elaboração da lei de biosegurança, que não tomou em conta as demandas dos camponeses e ambientalistas.

3. Não fiscalização da aplicação da lei que obriga todas as indústrias a colocarem no rótulo a informação sobre se o produto contém mais de um por cento de transgênico. Foram comercializadas mais de 8 milhões toneladas de soja transgênica no mercado interno sem que este dado aparecesse em qualquer rótulo.

4. Manutenção da Lei Kandir, que isenta de impostos (ICMS variando de 17 a 25% do valor) todas as exportações de produtos agrícolas. Representa um subsídio e estímulo ao agronegócio exportador.

5. Manutenção e ampliação dos recursos de bancos oficiais ao crédito rural do agronegócio, que passou de 20 para 42 bilhões de reais por ano (ou seja, 21 bilhões de dólares na última safra), e também para as dez maiores empresas transnacionais que atuam na agroindústria – estas, sozinhas, obtiveram ao redor de 8 bilhões de reais de crédito dos bancos oficiais (ou seja, 4 bilhões de dólares).

6. Apoio de crédito do BNDES para a instalação de fábricas de celulose e plantações industriais homogêneas de eucaliptos e pinus, que implicaram na destruição de Mata Atlântica no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e na destruição do Bioma do Pampa, no sul.

7. Não atendimento ao compromisso de assentar prioritariamente as famílias acampadas, que são ainda em número de aproximadamente 140 mil em todo o país, pertencentes a todos os movimentos sociais.

8. Não implementação de um amplo programa de reforma agrária que representasse atacar a concentração da propriedade da terra e o atendimento de milhares de famílias sem terra.

9. Não atualização dos índices que medem a produtividade das fazendas para efeito de desapropriação, que são ainda de 1975. O governo havia se comprometido a fazê-lo em semanas. E pra isso basta apenas uma portaria administrativa.

10. Iniciativa e aprovação de lei que transfere para as prefeituras municipais a arrecadação do imposto sobre a propriedade da terra (ITR) e o desvincula assim de todo processo de reforma agrária.

11. Manutenção da política orientada do Banco Mundial de programas do Banco da Terra ou Crédito Fundiário, nos quais o camponês compra a terra à vista e fica devendo ao banco.

12. Não mobilizou sua base parlamentar para aprovar a lei que expropria as fazendas que utilizam trabalho escravo.

13. Não mobilizou a base parlamentar majoritária para impedir a CPMI da terra e para impedir aprovação de relatório final que considera ocupação de terras um crime hediondo.

14. Não tomou nenhuma iniciativa para pressionar e articular o Poder Judiciário para julgar e punir os responsáveis pelos diversos massacres do campo, como Corumbiara (1995), Carajás (1996) e Felisburgo (2004).

15. Diante da inoperância do governo para dar uma demonstração clara de combate a violência no campo e seus responsáveis - o latifúndio, a Polícia Militar de alguns estados e o agronegócio -, o resultado foi o aumento da violência no campo. Vide dados da CPT.

16. O Governo não tomou nenhuma iniciativa parlamentar e administrativa para remover leis e medidas de governos anteriores que prejudicam o processo de reforma agrária.

17. Não demarcação de diversas áreas indígenas históricas, de diversas etnias, em especial Xavantes (MT), Guaranis, (MS) e Pataxós (BA).

18. O estímulo e prioridade ao agronegócio “moderno” aumentou o desemprego no campo. Estima-se que mais de 300 mil famílias perderam emprego no meio rural nas últimas safras.

19. O governo não teve nenhum controle sobre o avanço da lavoura de soja e algodão para áreas da Amazônia e do cerrado que podem trazer graves conseqüências ambientais para o futuro.

20. O governo tomou a iniciativa de criar a lei que arrenda florestas nacionais em áreas públicas para empresas explorarem a madeira.

21. Não cumprimento da promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo nos quatro anos para 566,00 reais por mês (e não apenas 350,00 atuais), o que representaria uma ampla política de distribuição de renda para as populações que vivem no meio rural e dependem de salário mínimo, como assalariados rurais ou aposentados.

22. A manutenção da política de parceria com empresas estrangeiras na construção de hidrelétricas que não respeitam os direitos das populações que vivem nas margens dos rios atingidos e que exigem terra.

23. Falta de controle do governo sobre o mercado de leite, que é controlado por algumas empresas transnacionais (como Nestlé, Danone e Parmalat) e abastecidas por milhares de pequenos agricultores. O preço do leite pago aos agricultores caiu, deixando-os a mercê dos interesses oligopólicos das empresas de laticínios estrangeiras.

24. Não implementou, conforme prometido, um amplo programa de instalação de agroindústrias cooperativadas para os camponeses.

25. A posição defendida pelo governo brasileiro na última reunião da OMC em Hong Kong representou apenas os interesses do agronegócio e não dos camponeses.

26. Repressão por parte da Polícia Federal ao funcionamento de diversas rádios comunitárias, fechando-as, quando beneficiavam comunidades rurais.

27. A política oficial de pesquisa desenvolvida pela Embrapa continua priorizando os interesses das grandes propriedades e do agronegócio.

28. A manutenção da política econômica neoliberal inviabiliza a melhoria de renda para os pequenos agricultores, não estimula o mercado interno, não distribui renda para o povo brasileiro e com isso diminui o consumo de alimentos e os recursos públicos para a reforma agrária e agricultura camponesa.

Manifesto das Américas

Em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural

Vivemos num sistema econômico dominante, que há séculos se propôs explorar de forma ilimitada todos os ecossistemas e seus recursos naturais. Esta estratégia trouxe crescimento econômico e o que se chamou de “desenvolvimento” para algumas nações, privilegiando o consumo e o bem estar social de uma parcela muito pequena da humanidade. Excluiu, infelizmente, das condições mínimas de sobrevivência as grandes maiorias da humanidade.

O custo desse sistema de exploração da natureza e das pessoas, junto ao consumismo desenfreado, foi pago pelo sacrifício de milhões de trabalhadores pobres, camponeses, indígenas, pastores, pescadores e outras pessoas pobres da sociedade que entregam suas vidas a cada dia. E pela agressão permanente da natureza que foi e continua sendo sistematicamente devastada. Sua integridade e a diversidade de formas de vida, que são o sustento da biodiversidade, estão ameaçadas. Se a natureza de nosso planeta está ameaçada, está ameaçada a própria vida humana, que depende dela. Até a Avaliação Ecosistêmica do Milênio feita pela ONU e divulgada em 2005 reconhece que “as atividades humanas estão mudando fundamentalmente e, em muitos casos, de forma irreversível a diversidade da vida no planeta Terra. Estas taxas vão continuar ou se acelerar no futuro.” Nesse importante reconhecimento da crise planetária, é também fundamental reconhecer que não são todas as atividades humanas prejudiciais, mas sobretudo aquelas guiadas pela volúpia de lucro das corporações transnacionais.

Por causa da dramaticidade desta situação, sentimos a necessidade de afirmar alternativas que assegurem um futuro de esperança para a vida, para a humanidade e para a Terra. Precisamos passar de uma sociedade de produção industrial, consumista e individualista, que sacrifica os ecossistemas e penaliza as pessoas, destruindo a sócio-biodiversidade, para uma sociedade de sustentação de toda a vida, que se oriente por um modo socialmente justo e ecologicamente sustentável de viver, que proteja as bases físico-químicas e ecológicas que sustentam todos os processos vitais, incluídos os humanos.

Como habitantes do continente americano temos a consciência de nossa responsabilidade universal. Por nós passa também o futuro da Terra. Os países amazônicos e

andinos, como Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Venezuela e Brasil, são territórios megadiversos. Não apenas pela presença de riquíssimos ecossistemas, mas também pela presença de muitos povos indígenas, camponeses, quilombolas e outras comunidades locais que desde séculos e milênios souberam viver em co-habitação entre a biodiversidade e a sociodiversidade. A floresta amazônica presente em nossos países representa um terço das florestas tropicais do mundo e abriga mais de 50% da biodiversidade. Nela existem pelo menos 45.000 espécies de plantas, 1.800 espécies de borboletas, 150 espécies de morcegos, 1.300 espécies de peixes de água doce, 163 espécies de anfíbios, 305 espécies de serpentes, 311 espécies de mamíferos e 1.000 espécies de aves.

Por causa desta riqueza, a América Latina está sendo objeto da cobiça dos “neoliberais-globaiscolonizadores” através da ação insana de dezenas de empresas transnacionais, principalmente dos países do norte global. Eles praticam vastamente a biopirataria. Outrora era a corrida ao ouro e à prata, hoje é a corrida aos recursos genéticos, farmacológicos e aos saberes tradicionais e locais, todos estratégicos para o futuro dos negócios do mercado mundial. E ainda querem nos impor leis de patentes e de proteção a seus lucros fantásticos.

Queremos fazer frente, de forma decisiva, a este processo de espoliação. Propomos políticas consistentes que visem:

1. Conservar a diversidade biológica e cultural de nossos ecossistemas, quer dizer, cuidar do conjunto dos organismos vivos em seus habitats e também suas interdependências, dentro do equilíbrio dinâmico, próprio de cada região ecológica e das características singulares das espécies, assim como a interação social e ecologicamente sustentável dos povos que vivem na região.

2. Propomos políticas articuladas que visem a garantir a integridade e a beleza dos ecossistemas e os povos que cuidam e dependem dela. Isso implica na manutenção das características que asseguram seu funcionamento e mantêm a identidade do ser vivo e do conjunto vivo, seja em seu aspecto territorial, biológico, social, cultural, paisagístico, histórico e monumental. A preservação da diversidade biológica e cultural, da integridade e da beleza dos sistemas ecológicos dão sustentabilidade às múltiplas funções ambientais e aos benefícios que o ser humano obtém para si e para as futuras gerações. Entre outros: água potável, alimentos, medicinais, madeiras, fibras, regulação do clima, prevenção de inundações e doenças. Ao mesmo tempo que constituem as bases do sustento da recreação, da estética e da espiritualidade, são o suporte da conformação do solo, a fotossíntese e o ciclo de nutrientes, entre outras funções vitais para o sustento de toda a humanidade.

3. Nos opomos resolutamente à introdução de espécies exóticas, inadequadas aos nossos ecossistemas. Como aconteceu em muitos biomas com a introdução de plantações homogêneas, industriais, do eucalipto, pinus etc, que destroem os ecossistemas naturais e levam a fortes impactos sociais aos povos que moram nessas áreas. Levam o lucro, os dólares, a celulose, o carvão, a água sugada e deixam a degradação e a pobreza.

4. Nos opomos resolutamente à introdução de organismos transgênicos no ambiente, seja na agricultura, nas plantações, na pecuária ou em quaisquer outros cultivos no meio ambiente, já que, além de não serem necessários, não servem para nada, a não ser para o lucro de umas poucas empresas transnacionais. Trazem riscos potenciais à saúde das pessoas e há modificações permanentes e irreversíveis para a natureza e os ecossistemas. Nos opomos enfaticamente à introdução de árvores transgênicas, que significam um perigo ainda maior, devido, entre outras coisas, ao fato de o pólen ter a possibilidade de disseminação ao longo de milhares de quilômetros, contaminando inevitavelmente outras florestas, incluindo as floresta nativas, com multiplicação de impactos sobre a flora, os insetos e outros componentes da fauna, afetando também o sustento dos povos indígenas, pescadores, camponeses, quilombolas e outras comunidades locais.

5. Combatemos decididamente as sementes Terminator porque elas atentam contra o sentido da vida e de sua reprodução, pois se trata de uma semente suicida que visa beneficiar apenas as grandes empresas transnacionais controladoras das sementes e manter os agricultores sob sua dependência.

6. Nos opomos à tentativa do governo imperial dos Estados Unidos e de suas empresas transnacionais de nos impor o tratado da ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas); tratados bilaterais, chamados de TLC (Tratados de Livre Comércio); tratados de garantia de investimentos estrangeiros ou através de acordos de cúpulas costurados sem nenhuma participação popular na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses acordos colocam ainda em maior risco a nossa natureza, nossa agricultura, nossos serviços e as condições de vida de nossa população, pois priorizam apenas os interesses da garantia de lucro.

7. Manifestamos nosso apoio e a necessidade de reconhecer os povos e comunidades que durante séculos e milênios têm desenvolvido a biodiversidade agrícola, através da adaptação e criação de sementes que constituem as bases de toda a agricultura e alimentação da humanidade. Para manter essas bases de sustentação e essa enorme riqueza de biodiversidade agrícola e alimentar, é preciso reconhecer e afirmar os direitos dos camponeses, indígenas, pastores, pescadores e quilombolas à terra, ao território e aos recursos naturais, para que possam prosseguir nessa

tarefa crucial para a humanidade de conservação das sementes crioulas e nativas, que só podem ser multiplicadas em âmbito local e diverso.

Combatemos aquelas empresas que buscam o controle sobre as sementes contra toda a tradição dos povos que cuidaram zelosamente das sementes e sempre as entenderam como fontes de vida que jamais devem se transformar em mercadoria.

Por fim, externamos nosso desejo de que estes propósitos redundem em benefício para nossos povos, em soberania alimentar, ou seja, o direito que todos e cada povo têm de produzir seu próprio alimento, em condições saudáveis e socialmente justas e em equilíbrio com a natureza. Defendemos aqueles que trabalham no campo, nossos agricultores e camponeses. Defendemos seu direito de viver no modo camponês e assim garantindo o sustento de nossas populações. Esse modo de produção contribui decisivamente para dar sustentabilidade ao nosso planeta e ao desenvolvimento integral, imprescindível para garantia do futuro da humanidade.

Curitiba, 20 de abril de 2006

A maioria dos trabalhadores na cana é constituída de migrantes, provenientes dos estados do nordeste e do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Quando migram, em geral, são trazidos pelos gatos, viajam em ônibus clandestinos e, em alguns momentos, são submetidos às condições análogas às de escravo, segundo denúncias da Promotoria Pública, do Ministério do Trabalho e da Pastoral do Migrante, veiculadas pela imprensa local e regional, nacional e até mesmo internacional. De 2004 a 2006, a Pastoral do Migrante registrou 17 mortes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo depoimentos de médicos, a sudorose, provocada pela perda de potássio, pode conduzir à parada cardiorrespiratória. Outros casos se referem à ocorrência de aneurisma, em função de rompimento de veias cerebrais. Em alguns lugares, os trabalhadores denominam por birola, a morte provocada pelo excesso de esforço no trabalho. Para este trabalho, o piso salarial é de R\$ 410,00, sendo que o ganho é medido pelos níveis de produtividade.

Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas

*Maria Aparecida de Moraes Silva**

Menina-criança, órfã da cana, cujo pai lhe prometera uma bicicleta no final da safra de 2005. Ele morreu antes. Ela, todavia, não entendeu o significado da morte. Continuou sonhando e esperando a volta do pai (que fora para o céu, segundo sua mãe), para lhe mostrar que havia aprendido a pedalar.

Desde o século passado, a macro-região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, é conhecida como uma das mais desenvolvidas do país. Primeiramente, o café foi o

** Maria Aparecida de Moraes Silva é professora livre-docente, colaboradora do PPG/Geografia/UNESP/PP. Pesquisadora do CNPq.*

responsável pela produção de enormes riquezas. No início dos anos de 1960, surgem as usinas de cana-de-açúcar e álcool, cuja expansão da produção, ao longo destas últimas décadas, coloca esta região (além de outras) no mais alto ranking da economia brasileira, sem contar a capacidade de competição adquirida no mercado externo, algo comprovado pelas recentes conquistas na OMC, por meio das futuras vendas de açúcar para os países da União Européia. Ademais, nesses últimos meses, o etanol (álcool) tem sido visto como a alternativa para a solução dos problemas energéticos futuros em razão do esgotamento das reservas petrolíferas mundiais. Grandes empresas como Microsoft e Google já se mostraram interessadas em investir neste negócio, que coloca o Brasil como um dos mais competitivos do mundo. Segundo a UNICA (União dos Canavieiros do estado de São Paulo), neste ano de 2006 serão instaladas mais 19 usinas e destilarias em todo o estado, o que corresponderá à ocupação de milhares de hectares em cana.

Por sua vez, a maior processadora mundial de açúcar - a COSAN S. A. Indústria e Comércio - investirá US\$ 400 milhões no setor sucroalcooleiro nos próximos anos, atingindo a cifra gigantesca de moagem de 50 milhões de toneladas de cana por ano. Esta empresa, que reúne capital nacional e estrangeiro, obteve altos lucros em 2005, em virtude da subida de suas ações no mercado financeiro em torno de 132%. (Folha de S. Paulo, Dinheiro, B10, 24 de março de 2006)

Para o viajante que percorre as rodovias paulistas, após a cidade de Campinas, indo em qualquer direção, a impressão que terá é que estará no meio de um gigantesco canavial. A história objetivada desta região - caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, do multicolorido de plantações de milho, algodão, amendoim, feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos - está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao monocromático dos canaviais, exceto as áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça, advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem. Segundo recente reportagem, os focos de queimada aumentam em mais de 1.000% durante a safra na região de Ribeirão Preto. Este fato provoca vários danos à saúde das pessoas da cidade, sem contar que há o crescimento de até 50% no número de pacientes com problemas respiratórios (Folha de S. Paulo, Folha Ribeirão, C1, 28 de março de 2006). Os gases expelidos pela fuligem da cana queimada são o carbônico, os nitrosos (sobretudo o monóxido e o dióxido de nitrogênio), e os sulfurosos (como o monóxido e o dióxido de enxofre). Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurosos que, com grande acumulação, podem gerar chuva ácida, pre-

judicial ao meio ambiente. Além desses gases, há a formação de vários hidrocarbonetos ou aromáticos contendo benzeno e similares, muito prejudiciais à saúde. (Zamperini, 1997; Allen et al., 2004; Rocha & Franco, 2003; Oppenheimer et al., 2004)

Apesar de inúmeras denúncias, inclusive do Ministério Público, as queimadas continuam, amparadas na Lei Estadual N. 11.241/2002, contrariando lei anterior, que previa o fim desta prática predatória do meio ambiente e da saúde das pessoas, além de estabelecer um percentual crescente de eliminação da queimada de cana do primeiro ao vigésimo ano para áreas mecanizáveis. Para aquelas não mecanizáveis, com declividade superior a 12% e área menor de 150 hectares, o prazo final para a eliminação da queima é o ano de 2031. Segundo esta lei, a área mecanizável dessa região deveria estar em torno de 30%.

Nos últimos anos, a riqueza, advinda do agronegócio do açúcar e álcool, vem sendo exposta nas vitrines das agrishows, feiras realizadas em Ribeirão Preto com o intuito de revelar o Brasil moderno, avançado tecnologicamente e cuja agricultura é movida tão somente por máquinas. No entanto, há uma outra realidade situada atrás do palco deste show. Um mundo invisível, escondido no meio dos canaviais e laranjais que compõem a gigantesca produção desta região: o trabalho e os trabalhadores.

A maioria dos trabalhadores é constituída de migrantes, provenientes dos estados do nordeste e do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Quando migram, em geral, são trazidos pelos gatos, viajam em ônibus clandestinos e, em alguns momentos, são submetidos às condições análogas às de escravo, segundo denúncias da Promotoria Pública, do Ministério do Trabalho e da Pastoral do Migrante, veiculadas pela imprensa local e regional, nacional e até mesmo internacional. De 2004 a 2006, a Pastoral do Migrante registrou 17 mortes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo depoimentos de médicos, a sudorose, provocada pela perda de potássio, pode conduzir à parada cardiorrespiratória. Outros casos se referem à ocorrência de aneurisma, em função de rompimento de veias cerebrais. Em alguns lugares, os trabalhadores denominam por birola, a morte provocada pelo excesso de esforço no trabalho. Para este trabalho, o piso salarial é de R\$ 410,00, sendo que o ganho é medido pelos níveis de produtividade.

As notícias dessas mortes ganharam espaços nos principais meios de comunicação locais, regionais e internacionais. Estas denúncias, inicialmente encaminhadas ao Ministério Público, chamaram a atenção da Procuradoria Geral da República de São Paulo, da Plataforma DHESC (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais), com apoio institucional do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD), e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PGR/MPF) –

que organizaram duas audiências públicas na cidade de Ribeirão Preto durante o mês de outubro de 2005 –, e também da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, representada pela Comissão de Agricultura e Pecuária, que se responsabilizou pela organização da terceira audiência pública, na cidade de São Paulo, em dezembro de 2005. No ano de 2006, o Ministério Público do Trabalho realizou várias audiências com o intuito de discutir o fim do trabalho por produção e o cumprimento das normas regulamentadoras do trabalho.

As mortes são a ponta do iceberg de um processo gigantesco de exploração, no qual não somente a força de trabalho é consumida, como também a própria vida do trabalhador. Historicamente, este sistema de exploração guarda fortes semelhanças aos fatos ocorridos na Inglaterra no início do século XIX, quando nas fábricas e manufaturas, em virtude da extração da mais valia absoluta, as jornadas de trabalho se estendiam até 18 horas, levando muitos operários à morte. Marx, ao analisar estes fatos, afirma que tal sistema fora estancado em virtude da ação do estado, por meio de uma legislação capaz de conter os apetites vorazes dos capitalistas em busca de lucros crescentes, a fim de garantir a reprodução da classe trabalhadora.

Em vários estudos já realizados pudemos constatar que este fato sempre esteve associado à grande oferta de força de trabalho, proveniente dessas áreas mais pobres do país e também em razão dos condicionantes históricos que definem estes trabalhadores como desqualificados, desvalorizados, valores que entram na determinação do valor do preço da força de trabalho. Este fenômeno tem acompanhado o processo de acumulação capitalista em vários tempos históricos e em vários países. Atualmente, a chamada imigração ilegal de trabalhadores das áreas pobres para as ricas nada mais é do que a outra face desta medalha. Na verdade, a ilegalidade é uma forma de rebaixar o valor desta força de trabalho, à medida que os imigrantes não têm acesso aos direitos sociais trabalhistas e são considerados não cidadãos, ‘indocumentados’, obrigados a viver escondidos, podendo ser deportados, presos como criminosos, segundo atestam várias pesquisas sobre a temática das migrações internacionais no mundo atual.

Os migrantes são transformados, de um momento para o outro, em mercadoria, força de trabalho barata, cujo dispêndio deve obedecer às regras impostas pelas empresas. No eito dos canaviais, devem se portar como “profissionais do podão”. Para isso, devem aprender o “jogo do corpo”, com movimentos cada vez mais rápidos, para serem verdadeiros atletas, “jogadores de futebol” (segundo a expressão de um subdelegado do trabalho), capazes de jogar durante oito ou nove horas, sob sol forte e temperaturas acima de 35 graus. A fim de oferecer ao leitor a idéia mais próxima possível da realidade dos chamados “profissionais do podão”, far-se-á uma breve descrição de seu cotidiano, durante sete ou oito meses, com apenas uma folga por semana.

Logo pela madrugada, começam a preparar a comida, pois há apenas um fogão para muitas marmitas. Por voltas da 6h, os ônibus partem em direção aos canaviais, numa viagem que pode durar mais de uma hora. Chegando ao eito, as tarefas são distribuídas: cada trabalhador recebe as instruções do corte de cinco ruas. A cana deve ser abraçada e cortada o rés-do-chão para facilitar a rebrota. Esta atividade exige total curvatura do corpo. Após o corte, a cana é lançada nas leiras (montes); antes devem ser aparados os ponteiros, cujo teor de sacarose é pouco, não compensando o transporte para a moagem. Segundo dados agrônômicos da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP), para cortar 10 toneladas de cana o trabalhador desfere quase 10 mil golpes. A elevação continuada da média induz ao sofrimento, dor, doenças e até mesmo à morte. Acredita-se que este fato seja um dos principais pontos de reflexão. Há, ainda, registros do uso de drogas, como maconha e crack, para o aumento da capacidade de trabalho durante o corte da cana. A frase “Não dá para acompanhar o campo de cara limpa” reflete a crueza e a brutalidade destas relações de trabalho. A maconha, segundo depoimento de um trabalhador, alivia as dores nos braços. Quanto ao crack, trata-se de uma droga estimulante, portanto, o seu uso possibilita maiores ganhos de produtividade. Este fato, além de invisível, é proibido, pois, numa sociedade permeada pela violência como a brasileira, o silêncio, muitas vezes, é uma estratégia de sobrevivência.

As condições de trabalho são marcadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passa para 8 a 9; em 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas. No entanto, em razão dos critérios impostos, vários depoimentos demonstram que este montante é muito maior, pois o cálculo da produtividade é feito a partir da transformação do metro em toneladas. Ou seja, a partir de cálculos aleatórios, a paridade é estabelecida em, por exemplo, X metros = X toneladas. Este sistema é chamado campeão, que consiste no seguinte: antes do corte, um técnico da usina recolhe três amostras de cana de cada talhão (área plantada). Estas canas são levadas para a usina e pesadas. A partir daí são fixados os valores correspondentes de metros e toneladas, segundo estimativas baseadas nas amostras colhidas. Entretanto, apesar dos critérios científicos e técnicos terem aperfeiçoado as variedades de cana - cada vez mais visando ao aumento do teor de sacarose -, as canas não possuem o mesmo peso, nem se encontram da mesma forma no momento do corte. Há canas deitadas, em pé, trançadas, as quais exigem diferentes esforços dos trabalhadores. Assim sendo, o Sindicato de Cosmópolis desenvolveu um método capaz de diminuir um pouco o desgaste no uso do gancho. O gancho é um instrumento de madeira, feito pelos próprios trabalhadores e que substitui os movimentos com as pernas para alinhar a cana para o corte dos

ponteiros, caso estes não sejam retirados antes de serem lançados nas leiras. A experiência adquirida durante o tempo de trabalho leva à criação de estratégias que visam à diminuição do sofrimento no trabalho. Assim sendo, o gancho, como invenção resultante da experiência laboral, acaba sendo um mecanismo de resistência do trabalhador. Este instrumento ameniza as dores nos braços e nas costas e evita o agravamento das dores nas pernas. Outra forma de resistência produzida no eito é a troca de cabos do podão pelo próprio trabalhador. As usinas, na busca do aumento desenfreado de lucros, fornecem podões com cabos menores, a fim de diminuir os custos com os instrumentos de trabalho. Esta medida exige maior curvatura do corpo no momento do corte, mais um agravante do sofrimento no trabalho. Para contrapor a isso, alguns trabalhadores trocam os cabos menores por maiores.

Por outro lado, algumas usinas exigem a cana amontoada e não enleirada (em leiras), para facilitar a ação dos guinchos no momento da recolha e depósito nos caminhões. Todas estas imposições não são contabilizadas nos cálculos dos técnicos, segundo o modelo campeão. Ainda mais. A cana é pesada na usina, portanto, o controle desta operação escapa ao trabalhador, que, em muitos casos, se sente lesado.

Para evitar o roubo no momento da pesagem, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis desenvolveu um método que contraria aquele adotado pelas usinas. Trata-se da quadra fechada, cuja descrição é a que segue. De posse dos cadernos de metragem, obrigatoriamente oferecidos pela usina, tem-se o controle sobre o eito igualado, isto é, de todo o eito, e não apenas de algumas partes, segundo o processo de amostragem descrito anteriormente. Ademais, foi desenvolvido um software para computador, colocado na usina, capaz de controlar o peso da cana proveniente de todas as quadras (talhões), sob a fiscalização do sindicato. Segundo os sindicalistas, os cálculos, advindos deste método, apontam para cifras muito superiores daquelas oferecidas pela usina. Em alguns casos, a partir de seus exemplos, 12 toneladas (segundo o campeão), na realidade, correspondem a 20, 25 ou até 30 toneladas (segundo a quadra fechada). Em suma, além do sobre-valor captado pela relação de trabalho que fixa em R\$ 2,20 a tonelada cortada, há o roubo no momento da pesagem da cana na usina.

Não obstante este controle, os relatos apontam para a continuidade das câibras, vômitos, tonturas, feridas no corpo, provocadas pelo suor mesclado à fuligem, dores de cabeça etc. A principal característica desse trabalho é a de ser extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, o trabalhador não possui, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos, além de serem submetidos a uma disciplina rígida, cujo controle não incide apenas sobre o tempo de trabalho, como também sobre os movimentos do corpo e o grau de competição estabelecido entre os cortadores. Quanto mais competitivos, mais

rápidos serão os golpes de podão, capazes de lhes darem o título de “podão de ouro”. Os portadores desse prêmio terão, no final da safra, poupado o suficiente para a compra da moto, mercadoria desejada, cujo fetiche redefinirá o papel de seu possuidor na comunidade de origem. Caso seja jovem, solteiro, será visto como vitorioso, forte, destemido, valores sancionados positivamente e responsáveis pelas conquistas amorosas das jovens, cujos olhares também permanecem embaçados pelo brilho do fetiche. Se forem casados, o dinheiro poupado poderá ser empregado na construção da casa em alvenaria, deixando de lado a choça de adobe, coberta com folhas de babaçu (Maranhão), ou a casinha, cujas paredes são cobertas pela tabatinga (Vale do Jequitinhonha).

No que tange à atividade do plantio, o dispêndio de energia é também muito grande. Esta tarefa combina o emprego de força de trabalho e meios mecânicos. Após o corte das mudas, as mesmas são transportadas aos locais de plantio em caminhões. Em cima da carga de cana, que chega a atingir a altura de três metros, ficam os trabalhadores que vão lançando as mudas nos sulcos, já abertos para o plantio. Esta tarefa se combina àquela de outros trabalhadores que, agachados ou ajoelhados, vão colocando e cortando as mudas nos sulcos. Estes últimos são obrigados a desempenhar a tarefa no ritmo do caminhão e também do trator, que vem em seguida tapando os sulcos com terra. Os motoristas destes caminhões são terceirizados e recebem segundo o sistema de fretes. Logo, quanto mais cana transportarem maiores serão seus ganhos. Segundo relato de sindicalistas, os trabalhadores não descansam e não têm tempo sequer para suas necessidades fisiológicas.

A carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, contribui para o aumento de acidentes de trabalho, além de doenças das vias respiratórias, dores na coluna, tendinites, câibras, produzidas pela perda de potássio em razão dos suores. A fuligem da cana queimada contém gases com venenos, pois, também segundo o que está sendo apurado pela Promotoria Pública, as usinas distribuem agrotóxicos que apressam a maturação da cana apenas três semanas antes do corte. Estes produtos são altamente prejudiciais à saúde.

Durante as audiências públicas, muitos relatos de trabalhadores confirmaram o sofrimento durante o trabalho, as câibras em todo o corpo, ânsias de vômito, que levam a desmaios e até mesmo à morte, como nos 17 casos citados. Alguns chegaram a mencionar as jornadas de trabalho que chegam a 18 horas diárias, sobretudo nas atividades referentes à troca de turnos, como o engate dos tratores com a cana colhida pelas máquinas, cujas “gaiolas” são, em seguida acopladas aos caminhões, que conduzem a cana às usinas para a moagem.

A imposição da média de 12 toneladas de cana colhidas por dia é uma forma de selecionar os trabalhadores, pois aqueles que não atingem o nível de 10 toneladas são

dispensados. Os níveis de esforços exigidos para o corte da cana, somados à não reposição adequada dos nutrientes e calorias perdidos no eito, e o não esclarecimento sobre o volume da produção diária do trabalhador, são o comprovante dos índices de superexploração e também do desrespeito aos direitos humanos do trabalho.

Portanto, a migração, assim como este trabalho, é resultante do sistema econômico-social vigente, que se traduz pela imposição, pelo atrelamento de milhares de pessoas a um processo de trabalho, que não pode ser definido como livre, que possui as características da escravidão, porém com novas correntes, invisíveis, sob a capa do salário em dinheiro, do contrato e do chamado direito de ir e vir. Qualquer forma de recusa, de resistência, individual ou coletiva, é traduzida em ameaças, dispensas, medo e perseguições. O capataz dos confins deste país é substituído pelos feitores, fiscais e gatos. As armas são substituídas pelas listas negras e rescisões de contratos.

Enquanto esta barbárie ocorre no mundo do trabalho, o mundo do mercado internacional coloca este mesmo país no patamar do sucesso absoluto do agribusiness. Este é o paradoxo dos dois mundos da sociedade contemporânea. O trabalho que produz esta enorme riqueza é o mesmo que mutila e pode matar os “Severinos”, que deixam suas terras em busca da sobrevivência individual e familiar.

O verdadeiro significado da história libertadora é quando os sujeitos a escovam a contrapelo, segundo a definição de W. Benjamin. Este texto teve esta intenção.

Se houve atitudes positivas na luta contra o trabalho escravo, como a OIT reconheceu, persistem velhos impasses, como a impunidade, a indefinição de competência para se julgar os aspectos criminais, e a não aprovação, até o novembro de 2006, da PEC 438-2001, relativa à perda da propriedade nos casos de trabalho escravo. Finalmente, como a CPT e o CEJIL cobraram do Governo Brasileiro em outubro de 2006, na Organização dos Estados Americanos, faltam medidas preventivas ousadas de geração de renda para a população mais vulnerável ao aliciamento e implementação de medidas eficazes de reforma agrária.

A escravidão por dívida: novidades e persistências

Ricardo Rezende Figueira¹

Em alguns aeroportos do país, o passageiro poderia se deparar com uma publicidade surpreendente: painéis contra a escravidão. Também foram distribuídas na área rural e urbana dezenas de variadas publicações a respeito do tema e foram feitos filmes sobre o assunto. Era um material que tratava da escravidão não legal, do período republicano.

Sérgio Buarque de Holanda, em 1936², escreveu que a abolição de 1888 era o marco divisório na evolução nacional, o começo do fim do poder da oligarquia rural. Contudo, na primeira década do século XXI, o capital latifundiário continua poderoso, tem expressiva bancada parlamentar e o tema da escravidão continua atual. Novas operações de fiscalização revelam novos focos do crime previsto no art. 149 do Código Penal Brasileiro: “redução à condição análoga à de escravo” em propriedades rurais.

¹ Ricardo Rezende Figueira é padre, Professor Assistente no DSS da PUC-Rio, membro da coordenação do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo IFCH/UF RJ e do Conselho Deliberativo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo, Cia. das Letras, 1995

Volta e meia, grupos de trabalhadores são libertados por funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego, da Justiça e do Ministério Público do Trabalho. É verdade que atrás da categoria trabalho escravo se esconde uma variedade enorme de situações, dada, inclusive, às mudanças introduzidas no art. 149. O trabalho degradante por si tem sido considerado trabalho escravo por encarregados da fiscalização e por operadores do direito.

Feita essa introdução, poderíamos sintetizar algumas observações sobre as características atuais do problema, sem que a ordem da exposição manifeste algo sobre sua precedência e importância.

A primeira observação se refere aos proprietários dos imóveis rurais que foram denunciados no Brasil nesse ano ou em anos recentes. Os suspeitos do crime pertencem predominantemente ao agronegócio. Eles misturam a tecnologia de um mundo informatizado e globalizado com formas degradantes e coercitivas de trabalho. São empresários modernos e, entre estes, alguns exercem ou exerceram, quando o fato se deu, cargos públicos, especialmente no legislativo – estadual e federal –, incluindo o Senado. Há, ainda, entre os denunciados, membros de outros poderes – prefeito, ministro, secretário de estado, juiz de direito e, recentemente, houve a denúncia contra um reitor de uma universidade particular.

A observação seguinte se refere a conclusões que poderiam ser tomadas de uma leitura da relação das autoridades envolvidas em denúncias. Percebe-se que algumas têm residência fora do estado onde o crime se realiza. Houve autoridades de Pernambuco e do Pará que o cometeram em propriedades no Maranhão; autoridade do Pará envolvida em outro município do mesmo estado; outras autoridades de Alagoas, Minas Gerais, Maranhão, Tocantins, Paraná, Rio Grande do Norte e Paraíba foram acusadas de incidirem no delito em fazendas no Pará; autoridades cariocas em propriedade no Mato Grosso; de Minas Gerais, em fazenda no Tocantins e Goiás; de São Paulo, em fazenda em Goiás. Como no passado, normalmente as vítimas não são do mesmo estado ou município onde a violação da lei é cometida, salvo se a denúncia se refere à nova concepção de escravidão, baseada no trabalho degradante e não necessariamente na coerção.

A terceira observação se refere à imprensa. Ela continua sendo, apesar de todos os limites, um importante veículo de informação para a sociedade. O ano de 2006 começou com uma notícia sobre o Brasil publicada por um jornal britânico. Em 5 de janeiro, o *Daily Telegraph* revelou que estava sendo realizado um estudo sobre a carne consumida pelos britânicos. Havia chance de parte desta carne ter saído de alguma fazenda brasileira que utilizava trabalho escravo. Ao longo dos meses seguintes, como nos últimos anos, muitas das reportagens foram publicadas no Brasil a respeito da escravidão: os jornais anunciaram ações do poder público para libertar pessoas em atividades produtivas na área rural; ou para libertar em áreas urba-

nas, como o caso de jovens paraibanos aliciados para venderem redes na cidade do Rio de Janeiro³ ou bolivianos no setor têxtil em São Paulo.⁴

Outra observação é a respeito da dimensão internacional. Em setembro de 2006, nove meses depois da matéria publicada no jornal inglês, o jornal francês *Le Monde* publicou que nove poloneses tinham ido trabalhar na colheita de tomate na Itália. Ali foram retidos por dois de seus conterrâneos e principalmente por um ucraniano que, armado, os ameaçava afirmando: “Aqui a lei sou eu; vocês são meus escravos”. Avisou que não adiantava fugirem, pois ele ia atrás. Contudo, policiais os libertaram e libertaram outros 113 trabalhadores poloneses, explorados “em condições inumanas”. A polícia reteve 27 pessoas – poloneses, ucranianos, um algeriano e um italiano –, acusadas de “tráfico de seres humanos” e do crime de “redução à escravidão”.

A escravidão atinge simultaneamente países de continentes e situações econômicas diferentes – Itália e Brasil –, como citados acima. O informe “Uma alianza global contra el trabajo forzoso”, publicado em 2005 pela OIT por ocasião da sua 93ª reunião, revela a existência de 12,3 milhões de pessoas em trabalho forçado em todos continentes.⁵ O trabalho escravo repercute além das fronteiras do estado ou do país; envolve mão-de-obra nacional e estrangeira. A carne produzida no Brasil em condições de trabalho escravo poderia estar sendo comercializada e vendida na Grã-Bretanha; a confecção feita em São Paulo por bolivianos poderia ser comercializada por fornecedores da multinacional holandesa C&A, como alertou o Ministério Público do Trabalho⁶; parte da cana-de-açúcar mato-grossense, fruto de mão-de-obra escrava aliciada em quatro estados do Nordeste, era vendida para destilaria de álcool e entrava no circuito das redes de combustível.

A quinta observação demonstra que as atividades empresariais denunciadas são diversas. Na área rural, mesmo se os casos mais conhecidos se dão na instalação de

3 <http://www.sinait.org.br/ler.php?id=002482>.

4 Dos 200 mil bolivianos que trabalhariam no município de São Paulo, segundo estimativa da Pastoral dos Migrantes, 12 mil estariam em condições de escravidão. Confirmando a importância do tema para a imprensa brasileira nos últimos anos, conforme a OIT, no país, em 2002, foram publicadas 260 matérias sobre a escravidão contemporânea; em 2003, 1541 e, em 2004, 1518.

5 A distribuição dos trabalhadores forçados, conforme o documento da OIT (Uma alianza global contra el trabajo forzoso. Ginebra, OIT, 2005:14), se dá assim: Ásia e Pacífico: 9.490.000; Países industrializados: 360.000; América Latina e o Caribe: 1.320.000; Oriente Médio e África do Norte: 260.000; países em transição: 210.000; África Subsaariana, 660.000.

6 Conforme Iberê Thenório: “Em audiência pública (...), o Ministério Público do Trabalho (MPT) da 2ª Região (Grande São Paulo e Baixada Santista) alertou 80 fornecedores da rede de lojas C&A sobre a possibilidade de estarem comprando de confecções que exploram mão-de-obra de imigrantes ilegais latino-americanos para a produção de roupas. Em algumas dessas oficinas clandestinas, houve inclusive constatação de trabalho escravo”. Procurado pela Repórter Brasil, a empresa respondeu: “A C&A mantém cláusulas contratuais com os seus fornecedores vedando a utilização de mão-de-obra escrava ou ilegal, portanto espera que os seus fornecedores atendam ao estipulado contratualmente. Caso tenha conhecimento do descumprimento destas cláusulas, solicitará explicações e esclarecimentos imediatamente ao fornecedor, estipulando prazo para resolução da situação e dando ciência da posição da C&A. Ressaltamos que todos os fornecedores, por exigência da C&A, formalizaram o seu compromisso de não utilização de mão-de-obra ilegal”. (06.06.2006, Repórter Brasil)

fazendas dedicadas ao plantio do pasto e criação de gado, aparecem também em plantação de algodão, soja, desflorestamento, cana-de-açúcar, café, pimenta do reino, ou ainda na produção de carvão vegetal. Na área urbana, os casos que apareceram em 2006 foram no setor têxtil e na comercialização de redes e mantos.

Para compreender e enfrentar essa situação, algumas medidas foram tomadas pela sociedade civil, pela classe patronal e pelo Estado, separadamente ou de forma articulada, com relativo sucesso em alguns casos; em outros, a solução ainda está longe de ser atingida. Entre as instituições que se destacam, além da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estão a Comissão Pastoral da Terra, o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ, a ONG Repórter Brasil, o Instituto Ethos e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. De uma forma ou outra, eles têm promovido encontros, seminários, cursos, publicações e pesquisas. A OIT, a Vale do Rio Doce e o Canal Futura, por exemplo, produziram filme em oito capítulos intitulado “Que trabalho é esse?”, que foi utilizado no programa *Teletrem da Estrada de Carajás*. Merecem também destaque algumas ações, mesmo quando iniciadas em anos anteriores, mas com resultados em 2006:

- as fiscalizações empreendidas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel⁷ e por algumas Delegacias Regionais do Trabalho, como a do Rio de Janeiro e a do Pará, aumentaram e se tornaram mais eficientes;

- as Ações por Danos Morais Coletivos, impetradas pelo Ministério Público do Trabalho com frequência foram acolhidas por parte da Justiça do Trabalho;

- a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), órgão colegiado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, criado para monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, funciona regularmente desde 2003, em Brasília ou em locais em que se fazem necessários.

- planos para a erradicação da escravidão foram elaborados em alguns estados, como Maranhão e Piauí, e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- tem havido publicação, desde 2003, com atualização periódica realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do cadastro das empresas envolvidas com trabalho escravo;

- o lançamento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo foi em maio de 2005 com a adesão de entidades representativas, organizações da sociedade civil e dezenas de empresas nacionais e internacionais da área de energia, papel e celulose, financeira, industrial, nutricional etc. Novas adesões foram realizadas em 2006;

- parte da classe patronal se preocupou com as possíveis consequências das repercussões das denúncias de trabalho escravo em sua cadeia de produção, como boicote, suspensão de

⁷ Teria havido, conforme documento da CPT e do CEJIL, apresentado na OEA, um aumento de 178,2 nos últimos três anos e o número de pessoas resgatadas das fazendas cresceu 196,6 % no mesmo período. (Confira Repórter Brasil, 24.10.2006)

financiamentos públicos, multas etc e assinou o Pacto pela Erradicação ao Trabalho Escravo, se comprometendo a não adquirir produtos vindos de propriedades que constassem no Cadastro das empresas envolvidas no trabalho escravo.

- o setor patronal, ainda preocupado, criou, por exemplo, o Instituto Algodão Social (ISA)⁸, no Mato Grosso, e o Carvão Cidadão (ICC)⁹, no Maranhão. Este partiu da iniciativa de sete siderúrgicas do estado para “orientar e fiscalizar todas as atividades relacionadas com a cadeia de produção vegetal (...) com vistas ao cumprimento da legislação trabalhista e demais normas de proteção à segurança e à saúde do trabalhador e a preservação do ambiente de trabalho”. Além disso, o ICC pretende “desenvolver um trabalho de inserção social dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo, oferecendo vagas para estes trabalhadores na área de reflorestamento das siderúrgicas associadas”. O IAS, com sede em Cuiabá, foi criado no final de 2005 para regularizar as relações de trabalho e a segurança do trabalhador. Com o apoio da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), utiliza recursos obtidos com o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (FACUAL) e pretende seguir as “indicações exigidas pelo mercado internacional, com produtos que reconhecem e respeitam as relações sociais e humanas em seu processo de produção”. O IAS criou “cinco equipes móveis com técnicos em segurança do trabalho e recursos humanos, que visitam as fazendas e propõem mudanças para tornar o trabalho mais socialmente responsável”.

- Cabe ressaltar momentos de tensão, como no caso do Mato Grosso, onde houve um confronto entre policiais do estado e funcionários do governo federal durante uma fiscalização coordenada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel. As tensões foram parcialmente superadas com a realização de um encontro da CONATRAE em Cuiabá.

- Dos governadores eleitos nas eleições deste ano, só quatro assumiram compromissos oficiais, propostos pela Repórter Brasil, de implementar medidas pela erradicação do trabalho escravo¹⁰.

Se houve avanços, atitudes positivas em relação ao problema, como a OIT reconheceu, persistem velhos impasses, como a impunidade, a indefinição de competência para se julgar os aspectos criminais, e a não aprovação, até o novembro de 2006, da PEC 438-2001, relativa à perda da propriedade nos casos de trabalho escravo. Finalmente, como a CPT e o CEJIL cobraram do Governo Brasileiro em outubro de 2006, na Organização dos Estados Americanos, faltam medidas preventivas ousadas de geração de renda para a população mais vulnerável ao aliciamento e implementação de medidas eficazes de reforma agrária.

8 <http://www.algodaosocial.com.br>

9 <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conatrae/icc.htm>

10 Ana Júlia Carepa (PA), Jackson Lago (MA), Jaques Wagner (BA) e Wellington Dias (PI) ratificaram Carta-compromisso; presidente Lula, reeleito, enviou seu próprio documento explicando como dará continuidade ao combate ao trabalho escravo. Com exceção de Lago, do PDT, os demais pertencem ao PT. (Repórter Brasil - 29/10/2006).

É motivo de preocupação a ocorrência, até os dias de hoje, de atitudes criminosas e violentas por parte da Polícia Militar, assassinando, agredindo e humilhando indígenas. Preocupa, ainda mais, o acobertamento e a impunidade de todos esses atos da autoridade policial, mesmo com as denúncias devidamente encaminhadas ao Ministério Público. Fica ainda mais preocupante todo este contexto quando temos a informação de que, entre os anos de 2005 e 2006, mais de 80 indígenas foram processados criminalmente, de maneira injusta e ilegal, em decorrência de conflitos envolvendo a luta pela terra. Além desses, só na cadeia de Dourados, no Mato Grosso do Sul, estão presos cerca de 70 indígenas, condenados pelos mais variados delitos. Tudo indica um recrudescimento do preconceito, da criminalização, do ódio étnico e do absoluto desrespeito aos direitos indígenas para que tal cenário descrito tenha se constituído, envolvendo inclusive o sistema judicial e o poder policial.

O caleidoscópio da violência contra os povos indígenas¹

*Em memória de Dom Franco Masserdotti, de Paiô Zoró e de Maninha Xukuru-Kariri
Paulo Maldos**

Os índices de violência contra os povos indígenas no Brasil em 2006 continuaram altos, como todos os anos anteriores.

Como num triste caleidoscópio, a cada ano podem mudar números ou ênfases, mas a matriz da tragédia continua a mesma, produzindo sempre as mesmas dores, que atingem comunidades inteiras, povos inteiros.

* Paulo Maldos é assessor político do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

¹ A pesquisa e a sistematização do material jornalístico; dos informes das equipes locais e dos regionais do Cimi; das denúncias dos povos, comunidades e organizações indígenas, que tornaram possível o presente relatório, foram realizadas por Leda Bosi Magalhães; Aida Marise Cruz, do Sedoc (Setor de Documentação) e Eduardo Holanda, do Secretariado Nacional do Cimi.

Qual a raiz principal desta tragédia que se repete ciclicamente, como se fosse um destino?

Não resta dúvida de que a raiz principal repousa na absoluta falta de prioridade da questão étnica para o governo Luiz Inácio Lula da Silva, como o foi para todos os governos anteriores. Esta raiz principal se desdobra em duas outras importantes:

- Ausência de recursos para a demarcação de territórios e para as demais políticas referentes aos povos indígenas e
- Sucateamento do órgão indigenista – Funai (Fundação Nacional do Índio) - e demais instituições governamentais responsáveis pela questão indígena.

A raiz principal faz parte da matriz ideológica do governo federal, que não enxerga os povos indígenas como sociedades etnicamente diferenciadas, com as quais a sociedade e o Estado nacionais possuem uma enorme dívida histórica; comunidades que possuem direitos anteriores à formação da nacionalidade e do território brasileiros, que contribuíram ativamente para a consolidação desta nacionalidade e deste território e que possuem condições plenas para exercer seu protagonismo político e controlar as ações que lhes dizem respeito.

Um primeiro desdobramento desta raiz é a ausência de recursos minimamente suficientes para que a dívida histórica continue a ser paga pelo Estado brasileiro, garantindo o reconhecimento e defesa dos territórios tradicionais e garantindo a execução de políticas específicas em saúde, educação, auto-sustentação, meio ambiente, que propiciem a qualidade de vida necessária à reprodução física e cultural das comunidades e povos indígenas.

Um segundo desdobramento desta raiz é o sucateamento do órgão indigenista e demais instituições governamentais que lidam com as comunidades indígenas, que padecem de falta de pessoal qualificado; faltam infra-estrutura, equipamentos e meios materiais; falta de políticas específicas e diferenciadas e, pior que tudo, muitas vezes impregnadas de uma visão autoritária e preconceituosa com relação aos povos indígenas, imbuídas de uma mentalidade anterior à Constituição de 1988, ou seja, integracionista e negadora do protagonismo político das comunidades indígenas.

A combinação desta raiz principal com seus desdobramentos produz uma realidade de abandono e violência sistemáticos, gera um cotidiano de sofrimento por parte das comunidades indígenas em todo o país, refletidos nos números das agressões computadas nos relatos das comunidades e das equipes locais do Cimi (Conselho Indigenista Misionário), assim como nos artigos da imprensa regional e nacional, todos sistematizados neste relatório.

Assassinatos

Até outubro de 2006, foram reportados 27 casos de assassinatos de indígenas, totalizando 31 vítimas. Nestes registros, chama a atenção o número de assassinatos de indígenas cujos autores são também indígenas (17). Entre estes, na quase totalidade dos casos (16), o motivo é definido por “conflito interno” e “consumo de bebida alcoólica e drogas”. Catorze vítimas do total, ou quase a metade, são do estado do Mato Grosso do Sul, todas do povo Guarani-Kaiowá.

Estes dados mostram que as tensões externas vividas pelas comunidades indígenas vêm sendo transferidas para o seu interior, causando desequilíbrios nas relações entre as pessoas, propiciando brigas, facilitando o consumo de álcool e drogas, levando ao surgimento de assassinatos dentro da própria comunidade. Essa origem externa dos conflitos e mortes é facilmente visualizada no estado do Mato Grosso do Sul, região onde as demarcações não ocorrem devido ao comprometimento do poder político estadual com o latifúndio e o agronegócio e onde, por consequência, as comunidades indígenas vivem confinadas em terras exíguas e submetidas a toda sorte de violências por parte de invasores.

Os assassinatos cuja autoria são de “não indígenas” se deram em estados ou regiões de estados marcados por forte preconceito da sociedade local com relação aos índios, como Roraima, Rondônia, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Acre.

Tentativas de assassinato

A mesma estrutura de situação referente a “assassinatos” se repete em “tentativas de assassinato”, qual seja: de um total de 11 casos com 14 vítimas, cinco tiveram como autores também indígenas; sete casos ocorreram no Mato Grosso do Sul, com o povo Guarani-Kaiowá, e o restante em estados com forte preconceito na sociedade local como Roraima, Rondônia e Mato Grosso.

Tais agressões se caracterizam, no caso de autoria indígena, por disputas internas na comunidade e pela presença de álcool e drogas; no caso de autoria não indígena, se caracterizam por uma brutalidade típica de motivação por forte preconceito, como o caso de invasão de festa de aniversário por homens encapuzados, que entraram atirando nas pessoas.

Suicídios

Com relação aos suicídios, também se repete o mecanismo de internalização dos conflitos exteriores da comunidade, só que agora se refletindo em desequilíbrios de ordem pessoal que, articulando-se com características étnico-culturais, produzem a atitude de suicídio.

Chama a atenção, novamente, a incidência de casos no estado do Mato Grosso do Sul, 13 casos de um total de 14 em todo o país. Novamente, os casos de suicídios incidem com mais intensidade em aldeias caracterizadas pelo espaço exíguo e totalmente insuficiente, como a aldeia Guarani-Kaiowá de Dourados, onde ocorreram oito episódios.

Outra característica dos suicídios neste ano foi a idade prematura dos indígenas, na sua grande maioria de 11 a 18 anos de idade (nove casos). O fato de haver suicidas indígenas adolescentes não é novo, como também a característica de um suicídio acabar por deflagrar outros, entre parentes próximos, amigos e namorados. O grave na situação deste ano é o aumento na incidência de tais casos entre adolescentes e o fato de cinco deles ocorrerem entre crianças de 11 a 15 anos.

Compondo a questão de tensionamento e desagregação social nas aldeias Guarani do Mato Grosso do Sul, foram relatados casos frequentes de alcoolismo, uso e distribuição de drogas, inclusive maconha, sendo que, cada vez mais, tanto o consumo como a distribuição e venda de drogas são feitas por jovens, adolescentes e crianças. Nenhuma providência está sendo tomada pela Funai ou qualquer instituição responsável.

Mortes por desassistência

Neste ano foram reportados 21 casos de morte de crianças em situações caracterizadas por desassistência e cujas enfermidades são de fácil controle e tratamento: diarreia, desnutrição, problemas respiratórios e hepatite.

Foram também reportados casos específicos do Vale do Javari, no estado do Amazonas, onde a organização indígena local, o CIVAJA (Comissão Indígena do Vale do Javari), que atua junto aos povos Mayoruna, Marubo, Matis, Kanamari e Kulina, denuncia que 25% da população de 3.500 indígenas se encontra enferma com hepatite. Denuncia ainda que, no primeiro semestre deste ano, ocorreram 23 mortes por hepatite, malária e outras doenças.

Tais casos de mortes de indígenas se destacam num contexto de repetidas denúncias de desassistência às comunidades indígenas por parte do poder público, em 13 estados da Federação, em todas as regiões do país. Apenas no tocante à precariedade no atendimento médico-ambulatorial, destacam-se: ausência e mau atendimento; falta de medicamentos; postos de saúde fechados pela vigilância sanitária; Funasa (Fundação Nacional de Saúde) não garante os convênios estabelecidos, gerando suspensão de atendimento por parte de entidades; péssimas condições de higiene em locais de tratamento e de recuperação, como nas Casas do Índio etc.

Agressões contra comunidades e patrimônio indígenas

Foram reportadas denúncias de agressão ao patrimônio em nove estados da Federação, envolvendo os territórios de 14 povos indígenas. Tais denúncias envolvem desmatamento, devastação da floresta pelo agronegócio, pesca ilegal, poluição de rios por agrotóxicos, contaminação de rios por mercúrio, extração ilegal de madeira, invasão e ocupação de território indígena por posseiros, ataque armado por pistoleiros e destruição de todas as casas da comunidade.

É importante destacar as violências praticadas pela Polícia Federal e Polícia Militar do Espírito Santo que, a título de “reintegração de posse” em favor da multinacional Aracruz Celulose, expulsaram violentamente indígenas Tupinikim e Guarani de seu próprio território. Na operação policial, uma verdadeira ação de guerra, nove indígenas foram feridos por balas e bombas de efeito moral e casas indígenas foram incendiadas.

Segundo estudos do Cimi, mais de 16% das 382 áreas registradas ou homologadas enfrentam algum tipo de invasão; pelo menos 61 áreas indígenas reconhecidas sofrem com invasões por grileiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, envolvendo como vítima uma população de mais de 65 mil pessoas.

Este quadro de invasão e agressão ao patrimônio e à vida das comunidades indígenas se dá dentro do contexto já analisado: de abandono destas por parte dos órgãos públicos; de ausência de proteção e vigilância por parte do Estado; da certeza da impunidade por parte daqueles que cometem tais crimes.

Discriminações e agressões étnicas, raciais e culturais

Foram reportados nove casos, em seis estados da Federação, todos envolvendo agressões à imagem, às pessoas e às comunidades indígenas. No Amazonas e no Espírito Santo, deputados estaduais fizeram discursos antiindígenas. No caso do Amazonas, o próprio presidente da Assembleia Legislativa, desqualificando comunidades indígenas; no caso do Espírito Santo, deputado afirmando que indígenas são “bagunceiros e baderneiros”. No Espírito Santo, também, diretor de jornal escreve para desqualificar e agredir comunidades indígenas.

Em Goiás e no Maranhão, houve relatos de discriminação e agressão a indígenas por funcionários públicos - no primeiro por parte de funcionários da Funasa e, no segundo, por parte de funcionários da Secretaria de Educação.

Em São Paulo, loja de grife colocou indígenas expostos em sua vitrine, numa atitude de folclorização e exploração de imagem de um grupo de indígenas Guarani, com óbvia finalidade de lucro.

No Amazonas, crianças indígenas Zuruahã foram retiradas da aldeia e levadas para tratamento médico em São Paulo, em atitude unilateral e preconceituosa por parte da organização JOCUM (Jovens com uma Missão).

No Espírito Santo e na Bahia, houve relatos de violências por parte de policiais militares; no primeiro, policiais junto com milícia armada da empresa multinacional Aracruz Celulose humilharam e prenderam 15 indígenas Tupinikim e Guarani e os levaram presos, sem motivo, para a delegacia do município de Aracruz; no segundo, 15 indígenas Tupinambá, incluindo duas adolescentes, foram espancados, ameaçados e presos por 10 policiais militares.

Este conjunto de casos é revelador de como o preconceito contra os povos indígenas está ainda presente, nas diferentes regiões do país, nas diferentes esferas da vida social, pública e privada e nas diferentes instituições da sociedade, chegando a produzir violência física brutal e gratuita, uma reminiscência das práticas coloniais.

Trabalho escravo

Foram reportados casos de trabalho escravo no Mato Grosso do Sul, envolvendo o povo Guarani-Kaiowá da Terra Indígena de Dourados.

Os indígenas são levados para o trabalho no corte de cana de açúcar em usinas, em condições similares ao trabalho escravo, do nascer ao pôr do sol. Não há praticamente pagamento nem alimentação. Devido ao excesso de sol e à super-exploração, são freqüentes os casos de câncer de pele e problemas de coluna. Como componentes do quadro de desagregação e exploração, estão presentes o alcoolismo e a prostituição, principalmente entre os jovens indígenas.

Homicídios culposos em acidentes de trânsito

Foram reportados cinco casos em três estados da Federação, com um total de 11 vítimas fatais de um total de 30 vítimas. Os casos se deram em Rondônia, Roraima e Mato Grosso do Sul, este com três casos que envolveram indígenas Guarani-Kaiowá.

O que chama a atenção em tais episódios é o fato de, novamente, Mato Grosso do Sul se destacar em termos de freqüência também neste tipo de violência.

Chama a atenção também o fato de, dentre todos os casos, em apenas um o motorista, responsável pelo acidente e conseqüente morte dos indígenas, ter sido identificado. Em todos os outros, o motorista não prestou socorro, não foi identificado e não consta nenhum procedimento judicial de busca pelo motorista responsável.

Este fato revela que, aqui também, encontramos a presença do racismo e do preconceito, tanto da ausência de socorro, como na ausência de procedimentos de busca dos responsáveis pelas mortes. Pressupõe-se que indígenas podem morrer como animais nas estradas.

Em quase todos os casos, as vítimas estavam de bicicleta ou caminhando na beira da estrada, o que mostra a perigosa exposição das comunidades próximas a rodovias.

Violências sexuais

Foram registrados seis casos, sempre no Mato Grosso do Sul, quase todos no município de Dourados; cinco envolvendo indígenas Guarani-Kaiowá e um de etnia não-identificada.

Novamente o Mato Grosso do Sul é o estado onde ocorrem, não a maioria, mas agora todos os crimes. Novamente, o povo Guarani-Kaiowá é o mais, talvez o único violentado, em todos os sentidos.

Outro aspecto deste tipo de violência é a idade das vítimas: uma de quatro anos; uma de oito anos; duas de 13 anos.

Ainda outro aspecto a destacar: na grande maioria dos casos, foram indígenas, muitos jovens, que agrediram as vítimas, estas quase sempre suas parentes: enteada, irmã, prima.

Mais uma vez, revela-se o contexto de desagregação social nas comunidades Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, devido ao extremo tensionamento existente no interior das áreas diminutas em que vive aquele povo indígena.

Comentários sobre outras ofensas graves aos direitos indígenas

Pretendemos aqui comentar três outras ofensas de extrema gravidade aos direitos dos povos indígenas, ocorridas ao longo de 2006:

1. Aracruz Celulose:

O território tradicional dos povos Tupiniquim e Guarani, no litoral do Espírito Santo, vem sendo invadido pela multinacional Aracruz Celulose desde os anos 60. Esse território, identificado originalmente com 18.000 hectares, foi demarcado com apenas 7.061 hectares. Em 1998, as comunidades indígenas realizaram uma auto-demarcação, mas a Funai, com apoio da Polícia Federal, seqüestrou as lideranças e as levou para Brasília, isolando-as de qualquer assessoria jurídica e forçando-as, sob ameaça, a assinar um “acordo” inconstitucional com a empresa, cedendo parte de suas terras em troca de pagamento. Em maio de 2005, as comunidades indígenas voltam a ocupar parte do seu território tradicional, exigindo a saída da Aracruz. Essa iniciativa gera uma seqüência de disputas jurídicas até que, em dezembro de 2005, o juiz Rogério Moreira Alves, da Vara Federal do município de Linhares, expede uma ação de reintegração de posse favorável à empresa, que obriga os indígenas a se retirarem de suas terras.

No dia 20 de janeiro de 2006, uma ação conjunta de policiais federais do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, incluindo 120 delegados e agentes, com apoio de helicóptero e utilizando bombas de efeito moral, balas de borracha, cassetetes e metralhadoras investe contra mais de 200 indígenas que defendiam suas terras. Mais de 10 indígenas são feridos gravemente, muitos espancados, algemados e presos. A ofen-

siva militar possuía apoio logístico da Aracruz, com pessoas, milícia e locais para hospedagem e alimentação da tropa policial.

Todas as casas construídas pelas comunidades desde 2005 em sua terra recuperada foram destruídas pela retroescavadeira da empresa multinacional, para caracterizar a sua vitória e a consolidação da sua invasão das terras indígenas Tupiniquim e Guarani.

2. Saúde Indígena:

Como resultado da falta de recursos orçamentários, do sucateamento da Funasa, da falta de pessoal qualificado, da falta de medicamentos, da falta de transporte fluvial, terrestre, aéreo e de combustível, da falta de ações de saúde necessárias ao controle epidemiológico (cumprimento do calendário de vacinação, por exemplo), ao monitoramento da saúde indígena (mulheres, idosos, crianças) e à prestação de serviços médicos às comunidades, observou-se um grande número de denúncias das más condições de saúde e de atendimento por parte do Estado brasileiro em relação às comunidades indígenas.

Segundo tais denúncias, houve um aumento grave de epidemias e conseqüente mortalidade, resultado de doenças como malária e hepatite no Amazonas, na região do Vale do Javari; sinais de aumento na mortalidade infantil no Mato Grosso do Sul, que tem índices de mortalidade infantil indígena que chegam a 103,45 por mil nascidos (jornal Dourados Agora, 30/01/06); estudos revelando alta mortalidade infantil nas comunidades, com mortes de crianças indígenas de menos de um ano de vida, na região norte, em número três vezes superior do que a média das crianças dessa região, maior inclusive do que a mortalidade de idosos indígenas com mais de 70 anos de idade; situação de colapso de DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas) em várias regiões do país, com aparelhos quebrados e sem condições operacionais; no Rio Negro, estado do Amazonas, em aldeias Maku-Hupta, onde o meio ambiente foi alterado por atividades no entorno das comunidades, o índice de desnutrição chega a 70% e o risco de morte por diarreia, pneumonia e tuberculose aumentou; diarreia, gripe, bronquite, pneumonia, malária, leishmaniose, tuberculose, hepatite B, verminoses, desnutrição, dermatoses e, mais recentemente, até hipertensão arterial e câncer são as principais doenças dos indígenas de Rondônia; neste estado, de janeiro a abril deste ano foram registrados 595 casos de malária nas aldeias; indígenas passam fome porque estão perdendo o hábito de plantar e caçar; suas terras estão cercadas por fazendas e a caça e a pesca escassearam, as matas foram derrubadas, os animais e os peixes morreram devido ao agrotóxico usado pelos fazendeiros; o acesso de indígenas a cestas básicas atrapalha pois as comunidades deixam de plantar; a água dos poços, contaminada e imprópria para o consumo, tem causado inúmeros problemas de pele e alto índice de verminoses.

3. Assassinato e agressões criminosas por parte de policiais militares

Foi muito preocupante a constatação da ocorrência, em diferentes regiões do país, de atos de extrema violência contra indígenas, perpetrados por policiais militares:

- Na cidade de Boca do Acre, no estado do Amazonas, o indígena Sebastião da Silva Oliveira, 27 anos, do povo Apurinã, foi executado depois de agredido e perseguido por policiais militares. Sem razão alguma, o Capitão da PM Hidelberto de Barros Santos, comandando seis policiais militares, realizou uma “caçada” pelas ruas da cidade ao indígena Sebastião e o executaram friamente na beira do rio Purus. O corpo só foi encontrado cinco dias depois e a causa da morte, segundo o hospital local, que não possui legista, foi “possível afogamento”. Nenhuma medida foi tomada no sentido de se apurar responsabilidades pela morte de Sebastião da Silva Oliveira;

- 15 indígenas Tupiniquim e Guarani, da terra indígena Caieiras Velhas, no Espírito Santo, denunciaram que a Polícia Militar e a milícia armada da empresa multinacional Aracruz Celulose, invasora de suas terras, prepararam para eles uma armadilha. Os indígenas foram atraídos para o viveiro da empresa depois que foram chamados por funcionários para assistirem a uma palestra no local. Lá chegando, foram recebidos por policiais e civis armados; foram humilhados e levados para a delegacia do município de Aracruz;

- No estado da Bahia, 15 indígenas do povo Tupinambá, do Vale do Jequitinhonha, entre eles duas adolescentes, foram presos e agredidos por policiais militares. Os indígenas foram espancados por 10 policiais militares que começaram a agredi-los violentamente, humilhando-os com ameaças e xingamentos;

- No estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados, os jovens Cléber Meireles Quirino, 19 anos, e Francismar Pontes Echeverria, também 19 anos, foram atingidos por disparos quando tentaram evitar uma vistoria que a PM realizava no centro da cidade, tendo sido atingidos por tiros na perna e nas nádegas.

É, realmente, motivo de preocupação a ocorrência, até os dias de hoje, de atitudes criminosas e violentas por parte da Polícia Militar, assassinando, agredindo e humilhando indígenas. Preocupa, ainda mais, o acobertamento e a impunidade de todos esses atos da autoridade policial, mesmo quando denunciados na imprensa e com as denúncias devidamente encaminhadas ao Ministério Público.

Fica ainda mais preocupante todo este contexto quando temos a informação de que, entre os anos de 2005 e 2006, mais de 80 indígenas foram processados criminalmente, de maneira injusta e ilegal, em decorrência de conflitos envolvendo a luta pela terra. Além desses, só na cadeia de Dourados, no Mato Grosso do Sul, estão presos cerca de 70 indígenas, condenados pelos mais variados delitos.

Tudo indica um recrudescimento do preconceito, da criminalização, do ódio étnico e do absoluto desrespeito aos direitos indígenas para que tal cenário descrito tenha se constituído, envolvendo inclusive o sistema judicial e o poder policial.

Responsabilidades do governo federal e da sociedade brasileira

Por todo o exposto acima se percebe, ainda neste ano de 2006, a enorme presença, na sociedade brasileira, do racismo e do preconceito contra os povos indígenas. Esta presença se dá entre funcionários públicos, inclusive policiais militares, nos meios de comunicação de massa, nos partidos políticos, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, nas empresas particulares, na sociedade nacional, em especial naquela próxima de territórios e comunidades indígenas e, principalmente, entre grupos de invasores.

O governo federal, que deveria ter um papel no sentido de construir a ruptura com o racismo e o preconceito contra os povos indígenas em nosso país, pelo contrário, acaba os reforçando à medida que não assume suas responsabilidades constitucionais.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva vem sendo omissos e, inclusive, antiíndigena enquanto:

1. Não tem realizado a identificação, a demarcação nem a homologação dos territórios indígenas em número e/ou ritmo minimamente satisfatórios e necessários ao resgate da dívida histórica que o Estado brasileiro possui com os povos indígenas.

2. Não tem definido os recursos necessários para a viabilização de ações institucionais indígenas, seja no tocante à questão territorial, seja em relação às ações específicas, no campo da saúde indígena, da educação indígena, da formação de agentes comunitários indígenas, da vigilância e da sustentabilidade dos territórios, da preservação ambiental etc.

3. Não tem buscado a reestruturação do órgão indigenista oficial, a Funai, no sentido de melhorar seu desempenho na perspectiva de serviço aos povos e comunidades indígenas, assim como não tem buscado qualificar as agências governamentais que deveriam prestar serviços aos povos indígenas, como é o caso da Funasa e outras.

4. Não encaminhou a concretização da Comissão Nacional de Política Indigenista, instância de caráter consultivo criada por decreto presidencial no mês de março deste ano. Tal iniciativa foi avaliada pelos povos e organizações indígenas como um passo fundamental para a integração e implementação de uma nova política indigenista, com participação democrática, tanto governamental como indígena, mas depois das comunidades em todo o país definirem seus representantes, o Governo Federal simplesmente suspendeu sua criação, sem qualquer justificativa.

O governo Lula (2003-2006) frente aos povos indígenas

O ano de 2006 foi uma amostra significativa do que foi o governo Lula como um todo, em seus quatro anos, para os povos indígenas. Visto com expectativas altamente

positivas por parte dos povos e organizações indígenas e por parte das entidades indigenistas, no seu início, tais expectativas foram se dissolvendo, trocadas por grande frustração, quando não indignação e sentimentos de traição e abandono, ao longo dos últimos anos.

Devido a sua política de alianças, nas quais couberam inimigos históricos dos povos indígenas, o governo Lula se afastou sistematicamente da interlocução e da sua aliança anterior com a luta indígena e indigenista. Desta lacuna surgiu, em 2004, o Abril Indígena com o Acampamento Terra Livre, uma iniciativa de povos e entidades parceiras, com os objetivos de dar visibilidade aos povos indígenas, a suas demandas e propostas concretas, assim como de abrir uma interlocução com os três poderes da República, na busca de encaminhamentos para tais demandas e propostas.

A cada ano, a cada Abril Indígena, os povos indígenas protagonizaram conquistas a partir de uma interlocução qualificada e militante por sua parte, assim como por parte de alguns representantes dos poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário. Tais esforços, no entanto, não foram suficientes para mudar a correlação de forças no âmbito do governo federal e trazê-lo de volta a seus compromissos históricos.

O governo Lula respondia minimamente, quando questionado e pressionado pelos povos, comunidades, lideranças e organizações indígenas e entidades indigenistas, para logo em seguida não dar seqüência aos acordos e parcerias estabelecidos com estes, voltando a disseminar frustração e indignação em todos aqueles comprometidos com a causa indígena em nosso país.

Assim foi ao longo destes quatro anos e o resultado foi extremamente aquém do que se esperava de um governo, anunciado durante tantos anos e durante tantas disputas eleitorais como de caráter “democrático e popular”.

Decepcionados com o governo Lula, mas não com a continuidade da luta por seus territórios e por condições dignas de existência, os povos indígenas continuarão firmes em seu protagonismo político, conquistando, na prática de uma busca exercida coletivamente, a realização de seus direitos constitucionais.

A descaracterização da organização perante a opinião pública tem sido uma das táticas utilizadas pelos grandes grupos econômicos contra o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a partir do momento em que o movimento passou a denunciar o modelo energético brasileiro, onde o consumidor residencial paga sete vezes mais caro o preço do KWH (kilowat/hora) do que as grandes empresas¹. A criminalização aumentou depois que o MAB passou a denunciar os aumentos abusivos no preço da energia (mais de 400% nos últimos 10 anos) e que a população brasileira e os atingidos por barragens têm pago a conta dos impactos sociais e ambientais das hidrelétricas que estão sendo construídas para beneficiar grandes empresas energo-intensivas².

ONU confirma denúncias do Movimento dos Atingidos por Barragens

**“O homem chega e já desfaz a natureza
Tira gente e põe represa e diz que tudo vai mudar
Adeus...**

**Adeus pilão arcado, vem o rio te engolir
Debaixo d’água, lá se vai a vida inteira
Vai ter barragem no salto de sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar”**

**Sobradinho – Sá/Rodrix
Leandro Gaspar Scalabrin***

* Leandro Gaspar Scalabrin é membro do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)

1 No último leilão de energia elétrica (leilão A5 – outubro de 2006) o Megawat-hora (MWh – equivalente a 1000 KW) foi vendido às distribuidoras por um preço médio de R\$120,86 – para ser entregue em 2011, enquanto que o consumidor residencial paga em média R\$500,00 o MWh.

2 Fábricas de alumínio, celulose, aço... que sozinhas consomem 30% da energia elétrica produzida no Brasil, e têm sua produção voltada para a exportação.

No dia 14 de março de 2006, não por mera coincidência, a Representante Especial³ da Organização das Nações Unidas - ONU, Hina Jilani, divulgou seu relatório preliminar sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil⁴. O dia 14 de março marca a luta internacional contra as barragens.

Hina Jilani esteve em Santa Catarina onde conheceu o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e a situação das populações atingidas por barragens no Brasil, especialmente a realidade enfrentada na Barragem de Campos Novos e a situação dos militantes do MAB, considerados “defensores de direitos humanos” pela ONU.

No seu relatório sobre a promoção e proteção dos direitos humanos, Hina Jilani destaca que o MAB constitui benefício e acrescenta valor à democracia brasileira. Este reconhecimento público da representante da ONU soma-se e respalda o manifesto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, assinado por 14 bispos em 2005, no momento em que ocorreu a maior perseguição e difamação ocorrida ao movimento em toda a sua história⁵. Naquele momento a CNBB dirigiu-se à sociedade brasileira:

“para denunciarmos a violência com que são tratadas as famílias, vítimas da implantação de hidrelétricas que buscam defender os direitos espezinhados por aqueles que se arvoram em promotores do progresso. O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, organizado em quase todo o Brasil, vem realizando manifestações e protestos para chamar a atenção das autoridades e sensibilizar a opinião pública para a dura realidade que enfrenta...”

... Quando os atingidos por barragens se manifestam, eles estão gritando por vida, por respeito aos direitos não só de cada pessoa, de cada família, mas pelos direitos de toda uma comunidade. E suas manifestações são tratadas como caso de polícia. Como bispos, pastores de nossas Igrejas, preocupados com a situação, denunciamos a violência e as arbitrariedades que se cometem contra as famílias dos atingidos por barragens... “

Para a relatoria da ONU, o MAB e outros movimentos sociais “desenvolveram modos de ação social e participação e estão desenvolvendo regras de combate que diminuem a possibilidade do uso de violência em ações sociais”. E por isso recomenda ao governo brasileiro que esse aspecto deve ser “projetado pelo Estado, assim como pela mídia” – o que, infelizmente, não vem acontecendo. A maioria dos meios de comunicação projeta o MAB e seus militantes como uma “quadrilha”, destacando-se em 2006 a parcialidade da cobertura do jornal Estado de Minas. Em matérias publicadas no mês de julho, o movimento é chamado de grupo radical, suspeito de alojar os

³ Representante Especial sobre a situação dos defensores de direitos humanos.

⁴ Sua “missão” no Brasil ocorreu entre 5 e 21 de dezembro de 2005.

⁵ O MAB enfrentava uma onda de repressão política-policial que resultou na prisão de 10 militantes em Santa Catarina, na intervenção do exército em protestos no Pará e em pancadaria da polícia militar mineira nas passeatas do movimento.

mentores de um plano de sabotagem e que recebe treinamento no exterior. As fontes do jornal não seriam ninguém menos que os serviços secretos brasileiros (ABIN, P2). Ora, quem recebe treinamento é militar; treinamento no exterior é tática terrorista; sabotagem; investigação da ABIN; a caracterização dada pelo jornal ao movimento transmite a idéia de que trata-se de uma organização “terrorista”.

A descaracterização da organização perante a opinião pública tem sido uma das táticas utilizadas pelos grandes grupos econômicos contra o MAB, a partir do momento em que o movimento passou a denunciar o modelo energético brasileiro, onde o consumidor residencial paga sete vezes mais caro o preço do KWH (kilowat/hora) do que as grandes empresas⁶.

A criminalização aumentou depois que o MAB passou a denunciar os aumentos abusivos no preço da energia (mais de 400% nos últimos 10 anos) e que a população brasileira e os atingidos por barragens têm pago a conta dos impactos sociais e ambientais das hidrelétricas que estão sendo construídas para beneficiar as grandes empresas energointensivas⁷. Estes são alguns dos contornos do modelo energético brasileiro que beneficia os grandes consumidores de energia elétrica:

“Os grandes consumidores de energia são os principais beneficiários do fato de que o custo do empreendimento – e, em conseqüência, a conta da energia – não inclua os custos sociais e ambientais. Uma parte significativa e crescente de nossa exportação é hoje de produtos eletrointensivos, o que significa que estamos transferindo para o exterior um verdadeiro desconto social e ambiental. É necessário entender que quando os japoneses pagam mais barato pela latinha de cerveja, ou quando as indústrias consumidoras de papel e celulose compram estes insumos mais baratos, isto não se deve apenas, e talvez nem principalmente, como se tem pretendido, a nossa competitividade nesta área, mas à dívida social e ambiental que não está sendo paga. . . . É como se as populações atingidas, com suas perdas, estivessem subsidiando os grandes consumidores de energia.”⁸

Este contexto, denunciado há muito tempo pelo MAB, foi confirmado pela análise da relatoria da ONU, conclusiva de que “grande parte da violência contra defensores está enraizada nos conflitos pela terra e pela proteção do meio ambiente e essa violência é cometida por poderosos indivíduos privados, que em certas instâncias, teriam se beneficiado da convivência de autoridades estaduais e locais”.

⁶ No último leilão de energia elétrica (leilão A5 – outubro de 2006) o Megawat-hora (MWh – equivalente a 1000 KW) foi vendido às distribuidoras por um preço médio de R\$120,86 – para ser entregue em 2011, enquanto que o consumidor residencial paga em média R\$500,00 o MWh.

⁷ Fábricas de alumínio, celulose, aço... que sozinhas consomem 30% da energia elétrica produzida no Brasil, e têm sua produção voltada para a exportação.

⁸ VAINER, Carlos. Impactos sociais e ambientais de barragens: quem deve pagar a conta? Rio de Janeiro: IPPUR, 2005.

De fato, grupos poderosos como o que construiu a Barragem de Campos Novos, o consórcio ENERCAN, composto pelas empresas Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, Companhia Brasileira de Alumínio – CBA e Grupo VBC – Votorantim, Bradesco e Camargo Correa – que também é a construtora da obra – são os verdadeiros responsáveis pelas violações de direitos humanos nas barragens do Brasil. No caso deste grupo, foi necessário que as violações chegassem a OEA – Organização dos Estados Americanos – e a ONU para que as empresas, envolvidas no escândalo do rompimento e vazamento da usina⁹, cedessem e reconhecessem o direito de mais de 600 famílias, cuja maioria já era reconhecida pelo órgão ambiental estadual como atingida pela barragem.

Alguns trechos do relatório, embora referindo-se ao passado, parecem ter sido proféticos:

“Numa tentativa de alcançar direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, buscando expor violações de direitos humanos e por fim à impunidade decorrente ... os defensores... sofrem sério risco. Seu direito à vida, liberdade e segurança pessoal continua sendo ameaçado.”

Proféticos, porque exatamente seis meses depois da publicação do relatório, o Bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler, 67 anos, natural da Áustria e naturalizado brasileiro, que vive há 41 anos em Altamira, militante na luta contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte¹⁰, denuncia à revista “Isto é”, que está sendo ameaçado de morte pelo seu envolvimento na luta contra a barragem. “Numa roda de conversa chegou a ser dito: O bispo está atrapalhando muita gente. Tem que fazer com ele o mesmo que se fez com a Dorothy”.

Além de confirmar os riscos, inclusive de vida, pelos quais passam as pessoas que lutam contra as barragens no Brasil, a relatoria da ONU também ficou perturbada com a criminalização destes militantes: “A representante ficou perturbada pelos relatos que indicam que quando ativistas de direitos humanos se organizam, são acusados de formar quadrilha e quando se mobilizam em ação coletiva para protestar contra violações

⁹ Apesar de todos os esforços da ENERCAN, em 19 de junho de 2006, a empresa perdeu controle do vazamento nos túneis de desvio da barragem, quando a vazão chegou a 4.573 m³/por segundo, ocasionando o completo esvaziamento do reservatório da usina. O esvaziamento ocorreu por causa da pressa da empresa em faturar com a venda da energia para seus compradores, pois em fevereiro de 2006, quando o vazamento estava controlado, ao invés do grupo investigá-lo mais a fundo, optou pelo re-enchimento do reservatório, conforme revela o engenheiro civil Francisco Fernando Quintanilha, consultor da ENERCAN, em ofício de 02 de junho de 2006: “Em fins de fevereiro/06 o vazamento estava totalmente controlado. Houve uma reunião com especialistas em 03/03/06, onde se constatou que sendo a vazão pequena e bombeável, liberou-se o re-enchimento do reservatório. A finalidade era cumprir os prazos de geração de energia já assumidos com a ANEEL e compradores”. O vazamento já era previsto, mas a população não foi alertada.

¹⁰ A barragem afetará populações indígenas, a floresta Amazônia e os direitos humanos das populações ribeirinhas ao Rio Xingu.

de direitos humanos, são acusados de desordem pública.” Para exemplificar esta realidade basta olharmos para a região sul do Brasil:

Número de defensores de direitos humanos do MAB	2005	2006
Presos	10	04
Feridos em imobilizações	20	25
Processados ¹¹	109	130

Neste campo, prepondera a posição conservadora do poder judiciário frente aos anseios e reivindicações das populações atingidas, o que em parte explica-se pela ausência de um marco regulatório, que especifique contornos mínimos do “conceito legal de atingido”. A relatoria da ONU percebeu a necessidade urgente:

“de ajustes críticos no papel do poder judiciário para que as políticas sociais do Estado, previstas na Constituição, tenham maior segurança de implementação prática. Nesse contexto ela sugere interpretações constitucionais e ações judiciais que garantam não só respeito igual pelos direitos econômicos, sociais e culturais, mas também a remoção de qualquer conflito superficial a respeito da implementação dos diversos direitos garantidos pela Constituição.”

As recomendações, infelizmente, não estão sendo acatadas pelo poder judiciário. No dia 3 de julho de 2006, em Nonoai, Rio Grande do Sul, em audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos do Congresso Nacional, convocada para discutir a criminalização da população atingida pelas barragens na Bacia do Rio Uruguai, foi denunciada a decisão ilegal e tendenciosa do juiz da comarca que deferiu multa de R\$ 350.000,00 diários contra o MAB¹², quando a empresa só tinha pedido R\$10.000,00 de multa.

Em relação à violência física praticada pelos policiais militares dos diversos estados brasileiros nos atos públicos dos atingidos por barragens, a representante da ONU se diz:

“especialmente preocupada com o uso de armas “não-letais”, tais como balas de borracha, pelas forças de segurança em suas operações durante tais eventos. Ao responderem às suas perguntas, as autoridades de alguns estados não satisfizeram-na quanto aos procedimentos que regulam decisões e monitoram tal uso. Ela também toma nota das sérias alegações de violência contra defensores e de abuso de poder por parte das polícias militares estaduais.”

¹¹ Trata-se no número total de processados entre 1997 e 2005. Percebe-se que as lideranças continuam sendo processadas por formação de quadrilha. Entre 2005 e 2006 mais 21 pessoas estão respondendo processos por participar do MAB.

¹² Para o caso de realização de protestos que impedissem o trabalho das pessoas envolvidas na construção da Barragem de Fôz do Chapecó, divisa do RS com SC.

Mais uma vez, a história voltou a se repetir em 2006, e como sempre, nestes casos, como tragédia. Na capital mineira, Belo Horizonte, no dia 2 de abril, durante ato na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), 17 pessoas foram encaminhadas ao hospital, 30 ficaram feridas e 7 foram presas. Em Anita Garibaldi (Santa Catarina), no dia 15 de fevereiro, num protesto nos escritórios da BAESA S/A¹³, 20 pessoas ficaram feridas com balas de borracha e destroços de bombas de gás lacrimogêneo e outras 4 foram presas.

Portanto, percebe-se que “não há nada de novo nas barragens” em 2006. Apesar da ONU confirmar aquilo que o MAB e a CNBB já vinham denunciando há décadas e, apesar das recomendações expedidas às autoridades, militantes continuam sendo processados e presos, prossegue a repressão aos protestos e mobilizações, o judiciário continua indiferente ao clamor das ruas e as empresas do setor elétrico continuam faturando milhões de dólares em lucros, às custas do povo brasileiro.

Impunidade

Ao mesmo tempo, os responsáveis pelas violações de direitos humanos continuam impunes. Para ilustrar citam-se dois exemplos: o caso da Polícia Militar de Santa Catarina e o caso da empresa Engevix.

O art. 5º da Constituição Federal dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (inciso XI). Este dispositivo foi inserido na constituição como forma de coibir os abusos que ocorreram nos 30 anos da última ditadura militar brasileira. Em março de 2005, o Promotor Criminal da comarca de Campos Novos pediu a prisão de dez líderes do MAB e a busca e apreensão de armas na “residência de Danilo Olterbach, bem como em todas as barracas e veículos existentes no acampamento ocupado pelos integrantes do MAB” no sítio de propriedade daquele “na Cidade de Campos Novos – SC”. A juíza deferiu o pedido determinando a apreensão de todas as armas encontradas “nas residências e veículos de Danilo Olterbach, bem como nas barracas”.

Portanto, só havia “determinação judicial” (de que fala o texto constitucional) para invadir o domicílio de Danilo Olterbach, que foi cumprido por Jorge Luiz Haack - 1º Tenente PM Comandante da Operação. As “armas” apreendidas (segundo consta na certidão do tenente) são: 56 cadernos de informação n. 5 “A organização do MAB”; 8 cadernos n. 6 “A crise do modelo energético”; diversos panfletos informativos referentes ao MAB.

13 Consórcio Energética Barra Grande, que construiu a usina de Barra Grande e é formado pela norte-americana Alcoa, pela Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, Grupo VBC – Votorantim, Bradesco e Camargo Correa – que também é a construtora da obra, e outras sócias minoritárias. Esta usina foi alvo de um escândalo em 2004, envolvendo a empresa Engevix S/A que “omitiu” nos estudos ambientais a existência de aproximadamente cinco mil hectares de mata atlântica alagadas pelo empreendimento, o que custou R\$21 milhões aos cofres da BAESA.

A PM de SC, por “conta própria”, aproveitou a ordem da juíza para invadir ilegalmente o domicílio dos outros nove “procurados”. A invasão do domicílio e toda extensão da propriedade de Liodato Vicente foi registrada através de Certidão por Cesar Augusto Weber Veloso – 3º Sargento PM Comandante da Operação em Campos Novos. A invasão da residência de João Vilmar de Oliveira ocorreu por volta da 10h, conforme precisou o cabo matrícula 926244-0 da patrulha PM-3254. O registro da invasão do domicílio de Joeldemir de Nez (que não estava em casa) ficou a cargo de Célio Oliveira de Araújo – 1º Tenente Comandante do Pelotão de Anita Garibaldi. A invasão das residências de Otacílio Mário Rosa e Gilberto dos Santos não foi registrada pela polícia e as invasões dos domicílios de Aurélio Dutra, Dorneles Quinato e Edio Grassi foram feitas pelos policiais que lhes deram voz de prisão: Rubens Orbato (policial civil), Célio Oliveira de Araújo (1º Tenente Comandante do Pelotão de Anita Garibaldi) e Bruno Giacometti (1º Sargento da PM). Os documentos que comprovam as invasões de domicílio constam nos autos do processo criminal n. 014.05.000770-3 da 2ª vara criminal de Campos Novos, cujo titular é o promotor Ricardo Paladino. Em 14 de março de 2006, prescreveu o crime de invasão de domicílio praticado pelos policiais, sem que os mesmos tenham sido denunciados pela prática do delito. As prisões e a truculência policial, onde um efetivo de aproximadamente 60 policiais foi mobilizado para prender 10 pessoas (individualmente, cada uma em sua casa, na presença de mulheres e crianças), ficou impune.

A empresa Engevix S/A, responsável pelo maior dano ambiental já causado por uma barragem no sul do Brasil, continua atuando impunemente no setor elétrico, sendo sócia de hidrelétricas no Rio Grande do Sul e no Paraná. No último leilão de energia, já conseguiu firmar contratos para 2011, vendendo energia por R\$122,63 o MWh. Como uma empresa que praticou fraudes nos estudos ambientais pode continuar participando de licitações e leilões públicos?

Considerações finais

O “diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos” do governo federal e Eletrobrás indicam que existem 1.443 projetos inventariados ou com estudos de viabilidade, ou seja, temos 1.443 barragens que podem ser construídas futuramente.

Estas barragens alagarão não apenas as terras, mas também a vida de comunidades inteiras. Como na música: “Debaixo d’água, lá se vai a vida inteira”.

O povo que não “quer ir embora com medo de se afogar” terá que continuar se organizando em movimento e lutando para garantir suas necessidades básicas: comer, ter um teto, trabalho e escola para seus filhos. Através destes processos de lutas, continu-

arão ocorrendo enfrentamentos com órgãos de governo, o aparelho repressor e principalmente as empresas que só enxergam dinheiro nas águas dos nossos rios.

Em cada nova barragem ocorrerão pelo menos 300 “despejos silenciosos”, porque serão feitos de forma individual e sem resistência, “dentro da lei”, nas ações de desapropriações movidas com base num decreto de utilidade pública da área. Ocorrerão também, pelo menos, 10 despejos coletivos, “despejos forçados”, com o uso de armas “não letais”, como balas de borracha, cacetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, que causam ferimentos em crianças e adolescentes, idosos, homens e mulheres.

Então, neste cenário, não digamos adeus à nossa terra, como os violeiros de Sobradinho, fiquemos com nossas raízes fincadas, organizadamente resistindo.

Se o governo e os defensores do projeto de transposição do rio São Francisco saíssem publicamente em defesa da obra como uma necessidade econômica, o debate seria mais transparente e mais ético. Camuflar interesses econômicos conflitantes sob o pretexto da sede humana é que se torna insuportável, já que acaba não passando de um novo modelo de manipulação das populações nordestinas para sustentar mais uma grande obra, a maior de todas.

Transposição: a contradição do direito humano à água

*Roberto Malvezzi**

O debate quase que infundável sobre a transposição do rio São Francisco sempre guarda sua relação com o direito humano à água. Afinal, se somos favoráveis à água como um direito, se queremos que todos tenham água, porque nos colocamos contra a transposição do rio São Francisco? Não é um contra-senso? Espero que esse artigo ajude aqueles que têm essa sincera preocupação a entenderem onde se colocam os verdadeiros contra-sensos dessa obra.

A contradição da transposição do rio São Francisco se dá exatamente no objetivo fundamental do projeto. Aqui está seu nó górdio. Afinal, a que e a quem se destinam as águas a serem transpostas?

A resposta está na própria “Caracterização do Projeto”, onde se lê textualmente:

“As principais demandas urbanas do Nordeste Setentrional estão situadas no Ceará, na bacia do rio Jaguaribe integrada à região metropolitana de Fortaleza pelo Canal do Trabalhador, com 4,4 milhões de pessoas; na Paraíba, na bacia do rio Paraíba, 1,5 milhões de pessoas; no Agreste Pernambucano com 1,1 milhões de pessoas e 1,3 mi-

Roberto Malvezzi (Gogó) é membro da Comissão Pastoral da Terra

lhões de pessoas nas bacias dos rios Piranhas-Açu e Apodi, perfazendo um total de 8,3 milhões de habitantes, cerca de 2/3 dos quais dependentes de abastecimento dos açudes estratégicos da região...Embora o abastecimento doméstico possa ser, em princípio, suprido com os açudes existentes, o fato é que, em algumas bacias, o nível de comprometimento com os usos múltiplos da água vão se tornando críticos, com a prioridade dada aos usos urbanos interferindo com as atividades produtivas da população rural e até do consumo industrial. A inibição de atividades produtivas já aparece clara, por falta de planejamento de médio prazo ou por inviabilidade de novas outorgas d'água, na medida em que usuários já estabelecidos pressionam por manter seus direitos de uso, mesmo quando não prioritários para consumo humano. Os conflitos tendem a se agravar, tornando a gestão da água complexa e afastando o investimento privado, em face dos riscos envolvidos. (Caracterização do Projeto 2.1.2.1 – www.integracao.gov.br/)

Portanto, conforme o texto e nosso grifo acima, o problema não está no consumo humano. O próprio RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) se encarrega de listar as finalidades da transposição conforme transcrevemos abaixo:

“A região do Projeto encontra-se na área do Polígono das Secas, sendo que o Nordeste Setentrional (parte do Semi-Árido ao norte do rio São Francisco) é a área que mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O empreendimento viabilizará o fornecimento d'água para vários fins (abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão), numa área, que atualmente possui cerca de 12 milhões de habitantes”. (Apresentação do RIMA, pág. 3, www.integracao.gov.br/)

Quanto à água para consumo humano não há contradição. Já existe uma declaração formal do Comitê da Bacia do Rio São Francisco que diz: “se comprovada a escassez da água nas bacias receptoras para consumo humano, então a água pode ser transportada para essa finalidade”.

A questão básica é discernir as entrelinhas do discurso oficial e desnudar seus reais interesses. Publicamente o governo e os defensores da obra a justificam em nome da sede humana. Entretanto, como o texto da “Caracterização do Projeto” já admite em seu próprio corpo, água para o consumo humano em princípio está garantida: “Embora o abastecimento doméstico possa ser, em princípio, suprido com os açudes existentes, o fato é que, em algumas bacias, o nível de comprometimento com os usos múltiplos da água vão se tornando críticos, com a prioridade dada aos usos urbanos interferindo com as atividades produtivas da população rural e até do consumo industrial”.

Portanto, se o governo e os defensores saíssem publicamente em defesa da obra como uma necessidade econômica, o debate seria mais transparente e mais ético. Camuflar interesses econômicos conflitantes sob o pretexto da sede humana é que se torna

insuportável, já que acaba não passando de um novo modelo de manipulação das populações nordestinas para sustentar mais uma grande obra, a maior de todas.

O projeto de transposição de águas do São Francisco, na verdade, é uma peça complementar de um projeto muito mais amplo, que inclui parte do Nordeste Brasileiro, mas particularmente o Ceará.

A primeira peça desse projeto maior é o porto de Pecém, na grande Fortaleza. Há algumas décadas os sucessivos governos do Ceará têm implementado um modelo ousado e problemático de desenvolvimento naquele estado. Por estar mais perto do hemisfério Norte, tem-se a idéia que por ali poderia ser desenvolvido um canal de exportação muito mais viável e competitivo para inserir o Nordeste no mercado globalizado. A proximidade com o hemisfério Norte abateria custos e engendraria uma competitividade acima da média nacional.

Para transformar essa vantagem geográfica em política real, construiu-se o porto de Pecém na região da grande Fortaleza, projeta-se a construção da Transnordestina como via de transporte e a transposição das águas do São Francisco como meio para suprimento de água para indústria, irrigação, criação de peixe e camarão em cativeiro. Entretanto, o mar do Ceará não oferece condições naturais favoráveis para um porto de grande porte, devido à sua pouca profundidade. Porém, o porto foi construído e hoje apresenta sérios problemas de ordem ambiental, já que desviou correntes marítimas que estão afetando praias próximas. Outra questão fundamental é que navios de grande porte têm encalhado próximos ao porto, o que torna duvidoso o seu futuro.

No próprio porto de Pecém está um pólo industrial ousado, inclusive com uma siderúrgica. Todo complexo industrial do porto de Pecém demanda muita água. Se as águas estocadas nos grandes açudes do Ceará se destinarem ao complexo industrial de Pecém, somadas a outros usos que vamos descrever à frente, então haverá o conflito pelo uso de águas, como descreve a própria justificativa do projeto.

Uma segunda demanda que cresce é a fruticultura irrigada, como também de rosas irrigadas. São atividades que demandam muita água, sobretudo se as técnicas de irrigação utilizadas forem predadoras de água, como é o caso dos pivôs centrais. Entretanto, mesmo bem utilizada, o cálculo é que para se produzir um quilo de uva, por exemplo, são necessários dois mil litros de água. Todos os projetos de irrigação do baixo Jaguaribe e da Chapada do Apodi já demandam e continuarão a demandar mais água conforme os novos perímetros irrigados forem sendo implantados.

Uma terceira demanda é a criação de camarão em cativeiro, ou seja, a carcinicultura. O Ceará foi pioneiro no Brasil na criação de camarão em cativeiro, importando um modelo que já havia fracassado no Equador e em outras regiões do mundo. Os manguezais têm sido destruídos para a implantação das fazendas de camarões, que exigem a expul-

são das famílias que exercem ali a pesca artesanal (marisqueiras, catadores de carangueijo, pescadores etc), e a devastação da vegetação dos mangues. Em seguida, todo terreno do mangue é coberto por uma piçarra dura, para não permitir a infiltração da água. O passo seguinte é a assepsia do solo, feita com uma calda de cloro. A questão maior vem em seguida, na demanda da água. Estudos afirmam que para se criar um quilo de camarão em cativeiro são necessários 50 mil litros de água. Como a segurança hídrica doméstica exige a média de 40 litros de água por pessoa, segundo a Agenda XXI da Água, significa que para se criar um quilo de camarão na prática da carcinicultura é necessária água para abastecer três pessoas durante um ano.

Para viabilizar o fluxo das mercadorias para o porto de Pecém, a elite do Ceará, apoiada pelo governo federal, está implantando a Transnordestina, ou seja, uma malha ferroviária que vai drenar os produtos de exportação para o porto de Pecém (CE) e de Suape (PE). Também os insumos que farão o complexo industrial funcionar encontrarão na ferrovia um meio para alcançar seus pontos de chegada. Para produzir aço, por exemplo, além de água é necessário madeira. Por isso, já se fala no manejo sustentável da caatinga e na produção industrial de carvão. O intuito também é fazer do Pecém um dos grandes corredores de exportação de toda fruticultura nordestina, principalmente para os Estados Unidos e União Européia. A Transnordestina, que antes estava estimada em US\$ 450 milhões, ligando alguns pontos mortos da malha ferroviária nordestina, agora foi rebatizada de “Nova Transnordestina”, com um novo e amplo traçado, partindo do município de Eliseu Martins (PI). Está orçada em US\$ 4,5 bilhões, ou seja, o valor inicial da transposição. O novo traçado revela e confirma a estratégia de fazer do sul do Piauí, juntamente com o Oeste baiano, um ponto de produção massiva de grãos.

Pois bem, toda essa atividade implica em demanda de água. Assim, fica detalhada a justificativa do projeto: “...a inibição de atividades produtivas já aparece clara, por falta de planejamento de médio prazo ou por inviabilidade de novas outorgas d’água, na medida em que usuários já estabelecidos pressionam por manter seus direitos de uso, mesmo quando não prioritários para consumo humano. Os conflitos tendem a se agravar, tornando a gestão da água complexa e afastando o investimento privado, em face dos riscos envolvidos.” (Caracterização do Projeto 2.1.2.1 – Site do Ministério da Integração Nacional.

Portanto, não há mistérios na transposição do São Francisco. A demanda crescente de água para carcinicultura, complexo industrial de Pecém e irrigação de frutas vão conflitar com o uso da água para consumo humano, hoje suficiente, mas no futuro insuficiente pelo crescente uso “rural e industrial”.

Do ponto de vista do direito humano à água essa é uma inversão de valores. Nossa Lei de Recursos Hídricos afirma claramente que a prioridade no uso da água é a pessoa

humana e a dessedentação dos animais. Ao priorizar usos econômicos, o governo ameaça colocar em risco o rio São Francisco e coloca em segundo plano toda população que hoje vive difusa pelo semi-árido e que não possui sequer os quatro litros diários per capita que garantem a segurança hídrica biológica dessa população, muito menos sua segurança doméstica.

O número das pessoas a serem beneficiadas é conflitante no próprio corpo do projeto. Ora fala em 8 milhões, ora fala em 12 milhões. O que os críticos do projeto afirmam, entretanto, é que essa população listada, inclusive da grande Fortaleza, hoje já tem seu suprimento de água para uso doméstico garantido pelos estoques dos açudes que armazenam água de chuva, independente da água do São Francisco.

Por outro lado, a população realmente carente de água no semi-árido, como o sertão dos Inhamuns no Ceará, além de toda faixa ocidental do São Francisco, onde estão os sertões da Bahia e do Sergipe, além do Piauí, não será alcançada pelas águas do projeto. Por isso afirmamos sempre que o projeto “chove no molhado e não molha o chão que está seco”.

Portanto, do ponto de vista do direito humano à água, a transposição do São Francisco é um absoluto contra-senso.

Municípios do sertão baiano sofrem com os nocivos impactos sócio-ambientais causados pela Indústrias Nucleares do Brasil – INB, responsável pelo Complexo Mínero-industrial Lagoa Real/Caetité, que produz urânio para as usinas nucleares brasileiras. Os sertanejos vêm com preocupação a política energética brasileira anunciar a reativação do programa nuclear, inclusive com a construção de usinas no Nordeste. Mais de uma dezena de “eventos nucleares usuais” e várias paralisações, que podem somar mais de dois anos de inatividade, desnudam os desafios técnicos e administrativos que a INB vem enfrentando para operar com segurança e lucratividade. Mais que isto, alimentam as dúvidas quanto à competência científica da empresa para lidar com produto tão perigoso.

Sertão baiano sofre com impactos da produção de urânio para usinas nucleares

*Zoraide Villasboas**

Enquanto a humanidade acompanha sobressaltada a onda de testes com bombas atômicas, evidenciando o crescente uso da tecnologia nuclear para fins bélicos, as populações de Caetité (46 mil habitantes) e Lagoa Real (13 mil habitantes), municípios do sertão baiano, encravados no Polígono das Secas e integrados às Bacias Hidrográficas do São Francisco e do Rio de Contas, sofrem com os nocivos impactos sócio-ambientais causados pela Indústrias Nucleares do Brasil – INB, responsável pelo Complexo Mínero-industrial Lagoa Real/Caetité, que produz urânio para as usinas nucleares brasileiras.

As longínquas explosões atômicas instigam mais o imaginário popular, já fustigado por conviver com a única Unidade de Concentrado de Urânio – URA em atividade no país, que funciona sob injustificável sigilo, vez que pelo seu caráter civil deve ter fins

** Zoraide Villasboas é jornalista e membro da coordenação da Associação Movimento Paulo Jackson Ética, Justiça, Cidadania*

pacíficos. E, como já vêm sentindo as conseqüências do uso irresponsável dessa tecnologia, os sertanejos vêm, também, com preocupação a política energética brasileira anunciar a reativação do programa nuclear, inclusive com a construção de usinas no Nordeste.

A INB é uma sociedade de economia mista, que atua na produção de insumos e serviços relacionados ao ciclo do combustível nuclear. A URA-Caetité foi ativada em 2000, sem a Licença de Operação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis). Tinha apenas a licença de localização, concedida pelo Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – CEPRAM, estabelecendo 37 condicionantes, cujo descumprimento, em especial da **2.12** (exigência de monitoramento da saúde dos trabalhadores e da população do entorno da URA) e da **2.8** (exames hidrogeológicos), desafia os órgãos de fiscalização e controle, revoltando a população.

DIREITO À INFORMAÇÃO - Fiscalizada por técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear –CNEN, órgão fomentador da atividade e responsável pela fiscalização da área nuclear, a INB é acusada de desrespeitar os Princípios da Precaução e Prevenção, consagrados na legislação ambiental, e infringir direitos humanos, como o direito à saúde e à segurança no trabalho. É denunciada ainda por violar convenções internacionais de segurança nuclear, os princípios constitucionais de Atividade Controlada, Controle Democrático, Responsabilidade Objetiva e o Direito à Informação. Por sua ligação original com o militarismo, a empresa é tida como estratégica, funcionando sem transparência e sem controle social.

Passada a fase de otimismo e confiança no futuro promissor, que caracterizou a chegada da empresa na região e os primeiros quatro anos de funcionamento, a partir de 2004 erros operacionais e trabalhistas trouxeram uma avalanche de questionamentos, desconfianças e frustração. A gravidade do transbordamento de urânio para o meio ambiente, no verão daquele ano, mergulhou a empresa na defensiva ante as pressões da sociedade, a vigilância dos sindicatos e até a cobrança de aliados do passado, todos ávidos por conhecer o empreendimento “por dentro”. É consenso que a situação não pode permanecer sob a nuvem ameaçadora do “segredo tecnológico”, sendo necessária uma gestão participativa com a sociedade civil e os poderes públicos, esclarecendo como se dá o processo do combustível nuclear, o descomissionamento, não só pela radiação, mas também pela quantidade de rejeitos no local.

A lei determina que os atos administrativos são públicos e devem ser amplamente divulgados. Mas na URA, que fica no distrito caetiteense de Maniaçu, a censura às informações é imposta, com rigor, interna e externamente. Em 2004, a equipe da Fiscalização Preventiva Integrada da Bacia do Rio São Francisco, que autuou e notificou a empresa por várias irregularidades, quase foi impedida de entrar em suas instalações. O bloqueio à informação é cerrado sobre os empregados. Tanto que o município só

soube da extensão dos vazamentos da bacia de “finos”, ocorridos no início de 2004, oito meses depois, com a divulgação, em Brasília, do relatório de fiscais da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), que sugeriram a interrupção da mineração por risco de desabamento e suspeita de contaminação da água. A inexistência de estudo hidrogeológico, que prove a não contaminação do lençol freático, deixa no ar a ameaça sobre a vida animal e vegetal.

A proposta dos fiscais foi recusada pelo presidente da CNEN, Odair Gonçalves, também presidente do Conselho Administrativo da INB, para quem suspender a mineração traria prejuízos. Tal declaração revelou a opção da empresa pelo lucro, em detrimento de uma postura democrática e humanitária de proteção à população e ao meio ambiente. A sociedade questiona a independência da CNEN em fiscalizar a INB, da qual é sócia majoritária, e quer apartar esses órgãos, pois entende que, se não há transparência e controle social pelos mais diversos níveis das organizações civis e públicas, é enorme o risco de se privilegiar apenas os interesses econômicos. O divórcio entre os dois entes é defendido pela sociedade e por integrantes do Ministério Público, como o Promotor do Estado da Bahia em Caetité, Jailson Trindade⁽¹⁾:

(...) Nosso trabalho não tem sido norteado pelo princípio maior que deve reger a questão ambiental, o princípio da prevenção, mas sempre correndo atrás.(...)

(...) É um ponto nevrálgico, dar uma autonomia, via legislação federal, e quebrar esse vínculo que existe, não diria incestuoso, mas essa relação que existe entre a CNEN e a INB, isso é fundamental, por que quando vamos investigar um vazamento as perícias acabam sendo feitas na CNEN, pois não há condições de se fazer aqui na Bahia.

DESCUIDO COM A SEGURANÇA - Sabendo das conseqüências sócio-ambientais, causadas por tragédias que já ocorreram no mundo, como a de *Chernobyl*, a sociedade teme os efeitos que a mineração oferece a longo prazo, pois quem lida com substâncias nucleares está sujeito à radiações cancerígenas. O temor se justifica porque em seis anos de operação a URA-Caetité vem apresentando seguidos desastrosos, que motivaram inquéritos, autuações e multas por órgãos ambientais e profissionais. Mais de uma dezena de “eventos nucleares usuais - ENU” e várias paralisações, que podem somar mais de dois anos de inatividade, desnudam os desafios técnicos e administrativos que a INB vem enfrentando para operar com segurança e lucratividade. Mais que isto, alimentam as dúvidas quanto à competência científica da empresa para lidar com produto tão perigoso.

(1) Declaração em Audiência Pública organizada pelo GT-Câmara dos Deputados em Caetité, em 31/10/2005

PERÍODO	NATUREZA	IMPACTO	CONSEQUÊNCIAS
Abril/2000	Vazamento de 5.000 m3 de licor de urânio, denunciado 6 meses depois e só desmistificado 3 anos depois	"Insignificativos"	CRA aplica a multa máxima; Ministério Público Estadual instala ação civil pública; Atividades suspensas de novembro/00 a julho/01; ONGs sócio-ambientais pedem ao Ministério Público Federal auditoria ampla, independente e multidisciplinar.
Abril/02	Vazamento na área 170, mantido em segredo	Possível contaminação do lençol freático	Ministério Público Federal aciona o MPE, que ouve os denunciantes.
Jun/02	96 toneladas de concentrado de urânio ficaram armazenadas no Porto de Salvador, sem autorização de nenhum órgão ambiental.	Fato repercute na imprensa e desperta a sociedade. Ministério Público Federal acompanha o episódio;	3ª Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público da Bahia instala inquérito civil.
Jan./04	Navio que trazia urânio enriquecido no Canadá para Rezende (RJ), fica retido 5 dias no Porto de Salvador, onde embarcou 170 toneladas de urânio oriundas de Caetité	Situação intranquíliza portuários e população	Ministério Público Federal instalado inquérito e aciona o IBAMA-SSA a agir a fim de evitar riscos aos portuários, à Baía de Todos os Santos e à população.
Jan a Jun/04	A bacia de barramento de "finos" transborda mais de 7 vezes liberando líquido com concentração de urânio-238, tório-232 e rádio-226 para o meio ambiente.	Mortandade de peixes nas lagoas de Maniaçu (local da mina), Vargem Grande e Covas.	Autuação e multa pelo IBAMA-SSA devido ao não cumprimento das condicionantes referentes ao monitoramento da saúde dos trabalhadores e da população e falta de exames hidrogeológicos; Ministério Público Estadual instala inquérito civil; CODEVASF coleta material para análise.
Set/04	Navio, com urânio enriquecido, que ia para Rezende (RJ), entra na Baía de Todos os Santos para pegar 250t de urânio de Caetité).	Situação intranquíliza portuários e população	IBAMA-SSA multa a INB em R\$ 1 milhão; A DILIC/IBAMA proíbe a "operação casada" no transporte de urânio pela Baía de Todos os Santos;
1º sem/06	Rompimento em uma das mantas da bacia de licor uranífero, com paralisação por cerca de 60 dias	Redução da produção	Apesar da falta de equipamentos de radioproteção e pendências de engenharia a CNEN renova a Autorização de Operação Inicial – AOI.

No quadro acima figuram os maiores fatos, admitidos ou não, pela empresa como acidentes, incidentes ou “ENU”, que indicam incompetência e descuido numa instalação que opera com potencial de risco para a população e para o meio ambiente. Em 2001, exames apontaram indícios de contaminação em dois ex-empregados envolvidos com o acidente de 2000. Em 2004, a polêmica que cercou o embarque de *yellow-cake* pelo Porto de Salvador culminou em multa e proibição pelo IBAMA de “operação casada”, no transporte de urânio pela Baía de Todos os Santos, importante área de proteção ambiental. De 2004 a 2006, operários foram atingidos por licor de urânio, por pasta de urânio e por ácido sulfúrico (desnaturante das proteínas constituintes do corpo humano, sendo este processo irreversível).

Apesar de oficialmente ter ficado parada por um ano, após o vazamento de 5 mil m³ de licor de urânio, em abril de 2000, devido à ruptura das mantas, a imprensa noticiou que a URA não chegou a suspender atividades, como comprovaria o envio, em 2001, de 84 toneladas do urânio para o Canadá. O acidente ocorreu porque o projeto de compactação do solo abaixo das mantas não foi feito de acordo com a licença obtida, segundo a técnica do IBAMA Sandra Miano ⁽²⁾:

(...) As indústrias nucleares demoraram muito tempo a admitir o problema, dificultando nossa averiguação, até que mandamos esvaziar o tanque de licor-1401.(...)

(...) Mandamos e esvaziar o tanque e abrir a manta. Quando a manta foi aberta, vimos que não havia sido feita a compactação. O projeto executivo que havíamos aprovado não havia sido executado, apesar de qualquer empresa ter de executar um projeto que tenha sido aprovado. (...)

Só em janeiro deste ano, confirmou-se que a CNEN impôs a suspensão de atividades de agosto a dezembro do ano passado, exigindo estudos sobre a segurança das instalações da planta. Já este ano, noticia-se que a empresa funcionou parcial e precariamente devido ao não cumprimento de pendências com a CNEN, referentes a obras de reparo em bacias e falta de equipamentos de radioproteção e segurança, como detector de contaminação de superfície. Há quatro anos, 70 operadores trabalham com risco grave iminente, junto à caldeira, podendo ocorrer grande desastre. Apenas três deles têm treinamento específico, e a Norma Regulamentadora 13 determina a paralisação de qualquer planta, em caso de risco grave iminente. Vale registrar que não existe seguro para os trabalhadores da URA. Este ano, o Sindicato de Trabalhadores em Mineradoras denunciou a INB à Delegacia Regional do Trabalho da Bahia e ao Ministério Público do Trabalho por descumprir normas da CLT e da OIT, em especial as referentes à Segurança e Medicina no Trabalho (NR 4, 5, 13, 22). A

(2) Relatório da Câmara dos Deputados sobre Fiscalização e Segurança Nuclear, item 5.1.4.3.1, 2006

empresa tem 131 empregados, 300 terceirizados e mantém o Registro de Pagamento de Autônomo - RPA.

DIREITO À SAÚDE - Na audiência pública realizada pela Gerência Executiva I - IBAMA-BA, em abril de 2005, em Caetité, a população exigiu uma urgente inspeção no complexo INB, por um grupo técnico multidisciplinar, multi-institucional, com representantes da sociedade civil e acompanhamento dos Ministérios Públicos Federal e Estadual. Exigiu, também, que o IBAMA só deliberasse sobre o pedido de ampliação da planta e renovação da licença, a vencer em outubro de 2006, após conhecer o relatório dessa inspeção. Na audiência, a INB admitiu que não vinha fazendo o monitoramento da saúde dos trabalhadores e das comunidades, deixando a população mais intranquila ante o perigo da exposição a baixas doses, uma vez que estudos científicos comprovam que *“não há níveis seguros para exposição à radiação ionizante e a radiação tem outros efeitos, além das neoplasias como doenças cardíacas e acidente vascular cerebral”* ⁽³⁾. Ainda na Audiência, o quadro regional foi informado pelo coordenador do Programa de Avaliação e Vigilância do Câncer da Secretaria de Saúde da Bahia, Dr. Alexandre Will⁽⁴⁾ :

(...) as neoplasias apresentam na região tendência crescente entre os principais grupos de causa de morte. (...)

(...) a situação do câncer na região deve ser vista de forma integrada a uma realidade mais ampla e complexa, sendo preciso desenvolver ações de monitoramento e acompanhamento desta doença, a fim de detectar precocemente mudanças no seu comportamento, e que é importante minimizar o impacto desta patologia na carga global das doenças na região, assim como reduzir riscos ambiental, ocupacional, comportamental e assistencial.

Na região não existe um centro de diagnóstico de câncer decorrente de exposição ambiental a produtos cancerígenos e novos casos ocorrem, inclusive entre os trabalhadores da empresa. Por isso, Caetité e Lagoa Real receberam com entusiasmo a constituição pelo IBAMA-BA da Comissão de Acompanhamento das Atividades da INB, formada por representantes das organizações sociais e de órgãos federais, estaduais e municipais de saúde, que propôs um convênio entre esses entes e a INB para viabilizar o monitoramento sócio-ambiental e da saúde dos trabalhadores e da população.

Mas, apesar de ter assumido o compromisso de fazer o convênio, a empresa travou esta iniciativa. Em lugar de agilizar a proposta enviada pelo IBAMA-BA em 2005, reuniu-se, em agosto deste ano, com representantes da 24ª Dires (Diretoria Estadual de

(3) Declaração da médica do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santo Amaro, da Prefeitura de São Paulo, Maria Vera de Oliveira – Relatório da Câmara dos Deputados sobre Fiscalização e Segurança Nuclear, item 3.3, 2006

(4) Declaração na Audiência Pública sobre A INB e a Saúde dos Trabalhadores e da População, em Caetité, 13/4/2005

Saúde), das prefeituras municipais e secretarias de saúde de Caetité e de Lagoa Real propondo a assinatura de uma Carta de Intenções. O documento informa a intenção de fazer uma licitação para contratar um estudo epidemiológico abrangendo os dois municípios, sendo evasivo quanto às obrigações da INB, enquanto amarrações por parte das prefeituras. Esta diligência é vista como uma tentativa de esvaziar a ação do IBAMA-BA e neutralizar a pressão da sociedade, que vem exigindo ações urgentes e efetivas para apurar os efeitos dos acidentes e garantir o atendimento das recomendações da audiência.

NEGLIGÊNCIA COM A ÁGUA - A INB, que tem hoje 1.850 hectares, sendo a maior proprietária (latifundiária) individual de terras de Caetité, não implantou o Plano de Desenvolvimento Sustentável, sugerido pelo Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA como forma de amenizar o impacto do projeto, gerando emprego e renda, tampouco implantou um plano de reassentamento para as famílias atingidas, como revela pesquisa concluída em 2005: “*O discurso das vantagens e dos benefícios para os atingidos transformou-se em “horror e pesadelo” para 30% das famílias transferidas involuntariamente*” (5).

Hoje a decepção contamina até antigos aliados - autoridades dos três poderes, políticos e cabos eleitorais – que usaram de influência sobre a sociedade, para convencer que os danos apontados pelo Estudo de Impacto Ambiental –EIA/RIMA (1997) seriam compensados por mais impostos, mais empregos, mais desenvolvimento. Mas, mesmo desiludidos com a falta das contrapartidas prometidas para as Prefeituras Municipais, muitos vacilam entre uma ação mais firme ante a constatação dos danos sócio ambientais causados à região, conforme previa o EIA-RIMA, e a esperança de receber o imposto industrial sobre a produção do *yellow-cake*, que a INB não paga ao município.

Também no campo prevalece a tentativa de clientelismo, com lideranças comunitárias ainda sonhando com políticas compensatórias para o crítico estado das comunidades rurais, que carecem de água tratada, energia, saneamento e assistência médica. Os povoados mais atingidos pela suspeita de contaminação da água temem o impacto da liberação de radônio na atmosfera e da poeira gerada pelas explosões uraníferas e sofrem com a recusa em feiras livres de produtos das suas propriedades. A maioria passou a depender da água, escassa e controlada pela empresa, consumindo o produto oriundo de poços artesanais e do Riacho da Vaca, que atravessa a mina. Nas cidades de Caetité e Lagoa Real, a água é tratada pela Empresa Baiana de Saneamento – Embasa, sendo voz corrente que

(5) “*Efeitos da Implantação do Projeto Lagoa Real na Qualidade de Vida das Famílias de Área Atingida*”, um estudo de caso de Manoel Raimundo Alves, 2005, pág. 85

dirigentes e os trabalhadores da mina bebem água mineral, enquanto o líquido não tratado é servido em carro-pipa aos lavradores, como diz o Secretário de Recursos Hídricos de Caetité, Joaquim Bandeira ⁽⁶⁾:

(...) Em Carrapato, em Angico, próximo a Passagem de Areia, uma senhora me pediu um carro-pipa. Respondi que ia pedir à INB e ela respondeu: não quero carro-pipa da INB porque a água está contaminada (...).

(...) Na Mata, pra cá de Maniaçu, diziam aquela poeira que vem da mina pega na caixa, que estava aberta na empresa, e vai contaminar a gente. A comunidade criou um pavor terrível desta situação (...).

(...) Não tem justificativa sairmos daqui com carro-pipa, a 40 quilômetros do local, para botar água a 4 quilômetros da mina. Esta política social da empresa precisa ser trabalhada de forma a ajudar de fato a política de abastecimento de água para melhorar a condição de vida das pessoas da região.

INCERTEZAS COM O FUTURO - Em 18 de julho deste ano, a Câmara Técnica do IBAMA-BA aprovou moção ao MMA (Ministério do Meio Ambiente)/DILIC (Divisão de Licenciamentos)/IBAMA, condicionando a renovação da Licença de Operação da URA à realização de audiência pública e determinação de condicionantes mais rígidos para assegurar sadia qualidade de vida para as comunidades, seus trabalhadores e proteção ambiental. Em 18 de setembro deste ano, a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, recebeu, em Salvador, cópia de relatório entregue ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC e um requerimento de urgentes “providências capazes de inibir as atividades da INB, em condições que representam risco de prejuízos graves para o homem e para o meio ambiente” ⁽⁷⁾.

Em lugar dos esclarecimentos devidos à sociedade, prevalece o velho discurso triunfalista, sempre anunciando a duplicação da produção, o que é temerário ante os sinais de irresponsabilidade administrativa e incompetência técnica para gerir o empreendimento. A própria CNEN acusou a INB de imperícia e negligência, mas, contrariando suas normas de segurança, renovou, pela sexta vez, a Autorização de Operação Inicial –AOI, porque a URA-Caetité não consegue se enquadrar nas normas de radioproteção e segurança, que só prevê a renovação da AOI duas vezes. Alguns setores acham que os anúncios de aumento da produção são apenas propaganda para manter a cidade calada, esperando mais emprego, mais riqueza, já que a INB estaria mergulhada

(6) Declaração na Audiência Pública organizada pelo IBAMA-BA em Caetité, 13/4/2005

(7) Documento entregue à Ministra Marina Silva, do MMA, pela Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça, Cidadania, em Salvador, 15/9/2006

em dilemas administrativos e técnicos relativos à análise de custo/benefício, para minimizar o prejuízo atual e traçar um futuro menos adverso.

O fato é que foi anunciada licitação para a contratação de estudos geomecânico, hidrogeológico e hidrológico para servir de base às análises de estabilidade das escavações a céu aberto das jazidas de Engenho e Quebradas, enquanto prepostos da empresa circulam pelo povoado de Pau Ferro, a 12Km de Maniaçu. Ali, onde existe uma mina à flor da terra, os pequenos agricultores estão sendo ironicamente convencidos a plantar umbuzeiros, a fim de valorizar suas propriedades no momento da indenização. Pau Ferro tem 34 famílias, medo e disposição para defender a terra e lutar para que políticos e autoridades passem a respeitar a água, como direito humano fundamental.

Organizações sócio-ambientais pressionam por uma ação mais firme dos órgãos responsáveis pela fiscalização e controle da indústria nuclear. Desde 2001, lutam pela realização de uma auditoria ampla, independente e multidisciplinar para apurar o funcionamento da empresa. Neste momento, vêem como positiva a recente instalação de uma seção da Procuradoria Geral da República no vizinho município de Guanambi, na expectativa de ocorrer uma ação combinada entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Meio Ambiente da Bahia que possa resultar em medidas efetivas para a apuração não só do impacto dos acidentes, mas de todos os aspectos legais e técnicos que envolvem o funcionamento da INB em Caetité, até pela necessidade de se confirmar ou sepultar de vez as especulações que levam tanta intranquilidade à região.

Os assentamentos Santana (Ceará), Conquista na Fronteira (Santa Catarina), Antonio Conselheiro (Mato Grosso) e as comunidades quilombolas de Oriximiná (Pará) vêm se constituindo, e sendo percebidos, como referências de organização e resistência. Fazendas degradadas, abandonadas, sob o controle de um único proprietário e onde haviam alguns poucos empregados, hoje garantem a sobrevivência de milhares de pessoas. A despeito das precárias condições em que recebem as terras, no momento de sua desapropriação ou demarcação, expandem os cultivos e as criações rapidamente.

Rebeldia camponesa no Brasil

Mônica Dias Martins¹

A pesquisa “Experiências alternativas de reforma agrária no Brasil”, uma iniciativa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em conjunto com a Via Campesina, teve como objetivo analisar situações concretas de resistência à agricultura capitalista e à reforma agrária de mercado. Sua realização foi assumida por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). A equipe responsável participou de todo o processo de pesquisa: definição de objetivos e conteúdo, elaboração de referencial teórico e procedimentos metodológicos, seleção das áreas de estudo, levantamento e interpretação dos dados, redação do relatório e comunicação dos resultados.² O trabalho se desenvolveu junto a comunidades quilombolas no Pará e assentamentos da reforma agrária nos estados do Ceará, Mato Grosso e Santa Catarina.

¹ Mônica Dias Martins é professora da UECE (Universidade Estadual do Ceará) e coordenadora do Observatório das Nacionalidades.

² Integraram a equipe de pesquisa: Aparecido Luiz de Souza (CPT, Pará), Justina Cima e Zenaide Collet (MMC, Santa Catarina), Mariel Camargo e Wilker Souza Melo (FEAB, Mato Grosso), Silvana Lúcia da Silva Lima, Cleide Luz e Celina Moreira Lima (MST, Ceará), e Mônica Dias Martins (coordenadora, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos).

A partir dos principais resultados desta pesquisa, buscamos sistematizar algumas reflexões de modo a:

- 1. Entender como e por que tais comunidades se tornaram referência de organização econômica, política e cultural na disputa com o modelo de agricultura capitalista e os programas fundiários, incentivados pelo Estado brasileiro e pelos organismos internacionais, em particular pelo Banco Mundial;*
- 2. Identificar quais as motivações das pessoas para mudar, já que mudanças de comportamentos e valores guardam vínculos estreitos com transformações estruturais;*
- 3. Realçar que estas experiências ocorrem em uma conjuntura nacional e internacional desfavorável, praticamente sem apoio de políticas públicas;*
- 4. Mostrar que, apesar de bem-sucedidas, elas esbarram nos limites impostos pelo capitalismo: não alteram as relações de poder entre as classes sociais nem a dinâmica da concentração fundiária, que persiste associada a graves problemas nacionais (degradação ambiental, desemprego, fome, pobreza, desigualdade social, dominação política, insegurança etc).*

Inicialmente, é preciso esclarecer que não se trata de estabelecer critérios para comparar ou classificar experiências, pois cada uma delas é única. Assim, elas são analisadas considerando, por um lado, o seu próprio ritmo de desenvolvimento (como era a vida antes da conquista da terra e como é hoje, depois da organização do assentamento), e, por outro, a relação com o contexto sócio-econômico, político-cultural e ambiental específico em que estão inseridas. Entretanto, todas são experiências bem-sucedidas, isto é, são reconhecidas como tal pelos assentados e pela sociedade.

Os assentamentos Santana (Ceará), Conquista na Fronteira (Santa Catarina), Antonio Conselheiro (Mato Grosso) e as comunidades quilombolas de Oriximiná (Pará) vêm se constituindo, e sendo percebidos, como referências de organização e resistência à medida que (a) enfrentam com determinação e vigor as forças contrárias à concretização da reforma agrária, tal como proposta pelos movimentos camponeses, e (b) buscam construir alternativas possíveis às práticas usuais da agricultura capitalista, o propalado agronegócio (também conhecido por latifúndio, empresa rural, agroindústria). Além disso, têm se firmado como exemplo a ser seguido junto às populações de suas respectivas áreas e municípios, sobretudo, porque há aspectos relevantes em cada uma delas que (c) se confrontam com os valores que dão sustentação ao modelo produtivo-tecnológico dominante e, em consequência, aos programas de mercado de terras do Banco Mundial: o individualismo, a competição e o produtivismo.

O longo, difícil e nunca concluído aprendizado do coletivo, da igualdade e da participação nasce desta disputa desigual; mas sua consolidação deve-se, particularmente, a

decisões das famílias acerca de com que objetivos e como utilizar os diferentes espaços naturais e sociais: a terra, a floresta, o rio, a agrovila, a escola, a cooperativa, o sindicato, o partido político, entre outros.

No que pese os empecilhos enfrentados para obter a terra e organizar as famílias, bem como a permanência de conflitos, estas têm empreendido um enorme esforço para resolvê-los, através do desenvolvimento de suas capacidades e habilidades. Fazendas degradadas, abandonadas, sob o controle de um único proprietário e onde haviam alguns poucos empregados, hoje garantem a sobrevivência de milhares de pessoas. A despeito das precárias condições em que recebem as terras, no momento de sua desapropriação ou demarcação, expandem os cultivos e as criações rapidamente, garantindo seu próprio consumo.

Demonstram, assim, o quanto a sua força de trabalho estava contida pelas relações de produção estabelecidas pelo patrão, que lhes destinava as piores áreas e, via de regra, proibia o plantio de culturas permanentes e forrageiras, bem como a criação de animais, além de exigir a preferência de compra dos produtos a preços aviltantes. Contrastando com esta situação anterior de descapitalização das famílias, observa-se o crescimento do patrimônio formado por bens individuais e, sobretudo, coletivos.

Nesta disputa territorial e ideológica, as comunidades pesquisadas têm se organizado em torno de elementos concretos e que desafiam, a partir da realidade local, a apropriação privada dos meios de produção, as políticas de modernização agrícola e o projeto neoliberal do Estado brasileiro. Desenvolvem uma estratégia eficiente de mobilização de grandes contingentes e de pressão sobre os latifundiários e o governo: as ocupações massivas e constantes de terra. Apresentam resultados positivos em termos de melhoria da qualidade de vida, comparada com suas condições anteriores e a situação atual de outros segmentos da classe trabalhadora, em especial os assalariados rurais. Realizam um intenso e permanente processo de discussão e ação política visando denunciar o neoliberalismo como um dos principais responsáveis pelos problemas que afligem a maioria da população brasileira.

A cooperação agrícola, as práticas agroecológicas, a diversificação de atividades produtivas, o trabalho fundamentado em princípios coletivos e na posse e uso de bens indivisíveis (terra, máquinas, animais etc), bem como as reivindicações por condições materiais objetivas para apoiar a produção e por equipamentos de infra-estrutura social comunitária, a exemplo de sistemas de saneamento básico, escolas, creches, postos de saúde, constituem procedimentos rotineiros de crianças e velhos, jovens e adultos, homens e mulheres que, agrupados em núcleos e setores de entidades associativas, vivenciam estas experiências de reforma agrária. São igualmente apontados, pela maioria das 110

pessoas entrevistadas, como aspectos relevantes o crescimento da auto-estima dos assentados, a afirmação da identidade de Sem Terra e a valorização das mulheres, dos negros e dos jovens.

Contudo, suas lideranças não costumam alimentar (costumeiras) ilusões de que a participação em conselhos para gestão de serviços públicos ou a criação de cooperativas de produção, por si só, seriam evidências de um processo de socialização ou da possibilidade de experimentos socialistas nos marcos do sistema capitalista.

O novo parece residir na dinâmica de relações sociais estabelecidas entre as famílias assentadas, e destas com a natureza e a sociedade. No sentido de apreender os rumos desta mudança foram identificados traços característicos presentes, com variações, nos quatro casos estudados:

- *Respeito ao meio-ambiente e preservação da biodiversidade;*
- *Gestão coletiva da terra, do trabalho e da produção;*
- *Clareza de objetivos, unidade política e visibilidade de ações;*
- *Direção democrática responsável pelo planejamento, execução e avaliação de atividades estratégicas;*
- *Diversificação econômica e adoção de novas tecnologias para produzir alimentos e gerar renda;*
- *Acesso à educação como fator imprescindível para o conhecimento dos direitos, o exercício da cidadania e o engajamento político;*
- *Estímulo à produção cultural e sua divulgação nas escolas e em veículos alternativos de comunicação;*
- *Formação de quadros para atuar nos assentamentos e nas várias instâncias da vida social, mediante capacitação técnica e política, mesclando teoria e prática;*
- *Incentivo à integração dos jovens e afirmação da igualdade étnica e de gênero;*
- *Estabelecimento de alianças com sindicatos, movimentos urbanos, igrejas e partidos políticos;*
- *Contribuição econômica e política no âmbito municipal, estadual e nacional;*
- *Visão de mundo baseada em valores de solidariedade e cooperação.*

Mas isto ainda não parece o bastante para entender como e por que estas comunidades tornaram-se uma referência de organização e resistência em seu meio, no município, junto aos movimentos populares e às entidades sindicais, nas instâncias políticas, nos grupos religiosos, nas universidades, nos ambientes artísticos e até mesmo, em determinadas circunstâncias, com certo reconhecimento nos círculos empresariais e governamentais.

Talvez o elemento-chave para compreender a abrangência e o significado das transformações em curso nas áreas pesquisadas esteja na definição (embora nem sempre claramente explicitada) do seu objetivo estratégico: a primazia do trabalho sobre o capital. Segundo os que defendem esta concepção de sociedade é o trabalho que assegura direitos sobre a propriedade dos meios de produção e os bens produzidos. Portanto, os donos da terra são os trabalhadores e não quem detém um título legal. Argumentam que a propriedade é primordialmente um bem comum, pois a produção de bens resulta da cooperação entre os produtores diretos e dela participam uma pluralidade de atores sociais. A proposta de que a propriedade fundiária fique sob o controle do conjunto dos trabalhadores, não necessariamente sob a forma exclusiva da coletivização, afeta um dos esteios do capitalismo, ou seja, a apropriação privada pelo capital dos resultados do trabalho.

As experiências relatadas, apesar de seus resultados concretos, são afetadas por uma conjuntura nacional e internacional desfavorável, conforme inúmeros estudiosos do tema têm revelado em suas análises sobre os fundamentos e as conseqüências do projeto neoliberal para a agricultura. Desde o plano de estabilização imposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional aos governos para garantir o pagamento dos encargos da dívida externa e os acordos com a Organização Mundial do Comércio para liberalização dos mercados, a situação da agricultura tem gradativamente se alterado; cresce a ofensiva capitalista no meio rural.

No Brasil, como é sabido, o modelo de desenvolvimento econômico adotado em meados dos anos 1980 exigiu uma nova forma de agir do Estado, modificando o padrão agrícola, através de várias medidas, dentre elas: a abertura unilateral para o mercado internacional, com importação de alimentos e exportação de produtos agrícolas não-tradicionais, e a reorganização da cadeia produtiva e seu controle pelas agroindústrias. Tais medidas trouxeram constrangimentos para os que vivem da atividade rural e colocaram em risco a sobrevivência das pequenas unidades produtoras ou projetos públicos, a exemplo dos perímetros irrigados e assentamentos da reforma agrária, que passaram a ser tratados, sobretudo, com políticas compensatórias. O “Novo Mundo Rural” ilustra o paradigma de intervenção governamental que se delineou para modernizar, uma vez mais, o campo brasileiro: introdução de novas tecnologias, formação de um mercado de terras e apoio às grandes empresas.

Concluo estas reflexões apresentando um breve retrato de cada experiência estudada. O estudo reflete a realidade de muitas outras comunidades camponesas no Brasil.

NORTE: comunidades quilombolas de Arancuan de Baixo, Bacabal e Varre Vento, município de Oriximiná, Pará

Arancuan de Baixo, Bacabal e Varre Vento, com um total de 94 famílias, localizam-se no alto do Rio Trombetas, na região amazônica. Juntamente com as demais comunidades negras, lutaram pela demarcação de suas terras e, com o incentivo da Igreja Católica e o apoio da Comissão Pró-índio, formaram a Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Oriximiná (ARQMO). O título coletivo foi entregue em 1997 e corresponde a uma área comum de 80.877 hectares. As principais atividades são: o extrativismo da castanha-do-pará, a pesca, o cultivo e beneficiamento da mandioca. Além de inspirar o surgimento de outras entidades semelhantes, a Associação trouxe benefícios materiais e sociais, como embarcações, caminhões, armazéns e escolas. A forma participativa do processo de demarcação e titulação coletiva da terra, a posse de bens comunitários, a formação intelectual de crianças, jovens e adultos, a relação respeitosa com a natureza, o crescimento da auto-estima e a consciência da negritude, e a melhoria da qualidade de vida com base em projetos próprios da região são alguns dos motivos pelos quais a experiência é tida como bem-sucedida. Face ao “desenvolvimentismo” e à privatização, tais conquistas encontram-se ameaçadas. Em um espaço de grandes projetos hidrelétricos, empresas madeireiras, mineradoras e produtoras de soja, a experiência das comunidades quilombolas se destaca pela forma criativa de organização e de relacionamento com o meio ambiente, tendo adquirido o respeito da população do município.

NORDESTE: assentamento Santana, município de Monsenhor Tabosa, Ceará

Santana, com uma área de 3.213 hectares e 76 famílias, localiza-se no sertão dos Inhamúns, no semi-árido cearense. Fruto da mobilização de seus moradores e jovens das comunidades próximas, bem como do apoio da CPT e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, em 1986, a fazenda teve a desapropriação decretada. As principais atividades são: pecuária leiteira, apicultura, consórcio de milho e feijão. Em 1990, foi criada a Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAGUIA). O assentamento está estruturado em forma de agrovila e dispõe de açudes, estábulos, fábrica de queijo, casa do mel, armazém, bodega comunitária, escola, creche, posto de saúde, estação de tratamento de água, aterro sanitário. Hoje, é um exemplo de luta e organização para outras áreas de reforma agrária, sobretudo no que diz respeito à gestão coletiva da terra e à divisão equitativa dos frutos do trabalho. Para construir uma vida digna no campo, o caminho trilhado pelas famílias foi a formação política, a construção da identidade do sem terra, a educação e a cooperação agrícola. As conquistas dos assentados beneficiam o conjun-

to dos camponeses do município. Dentre as contribuições, cabe destacar: as escolas de ensino fundamental e médio; o posto de saúde; a produção de mel e feijão para o mercado; a presença das mulheres em eventos diversos; a ação sindical e política; a formação política da juventude; a representação direta na coordenação do MST e da CPT; a participação nas lutas, mobilizações, ocupações e marchas. Em um espaço no qual predomina o latifúndio, a seca e o analfabetismo, o assentamento Santana constitui um pólo irradiador de novas relações sociais, exercendo um papel relevante na vida do município e na formação de quadros para os movimentos populares do Ceará.

CENTRO-OESTE: assentamento Antonio Conselheiro, município de Tangará da Serra, Mato Grosso

Antonio Conselheiro, com um área de 37.258 hectares e 998 famílias, localiza-se em uma região de fronteira agrícola, no sudoeste do Mato Grosso, entre os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres. A desapropriação da fazenda Tapirapuã ocorreu em 1997, após um ano de sua ocupação pelo MST. A terra foi distribuída em lotes familiares, que variam de 25 a 38 hectares. O plantio de banana e arroz, a criação de bovinos de leite e de corte, o cultivo de milho, feijão, mandioca, verduras são as principais atividades produtivas. As famílias assentadas dispõem de luz, água, transporte, assistência técnica e três escolas, sendo que uma delas possui o 2º grau completo. O assentamento está construindo um novo espaço sócio-ambiental, através de práticas como capacitação em agroecologia, conservação de reservas florestais e recursos hídricos, formação de grupos coletivos e agrovilas, produção para a subsistência e para os mercados locais e regionais. A educação, em conjunto com a mística, a formação política e técnica, também são fatores que têm contribuído para a melhoria de vida das famílias. Em uma área predominantemente de monocultura de soja e de cana-de-açúcar, o assentamento Antonio Conselheiro se destaca por sua organização em núcleos de famílias, agricultura diversificada, adoção de práticas agro-ecológicas, comercialização coletiva e contribuição para o abastecimento de gêneros alimentícios das cidades vizinhas.

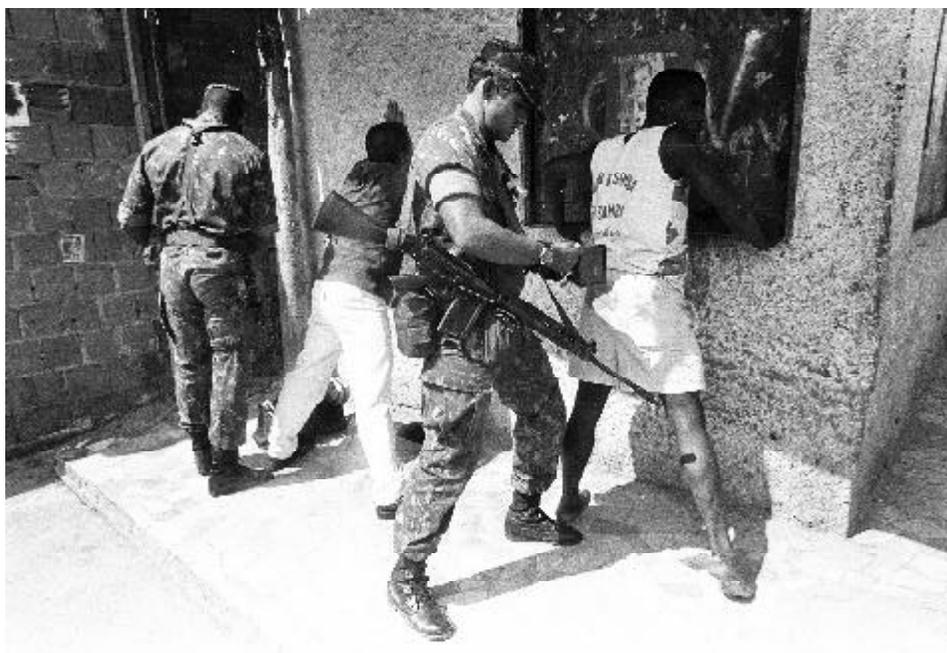
SUL: assentamento Conquista na Fronteira, município de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina

Conquista na Fronteira, com uma área de 1.198 hectares e 60 famílias, localiza-se nas proximidades da fronteira do Brasil com a Argentina. A fazenda Tracutinga foi desapropriada em 1988, por pressão de famílias acampadas e organizadas pelo MST. A Cooperativa de Produção Agropecuária do Oeste (COOPERUNIÃO) possibilitou o surgimento de novas alternativas econômicas. Como atividades estratégicas destacam-

se o leite, a avicultura, a piscicultura, a erva-mate, o reflorestamento e a lavoura de grãos. A organização do assentamento transformou o latifúndio em terra produtiva, incentivando a preservação da biodiversidade, a produção de alimentos, a igualdade de gênero e a geração de renda. Mulheres e jovens participam da produção em condições de igualdade com os homens. A escola é organizada como uma cooperativa-mirim. Ainda assim, são visíveis os desafios para superar vícios e contradições. Conquista na Fronteira é uma área planejada com base no respeito à natureza, na produção para o consumo interno e na geração de excedentes para os mercados regionais. A propriedade e o uso da terra de forma coletiva propiciaram às pessoas pensar conjuntamente o rumo de suas vidas, mudando o jeito de ser e de trabalhar das famílias assentadas, o que envolve condições materiais, novos valores e relações dignas. Em um espaço dominado pela agroindústria de carnes e empresas fumageiras voltadas para a exportação, o assentamento Conquista na Fronteira desponta como referência de organização e luta tanto por seu projeto baseado em princípios coletivos, como pela contribuição econômica e política no âmbito municipal, estadual e nacional.

Capítulo II

DIREITOS HUMANOS NO MEIO URBANO



***Exército reprende moradores no morro da Mangueira,
Rio de Janeiro***

Entre os meses de maio e agosto de 2006, três ondas criminosas abalaram o Estado de São Paulo e demonstraram como o Estado envolvido com o crime garante o desenvolvimento deste. A ação de agentes do Poder Público articulando-se com criminosos, às vezes; extorquindo criminosos e vivendo às suas custas, outras tantas; ou disputando com criminosos o poder de cometer mais crimes, fez da ilegalidade a norma e lançou a norma legal ao esquecimento.

Eles não viram o Brasil ser derrotado

Aton Fon Filho¹

1. O Partido do Crime

Nilton Celestino

Nilton estava contente quando foi dormir naquela noite. Afinal, embora fosse a primeira vez que os ganenses tivessem chegado a uma copa do mundo, tinham chegado bonito às oitavas de final, em segundo lugar num grupo em que todo mundo sabia, desde o começo, que o primeiro lugar seria da Itália. E o Brasil vencera Gana por três a zero, com um goloço de Ronaldo-fôfômeno. Tá bem que Nilton não era assim tão apreciador de futebol, afinal de contas não era tão apreciador de jogo algum, porque a seara do Senhor não lhe deixava tempo para isso. Mas, nesses tempos de copa, um jogo não era um jogo, era um encontro de brasileiros. E sempre valia uma torcida por um gol de Kaká para ver a revelação da camiseta escondida que louvava o Senhor.

Nilton era agente penitenciário. Já com tempo distante das celas e plantões, dos gritos de “Superior”. Superior, mesmo, somente o Senhor Jesus, pensava consigo. O

¹ Aton Fon Filho é advogado e diretor da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

convívio com os sentenciados nunca fora de sua predileção, por isso valera o esforço por algum aprendizado de informática e a transferência para o centro de computadores do CDP (Centro de Detenção Provisória) de Itapeverica da Serra.

Não havia desgosto pelos internos, porque o Senhor ensina a amar os pecadores, repudiando o pecado. Mas, talvez, o fortalecimento da fé ainda demandasse um distanciamento da sedução do pecado. E o pecado, pela voz dos pecadores, estava sempre à espreita nas esquinas dos corredores, um pedido de favorecimento aqui, uma promessa de recompensa acolá.

Nilton repudiava o favorecimento ao pecado. Sofria ao ver como o pecado se alastrava entre aquelas paredes, não apenas nos pensamentos e ações dos que ali haviam sido enviados para purgá-los, mas entre aqueles que ali estavam para ajudar a redenção.

Nilton sonhava com o dia em que o repúdio ao pecado unisse brasileiros como a seleção de futebol os unia. E talvez esse sonho acalentasse o sono que o abatia mesmo durante os jogos. Ou talvez fosse o cansaço, apenas. Afinal, tempos de vida dura são esses para quem não aceitou se curvar ao pecado. Nilton dormitara durante o jogo, para acordar uma hora, na exata hora em que Adriano fez um gol. “Foi o cansaço”, pensou. E agora aquele cansaço iria aumentar um pouco mais, porque Nilton conseguira um servicinho extra, um trabalhinho de ajudante de pedreiro. Quem sabe desse pagamento viesse o bastante para comprar umas telhas novas para seu próprio telhado.

Por isso, Nilton estava contente quando foi dormir naquela noite. O Senhor era seu pastor, o servicinho de ajudante de pedreiro viera em boa hora e o Brasil derrotara a seleção de Gana.

Eduardo Rodrigues

A seleção brasileira ainda mantinha vivas esperanças. Sem certezas, porque o jogo, o toque e o time ainda não haviam aparecido, embora há tanto tempo estivessem os jogadores juntos e ainda que, sem dúvida alguma, fossem os melhores dos melhores. E ser - ou ter - os melhores sempre nos enche de orgulho.

Eduardo devia ter poucos orgulhos. O orgulho da família, o orgulho de ter um emprego, o orgulho de ser honesto. O que não dava muito orgulho era a droga da televisãozinha de 14 polegadas, danada de quebrar justo nas melhores horas, naquelas em que ele mais uma vez ia se sentir unido com todo um povo vendo se Ronaldão corria um pouco mais, para perder um pouco mais de peso. Perder peso para ganhar a copa.

Eduardo era agente penitenciário. A função lhe dava muito medo. Medo que nasceu, de certa forma, do orgulho de ser honesto. Eduardo disse “não!” quando sentenciados lhe ordenaram que fizesse coisas erradas, porque não ia admitir pensar depois que já não seria honesto.

Eduardo se negou a ser mais um de tantos que já não têm orgulho na vida, têm apenas presunção de serem melhores porque conseguiram um pouco de dinheiro, sem se preocupar com a origem criminosa. O dinheiro até seria bom, pode ter pensado Eduardo, afinal permitiria ter uma televisão de 29 polegadas como tantos colegas de trabalho se jactavam de ter. Mas Eduardo não tinha desses cinemas em casa, tinha somente um espelho no qual podia encarar seu próprio rosto sem sentir vergonha. Eduardo perdera a 29 polegadas, mas ganhara dignidade.

O Partido do Crime não gostava de Eduardo porque ele apreciava mais a dignidade que a TV de 29 polegadas. Houve até quem dissesse que ele devia ser louco, para não aceitar uma proposta tão boa. Ainda mais quando, de bônus, Eduardo ganharia o direito de continuar vivendo. Mas parece que Eduardo teve dúvidas sobre se viver sob as ordens do Partido do Crime era realmente viver.

O Partido do Crime entrou em guerra com promotores do crime, porque estes viviam de promover aqueles para se promoverem a si próprios, e armaram emboscada para o Partido do Crime, emboscada que nunca ficou bem esclarecida, mas que algumas autoridades já disseram que teria sido criminosa. Eduardo também não queria saber dos promotores do crime. “Eles lá e eu cá!” Não consta que Eduardo tivesse sido “ganso” nem “pé-de-pato”. Não consta que Eduardo tivesse escolhido martirizar criminosos, punir o crime com crime. Consta que Eduardo tinha um orgulho danado de não se meter com o crime. Fosse de que lado fosse.

Eduardo só queria ver o jogo do Brasil. Por isso, antes que fosse tarde, levou a 14 polegadas para o concerto, não fosse ter que encher o saco de ninguém, pedir abrigo na hora da partida começar, porque com os crimes do Partido do Crime e com os crimes dos promotores do crime, os amigos, os vizinhos, as pessoas todas tinham medo. E podiam ter medo de receber Eduardo, que não recebia do Partido do Crime, nem era protegido dos promotores do crime.

No dia 1 de julho, o selecionado brasileiro de futebol jogaria com a França e Eduardo tratou de ir, logo cedo, nem dez horas, buscar a 14 polegadas no concerto.

2. Os promotores do crime

Renato Brigadeiro

Renato Brigadeiro estava tentando se levantar do chão naquela noite de maio. Fazia muito frio, mas era um frio diferente de todos que já sentira. Brigadeiro não lembrava como ficara frio tão de repente. Lembrava apenas que tinham mandado que ele e os demais que estavam saindo do bar encostassem na parede. E depois estava no chão e estava essa dor e estava esse frio. Talvez tivesse sido melhor ir logo para casa, porque essa guerra entre o Partido do Crime e os promotores do crime uma hora chegaria nas

ruas. “Quando será”, terá pensado, “que os homens aprenderão a necessidade de dar uma chance à paz?”

Renato “Brigadeiro” pensou em sua mãe. Renato “Brigadeiro” pensou no Dia das Mães, pensou em flores que vendeu, pensou em flores para sua mãe.

Maurício de Assis Menezes sabia que estava morrendo. Os promotores do crime desceram da viatura, mandaram que ele, o hippie e o catador de latas se encostassem na parede e atiraram. Atiraram quanto quiseram. E quiseram muito. Agora, Maurício estava morrendo, sem querer morrer, pedindo a seu Francisco do Bar que não o deixasse morrer, que não o deixasse virar estatística nos informes dos promotores do crime. Morrendo como Davi “Cabeludo”, morrendo porque não quis ser do Partido do Crime nem dos promotores do crime.

3. As ondas do crime

Entre os meses de maio e agosto de 2006, três ondas criminosas abalaram o Estado de São Paulo e demonstraram como o Estado envolvido com o crime garante o desenvolvimento deste.

A ação de agentes do Poder Público articulando-se com criminosos, às vezes; extorquindo criminosos e vivendo às suas custas, outras tantas; ou disputando com criminosos o poder de cometer mais crimes, fez da ilegalidade a norma e lançou a norma legal ao esquecimento.

Depois que o Poder adotou o crime como método, o poder tornou-se o método do crime. Entre uns e outros criminosos, os agentes públicos dignos e a população desassistida, particularmente nas periferias, obrigada a transitar entre a violência de ambos.

Às vésperas e logo depois das partidas finais da Copa do Mundo de Futebol, na Alemanha, o embate produziu 119 “suspeitos” mortos pela polícia, nunca esclarecidas as condições de suas mortes ou suas possíveis relações com o outro bando. E 65 pessoas assassinadas pelos criminosos faccionários.

Os agentes penitenciários Nilton Celestino e Eduardo Rodrigues, e Maurício de Assis Menezes e Renato Brigadeiro, os moradores do Capão Redondo, foram mortos pelos criminosos e pela polícia naqueles dias.

Nilton Celestino chegava para o trabalho de pedreiro numa construção quando foi alvejado pelos integrantes do Partido do Crime que não concordaram com sua recusa em ajudá-los. Eduardo Rodrigues foi morto quando ia buscar a televisão de 14 polegadas que levava para consertar, esperando ver o jogo do Brasil na Copa da Alemanha.

Maurício de Assis Menezes foi morto por policiais no Capão Redondo, quando saía do bar em que trabalhava, em frente a esse bar, ao lado de Renato Brigadeiro e três outras pessoas.

Eles não viram o Brasil perder a Copa. Mas, com suas mortes, o Brasil sofreu uma derrota muito maior que a sofrida na Alemanha.

De acordo com o ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Antonio Funari Filho, das 47 vítimas do ataque atribuído ao PCC contabilizadas pela Ouvidoria, 24 eram policiais militares (sendo 2 bombeiros), 8 policiais civis, 8 agentes penitenciários, 3 guardas municipais e 4 civis. Funari informa que foram 87 mortes de civis sem que os grupos de extermínio fossem identificados. Destas 87 mortes, os maiores índices estão na zona sul da capital, onde ocorreram 18 delas, Guarulhos, 16 crimes, e zona norte de São Paulo, 12 assassinatos.

Violência em São Paulo – saldo estarrecedor

Evanize Sydow¹

Bancos destruídos, suspeitas de bomba em estações do metrô e aeroportos, viaturas policiais metralhadas, ônibus incendiados, população em pânico. Assim estava a cidade de São Paulo no 12 de maio e nos dias subsequentes. Entre 12 e 16 de maio, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo divulgava dados alarmantes: 251 ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) tinham causado 115 mortos, sendo 32 policiais, 8 carcereiros, 4 civis e 71 suspeitos.

A transferência de oito presos, entre eles Marcola, líder do PCC, para o DEIC (Departamento de Investigações sobre Crime Organizado) provoca os primeiros ataques. No dia seguinte, presídios de todo o estado de São Paulo têm rebeliões, sendo 132 reféns. Ônibus e agências bancárias são atacados no domingo 14 de maio. Aqui, o número de mortes era de 44 e eram registradas rebeliões também no Paraná, em Mato Grosso do Sul, além de unidades da Febem. A madrugada continuou violenta, totalizando

¹ *Evanize Sydow é jornalista da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e mestranda em Bens Culturais e Projetos Sociais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*

66 ônibus urbanos queimados, um agente penitenciário é morto na rua e 4 mil ônibus deixam de circular na cidade. A segunda-feira foi cinza: o comércio fechou as portas mais cedo, escolas e universidades suspenderam aulas e a cidade bateu um recorde no congestionamento do trânsito – eram 195 quilômetros de engarrafamento. De acordo com dados da Secretaria de Administração Penitenciária, de 12 a 15 de maio, foram nove presos mortos nas rebeliões de 73 prisões do Estado. A terça-feira também teve saldo negativo: ataque a um conjunto habitacional de policiais em Rio Claro, interior de São Paulo, e tiros e uma granada em uma base comunitária de Osasco.²

Notícia publicada pela Folha de S. Paulo em 15 de setembro de 2006 mostra que 493 pessoas morreram vítimas armas de fogo entre os dias 12 e 20 de maio, período dos primeiros ataques do PCC em São Paulo. O levantamento é do Conselho Regional de Medicina nos 23 IMLs do Estado e inclui todos os tipos de morte por arma de fogo, entre eles crimes passionais e suicídios.

Outra reportagem da Folha, de 21 de setembro, trata da gravação de uma conversa entre um agente penitenciário – que foi quem gravou – e o preso Júlio César Guedes de Moraes, o Julinho Carambola. Na gravação, feita no dia 12 de maio, pouco antes dos primeiros ataques, na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, Julinho diz que o PCC teria um esquema de corrupção para conseguir, na Secretaria de Administração Pública, contracheques e endereços de funcionários, e que esses dados seriam usados para matar agentes fora das prisões.

A matéria informa que de 12 de maio até aquela data (21 de setembro), 15 agentes penitenciários foram mortos, sendo que pelo menos 8 deles foram atacados em local próximos às respectivas residências.

De acordo com o ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Antonio Funari Filho, das 47 vítimas do ataque atribuído ao PCC contabilizadas pela Ouvidoria, 24 eram policiais militares (sendo 2 bombeiros), 8 policiais civis, 8 agentes penitenciários, 3 guardas municipais e 4 civis.

Funari informa que foram 87 mortes de civis sem que os grupos de extermínio fossem identificados. Destas 87 mortes, os maiores índices estão na zona sul da capital, onde ocorreram 18 delas, Guarulhos, 16 crimes, e zona norte de São Paulo, 12 assassinatos.

Os números, como podemos observar, são variáveis. O fato é que o Estado de São Paulo assistiu, entre maio e agosto, três ondas criminosas. Os motivos podem ser vários: falta de políticas públicas para a área social, sistema penitenciário deficiente, condições inadequadas de trabalho, corrupção policial, baixos salários³. E o saldo de ino-

² Redação Terra. "Entenda a onda de violência contra a polícia em SP." Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/guerraurbana>. Acesso em 14/11/2006

³ OJEDA, Igor. *Violência começa por ausência do Estado. Brasil de fato*, 18 a 24 de maio de 2006

centes mortos é estarrecedor. Maurício Assis de Menezes, de 28 anos, é um exemplo. Trabalhava em um bar da família, no Capão Redondo, zona sul da capital paulista, desde os 14 anos de idade e era conhecido pelos vizinhos por ser um rapaz muito tranquilo. Na madrugada de 16 de maio, ele e mais seis colegas saem à rua para desenroscar lâmpadas que iluminam uma barraca de lanches. Sem terem tempo nem para pensar no que estava acontecendo, vozes que diziam ser a polícia mandam que fiquem com as mãos na cabeça. Homens de gorro metralharam os rapazes, que estavam enfileirados e de costas. Dos sete, cinco morreram, entre eles Maurício, e dois sobreviveram.⁴

⁴ MELO, Dafne e MERLINO, Tatiana. *Moradores denunciam crimes da polícia. Brasil de Fato, 25 a 31 de maio de 2006*

Enquanto permanecer baixo o ritmo de crescimento econômico, o Brasil tende a se especializar na produção e comercialização de bens de baixo valor agregado, contido conteúdo tecnológico e dependente do reduzido custo da mão-de-obra. Nesse sentido, o crescimento da atividade econômica pode demandar mais trabalhador, porém o perfil dos ocupados tende a estar associado à baixa remuneração e às precárias condições de trabalho, nem sempre acessíveis à mão-de-obra de escolaridade e qualificação profissional superiores. Num país de dimensão continental como o Brasil, com mais de 2,3 milhões de pessoas que anualmente ingressam no mercado de trabalho, é preciso que a economia nacional cresça pelo menos 5% ao ano somente para absorver todo esse contingente humano. Sem isso, a competição no interior do mercado de trabalho, mesmo para postos mais simples, termina levando à queda salarial e ao desemprego em massa.

Desemprego estrutural no Brasil e a anomalia da fuga de cérebros

Marcio Pochmann¹

O desemprego se transformou mais recentemente na parte integrante do ciclo ativo da trajetória generalizada da força de trabalho brasileira. Praticamente até a década de 1980, o desemprego aberto, além de residual no conjunto da População Economicamente Ativa, encontrava-se concentrado fundamentalmente nos segmentos tradicionalmente identificados como grupos mais vulneráveis da população ativa (jovens, mulheres, negros, todos geralmente de reduzida escolaridade).

¹ Professor do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, Brasil. (Tel. 19-37885802 - Endereço Eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br).

Desde a década de 1990, contudo, que a taxa de desemprego cresceu rapidamente, sem apresentar ruptura no sentido da degradação das condições gerais de produção do trabalho no Brasil. Nesse sentido, o desemprego ainda continua em patamar elevado - cerca de três a quatro vezes mais alto que as taxas registradas nas décadas de 1970 e 1980 -, como mudou radicalmente a natureza de sua manifestação no interior da força de trabalho.

Por não haver mais segmento social imune ao risco do desemprego, percebe-se também a sua generalização em ritmo maior para além dos tradicionais grupos sociais mais vulneráveis da força de trabalho. Paradoxalmente, o Brasil que ainda possui baixa escolaridade no conjunto da população vem se transformando no país que passou a conviver com a expansão mais rápida do desemprego entre a parcela da População Economicamente Ativa com maior escolaridade, alimentando, por consequência, a anomalia do fenômeno da fuga de cérebros. Em síntese, o movimento de emigração do segmento da mão-de-obra de com maior escolaridade e qualificação profissional.

Assim, parte dos esforços que as famílias e indivíduos realizam no país para melhorar a qualidade da oferta da força de trabalho termina sendo desprezada internamente, provocando o desemprego intelectual e a exportação de trabalhadores qualificados para outras nações em condições de adequadamente absorvê-los.

Nesse contexto, a condição de ociosidade involuntária da mão-de-obra assumiu novas formas de manifestação nestas duas últimas décadas. De um lado, o tradicional desemprego conjuntural que, por estar mais associado ao comportamento geral do nível de atividade econômica, chega a representar quase dois terços do total dos trabalhadores sem trabalho no país.

De outro, o desemprego estrutural ganha crescente dimensão, tendo por característica a longevidade da condição de ociosidade da mão-de-obra vinculada à modalidade de inserção do país na economia mundial. Em síntese, percebe-se que o desemprego conjuntural pode ser revertido mais facilmente com a elevação do ritmo de crescimento das atividades produtivas, enquanto o desemprego estrutural requer mudanças importantes no interior do padrão de relacionamento com a globalização.

Atualmente, o desemprego estrutural, em especial, apresenta três formas distintas de manifestação no Brasil. A primeira refere-se ao desemprego repetitivo, geralmente concentrado no segmento juvenil e relacionado às crescentes dificuldades da transição do sistema escolar para o mundo do trabalho. Os obstáculos à construção de uma trajetória laboral para determinadas faixas etárias da população ativa levam à instabilidade na ocupação e a recorrência do desemprego, responsáveis pela negação descontínua do exercício do trabalho.

A segunda forma diz respeito ao desemprego de conversão, na maior parte das vezes associado à faixa etária madura da população (25 a 45 anos de idade). Mesmo com maior escolaridade, o trabalhador que tem rompido a sua trajetória ocupacional por motivo de desemprego, tende a apresentar maior dificuldade de retornar à equivalente situação laboral, com probabilidade da recorrência estrutural ao desemprego, seja pelas mudanças na organização da produção e gestão do trabalho, seja pelo acirramento da competição no interior do mercado de trabalho.

Por fim, a terceira forma se refere ao desemprego de exclusão, fortemente associado ao perfil das pessoas com 40 anos e mais de idade. Uma vez interrompido o antigo contrato de trabalho, geralmente assalariado, o trabalhador tende a encontrar obstáculos quase insuperáveis de retorno ao posto de trabalho compatível com a sua formação anterior, mesmo que possua maior escolaridade. O preconceito etário assume maior relevância nas decisões de contratação².

Frente a isso, não há como deixar de reconhecer o significado mais complexo que representa no Brasil a relação da situação educacional com o desenvolvimento econômico e a ociosidade involuntária da força de trabalho. De certa forma, o desemprego estrutural encontra-se associado a duas ordens distintas de problemas que terminam convergindo entre si.

A primeira ordem de problemas refere-se à esfera econômica (macro e micro). Em termos macroeconômicos, a quantidade e a composição do desemprego num determinado país vinculam-se tanto com o ritmo de expansão da economia nacional como o modo de inserção na economia mundial.

Enquanto permanecer baixo o ritmo de crescimento econômico, o Brasil tende a se especializar na produção e comercialização de bens de baixo valor agregado, contido conteúdo tecnológico e dependente do reduzido custo da mão-de-obra. Nesse sentido, o crescimento da atividade econômica pode demandar mais trabalhador, porém o perfil dos ocupados tende a estar associado à baixa remuneração e às precárias condições de trabalho, nem sempre acessíveis à mão-de-obra de escolaridade e qualificação profissional superiores (desemprego repetitivo e de exclusão).

Em termos microeconômicos, o nível e a situação dos desempregados relaciona-se a estrutura de funcionamento e organização das empresas, sobretudo quando há desconexão com as novas formas de produção e organização do trabalho. No interior das cadeias produtivas existentes no Brasil parece prevalecer mais a sistemática selvagem da competição e terceirização espúria da mão-de-obra do que o regime de cooperação organizativa e funcional, o que torna a busca da maior produtividade um produto do rebaixamento das condições de trabalho e não resultado da sinérgica elevação dos investimentos (desemprego repetitivo e de conversão).

² Para maiores detalhes, ver, na literatura internacional especializada: FREY, L. (1997) *La disoccupazione nel lungo periodo: cause e conseguenze*. Bologna: Il Mulino; CROMPTON, L. et al (1996) *Changing forms of employment*. London: Routledge.

A segunda ordem de problemas relaciona-se com a esfera educacional. Para um país não desenvolvido, com baixa escolaridade da população, constitui um paradoxo a produção de conhecimento e elevação da qualificação profissional da mão-de-obra aproveitada, muitas vezes, por países ricos.

Isso porque os investimentos em ciência e tecnologia, ainda que contidos, continuam registrando baixa modalidade de aproveitamento dos seus resultados pelo conjunto das atividades produtivas do país. Na maior parte das vezes, nota-se uma nítida separação entre os mundos do conhecimento e da produção, o que termina se consolidando à medida em que cresce a opção pela ampliação da compra de tecnologia do exterior, ao invés do estímulo à geração interna.

Por tudo isso, a prevalência do desajuste entre as esferas econômica e educacional tende a indicar a continuidade da manifestação do desemprego estrutural no Brasil³. As suas principais características podem ser consideradas a seguir.

Desemprego estrutural no Brasil

A manifestação do desemprego estrutural pode ser analisada por meio de duas óticas no Brasil. A primeira diz respeito à quantidade expressiva de mão-de-obra involuntariamente ociosa desde 1990, enquanto a segunda refere-se às mudanças no perfil dos desempregados, não mais concentrados - quase que exclusivamente - nos chamados segmentos vulneráveis da população. A seguir, apresenta-se, brevemente, a situação do desemprego em massa e a anomalia do desemprego intelectual e da fuga de cérebros.

Desemprego em massa

O Brasil já registra atualmente uma grave situação de estabilidade na alta taxa nacional de desemprego aberta, medida pelos parâmetros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. De fato, percebe-se, desde 1998, que a taxa de desemprego encontra-se estacionada no patamar de 9% da População Economicamente Ativa.

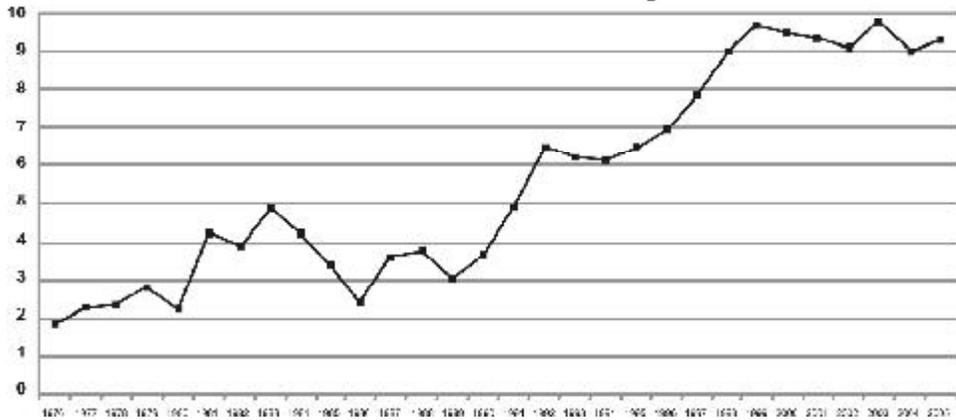
A atual situação do desemprego nacional é praticamente 40% superior da verificada em 1995, quando o Brasil alcançou a estabilidade monetária. Antes disso, a taxa nacional de desemprego aberto no Brasil era 2,4 vezes menor na década de 1980 ou 3,8 vezes menor na segunda metade da década de 1970.

Não apenas a taxa nacional de desemprego aberto cresceu significativamente no país, como a quantidade de mão-de-obra ociosa involuntariamente aumentou expressivamente nas duas últimas décadas. No ano de 2005, por exemplo, o Brasil registrou o

*3 Sobre isso, ver mais em: OCDE (2001) *Étude Economique de l'OCDE, Brésil 2000-2001*. Paris: OCDE; HORTA, C. & CARVALHO, A. (2001) *Globalização trabalho e desemprego*. Belo Horizonte: C/ Arte; POCHMANN, M. (2001) *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo.*

contingente de 8,9 milhões de trabalhadores que não conseguiu trabalho, nem mesmo por uma hora no período em que se realizou a pesquisa nacional do IBGE.

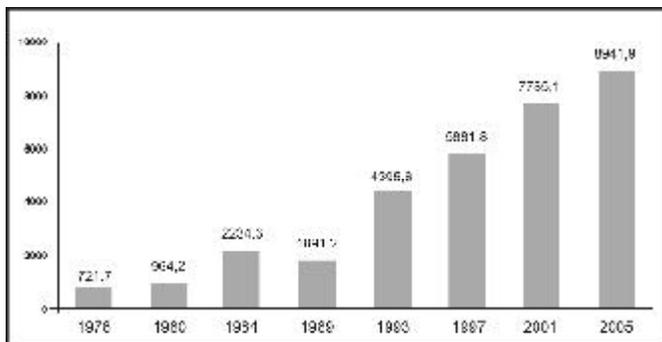
Gráfico 1 - Brasil: Evolução da taxa de desemprego aberta (em % da População Economicamente Ativa)



Fonte: IBGE/PNAD's ajustadas (elaboração própria)

Se comparado com o ano de 1995, quando teve início a estabilidade monetária no país, observa-se que havia um contingente de 4,4 milhões de pessoas a menos na condição de desemprego. No caso do ano de 1989, momento anterior à experiência das políticas neoliberais, o contingente de desempregados era de 6,9 milhões de pessoas a menos que o do ano de 2005.

Gráfico 2 - Brasil: Evolução dos desempregados (em mil)



Fonte: IBGE/PNAD's ajustadas (elaboração própria)

Por fim, se comparado com o último ano do ciclo de industrialização nacional (1980), quando o crescimento econômico médio anual girava em torno dos 7% ao ano, a quantidade total do desemprego era de 7,9 milhões de pessoas a menos que o ano de 2005. Inegavelmente, a presença de baixo crescimento econômico no país, acompanhada das políticas neoliberais e da inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, constituíram o novo quadro do desemprego massivo e estrutural.

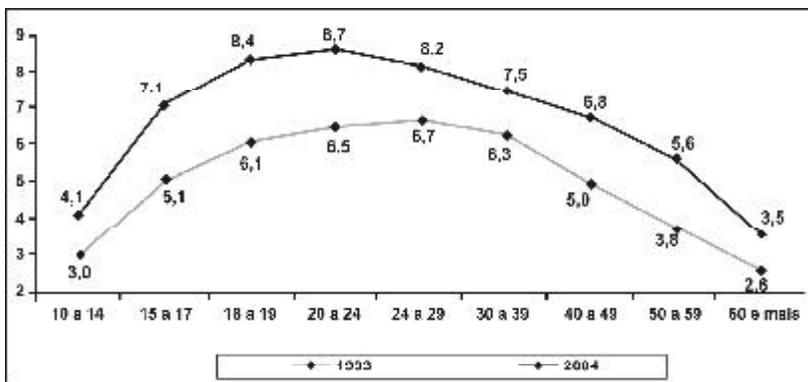
Não obstante a gravidade da extensão absoluta e relativa do desemprego - sem paralelo com qualquer outro período republicano -, destaca-se a mudança do perfil do desempregado no país. Mesmo que não se perceba mais segmento da mão-de-obra imune à ociosidade involuntária, constata-se que determinados grupos sociais tendem a concentrar maior parcela do desemprego.

Anomalia do desemprego intelectual

Contrariando as tendências mundiais, que exigem a ampliação da escolaridade e a maior qualificação profissional, enquanto componente do conjunto dos requisitos necessários ao menor risco do desemprego, o Brasil segue gerando maior ritmo de ociosidade na força de trabalho justamente no segmento com maiores anos de estudos. De um lado, constata-se uma importante elevação nos anos de estudos por parte da população em praticamente todas as faixas etárias.

No ano de 2004, por exemplo, a população brasileira tinha 6,6 anos de estudos em média, enquanto em 1993 eram somente de 5,1 anos de estudos. Ou seja, um aumento de quase 30% na quantidade de anos de estudos pelo conjunto da população brasileira.

Gráfico 3 - Brasil: Evolução do número médio de anos de estudos das pessoas de 10 anos ou mais de idade entre 1993 e 2004

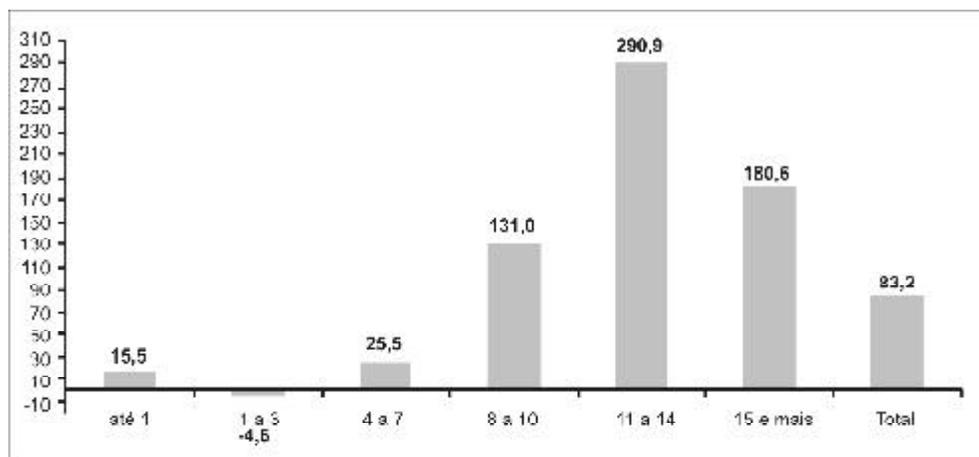


Fonte: IBGE/PNAD (Elaboração própria)

De outro lado, percebe-se que, a despeito do esforço de elevação da escolaridade protagonizado pelo conjunto da população durante a última década, aumentou significativamente o desemprego para o segmento de maior escolaridade. Em 2004, por exemplo, 60,2% dos desempregados (8,3 milhões de pessoas) possuíam o ensino básico completo, enquanto em 1995 eram apenas 37,7% do total dos desempregados (4,5 milhões) com até 8 anos de estudo.

No caso dos desempregados de nível universitário, houve a multiplicação por quase três vezes no mesmo período de tempo (98 mil desempregados em 1995, e 247 mil, em 2004). Em 2004, por exemplo, havia 1,7 desempregado analfabeto para cada um desempregado com 15 e mais anos de estudos, enquanto em 1992 eram 3,6 desempregados analfabetos a cada um desempregado universitário.

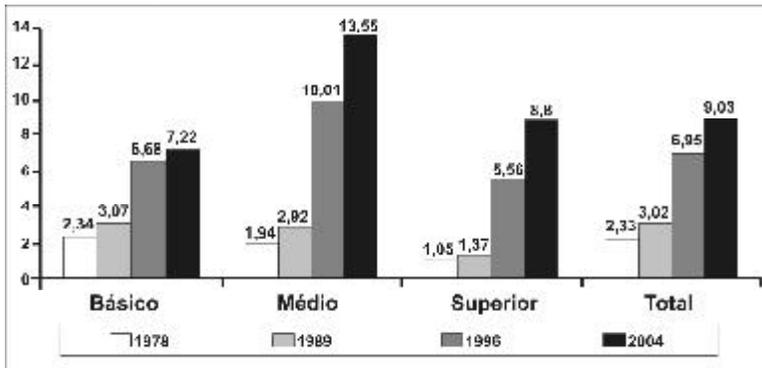
Gráfico 4 - Brasil: Variação no número de desempregados por nível de escolaridade (anos de estudos) entre 1995 e 2004 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD (Elaboração própria)

Para um aumento de 83,2% no total de pessoas desempregadas entre 1995 e 2004, o crescimento dos desempregados analfabetos foi de apenas 15,5%, enquanto para as pessoas com menor número de anos de estudos (1 a 3 anos) houve decréscimo na quantidade de desempregados. Por conta disso, a economia nacional caracteriza-se por apresentar a anomalia do desemprego intelectual em maior profusão que o desemprego de trabalhadores de baixa escolaridade.

Gráfico 5 – Brasil: relação da taxa de desemprego por nível de formação em anos selecionados (em %)

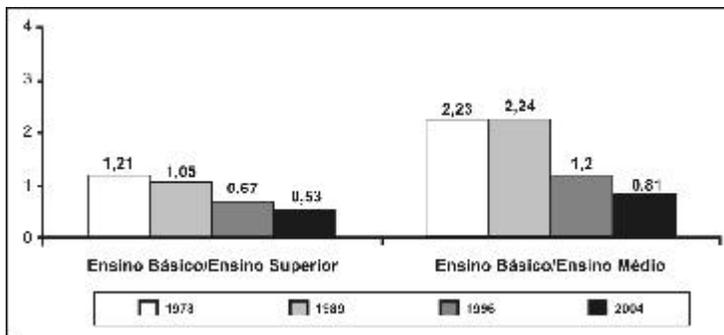


Fonte: IBGE, PNAD ajustadas (elaboração própria)

Nota-se que durante as décadas de 1970 e 1980 ter maior escolaridade era a garantia do menor risco de ficar desempregado no Brasil. Para o segmento da força de trabalho com 12 anos e mais de estudos, por exemplo, a taxa nacional de desemprego era 44,6% menor que a verificada entre trabalhadores com até 8 anos de escolaridade.

Em 2004, por exemplo, a taxa nacional de desemprego do estrato da População Economicamente Ativa com maior escolaridade ultrapassou a dos trabalhadores com menor quantidade de anos de estudos. Com isso, a relação entre a taxa nacional de desemprego do segmento com escolaridade equivalente ao Ensino Básico e a taxa nacional de desemprego com escolaridade equivalente ao Ensino Médio e Superior passou a ser decrescente a partir da década de 1990.

Gráfico 6 – Brasil: relação da taxa de desemprego por nível de formação em anos selecionados



Fonte: OBGE, PNAD ajustadas (elaboração própria)

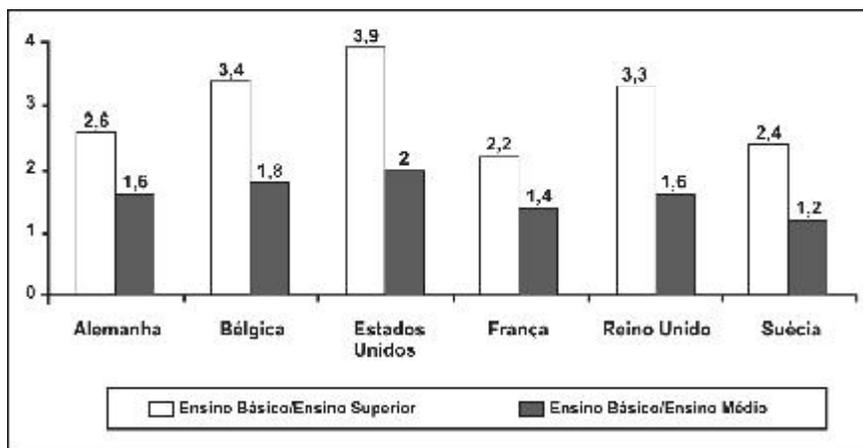
Assim, a taxa nacional de desemprego do segmento da População Economicamente Ativa com nível educacional equivalente ao Ensino Básico era quase a metade da força de trabalho com escolaridade equivalente ao Ensino Médio no ano de 2004. Quinze anos antes (1989), a relação era praticamente equivalente entre as taxas de desemprego dos trabalhadores do Ensino Básico e Médio.

O mesmo movimento também pode ser constatado na relação entre as taxas de desemprego dos trabalhadores com ensino básico e superior. Nesse sentido, o desemprego estrutural tende a convergir mais para os trabalhadores com maior escolaridade.

Esta situação, no entanto, representa uma anomalia específica do Brasil nestas últimas duas décadas. Conforme a experiência internacional, sobretudo em relação aos países desenvolvidos, que contemplam crescentes investimentos em novas tecnologias, a condição do desemprego converge inexoravelmente para os segmentos da força de trabalho com menor escolaridade.

Na Alemanha, por exemplo, a taxa de desemprego da força de trabalho com escolaridade equivalente ao ensino básico subiu 3,3 vezes nas duas últimas décadas, enquanto a taxa de desemprego da PEA com ensino superior aumentou 2,6 vezes, em conformidade com as informações da OCDE (Employment Outlook, vários anos). Nos Estados Unidos também se verificou a menor expansão do desemprego para o segmento da força de trabalho com maior escolaridade (aumento da taxa de desemprego de 2,3 vezes para trabalhadores com ensino básico e 1,9 vez para trabalhadores com ensino superior).

Gráfico 7 - Relação da taxa de desemprego por nível de formação em países selecionados, 2000



Fonte: OCDE, 2001

Por conta disso, a relação entre a taxa de desemprego da força de trabalho com ensino básico e a com ensino superior e médio cresceu. Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa de desemprego para trabalhadores com ensino básico foi quase 4 vezes maior que a verificada para os trabalhadores do ensino superior, enquanto o segmento da força de trabalho com ensino básico registrou taxa de desemprego duas vezes maior que a parcela da mão-de-obra com ensino médio.

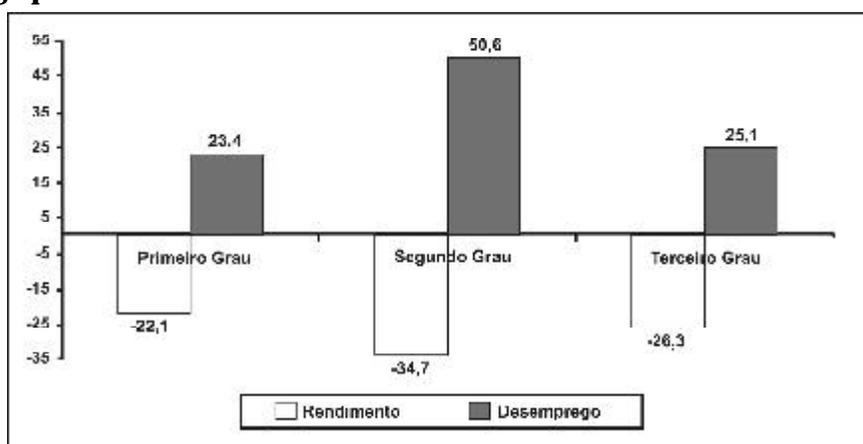
Fuga de cérebros

No Brasil, o fenômeno da emigração de cérebros para países ricos passou a ganhar maior evidência nas duas últimas décadas. Sem perspectivas de trabalho decente e elevação nas condições de vida, parcela dos jovens termina pressionando os departamentos de imigração dos países desenvolvidos em busca de trabalho decente e de melhor qualidade de vida.

A situação desfavorável do mercado de trabalho para quem tem maior escolaridade no Brasil ajuda a entender o conjunto de motivos que estimulam a juventude especialmente a tentar buscar fora o que aqui não é encontrado em profusão. Em 2004, por exemplo, o salário médio do trabalhador de nível universitário representava um pouco mais de 1,5 vezes o rendimento médio do trabalhador de ensino primário. Em 1995, essa mesma relação era 2/3 maior.

Ademais, constata-se também que a taxa de desemprego aumentou bem mais para os trabalhadores portadores de maior escolaridade. Em 2004, por exemplo, a taxa de desemprego do trabalhador de ensino universitário foi mais de 25% superior a do ano de 1995, levemente acima do crescimento da taxa de desemprego dos trabalhadores com o ensino primário.

Gráfico 8: Brasil - Evolução do rendimento do trabalho e da taxa de desemprego por anos de escolaridade entre 1995 a 2004



Fonte: IBGE/PNAD (Elaboração própria)

Inegavelmente há algo estranho ocorrendo no Brasil. Como entender o avanço educacional desacompanhado de maior salário real e de menor desemprego?

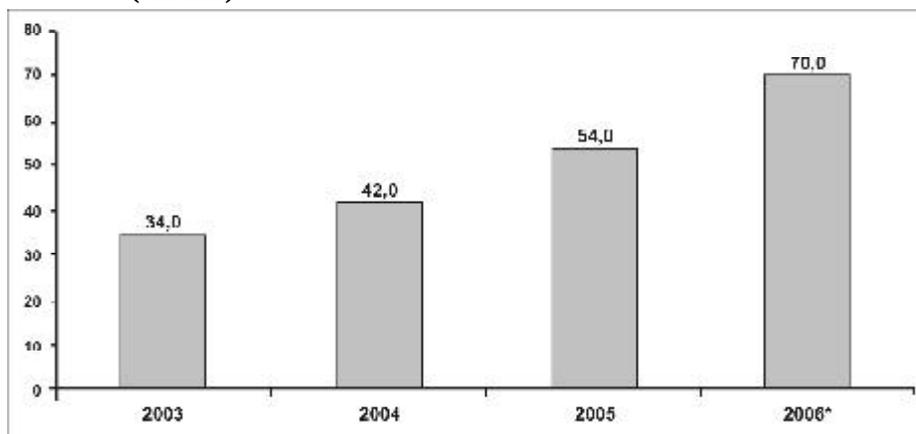
Acontece que educação, embora fundamental para a disputa no interior do mercado de trabalho, não é suficiente – por si só – para garantir emprego decente e salário digno. Outras variáveis encontram-se em jogo, como o ritmo de crescimento econômico e a forma de inserção do Brasil na economia mundial.

Num país de dimensão continental como o Brasil, com mais de 2,3 milhões de pessoas que anualmente ingressam no mercado de trabalho, é preciso que a economia nacional cresça pelo menos 5% ao ano somente para absorver todo esse contingente humano. Sem isso, a competição no interior do mercado de trabalho, mesmo para postos mais simples, termina levando à queda salarial e ao desemprego em massa.

Também se deve considerar o tipo de crescimento econômico, pois há aqueles que significam a produção de bens e serviços de baixo valor unitário e pequeno conteúdo tecnológico, portadores de postos de trabalho de baixo custo de mão-de-obra. Mas há, por outro lado, o crescimento econômico associado à produção de bens e serviços de maior valor agregado, alto conteúdo tecnológico e intensivo em empregos de maiores remunerações.

Por ser um país de baixa escolaridade (inferior aos 7 anos de escolaridade), a saída justamente do segmento com maior nível de escolaridade representa uma enorme contradição, uma vez que o esforço nacional realizado na promoção da educação termina sendo desperdiçado. Segundo dados do censo demográfico (IBGE), somente entre 1991 e 2000, o saldo entre entrada e saída foi negativo em mais de 1,3 milhão de jovens brasileiros.

Gráfico 9: Brasil - Evolução da quantidade de estudantes no exterior entre 2003 a 2006 (em mil)



Fonte: BELTA

Nesta primeira metade da década do século 21, estima-se que entre 140 a 160 mil brasileiros a cada ano emigram. No ano de 2006, as estimativas indicam que cerca de 70 mil brasileiros saíram para estudar no exterior, especialmente em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Espanha, entre outros.

Para uma nação constituída basicamente pelo movimento imigratório, o Brasil já desponta, nesse início do século 21, como um país de emigrantes, com saldo negativo entre entrada e saída de residentes. Não se trata de conter ou desestimular a produção e exportação de bens primários, nem tampouco conter o avanço dos estudos no exterior.

Mas parece fundamental que o país avance os seus investimentos nos setores comprometidos com a produção de bens e serviços de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico, bem como articule a saída e o retorno dos jovens estudantes brasileiros com o seu mercado de trabalho. Dessa forma, o Brasil poderá alterar o perfil de sua inserção passiva e subordinada na economia mundial, passando a disputar os mercados estratégicos como novos materiais, biotecnologia, química fina, microeletrônica, entre outros. Mas isso, contudo, exige uma outra política macroeconômica, que seja capaz de romper com o atual ciclo da financeirização da riqueza que bloqueia a perspectiva de inclusão pelo trabalho decente.

A estimativa é que haja entre 150 e 200 mil bolivianos em situação irregular na Grande São Paulo – uma metrópole que, para eles, exerce a mesma atração que os Estados Unidos para os mineiros de Governador Valadares. A maioria, mais de 90%, trabalha em pequenas confecções de propriedade de coreanos, brasileiros e de outros bolivianos. São jornadas de até 18 horas diárias, sendo que os imigrantes recebem 30 centavos por peça costurada. O local onde trabalham, e geralmente vivem, são escuros, úmidos, totalmente insalubres. Muitos passam a ter problemas respiratórios e tuberculose. Quando a Polícia Federal (PF) liberta brasileiros escravizados em fazendas do Nordeste, aqueles trabalhadores estão livres. Quando a PF encontra bolivianos na mesma situação em São Paulo, o mais provável é que eles sejam expulsos. Por isso eles mesmos preferem não denunciar a situação.

Migrações e Senzalas do século 21

Luiz Bassegio¹ e Luciane Udovič²

**Auriverde pendão da minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
(Navio Negroiro, de Castro Alves)**

O Brasil ainda é o país da impunidade à violação aos direitos humanos. O trabalho escravo consagrado como prática cotidiana tem levado à morte por fadiga ou cansaço vários trabalhadores do campo. É duro constatar, mas ainda há senzalas em pleno século 21.

¹ Luiz Bassegio é secretário nacional do Serviço Pastoral dos Migrantes

² Luciane Udovič é membro da Secretaria Continental do Grito dos Excluídos

Basta um simples olhar nas manchetes de recentes reportagens publicadas pela imprensa do país para perceber que a impunidade à violação aos direitos humanos impede avanços no sentido de abolir de vez no país o trabalho em condições sub-humanas: “Fizeram açude para o gado beber e nós bebíamos também”; “Sul do Estado exporta e usa trabalho escravo” (JP Maranhão, 1/11/2006); “Fantasma do trabalho escravo volta a assombrar o Paraná” (Jornal do Estado – Curitiba-, 21/09/06); “Eficaz, índio vira `pau para toda obra`”; “Micro-região tem 4,5 mil cortadores, 70% migrantes” (Planeta News, Olímpia, SP, 24/9/06).

O Serviço Pastoral dos Migrantes constatou que são os migrantes, em sua maioria, os protagonistas desta triste realidade social.

Enquanto governos mencionam a necessidade de sanções mais severas, a ênfase destas continua muito insignificante. A impunidade dos responsáveis, a morosidade dos processos judiciais e a falta de coordenação entre órgãos do governo acabam protegendo os responsáveis pela prática do trabalho forçado no Brasil.

O relatório “Trabalho Escravo no Brasil do Século 21”, divulgado em setembro deste ano pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), traz inúmeros relatos que não deixam dúvidas à afirmação de que é necessário ainda muito empenho do governo para garantir de vez o fim da exploração de mão-de-obra no Brasil. Municípios da região sul do Maranhão – como Açailândia e Bom Jesus das Selvas –, por exemplo, são importantes exportadores de mão-de-obra escrava para estados como Pará e Mato Grosso. Também no sul maranhense estão instalados muitos dos principais exploradores de trabalhadores em regime de escravidão do país – fazendas e carvoarias. De acordo com o relatório, a ampla maioria dos trabalhadores é migrante, com idades entre 18 e 40 anos. A maior parte dos migrantes é procedente do Estado do Maranhão. Piauí e Tocantins completam a lista dos três principais exportadores de mão-de-obra escrava para o Pará.

“O desemprego e a concentração fundiária nessas regiões [de onde vem a mão-de-obra escrava] são muito grandes, proporcionais ao fluxo de pessoas que precisam sair de suas casas e rumar em busca de trabalho em lugares distantes, como a região da fronteira agrícola amazônica, nos estados do Pará e do Mato Grosso”, diz o relatório sobre trabalho escravo. Além de exportadoras de mão-de-obra escrava, as cidades de Açailândia e Bom Jesus das Selvas, segundo o estudo da OIT, também abrigam exploradores dos trabalhadores. Outros municípios do sul maranhense também aparecem no relatório da OIT como exploradores dos chamados “cativos do século 21”.

Os dados da OIT e do Ministério do Trabalho mostram que 80% dos trabalhadores encontrados em situação de escravidão trabalham na pecuária. Na maioria absoluta

dos casos são chamados para desmatar áreas e limpá-las depois da queda das árvores para que possam servir de pasto. Depois da pecuária, aparecem as plantações de soja e algodão, com 10%.

O Relatório traz ainda depoimentos sobre as condições de vida dos trabalhadores como o caso do maranhense Manuel, que viveu na pele a condição de escravo contemporâneo:

“A pele de Manuel se transformou em couro, curtido anos a fio pelo sol da Amazônia e pelo suor de seu rosto. No sudeste do Pará, onde boi vale mais do que gente, talvez lhe fosse útil. Mas Manuel acabou servente dos próprios bois, com a tarefa de limpar o pasto. ‘Fizeram açude para o gado beber e nós bebíamos e usávamos também’. Trabalhava de domingo a domingo, mas nada de pagamento, só feijão, arroz e a lona para se cobrir à noite. Um outro tipo de cerca, com farpas que iam mais fundo, o impedia de desistir. ‘O fiscal de serviço andava armado. Se o pessoal quisesse ir embora sem terminar a tarefa, eles ameaçavam, e aí o sujeito voltava’. Na hora de acertar as contas, os ‘gatos’ (contratadores de mão-de-obra a serviço dos fazendeiros) informaram que Manuel e os outros tinham ‘comido’ todo o pagamento, e se quisessem dinheiro tinham de ficar e trabalhar mais. ‘Eles dizem que a lei não entra na fazenda’. Manuel fugiu e resolveu ir atrás dos seus direitos. Manuel nasceu às margens do rio Parnaíba, numa cidade maranhense na divisa com o Piauí. Tem cinco filhos, o mais novo com oito anos. Sua região tem água o ano inteiro por conta do rio. Terra é que é difícil. Morador de um vilarejo, Manuel não conseguiu área para fazer uma pequena plantação. Por isso, era obrigado a cultivar na propriedade dos outros e a dividir o resultado de sua produção de subsistência com o dono. ‘Se tivesse terra, eu não teria saído daqui para o Pará’, disse o maranhense”.

Também o Paraná é cenário do trabalho escravo. Em 2005 foram registrados 82 casos e, neste ano, a situação não deve melhorar. Matéria de Josianne Ritz, publicada pelo Jornal “O Estado de Curitiba”, em 21/9/2006, mostra que em dez anos quase 18 mil pessoas foram libertadas em situações de escravidão no País. As denúncias de casos semelhantes alcançam 34,5 mil casos e a estimativa feita pela OIT é que o número de escravos no Brasil que se diz moderno pode alcançar 25 mil. No Paraná, em dez anos, foram 328 denúncias de trabalho escravo, o que corresponde a apenas 0,95 dos casos no Brasil todo. O que chama atenção é que depois de ficar seis anos sem registrar casos, em 2005 foram registrados 82 casos e, neste ano, balanços extra-oficiais indicam pelo menos 40 casos até julho.

De acordo com a estimativa da OIT, o Paraná teve 280 ocorrências em 82 registros em 2005. Todos foram libertados. O último caso registrado no Paraná foi em 8 de agosto, que 13 trabalhadores em condições análogas à escrava foram encontrados em duas fazendas do Paraná, em Campo Magro e em Bocaiúva do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, pertencentes ao mesmo proprietário.

Os trabalhadores e empregadores estiveram na Delegacia Regional do Trabalho (DRT/PR) para regularizar a situação dos explorados. As fazendas atuam nas áreas de reflorestamento de pinus e pecuária. Quando foram encontrados, os trabalhadores não faziam uso dos equipamentos de proteção individual, o acampamento não possuía banheiro, água potável e refeitório.

Trabalhadores já começam a trabalhar devendo

O estudo da OIT prova que o campo ainda é o local que mais mantém os métodos de escravidão por dívida cultivados no País e associados a outras mazelas do campo como o desmatamento e a violência.

O relatório mostra que os métodos usados para manter os trabalhadores em situação de escravidão são os mesmos desde o século 19: a caderneta de dívidas. Os trabalhadores já começam a trabalhar devendo transporte, roupas, alimentação e até mesmo o material de trabalho que é descontado do salário que deveria ser pago. A situação se agrava porque a maior parte dos trabalhadores sai da sua cidade para trabalhar muito longe de casa e perde a referência - muitas vezes não sabe nem em que cidade ou Estado está. A maioria, 91,5% dos trabalhadores libertados, era migrante. A maioria do Maranhão, Piauí e Tocantins.

O relatório aponta o Estado do Pará como o campeão de casos e de denúncias de trabalho escravo. Os dados usados pela OIT, compilados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostram que, de 1995 a 2005, praticamente 50% das denúncias de trabalho escravo no País foram feitas no Pará. Dos trabalhadores libertados em ações de fiscalização, 37,5% vieram daquela região.

Depois do Pará aparece o Mato Grosso, com 22,3% dos trabalhadores libertados. Não é por acaso. É justamente na nova fronteira agrícola do País que acontece o maior desrespeito às leis trabalhistas e aos direitos humanos, conjugados com desmatamento e violência no campo.

A OIT cruzou os dados do trabalho escravo com os de desmatamento. Entre os dez primeiros na lista de trabalhadores libertados, apenas duas cidades baianas não estão também na lista das que tiveram mais desmatamento. “Foi possível enxergar focos de trabalho escravo em regiões de fronteira agrícola do País. Os mapas mostram que a expansão de plantações coincide com os locais onde foram libertados trabalhadores”, disse o coordenador do estudo da OIT, Leonardo Sakamoto.

A relação com a violência no campo também aparece. O cruzamento de dados mostra que, entre as dez cidades que mais registraram assassinatos no campo, sete também estão na lista das que tiveram trabalhadores escravos.

Os dados da OIT e do Ministério do Trabalho mostram que 80% dos trabalhadores encontrados em situação de escravidão trabalham na pecuária. Na maioria absoluta dos casos, são chamados para desmatar áreas e limpá-las depois da queda das árvores para que possam servir de pasto. Depois da pecuária, aparecem as plantações de soja e algodão, com 10%.

Em São Paulo, cortadores mortos

A micro-região de Olímpia, em São Paulo, possui hoje 4,5 mil trabalhadores no corte da cana, dos quais pelo menos 70% são migrantes do norte ou nordeste. Os dados são do Sindicato dos Empregados Rurais de Olímpia e Região. Além disso, o Sindicato tem levantamento mostrando que dos 30% restantes dos cortadores, pelo menos metade são migrantes que se fixaram na cidade. “Até sete, oito anos atrás, eles vinham sozinhos, sem famílias. Hoje eles estão trazendo esposas, e com isso acabam vindo os filhos e aumenta a preocupação com relação a esta situação”, diz Sérgio Luis Sanches, presidente da entidade.

O sindicato tem base territorial em Cajobi, Altair, Guaraci, Severínia e Olímpia. É dentro desta base territorial que estão os 4,5 mil cortadores de cana, a serviço da Açúcar Guarani, em Olímpia e Severínia, e Vertente, em Guaraci. Diante dos fatos havidos na cidade - quando uma criança morreu, o pai e uma prima foram internados vítimas de meningite meningocócica -, o Sindicato se colocou em estado de alerta.

“Não temos vistoriado alojamentos, até por respeito à privacidade deles (cortadores). Mas o que aconteceu não pode mais acontecer”, criticou Sanches. O que ele chama de alojamento, no entanto, são casas na área urbana da cidade, alugadas pelos cortadores, mas onde, geralmente, se aglomera um número de pessoas incompatível com o tamanho do imóvel. No caso em questão, havia 15 pessoas num espaço de um quarto, sala, cozinha e banheiro, todos parentes ou cunhados.

“Para não errar, diria que 70% deles vêm das regiões Norte e Nordeste, e que, dos 30% restantes, pelo menos metade são trabalhadores que migraram e permaneceram na região, no corte da cana. Cortadores natos ficam em torno de 15%”, contabilizou Sanches. O sistema de contratação destes cortadores é quase automático. Ou o empregado aqui liga para eles ou eles próprios ligam para o empregado, procurando saber se têm casa para morar e trabalho.

Em muitos casos, os empregados já deixam reservadas algumas casas para acomodá-los. “A usina estava cobrando uma visita semanal dos empregados aos alojamentos dos cortadores, exatamente para apurar as condições de moradia e higiene deles”. “Mas está havendo falha, isso ficou claro agora”, afirmou o presidente.

Os empreiteiros, hoje todos legalizados junto às empresas que representam, com seus veículos dentro das normas exigidas – uma delas toldos, cadeiras e mesas para as refeições e água gelada-, têm um salário pré-fixado, além de uma comissão sobre a produção de cada trabalhador, uma exigência que o Ministério Público vem tentando proibir, para que não haja excesso físico do trabalhador em favorecimento deste empreiteiro. O percentual pago ao contratante é de 24% sobre a diária de cada trabalhador, o que dá, hoje, à base de R\$ 50 a diária, R\$ 20 e para aqueles que ficam na faixa do salário mínimo o percentual chega a R\$ 16.

“O migrante vem para nossa região em busca de emprego, principalmente no corte da cana, e tem por hábito morar em grande número de pessoas em uma casa. Isso gera uma situação um pouco desconfortável, algo parecido com uma república de trabalhador rural. Quase todas as casas onde estão os trabalhadores rurais não são diferentes daquilo que foi visto onde tinham estas pessoas doentes “, relata Sanches.

“Até sete, oito anos atrás, eles vinham sozinhos, sem famílias. Hoje ocorre o contrário, eles estão trazendo esposas, e com isso acabam vindo os filhos e aumenta a preocupação. Se já é difícil agrupar o número de trabalhadores nestes alojamentos, imaginem com a família. Eles imaginam que se torna mais viável (com a família) porque terão esposa para cuidar deles, da alimentação, e do dia-a-dia. No aspecto da higienização, tudo bem, mas acaba aumentando o número de pessoas e trazendo problemas.”

Entre as atribuições do Sindicato não está a de fiscalizar as condições de alojamento. “As empresas que estão contratando, os proprietários destes imóveis, a Vigilância Sanitária é que são os responsáveis maiores, embora a gente ajude; não fazemos vistas grossas e não gostaríamos que acontecesse o que está acontecendo”, relatou Sanches.

Outro caso bastante emblemático foi denunciado durante uma audiência pública em Ribeirão Preto, promovida pela Plataforma DHESC - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, em outubro de 2005. A história do migrante José Ezequias Souza Barros, 28 anos, de Timbiras, Maranhão, revela as condições de vida e de trabalho do cortador de cana.

“Eu trabalhava na Usina Moreno, no município de Luiz Antônio, São Paulo, das 7h às 16h. Havia apenas 30 minutos de descanso para o almoço. Desloquei o ombro no corte da cana e estou parado há dois meses sem nada receber. Cortava 10 toneladas por dia ao preço de R\$ 1,30. Na hora do almoço tomava soro para não ter câimbra.

Num dia de trabalho de mais de oito horas o trabalhador desfeca um golpe de “taião” a cada 2,5 segundos. São cerca de 10 mil golpes por dia. Somando-se a esse esforço físico as condições de moradia, alimentação (marmitta) a poeira e o calor, dá para se ter uma idéia por que os trabalhadores do corte da cana estão morrendo.”

O trabalho no corte da cana é irregular: “não há uma regulamentação única para a medição da produção a tal ponto que os trabalhadores nem sabem ao certo quantas toneladas contam por dia”. Os trabalhadores são enganados. Convencionou-se que um trabalhador, num dia de trabalho, corte em média 12 toneladas. Na verdade, ao se instalar um computador para a medição da produção constatou-se que as ditas 12 toneladas correspondiam a mais de 20 toneladas.

Os cortadores são, em sua maioria, migrantes entre 18 e 40 anos, provenientes dos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão e Paraíba. Muitos sequer têm o corpo formado para enfrentar o trabalho duro. Emagrecem e ficam “borrados”, ou seja, não agüentam trabalhar o tempo todo e têm que pedir ajuda aos colegas para terminar sua tarefa. Diante do excesso de cansaço muitos dizem: “A gente corta cana com o diabo no corpo; não dá para enfrentar o trabalho de cara limpa”. Segundo informou a professora Maria Aparecida de Moraes Silva, muitos fazem uso de drogas para poder resistir.

Imigrantes também são explorados

Os problemas principais relativos aos imigrantes referem-se à legislação brasileira. A Lei dos Estrangeiros, datada de 1980, dificulta o processo de documentação, negando aos imigrantes o direito de cidadania mínimo, garantido na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aqueles que não se enquadram dentro das exigências da lei são, portanto, denominados “ilegais” ou “clandestinos”, interferindo no exercício de sua cidadania, negando-lhes direitos básicos, como alugar um imóvel, ser registrado em um emprego, abrir crediário, matricular os filhos na escola, recorrer à justiça em caso de violação de seus direitos, receber assistência médica gratuita. Além de afetar o imigrante de forma direta, a indocumentação acaba incidindo também sobre sua família, particularmente seus filhos, que por não terem documentos são excluídos das escolas.

Senzalas da costura

A estimativa é que haja entre 150 e 200 mil bolivianos em situação irregular na Grande São Paulo – uma metrópole que, para eles, exerce a mesma atração que os Estados Unidos para os mineiros de Governador Valadares. A maioria, mais de 90%, trabalha em pequenas confecções de propriedade de coreanos, brasileiros e de outros bolivianos. São jornadas de até 18 horas diárias, sendo que os imigrantes recebem 30 centavos por peça costurada. O local onde trabalham, e geralmente vivem, são escuros, úmidos, totalmente insalubres. Muitos passam a ter problemas respiratórios e tuberculose.

Quando a Polícia Federal (PF) liberta brasileiros escravizados em fazendas do Nordeste, aqueles trabalhadores estão livres. Quando a PF encontra bolivianos na mesma situação em São Paulo, o mais provável é que eles sejam expulsos. Por isso eles mesmos preferem não denunciar a situação.

A cozinheira Imaculada (nome fictício), 21 anos, há quatro vivendo irregularmente no Brasil, conta que decidiu pagar pelo salvo-conduto porque o consulado lhe informou que só assim ela poderia solicitar a cidadania brasileira para suas filhas, uma de 4 anos e outra de 3 meses, que nasceram aqui. Ela perdeu todos os documentos em um assalto, mas possui uma certidão de nascimento enviada por parentes. Sua situação é precária. Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Federal, o salvo-conduto serve como identificação, mas não ajuda em nada para que ela possa permanecer no Brasil ou registrar as filhas. Sua única chance, se for apanhada pelas autoridades, é que o processo de expulsão demore o suficiente para que as meninas sejam reconhecidas como brasileiras, o que leva cerca de dois anos e daria a Imaculada o direito à residência. Mas ela também torce por uma anistia aos estrangeiros irregulares.

Num mundo em que as migrações estão cada vez mais presentes e são um fenômeno que não se pode ignorar, faz-se urgente o debate sobre a integração que queremos. A presença de milhares de imigrantes em praticamente todos os países exige uma reflexão sobre o tema. Não basta que seja uma integração latino-americana para que corresponda aos interesses dos povos; tudo depende do modelo de integração em questão: quem a promove, para quem e para que serve. Em função de que interesses e valores se molda.

Não queremos uma integração que permita ao capital financeiro mover-se livremente em todo o nosso continente, mas para os povos, para as maiorias empobrecidas e excluídas.

Não queremos uma integração orientada para abrir ainda mais nossas economias a fim de submetê-las à vontade dos donos do capital. Queremos uma integração que busque construir espaços de autonomia e de soberania, tendo em vista estabelecer políticas e opções próprias.

Não queremos uma integração fundada no individualismo, na competição de todos contra todos, onde esteja garantido o êxito dos mais fortes explorando e excluindo os mais fracos. Queremos uma integração baseada nos valores da igualdade, da participação, na pluralidade, na solidariedade; uma integração que reconheça, valorize e torne possível a variedade dos modos de vida dos povos de nosso continente.

Enfim, não queremos uma integração entendida como área de livre comércio, como espaço econômico para a livre circulação das mercadorias e dos capitais; buscamos uma integração a partir dos processos de resistência à ordem global estabelecida que

quer impor a todo custo a política imperial do governo dos Estados Unidos.

“Por uma cidadania universal e pelos direitos humanos. Outro mundo é possível”

Reunidos em Rivas Vaciamadrid (Espanha), de 22 a 24 de junho de 2006, durante o II Fórum Social Mundial das Migrações, representações de 1.193 organizações de 84 países de todo o planeta debateram a problemática migratória. Em documento, o Fórum Mundial apontou, através da “Declaração de Rivas”, a necessidade de se criar outro mundo possível, necessário e urgente.

Diz o documento:

“As e os migrantes somos sujeitos de transformação das sociedades em que chegamos e de onde saímos e se deve reconhecer e promover este papel e a oportunidade que representa seu crescimento.

A migração é um processo que acontece, neste momento, no marco da globalização e não pode ser analisado fora desta. Não se deve, portanto, abordá-la como um tema exclusivamente de fronteiras ou de “portas para dentro”, mas como um processo econômico, político, cultural e social relacionado diretamente aos efeitos que o modelo capitalista neoliberal imposto gera mundialmente.

As políticas migratórias não podem estar à margem dos direitos humanos, pois estes são patrimônio comum da humanidade e se deve assegurar sua interdependência, integralidade e universalidade.

A cidadania universal é uma necessidade para os processos de convivência. Todas as pessoas que chegam a um novo país devem ter todos direitos inerentes à condição de cidadãos, sem vincular-se à nacionalidade, incluindo o voto.

As e os migrantes somos sujeitos sociais cujo empoderamento e articulação como agentes de transformação política, social, cultural e econômica é fundamental. Nesse sentido, o Fórum Social Mundial das Migrações é um espaço privilegiado para a articulação do movimento de defesa dos direitos das e dos migrantes.

O documento ainda denuncia que as políticas econômicas, sociais e culturais, base da atual globalização, impedem um desenvolvimento humano e sustentável desde os próprios interesses e necessidades de todas as sociedades. A ação das empresas multinacionais, a dívida externa, a perda de soberania alimentar, o comércio injusto, a espoliação dos recursos naturais e os conflitos armados são causa de que as pessoas se vejam forçadas a deslocar-se e emigrar, tanto em direção ao Norte, quanto entre os países do Sul. Não são admissíveis práticas à margem dos direitos humanos como a externalização de fronteiras, as zonas francas de produção e os centros de internamento

que devem ser fechados. Não admitimos que a migração seja relacionada com a segurança e seja utilizada como moeda de troca entre os governos ou com fins eleitoreiros.

Existe uma visão reducionista das e dos migrantes como força de trabalho. As e os migrantes somos pessoas e não mercadorias e, portanto, devemos ter garantidos todos os direitos que nos permitam desenvolver-nos e sermos cidadãos e cidadãs da sociedade a qual chegamos: direitos trabalhistas, sociais, culturais, econômicos, civis e políticos.

Há outras formas de perseguição que estão obrigando milhões de pessoas a ter que sair de suas sociedades de origem, como o impacto dos mega-projetos econômicos, os desastres ambientais, a perseguição por razões de gênero, orientação sexual, raça, religião e a vulnerabilidade de direitos econômicos e sociais que não estão recolhidos na legislação internacional de proteção.”

A Declaração de Rivas ainda denuncia todas as formas de racismo, xenofobia, islamofobia anti-semitismo. “Há milhares de pessoas que, diariamente, morrem, são torturadas, mutiladas e desaparecem na migração com absoluta impunidade. Denunciamos a fortificação de fronteiras, os muros, as patrulhas, as máfias e o tráfico de pessoas para a exploração sexual que originam estes crimes. Igualmente, denunciamos o tráfico de pessoas e o trabalho e o trabalho escravo.”

Em sua parte final, o documento exige que o desenvolvimento global, como responsabilidade pública, seja assumido pelos estados e pelos organismos multilaterais, com a participação da cidadania e que os direitos humanos estejam garantidos em todas as sociedades, além da situação administrativa das pessoas e em todas as etapas dos processos migratórios -origem, trânsito, destino e retorno. Exige ainda que não se criminalize as e os migrantes pelo fato de não terem papéis, que as leis de estrangeiro que contradizem o direito internacional dos direitos humanos sejam derrotadas e que se garanta o direito à livre circulação.

Outra exigência é que os governos assinem, ratifiquem e ponham em prática a Convenção Internacional para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas famílias, o Convênio 143 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as e os trabalhadores migrantes, e o Convênio 49, contra o Tráfico de Seres Humanos. “O direito a viver em família é fundamental para todas as pessoas migrantes. Exigimos que seja garantido.”

O Brasil é descrito como um país onde mulheres e meninas são traficadas para exploração sexual, tanto internamente quanto para América do Sul, Caribe, Europa Ocidental, Japão, Estados Unidos e Oriente Médio. O documento também afirma que aproximadamente 70 mil brasileiros, em sua maior parte mulheres, se prostituem em países estrangeiros, muitos como vítimas de tráfico. O principal problema do Brasil, no entanto, seria o pequeno número de condenações de traficantes de pessoas.

Tráfico de pessoas no Brasil

Marcia Anita Sprandel¹

*The movement to end trafficking in persons
is more than a human rights objective; it is a matter of global security.²
Condoleezza Rice, Trafficking in Persons Report, junho de 2006.*

*Consideramos que la libre circulación de personas podría ayudar a prevenir el tráfico de personas.
Declaración de Piriápolis, apresentada durante o II Encuentro Cívico Iberoamericano, novembro de 2006.*

*Há uma imagem cristalizada sobre as brasileiras de certas camadas sociais,
cores e estilos corporais que as constrói como prostitutas.
Esse estereótipo permeia o clima de recepção das brasileiras no exterior,
informando o tratamento humilhante a elas concedido.*

Relatório de Guarulhos, 2005.

¹ Antropóloga, integrante da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia e do Grupo de Pesquisa Pensamento Social. Autora de *A Pobreza no Paraíso Tropical – interpretações e discursos sobre o Brasil* (Relume Dumará, 2004).

² “O movimento para acabar com o tráfico de pessoas é mais que um objetivo de direitos humanos, é uma questão de segurança global”. Em *Trafficking in Persons Report/2006*, publicado pelo Departamento de Estado dos EUA. O Brasil é descrito como um país onde mulheres e meninas são traficadas para exploração sexual, tanto internamente quanto para América do Sul, Caribe, Europa Ocidental, Japão, Estados Unidos e Oriente Médio. O documento também afirma que aproximadamente 70 mil brasileiros, em sua maior parte mulheres, se prostituem em países estrangeiros, muitos como vítimas de tráfico. O principal problema do Brasil, no entanto, seria o pequeno número de condenações de traficantes de pessoas.

Na publicação *Trafficking in Persons Report/2006*, do Departamento de Estados dos EUA, o Brasil foi classificado como “Nível especial 2/em observação”: país cujo governo não cumpriu completamente o que prevê o *Trafficking Victims Protection Act/TVPA of 2000*³, embora esteja fazendo esforços significativos para alcançar tal meta.

Mas o que é exatamente “tráfico de pessoas”? Quem são suas vítimas?

Tráfico de pessoas é uma categoria relativamente nova no cenário jurídico, político e social brasileiro e tem origem na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000), mais especificamente no seu protocolo adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, ratificado pelo Brasil em 2004⁴.

No Protocolo, tráfico de pessoas é definido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração⁵. O consentimento dado pela vítima é considerado irrelevante.

A exploração incluirá, no mínimo a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. Neste artigo, nos deteremos na análise do tráfico para prostituição/exploração sexual, mais especificamente em seu aspecto internacional. Trata-se de crime previsto no Código Penal (arts. 231 e 231-A)⁶ e no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 239)⁷.

O tema começou a ter maior visibilidade no Brasil após a divulgação, em 2002, da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf), que identificou a existência de 241 rotas de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, por via terrestre, aérea, marítima e hidroviária⁸. A Pestraf

3 Lei norte-americana voltada ao combater a todos os aspectos do tráfico interno e internacional de pessoas.

4 Não confundir com “tráfico de migrantes”, definido no Protocolo Adicional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea como “a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente”.

5 O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança (qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos) para fins de exploração serão considerados tráfico de pessoas mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos.

6 Art. 231 - Tráfico internacional de pessoas- Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro. Art. 231-A -Tráfico interno de pessoas- Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição.

7 Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

8 Dessas, 131 seriam rotas internacionais, dirigidas principalmente para: Espanha (32 rotas); Holanda (11 rotas); Venezuela (10 rotas), Itália (9); Portugal (8); Paraguai (7); Suíça (6); Estados Unidos (5); Alemanha (5); e Suriname (5).

serviu de ponto de partida para o trabalho realizado em 2003 e 2004 pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, cujo relatório final deu grande destaque ao tráfico.

Paralelamente a isto, desde dezembro de 2001 o governo federal (Secretaria Nacional de Justiça/SNJ) e o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC) haviam dado início a um acordo de cooperação técnica para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres, para fins de exploração sexual. O projeto, atualmente em fase de renegociação, funcionou até agosto de 2005, em quatro Estados brasileiros: Goiás e Ceará (por serem considerados locais de origem de grande parte das chamadas vítimas desse crime) e Rio de Janeiro e São Paulo (por possuírem os principais aeroportos internacionais do país). Foram realizados três diagnósticos sobre o tráfico de pessoas⁹; cursos de capacitação com operadores de Direito e outros funcionários públicos da rede de atenção à vítima¹⁰ e uma campanha nacional de conscientização da população, com cartazes nos aeroportos e a distribuição de panfletos junto aos passaportes emitidos pela Polícia Federal¹¹.

Entre 2005 e 2006, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, mais conhecida como CPMI da Emigração Ilegal, também investigou situações de tráfico para prostituição/exploração sexual, dedicando um capítulo e várias recomendações sobre o tema.

Neste mesmo período, a imprensa noticiou uma série de operações da Polícia Federal para desbaratar quadrilhas de tráfico de pessoas, sobretudo de mulheres e transgêneros, que estariam sendo explorados na Europa: Operação Castelo (2004); Operação Babilônia (2005); Operação Tarantela (2006); Operação Tarô (2006) e Operação Caraxuê (2006). Conforme o Departamento de Polícia Federal, embora as primeiras investigações sobre tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual sejam do início da

9 Levantamento dos casos, inquéritos e processos judiciais registrados nos Tribunais de Justiça Federal e nas superintendências da Polícia Federal dos quatro Estados do projeto piloto, entre dezembro de 2000 e janeiro de 2003; pesquisa realizada no aeroporto internacional de Guarulhos em 2005, com a finalidade de detectar a presença de mulheres e transgêneros brasileiras objeto de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, que retornam ao Brasil na condição de deportadas ou não admitidas; e pesquisa realizada no Rio Grande do Sul com o propósito de realizar um mapeamento das rotas de tráfico internacional de pessoas no Estado, a partir das indicações da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Brasil (Pestraf), de 2002. Todas disponíveis em <http://www.mj.gov.br/trafico/default.asp> (acesso em outubro de 2006)

10 Em São Paulo (2003), Ceará (2004), Goiás (2004) e Rio de Janeiro (2005), Mato Grosso do Sul e Pará. O projeto apoiou a realização de oficinas regionais para policiais, juntamente com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Polícia Federal, Academia Nacional de Política, Ministério Público Federal, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e outros parceiros.

11 O material de campanha inclui como número de referência para denúncias o Disque Denúncia Nacional da Exploração Sexual (0800 99 0500, agora número 100), coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com o apoio da Petrobrás.

década de 1990, o número de investigações cresceu significativamente a partir de 1999. No total, de 1990 a 2006, foram 480 casos investigados.

Em 2006, o governo federal disponibilizou para consulta pública a proposta de uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborada por representantes do Poder Executivo Federal, do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho. Em junho de 2006, com ampla participação da sociedade civil¹², aconteceu o seminário nacional “A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, com o objetivo de discutir as sugestões enviadas. O evento contou também com o apoio da Partners of the Americas/ Usaid, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Como resultado deste seminário, em 26 de outubro de 2006 foi publicado o Decreto no. 5.948, assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que aprova o texto final da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial¹³ com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP. Conforme o referido decreto, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atendimento às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria.

Chama a atenção que, nestes anos todos de debates sobre o tema, as chamadas vítimas do tráfico seguem mais sendo faladas do que ouvidas. A mídia, sobretudo, as define como mulheres que procuram trabalhos diversos na Europa e são enganadas por quadrilhas que as prostituem ou como prostitutas que procuram colocação no mercado europeu e são exploradas por quadrilhas que retêm seus passaportes e lhes cobram dívidas impagáveis por seus gastos de viagem. Existem poucas referências à situação de mulheres e adolescentes exploradas sexualmente nas regiões de fronteira, em situação de grande vulnerabilidade, talvez pelo fato de seus deslocamentos serem um desdobramento do tráfico interno.

12 Participaram do evento ou enviaram contribuições ao plano, entre outros: ASBRAD, Assessoria da Mulher – Goiânia, CECRIA, CEDECA, Centro de Proteção Cora Coralina Asses. da Mulher, CFEMEA, CHAME, CIRANDA, Confederação das Mulheres do Brasil, DAVIDA, IBISS-CO, ILADH, IMDH, Liga Brasileira de Lésbicas, Partners of America, Projeto Trama, Serviço da Mulher Marginalizada, SODIREITOS, União Brasileira de Mulheres, Violaes, etc.

13 O Grupo de Trabalho será integrado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Turismo; Ministério da Cultura; e Advocacia-Geral da União.

Para o Grupo de Pesquisa de Davida¹⁴, uma associação de cientistas sociais que estuda a prostituição do ponto de vista dos trabalhadores do sexo, grande parte das mulheres adultas que estão se prostituindo na Europa não seria vítima de tráfico e tratá-las desta forma caracterizaria uma violação ao seu direito ao trabalho no mercado do sexo. Para Jacqueline Oliveira Silva, coordenadora do estudo “Tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual no Rio Grande do Sul” (SNJ-MJ/UNODC, junho de 2005), falar de tráfico de seres humanos significa falar de sexualidade, de preconceito e de internacionalização do mercado da prostituição: tratar esta temática implica, portanto, o cotejamento dos diferentes projetos de sexualidade, sua relação com a violência e com o processo de redefinição dos mercados desde o ponto de vista de sua internacionalização e dos modos de produzir socialmente bens e consumo (p. 6).

De fato, o universo do tráfico de pessoas e da prostituição é complexo, heterogêneo e tem contrafaces com o racismo, a xenofobia, o preconceito, a pobreza, o desejo de consumo e os fluxos internacionais de migração. Nos parece extremamente preocupante, por exemplo, verificar que nas operações que a Polícia Federal realiza com as polícias européias para reprimir o tráfico de pessoas, ao que se sabe as mulheres ou transgêneros que deveriam ser tratadas como vítimas de tráfico e receber algum tipo de proteção especial foram simplesmente detidas e deportadas como imigrantes ilegais.

Estão sendo respeitados os direitos humanos destas mulheres e transgêneros, vítimas ou não de tráfico de pessoas¹⁵? Em que condições estão sendo identificadas, detidas e deportadas? Como são tratadas pelas polícias e funcionários de migração? Como são tratadas nos vôos de regresso? Como são recebidas no Brasil? Existe alguma estrutura oficial de recepção? Quantas voltam de fato aliviadas pela sua libertação? Quantas querem retornar para a Europa e tentar novamente? Como o fazem?

Para ajudar nesta reflexão, torna-se imprescindível a leitura do relatório *Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos* (SNJ-MJ/UNODC, agosto de 2005), coordenado pela antropóloga Adriana Piscitelli, do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU/UNICAMP¹⁶.

14 A ONG Davida foi criada em 1992, com o objetivo de organizar as prostitutas, atuar na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de Aids, promover pesquisas e defender a permanência das profissionais em áreas históricas que passem por processos de revitalização. Em 2002, a categoria das prostitutas foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego. A organização apoia projeto de lei, em tramitação no Congresso, que regulamenta a profissão.

15 Na verdade, e isso mereceria um capítulo à parte neste relatório de direitos humanos, ainda há muito a ser feito em nosso país em termos de proteção aos direitos humanos dos brasileiros que vivem no exterior.

16 O relatório é definido como “pesquisa exploratória”, cujo trabalho de campo foi realizado entre os meses de março e abril de 2005, sendo seu universo deportadas e não admitidas que chegam ao Brasil, desde Europa, pelo aeroporto de Guarulhos. De acordo com informações fornecidas pelo Departamento da Polícia Federal, em 2004, foi registrado o retorno de cerca de 22.500 brasileiros/as deportados/as (pessoas que já se encontravam no país de destino e foram mandadas de volta para o país de origem porque estavam em situação irregular) ou não admitidos em outros países (pessoas cuja entrada foi recusada no país de destino). Desses, em torno de 15.000 retornaram ao Brasil via Guarulhos. Os demais chegaram através dos aeroportos de Belém, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Dos casos de Guarulhos, aproximadamente, 33% dizem respeito a mulheres. De acordo com essas informações, no universo de pessoas deportadas há casos de pessoas que se encontravam em situação de irregularidade ou mesmo traficadas e que estavam sendo exploradas sexualmente.

Trata-se de trabalho de amostragem que oferece elementos para a construção do universo de não admitidas e deportadas e que mostra aspectos relacionados à inserção de algumas dessas pessoas no mercado do sexo no exterior, com indícios de tráfico (p.19). Foram levantados o perfil sócio-econômico, as motivações e as redes de relações das informantes. A pesquisa também alerta sobre o tratamento concedido por diversos países às cidadãs brasileiras, ancorado em um preconceito que, segundo as entrevistadas, estende-se desde os funcionários das polícias estrangeiras até os das linhas aéreas.

Chama a atenção nos relatos a importância das redes sociais, sobretudo femininas e integradas por parentes, na organização da partida e inserção na indústria do sexo no exterior. Estas redes também garantem o cuidado dos filhos que ficaram no Brasil e do dinheiro enviado por aquelas que viajaram. Sem negar a existência de grupos criminosos, os pesquisadores de Guarulhos identificaram que o acionar destas redes é muito similar aos arranjos presentes na migração internacional de brasileiros em geral.

Embora formalmente um dos principais argumentos utilizados para impedir o ingresso de mulheres brasileiras no continente europeu seja a falta de dinheiro suficiente para a realização de uma viagem turística, a equipe de Guarulhos percebeu que as não admitidas tendem a aparentar estar situadas em um nível sócio-econômico inferior em relação a algumas das deportadas.

Além disso, observaram que, na maior parte dos casos, na recusa ao ingresso no país foi utilizada uma série de argumentos baseados apenas na desconfiança. Não é a toa que inúmeros depoimentos referem-se à discriminação das autoridades alfandegárias em relação às brasileiras, que seria baseada numa imagem do Brasil e das brasileiras marcada pela idéia de prostituição.

Já no universo das deportadas que admitiram fazer parte do mercado de sexo na Europa, a maioria foi expulsa por estar em situação migratória irregular e não por serem prostitutas. Segundo observações dos pesquisadores de Guarulhos, entre elas percebe-se, grosso modo, maior escolaridade, nível econômico superior e um maior cuidado com a produção corporal. Um policial federal brasileiro, que atua em Guarulhos, chegou a comentar com um pesquisador que “as meninas bonitas não voltavam”, numa clara alusão à importância da aparência nos critérios da burocracia migratória¹⁷.

Em função destas distintas realidades, o conceito de tráfico de pessoas precisa ser trabalhado com muito cuidado, para não ocultar diferenças que precisam ser levadas

17 O relatório conclui defendendo a realização de um trabalho em várias frentes para auxiliar migrantes brasileiras que são não admitidas ou deportadas da Europa, eventualmente envolvidas no tráfico internacional de pessoas ou em risco de envolvimento. As sugestões vão desde a criação de equipes permanente de atendimento nos aeroportos brasileiros (oferecendo informações sobre recursos existentes nos diversos países de destino, incluindo os Consulados do Brasil no exterior; apoiando as que voltam não admitidas, encaminhando-as a serviços de atendimento necessários, etc) até a proposta de articulação dos Consulados do Brasil nos diversos países europeus com as polícias e organizações não governamentais européias voltadas para o trabalho com migrantes em situação irregular e em situação de prostituição e tráfico

em consideração na elaboração de políticas públicas. Conforme texto clássico da antropologia brasileira, o problema surge quando se constata que aquilo que juntamos como um conjunto de fenômenos da mesma natureza são pensados (...) e também vividos como movimentos radicalmente diversos pelos agentes a que atribuímos a qualidade de objeto e suporte dos conceitos que construímos” (PALMEIRA et alli,1977:03). Deixamos esta reflexão para o Grupo de Trabalho Interministerial que está construindo o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP.

Também sugerimos que ele mantenha o canal de comunicação já existente com a sociedade civil organizada e com organismos internacionais que vêm discutindo o tema, como o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹⁸ e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹⁹. No caso específico da OIT, será fundamental a parceria com o Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas, que tem entre seus objetivos exatamente o apoio a políticas públicas, além da realização de pesquisas, capacitações e campanhas.

Sugerimos que o Grupo de Trabalho Interministerial também leve em consideração o acúmulo de reflexões já disponível, desde os relatórios produzidos no âmbito do convênio SNJ-MJ/ UNODC, citados acima, até as recomendações das Comissões Parlamentares Mistas da Exploração Sexual (2004) e da Emigração Ilegal (2006). No caso específico da exploração sexual em nossas fronteiras, é preciso consultar os relatórios e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) e do Plano Subregional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nos países do MERCOSUL²⁰.

Refletir sobre tráfico de pessoas envolve muitas possibilidades de erros, especialmente no que se refere à prostituição e à exploração sexual. O que sabemos hoje sobre o assunto é apenas a ponta de um iceberg. Procuramos, neste artigo, complexificar a discussão e demonstrar o quanto é importante ouvir os envolvidos, principalmente quando estamos construindo políticas públicas para sua proteção. O poeta Nei Duclós,

18 Ver o relatório *La trata de personas en el Paraguay (2005)*, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que traz muitas informações sobre o Brasil.

19 Ver o relatório *Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações*, produzido em 2005 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)/Oficina Regional para a América Latina e Caribe (TACRO).

20 Ainda em termos de MERCOSUL, é fundamental ampliar a discussão com os demais países do bloco, que enfrentam os mesmos problemas que estão na origem das diversas situações de exploração de seus cidadãos no exterior: a pobreza e a falta de oportunidades. A instalação do Parlamento do MERCOSUL em dezembro de 2006 representa uma possibilidade importante de diálogo e troca de experiências. Pode-se antever que o Parlamento do MERCOSUL será o grande espaço político da sociedade civil do Cone Sul.

numa poesia chamada “Lição de Travessia”, afirma que o mundo não tem lado certo e que todas as margens podem ser pisadas²¹. Que sua certeza sirva de inspiração a todos que trabalham na defesa dos direitos humanos de pessoas discriminadas por sua situação migratória ou por sua inserção no mercado do sexo, como vítimas ou como profissionais.

Bibliografia

CONGRESSO NACIONAL

Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005–CN, “para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”. Brasília, 2006.

Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003–CN, “com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. Brasília, julho de 2004.

DEPARTMENT OF STATE – UNITED STATES OF AMÉRICA

Trafficking in Persons Report . June 2006.

DUCLÓS, Nei

Outubro. Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, 1975.

GRUPO DE PESQUISA DAVIDA

Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. Cadernos Pagu, no. 25, Campinas, julho/dezembro de 2005.

PALMEIRA, Moacir e ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

A invenção da migração. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE. Vol. 1. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1977.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Relatório Final do Seminário Nacional “A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”. Brasília, 2006.

21 Sempre que vejo um rio/parece que do outro lado/ está a Argentina

As balsas carregadas da infância/sumiram do meu olhar/mas a ponte permaneceu/de que todas as margens/ podem ser pisadas

O mundo não tem lado certo/ pois há uma ponte sólida/ por cima de todas as águas

(“Lição de Travessia”, Nei Duclós, 1975)

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/
ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA DROGAS E CRIME (UNODC)

Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos. São Paulo, agosto de 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA -MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/
ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA DROGAS E CRIMES
(UNODC)/ SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL

O Tráfico de Seres Humanos para fins de Exploração Sexual no Rio Grande do Sul
- Informe de Pesquisa. Porto Alegre, junho de 2005.

O receituário neoliberal prevê a individualização das relações de trabalho. Isso seria necessário para que as empresas tenham flexibilidade a fim de buscar competitividade para ocupar o mercado e diminuir o chamado “custo de trabalho”. Esta é a lógica de todas as reformas trabalhistas em curso por todo o mundo. Sendo assim, as reformas pretendem afastar a tutela do Estado das relações individuais de trabalho, para torná-las bem mais flexíveis. Isso para que o “negociado” prevaleça sobre o legislado e a justiça do trabalho seja afastada, pois hoje é ela que garante o cumprimento das leis que regem as relações de trabalho.

Reforma ou Barbárie

Paulo César Pedrini¹

O conjunto de reformas neoliberais que estão em curso no País tem como principal objetivo retirar direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora ao longo de nossa história. O atual governo fala na necessidade de realizar reformas ou mesmo dar continuidade àquelas que já estão em andamento (Previdência). As reformas que teriam que ser realizadas na visão governista, são: sindical, trabalhista, administrativa, tributária, política e universitária.

Aqui procuraremos apontar os malefícios que essas reformas sindical, trabalhista e previdenciária teriam sobre a classe trabalhadora.

No Direito do Trabalho a flexibilização pode ser entendida como “eliminação, diminuição, afrouxamento ou adaptação da proteção trabalhista clássica, com a finali-

¹ Paulo César Pedrini é historiador, diretor da Apeesp (Sindicato dos Professores do Ensino Público Estadual de São Paulo) e coordenador da Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo

dade real ou pretensa de aumentar o investimento, o emprego ou a competitividade da empresa”. (Uriarte, “A Flexibilidade”, Editora LTR, 2002, pág. 9)

As maneiras com as quais ela tem se apresentado, considerando a fonte flexibilizadora do direito, são fundamentalmente duas, podendo ainda ocorrer uma combinação entre as duas. A primeira quando ocorre a eliminação, diminuição ou flexibilização do direito do trabalhador por iniciativa do Estado, que simplesmente elimina a lei ou norma protetora – é a “flexibilização heterônoma”. (Uriarte) A segunda, quando a flexibilização da norma legal se dá através de negociação coletiva, ou de um pacto social, em que esteja presente a “vontade coletiva” dos trabalhadores - é a “flexibilização autônoma” (Uriarte).

Neste caso, a flexibilização não elimina a lei, ou a norma protetora, apenas faz com que o acordado na negociação coletiva prevaleça sobre ela.

A chamada flexibilização mista se dá quando ocorre uma mistura das duas formas: quando um acordo de flexibilização construído via negociação com a “representação dos trabalhadores” é transformado em lei pelo Estado.

Muitas vezes, a concretização dos efeitos dessa lei nas situações concretas vai depender também da negociação e contratação coletiva com os sindicatos.

O Governo Lula, em 2005, encaminhou uma proposta ao Congresso Nacional com esse caráter, ou seja, essa proposta foi acordada com as centrais sindicais e a representação patronal e o governo pretendia transformá-la em lei. Essa proposta visava eliminar, diminuir ou flexibilizar, através da negociação coletiva, sendo que as normas acordadas passariam a prevalecer sobre a lei. Assim as leis trabalhistas não seriam revogadas, apenas tudo seria “negociável”

Através da resistência de setores do movimento sindical que não compactuaram com essa proposta nociva à classe trabalhadora (e que tinha o aval das principais centrais sindicais), foi possível barrar essa tentativa do governo, mas engana-se quem acredita que essa batalha terminou ali.

O receituário neoliberal prevê a individualização das relações de trabalho. Isso seria necessário para que as empresas tenham flexibilidade a fim de buscar competitividade para ocupar o mercado e diminuir o chamado “custo de trabalho”. Esta é a lógica de todas as reformas trabalhistas em curso por todo o mundo.

Sendo assim, as reformas pretendem afastar a tutela do Estado das relações individuais de trabalho, para torná-las bem mais flexíveis. Isso para que o

“negociado” prevaleça sobre o legislado e a justiça do trabalho seja afastada, pois hoje é ela que garante o cumprimento das leis que regem as relações de trabalho.

Mas para se obter essa individualização das relações de trabalho seria necessário afastar a ação sindical, a ação coletiva dos trabalhadores.

Os defensores desse projeto, ao mesmo tempo em que querem afastar o Estado das relações individuais de trabalho, exigem que o mesmo interfira firmemente nas relações coletivas de trabalho.

A característica fundamental das reformas trabalhistas de cunho neoliberal é o esforço para afastar o Estado das relações individuais de trabalho por um lado, eliminando e/ou flexibilizando os direitos dos trabalhadores garantidos em lei; por outro, intensificar a interferência do mesmo Estado nas relações coletivas de trabalho, sempre no sentido de restringir a ação coletiva dos trabalhadores.

Como já dissemos, devido a proposta anterior fica claro que o governo prefere realizar a chamada flexibilização mista ou negociada com os sindicatos/centrais. Para isso seria necessário também alterar a legislação que regulamenta o sistema de representação sindical e de negociação/contratação coletiva. Isso é por dois motivos: para possibilitar que os direitos trabalhistas possam ser flexibilizados via negociação coletiva com os sindicatos/centrais sindicais e também para permitir ao Estado e à direção das centrais sindicais controlarem toda a estrutura de representação e sobre os trabalhadores.

Outro ponto extremamente importante é que os argumentos dos defensores da reforma são falsos, já que não correspondem à realidade defendida por eles. Eis alguns exemplos disto:

a) “A reforma é necessária porque no Brasil o custo do trabalho é muito alto o que inviabiliza a competitividade das empresas.” No entanto, segundo o economista Marcio Pochmann em seu livro *O Trabalho sob fogo cruzado*, “ao contrário do que apontam vários estudos, o custo da mão-de-obra para a empresa não é caro, sobretudo se comparado com a de outros países”.

Outro argumento utilizado é o de que os encargos sociais são muito altos, em comparação com o salário efetivamente recebido pelo trabalhador, e que se os encargos fossem reduzidos isto significaria melhores salários. Além disso, colocam no mesmo campo os encargos sociais e os direitos trabalhistas que significam ganho monetário para o trabalhador.

Pochmann estabelece uma separação entre o que é encargo social e o que são direitos trabalhistas, constitutivos do rendimento monetário do trabalhador. Ele faz essa separação tendo por base os critérios utilizados internacionalmente (OIT -

Organização Internacional do Trabalho; BLS - Bureau of Labour Statistics - EUA; CERC - Centre D'Étude des Revenus e et des Conts – França). Veja o quadro:

Brasil : Lista de direitos trabalhistas e encargos sociais no setor industrial

Direitos Trabalhistas que geram rendimento monetário ao trabalhador	Encargos sociais
1- Décimo – terceiro salário 2- Adicional de 1/3 do salário 3- Rescisão contratual 4- FGTS 5- Férias 6- Repouso semanais 7- Feriados 8- Ausências remuneradas	9- INSS 10-Seguro Acidente 11-Salário Educação 12- Sesi 13- Senai 14- Incra 15- Sebrae

O economista demonstra que a situação dos encargos sociais no custo total do trabalho (20%) é bem diferente do que alguns difundem, ou seja, de que os encargos sociais significariam cerca de 100% do valor de salário efetivamente pago ao trabalhador. Na verdade, isto não passaria de 40% segundo estudos do DIEESE.

b) Outro argumento é o de que a flexibilização permite às empresas adaptarem-se à realidade do mercado, ganharem competitividade, gerando crescimento econômico e aumentando assim a geração de emprego. Segundo as publicações mais recentes da OIT, as reformas flexibilizadoras não têm contribuído para gerar emprego, mas, em compensação, teriam contribuído para deteriorar a qualidade do emprego restante.

O que está aqui colocado é a busca incessante do capital de um lucro cada vez maior em detrimento da maioria esmagadora da população - a classe trabalhadora. Nunca se produziu tanto em tão pouco tempo. A riqueza, o conhecimento, a tecnologia e a ciência deveriam servir para proporcionar uma qualidade de vida muito melhor para toda a sociedade e não apenas para alguns poucos.

Os que propõem estas mudanças nas relações de trabalho e levam em conta aspectos meramente econômicos, usam falsos argumentos que traduzem nenhuma preocupação com as pessoas e principalmente com o bem estar delas, e se esquecem que os trabalhadores são de fato os produtores de toda a riqueza produzida.

Outra questão fundamental que aflige a classe trabalhadora é a continuidade da Reforma da Previdência, já que, segundo o presidente da República, as alterações nas regras previdenciárias são inevitáveis e devem ocorrer a cada 15 ou 20 anos, devido ao aumento da expectativa de vida da população e ao avanço dos gastos.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato do PT declarou que não pretendia propor sozinho mudanças nas regras. Quer reunir os trabalhadores, que um dia se aposentarão, aposentados, empresários e governo para discutir um possível modelo.

Além disso, os especialistas discutem outras medidas, como:

- Fim da Aposentadoria por tempo de contribuição; passaria a existir apenas aposentadoria por idade, que, possivelmente, exigiria um número mínimo de recolhimento do INSS.

- Fim da aposentadoria especial para professores, que hoje se aposentam com cinco anos menos de contribuição (25 anos, mulher, 30 anos homem).

- Discussão a respeito de mudanças nas aposentadorias rurais por idade, totalmente subsidiadas pelo INSS, concedida a quem tem 55 anos (mulher) e 60 anos (homem). A idéia seria reduzir esse “privilegio” em relação ao trabalhador urbano.

- Alteração no fator previdenciário, usado para calcular a renda, considerando o tempo de contribuição ao INSS e a idade de cada um, além da expectativa de vida nacional, estimada pelo IBGE.

Além dessas idéias de especialistas que sempre prejudicam o conjunto da classe trabalhadora, temos aqui alguns pontos que só representam mais ameaças no que se refere aos direitos dos trabalhadores:

1) Evitar valorização real do salário mínimo e desvincular o valor dos benefícios sociais do valor do salário mínimo (aposentadoria e outros);

2) FGTS – transformá-lo em fundo previdenciário resgatável apenas na aposentadoria. Reduzir a 10% ou 15% a multa paga pela empresa em caso de demissão sem justa causa, sendo que a maior parte (2/3 ou 3/4) seria revertida ao governo para reforço do seguro desemprego, no lugar de ser pago ao trabalhador.

3) Limpeza da CLT, mantendo-se o estritamente necessário para preservar a saúde do trabalhador com a preservação dos direitos básicos definidos no art. 7º da Constituição Federal;

4) Mudanças nos procedimentos da Justiça do Trabalho, no que diz respeito aos julgamentos de dissídios individuais e coletivos;

5) Desvinculação entre o piso previdenciário e o salário mínimo;

6) Explicitação na Constituição de que todas as aposentadorias, incluindo o piso, serão corrigidas por um índice de preços a ser definido em lei, onde a remuneração dos aposentados acompanha a inflação, porém sem aumentos reais;

7) Adoção, por parte do INSS, a partir de 2010 do princípio de idade mínima, de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, já existente no regime dos servidores públicos;

8) Aumento gradual dessa idade mínima ao longo dos próximos 15 a 20 anos, para o regime geral da Previdência Social e para os servidores públicos;

9) Redução de 5 para 2 anos da diferença de idade de aposentadoria exigida para homens e mulheres;

10) Incremento da exigência contributiva para aqueles que se aposentam por idade, 15 para 25 anos ao longo de 20 anos de transição;

11) Eliminação, ao longo de um período de transição de 10 anos, dos regimes especiais com cinco anos de diferença em relação ao resto das pessoas, dos professores e dos empregados de meio rural;

12) Redução dos novos benefícios assistenciais concedidos por um valor inferior ao piso previdenciário, para caracterizar claramente uma distinção entre os dois tipos de benefícios e não desestimular as contribuições previdenciárias;

13) Retorno da idade da elegibilidade dos benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social aos 70 anos originais da legislação de 1993, idade essa posteriormente reduzida para o parâmetro atual de 65 anos;

Como vimos aqui as reformas neoliberais, mesmo estando sendo apresentadas separadamente, fazem parte de um só projeto e, portanto, devem ser entendidas em conjunto. É necessário que a classe trabalhadora tenha a real dimensão do que está em jogo nestas reformas, e tudo indica que elas não virão juntas, já que isso colaboraria significativamente para a mobilização dos trabalhadores. Elas devem vir fragmentadas, pretensamente quase despercebidas. Quando o trabalhador se der conta, já está submetido a esta situação.

Estas reformas neoliberais significam globalmente um retrocesso para a classe trabalhadora. Portanto, não cabe aqui propor apenas alterações de alguns pontos que consideramos prejudiciais. As reformas em si são um verdadeiro ataque ao conjunto dos trabalhadores. A classe trabalhadora precisa se organizar para evitar a vitória da barbárie neoliberal.

Capítulo III
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS,
CULTURAIS E AMBIENTAIS



Escola debaixo de viaduto, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro

Apesar do reconhecido esforço feito pelo governo para continuar a luta contra o racismo, destacamos aqui uma área emblemática nesta luta para analisar os avanços dos quatro anos do governo Lula - a segurança pública. Esta área não foi agraciada com ações efetivas por parte do governo para implementação de uma política que pudesse romper com o quadro de violência e violação dos direitos expressos naquilo que os movimentos negros e de mulheres negras denominam de genocídio do povo negro.

Por um Brasil para todos

Lúcia Xavier¹

“O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Fruto da ação política dos movimentos negros e de mulheres negras, o Brasil viveu nos últimos quatro anos intenso debate sobre o racismo e as desigualdades raciais em todas as esferas públicas – Legislativo, Executivo e Judiciário. Calçado na onda anti-racista provocada pela Declaração e pelo Plano de Ação de Durban, o governo Fernando Henrique promoveu uma primeira política de cotas nos serviços públicos e inaugurou o programa de ações afirmativas no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, outras iniciativas, como cota para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial, já estavam em curso.

Com a vitória de Lula para presidente do Brasil, uma série de medidas foram tomadas: foram empossados quatro ministros e ministras negros; a criação de organismo voltado para a promoção da igualdade racial; promulgação da Lei 10.639, que preconiza o ensino de história da África e dos afro-brasileiros; projeto de lei que institui

¹ *Lúcia Xavier é assistente social e coordenadora de CRIOLA organização de mulheres negras do Rio de Janeiro.*

cotas nas universidades; incorporação no Plano Plurianual do mega-objetivo redução das desigualdades raciais, entre outras.

Basicamente, todas as políticas em curso estão pautadas nas reivindicações dos movimentos ou foram construídas por ativistas, quer seja nas instâncias legislativa, executiva e judiciária ou no campo da educação, saúde ou do trabalho. Políticas de cotas para negros e de inclusão de alunos oriundos das escolas públicas nas universidades; implementação de programas voltados especialmente para a população negra, a exemplo do Brasil Quilombola, do Programa de Qualificação do Trabalho Doméstico, do Programa de Anemia Falciforme, do Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; dotações orçamentárias específicas nas políticas públicas; representação de negro no Supremo Tribunal Federal, maior visibilidade da situação da população negra apontada pelos órgãos de pesquisas, entre outros, vêm sendo deflagrados.

A criação da SEPPPIR – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, bem como a elaboração do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, demonstra o grau de compromisso do governo federal na busca da equidade racial. No entanto, todas estas medidas têm produzido pouco ou nenhum impacto sobre a vida da população negra, em especial das mulheres negras. Isso devido, principalmente, ao baixo grau de incorporação da importância do enfrentamento das desigualdades raciais através das políticas públicas, e ao insistente ressuscitamento do mito da democracia racial brasileira, que prega que no Brasil não existe racismo porque somos um povo miscigenado e que a exclusão vivida pelos negros e negras é fruto da pobreza.

Impregnada em todas as esferas públicas e da sociedade, a discussão sobre as desigualdades raciais é facilmente percebida nas estatísticas, mas dificilmente incorporadas nas políticas públicas. O próprio Plano de Governo apresentado pelo Presidente Lula para 2007-2010 aponta esta dificuldade. O racismo como pilar de sustentação da estrutura de desigualdade passa ser mais uma questão de direitos humanos, conforme texto extraído do referido Plano:

“Continuarão a ser implementadas medidas que garantam e ampliem mecanismos de combate ao racismo e à homofobia, proteção dos idosos e da superação da discriminação a pessoas com deficiência, dedicando-se ênfase especial aos direitos das crianças e dos adolescentes. Essa dimensão da inclusão social é fundamental para uma maior abrangência da política de Direitos Humanos do Governo.”

Apesar do reconhecido esforço feito pelo governo para continuar a luta contra o racismo, destacamos aqui uma área emblemática nesta luta para analisar os avanços dos quatro anos do governo Lula - a segurança pública. Esta área não foi agraciada com

ações efetivas por parte do governo para implementação de uma política que pudesse romper com o quadro de violência e violação dos direitos expressos naquilo que os movimentos negros e de mulheres negras denominam de genocídio do povo negro.

Lembremos aqui que mesmo áreas mais duras para a efetivação dos direitos das mulheres, como o aborto e a violência contra a mulher, ganharam fôlego através dos debates e de discussão entre diferentes setores da sociedade, tendo como pano de fundo a revisão da legislação brasileira. Mas a área de segurança, especialmente no que tange à segurança da população negra, foi deixada de lado.

Segurança pública para brancos. Morte para negros.

A segurança pública é especialmente cara à população negra, porque nela se expressa marcadamente a ação racista institucionalizada através do homicídio de milhares de adolescentes e jovens e na crescente onda de violência contra a mulher. Diversas pesquisas, desde 1999, já apontam que os jovens negros, na faixa etária entre 15 a 29 anos, são as principais vítimas dos homicídios causados pela polícia. Pesquisa realizada pelo CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, em 2001, revelou que ocorrem, em determinadas regiões do país, 100 homicídios para cada 100 mil habitantes entre 15 a 24 anos. Ao destacar os jovens negros, entre 20 e 22 anos, a taxa de homicídios ultrapassa os 140 por cem mil.²

Dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil (2004) revelou que 51% da população negra já foram abordados pela polícia e 30% destes declararam ter sofrido discriminação por parte da polícia. Entre as pessoas brancas esse número cai para 15%. Quanto à criminalidade, constatou-se que dos homicídios dolosos contra menores, 54% das vítimas eram negros e menores de idade e 33,9% eram brancos, inserindo-se as restantes a outras categorias. Da população dos presídios, 68% das pessoas presas têm menos de 25 anos de idade, sendo que 2/3 são negros.³

O estudo sobre Violência contra a Criança e o Adolescentes lançado pelo UNICEF e o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro informam que, em 2000, morreram 3 mil negros contra 1,8 mil brancos assassinados pela polícia. Para cada homicídio praticado contra um branco morrem dois negros. Outros estudos seguem reiterando este quadro. A situação de insegurança vivida pelos jovens negros em todo o país já deveria ter sido alvo de uma política consistente que evitasse tantas mortes. A não ser que o Estado brasileiro ainda não tenha percebido que oferece para a população negra nos

2 Juventude e Polícia. Boletim Segurança e Cidadania. Ano 5 nº. 12, outubro de 2006.

3 Venturi, Gustavo e Bokani, Vilma. Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil. Fundação Perseu Abramo. SP: 2004

4 www.pnud.org.br

dias atuais o mesmo tratamento que dispensou no período da escravidão e da abolição, a chibata e o xadrez. Além disso, estamos falando de um grupo que vive em situação de pobreza e miséria, alijados dos bens e serviços sociais, excluídos de todas as formas da condição de cidadãos e cidadãs.

Em relação às mulheres negras, a violência é uma das mais importantes causas de morte entre mulheres na faixa dos 18 a 29 anos. Em alguns estados brasileiros esta é a terceira principal causa de morte. Estudo realizado em Recife para conhecer as desigualdades sociais na mortalidade de mulheres adultas (2001 a 2003) constatou que as mulheres negras do município têm 1,7 vezes mais chance de morrer do que as brancas. O risco aumenta em 2,4 vezes entre aquelas com 20 a 29 anos de idade. No que se refere às taxas de homicídio, as negras são assassinadas cerca de 40 vezes mais do que as brancas. Dos 2.943 óbitos de mulheres na capital pernambucana, 1.924 eram negras e 1.019, brancas.

A pesquisadora Sony Santos, sanitarista da Diretoria de Vigilância à Saúde da Secretaria de Saúde do Recife, afirma que “as mulheres negras estão mais expostas a situações desfavoráveis nos locais de habitação. Vivem em áreas de baixa renda e são mais expostas a situações de violência” e acabam tornando-se as principais vítimas de um sistema perverso. O risco de uma mulher negra, na faixa etária entre 20 e 29 anos, morrer assassinada na cidade de Recife é 9,7 vezes maior do que uma mulher branca. Para cada 100 mil habitantes morrem 21,2 mulheres negras e 0,5 mulheres brancas.

O Estudo apontou que mulheres negras também morrem mais de suicídio. Para cada 100 mil habitantes morrem 4,5 negras contra 1 branca. As desigualdades estão estampadas também na morte materna e na AIDS.



Ad Melkert, administrador-adjunto do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), afirmou em entrevista ao jornal argentino Clarin que “a desigualdade de renda tem forte relação com a insegurança — tanto nos países ricos como nos pobres”. E prosseguiu dizendo que “se observarmos as sociedades em que há uma distribuição mais equitativa dos recursos e da renda, elas são as mais pacíficas e mais bem organizadas. Se observarmos os locais com maior instabilidade, como numerosos países da África e do Oriente Médio ou regiões da América Latina, e a situação social em que vivem, a falta de instituições, distribuição injusta, perspectiva de emprego, grande pressão da emigração — são todas áreas que não podem ser desconectadas da insegurança”.⁴

O Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência, lançado pelo PNUD “revelou que independente da região do Brasil e de seu grau de pobreza, os negros são sempre os mais prejudicados. O estudo aponta que, apesar do crescimento da renda verificado nas últimas décadas, o percentual de negros pobres nunca ficou abaixo de 64%. Além disso, em todos os estratos a proporção de negros é inversamente proporcional à riqueza: quanto mais alta a faixa de renda, menor é o percentual de negros que a integra. Embora sejam 44,7% da população total, os negros são 70% entre os 10% mais pobres e não passam de 16% entre os 10% mais ricos.”⁵

A fonte de insegurança para o administrador é a falta de políticas públicas efetivas no campo da educação, habitação, emprego e tudo mais que permite homens e mulheres projetarem o seu futuro. É, sobretudo, o exercício pleno da cidadania. A segurança é parte integrante da cidadania, e deve estar associada à defesa da vida e não à defesa do Estado patrimonialista e excludente. Neste sentido, a insegurança vivida pela população negra é fruto do racismo institucionalizado em todas as instâncias do Estado brasileiro. Combatê-lo é, antes de tudo, um dever de quem pretende construir um país para todos e todas.

O Papel do Estatuto da Igualdade Racial para a efetivação dos direitos

O Estatuto da Igualdade Racial é o primeiro ensaio brasileiro para a reparação dos danos vividos pela população negra contra o racismo e os quase 400 anos de escravidão. Ele pretende ser um sistema de leis que, simultaneamente, coíbe a violação e garante direitos, a partir do que está preconizado na Constituição Federal de 1988. Este conjunto de diretrizes servirá para reparar as desigualdades raciais, através da conjugação dos direitos civis, políticos, sociais, culturais, econômicos e ambientais nas políticas públicas; desenvolver mecanismos de participação em todas as instâncias públicas e se constituirá em um instrumento contra o racismo, a partir da atuação do judiciário contra a discriminação.

⁵ Moreira, Diva, org. *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência*. Brasília, PNUD.

minação. O Estatuto também permitirá que o sistema jurídico brasileiro restaure o princípio da justiça.

Apesar de já ter sido aprovado em diversas comissões, inclusive na CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, durante estes setes anos, o Projeto de Lei não é aprovado. Um dos principais impedimentos vem do governo federal, que acredita que o Estatuto pode ser aprovado desde que saia do seu escopo Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse fundo teria como objetivo financiar a promoção da igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros. A concretização do fundo, no entanto, é um ponto polêmico. Os ministros da Fazenda e do Planejamento já se manifestaram contrários a ele por entenderem que comprometeria o Orçamento da União.

Para que o Estatuto exerça a sua função reparadora é preciso investir recursos públicos, sem os quais esta medida não terá eficácia.

Ao que tudo indica, no ano de 2007 permanecerão excluídas para fim de recebimento de recursos as matrículas da educação infantil; ensino médio e também ensino fundamental para as pessoas com mais de 14 anos que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) permitiria contemplar. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão responsável pelo permanente processo de avaliação do programa Brasil Alfabetizado, o baixo impacto da iniciativa demonstra que não está suficientemente focalizada no seu público-alvo a parcela da população que registra analfabetismo absoluto. Para o exercício de 2006 o MEC definiu como prioridade para o estabelecimento de convênios os planos pedagógicos que contemplem integração com iniciativas para a continuidade dos estudos e que atendam segmentos sociais específicos. Dos 60 mil pescadores artesanais estimados pelo MEC em situação de analfabetismo absoluto, 6.045 (10%) freqüentavam o programa em 2006. Dos 10 mil catadores de material reciclável, 2.013 (20,1%) participavam. Apenas 1.356 (9%) dos 15 mil quilombolas e 3.238 (10,8%) das 30 mil pessoas privadas de liberdade.

Os limites do acesso à educação

Sérgio Haddad e Mariângela Graciano¹

O ano de 2006, o último do governo Lula, estimula um balanço dos quatro últimos anos de gestão na área da Educação. Tendo em vista a impossibilidade de explorar amplamente neste texto a atuação do governo na perspectiva da universalização do acesso e qualidade, além da garantia de mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas, apresentamos a seguir um breve balanço de ações dirigidas à ampliação do acesso.

¹ *Sérgio Haddad é coordenador geral da Ação Educativa; Mariângela Graciano é assessora da Ação Educativa*

A maior de todas as frustrações reside na não aprovação neste mandato, pelo Congresso Nacional, do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, em virtude da morosidade dos parlamentares em aprovar o projeto frente à conjuntura de luta política no contexto das eleições. Ao que tudo indica, no ano de 2007 permanecerão excluídas para fim de recebimento de recursos as matrículas da educação infantil; ensino médio e também ensino fundamental para as pessoas com mais de 14 anos que o Fundeb permitiria contemplar.

No caso da educação infantil, paralelamente à tramitação do Fundeb, a ampliação do acesso de crianças à escola pública foi provocada pela alteração na legislação que estabeleceu a matrícula no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade, bem como a ampliação desse nível de ensino de 8 para 9 anos.

Estados e municípios têm até 2010 para implantarem a nova configuração nas redes de ensino de todo o País. As medidas, já previstas no Plano Nacional de Educação, foram importantes, mas não incidem sobre as matrículas das crianças de 0 a 5 anos, ainda sem garantia de financiamento.

Em relação a outros segmentos tradicionalmente excluídos dos direitos educativos, nos últimos anos registraram-se algumas iniciativas importantes, mas ainda insuficientes.

Educação inclusiva

Em 2001, o Plano Nacional de Educação estimava que existiam cerca de 15 milhões de brasileiros com necessidades especiais de diversas ordens. Apesar de o acesso à rede regular de ensino estar assegurado pelo Sistema de Justiça, o Censo Escolar 2005 registrou 640.317 matrículas, entre aquelas em escolas exclusivas para pessoas com deficiência e escolas regulares.

Apesar das recomendações em normas nacionais e internacionais para a inclusão dos alunos na rede regular de ensino, estão matriculados nas classes comuns 41% dos alunos com deficiência e os outros 59% ainda freqüentam escolas exclusivamente especializadas.

Em termos de recursos, de acordo com o MEC, cerca de R\$ 50 milhões foram investidos nos últimos três anos para apoiar os sistemas de ensino de estados e municípios no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. Atualmente, 82,3% dos municípios brasileiros oferecem matrículas para este segmento.

No entanto, o repasse governamental para a matrícula da educação especial permanece em níveis muito insatisfatórios. Atualmente, o Fundeb estabelece que o repasse para a matrícula da educação especial é de R\$ 730,38 por ano. Estudos feitos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre o Custo Aluno Qualidade – CAQ indicam que este valor deveria ser, no mínimo, cerca de R\$ 1.365,20 per capita/ano.

Embora ainda não tenham sido definidos os valores de repasse para o Fundeb, as negociações indicam que também não atenderão às demandas da sociedade civil.

Alfabetização de adultos

No início de 2003, o atual governo federal anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma das prioridades desta administração, e houve a constituição do programa Brasil Alfabetizado.

Os dados orçamentários revelam que os investimentos federais para a alfabetização de jovens e adultos cresceram mais de 30 vezes no período de 2000 a 2005 – de R\$ 6,4 milhões para R\$ 203 milhões. No entanto, esta ampliação não significa que o Programa Brasil Alfabetizado esteja cumprindo plenamente seus objetivos, e os resultados alcançados ficaram abaixo das expectativas do próprio MEC. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005, por exemplo, indica que houve uma pequena redução na queda anual da taxa de analfabetismo absoluto de 0,5% em 2001 para 0,3% em 2005.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão responsável pelo permanente processo de avaliação do programa, o baixo impacto do programa Brasil Alfabetizado demonstra que não está suficientemente focalizada no seu público-alvo a parcela da população que registra analfabetismo absoluto.

Segundo informações do MEC, no final de 2005, 43% dos alfabetizandos que participavam do programa não eram analfabetos absolutos ao ingressarem. Também a ineficácia do Brasil Alfabetizado está associada à falta de oportunidades para a continuidade dos estudos, o que significa a necessidade de consolidação da educação de jovens e adultos nas redes públicas de ensino, situação esta dependente da aprovação do Fundeb.

Em resposta ao diagnóstico elaborado com base na avaliação dos três anos de programa, para o exercício de 2006 o MEC definiu como prioridade para o estabelecimento de convênios os planos pedagógicos que contemplem integração com iniciativas para a continuidade dos estudos e que atendam segmentos sociais específicos.

Dos 60 mil pescadores artesanais estimados pelo MEC em situação de analfabetismo absoluto, 6.045 (10%) freqüentavam o programa em 2006. Dos 10 mil catadores de material reciclável, 2.013 (20,1%) participavam. Apenas 1.356 (9%) dos 15 mil quilombolas e 3.238 (10,8%) das 30 mil pessoas privadas de liberdade.

Em 2005 foram anunciadas duas ações específicas para atender parte desse grupo. O projeto Saberes da Água, que atendeu 1.300 pescadores dos quatro às margens do Rio São Francisco.

Já o programa Educando para a Liberdade, que teve a parceria da Unesco e do Ministério da Justiça, previa, em 2006, a alfabetização de 5 mil pessoas da população

carcerária em 20 estados. A continuidade dos estudos seria assegurada por meio de uma parceria com o Ministério da Justiça, para atender cerca de 46 mil presidiários no primeiro segmento do ensino fundamental.

Paralelamente a estas iniciativas consideradas “pilotos”, pois não foram estendidas a todas as unidades prisionais do País, o MEC e o Ministério da Justiça atuaram conjuntamente na elaboração de Diretrizes Nacionais para Educação no Sistema Penitenciário. A proposta deve ser analisada pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; e não há previsão para sua ratificação já em forma de Diretrizes.

Os limites

As situações expostas anteriormente alertam para dois desafios a serem enfrentados pelos novos governos. De um lado, é preciso ampliar e universalizar o acesso aos recursos da Educação. Sem dúvida, não há como garantir escolarização para todos os segmentos se não forem feitos mais investimentos em ações destinadas às parcelas mais fragilizadas da população.

De outro lado, é urgente a retomada das metas do Plano Nacional da Educação, e garantir processos participativos de controle social em todos os níveis de governo. É importante lembrar que entre as diversas políticas setoriais a Educação é aquela menos afeita ao controle social, com conselhos de gestão pouco democráticos, sem participação popular, e a única que não realizou suas Conferências, onde os interesses dos atores sociais pudessem ser expressos como forma de demanda e pressão.

Um dos principais acontecimentos que vem pautando a Amazônia no âmbito nacional e internacional é o crescimento do desmatamento. Num período de 470 anos de colonização da Amazônia brasileira apenas 1% da área foi desmatada. Com o avanço das forças do capital na região nos últimos 35 anos – 1970 a 2005, foram desmatados 17% da área da Amazônia. As causas principais do desmatamento na Amazônia são atividades ligadas à exploração dos recursos naturais em diversos níveis, porém, sempre articuladas. Por isso, é fundamental compreender que o desmatamento é proveniente de todas as formas de intervenção privada e estatal como: os incentivos fiscais, políticas de colonização no passado, o avanço da exploração da madeira; da pecuária, das carvoarias e do agronegócio de grãos, além de garantia de infra-estrutura para os grandes projetos, como pavimentação e abertura de estradas.

Dilemas amazônicos e o Governo Lula

Lindomar Silva¹

O presente texto tem o objetivo de apresentar elementos preliminares para uma discussão acerca do governo Lula, no que diz respeito à sua inserção no contexto amazônico através das políticas direcionadas para a região, no período do seu mandato. O mesmo não pretende apresentar conclusões definitivas, e sim elucidar pontos correntes para uma reflexão sobre tal temática.

Neste sentido, o texto se divide em quatro partes:

I – O modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia na década de 1990

II – Agronegócio de grãos e os dilemas do desflorestamento

III – A criação na Amazônia de espaços homogêneos

IV – O Crescimento da Pobreza: o Estado do Pará no contexto Amazônico

¹ Lindomar Silva é sociólogo. Secretário Regional da Cáritas Brasileira Regional Norte II (Pará e Amapá).

I - O modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia na década de 1990

Para realizarmos uma breve análise das políticas do governo Lula direcionadas à região amazônica, precisamos inicialmente entender qual a concepção de desenvolvimento que vem conduzindo a intervenção governamental desde a década de 90 até os dias atuais, ou seja, é preciso entender que as políticas neoliberais iniciadas nas décadas passadas pensaram a Amazônia como uma região geradora de saldos positivos na balança comercial e como uma grande fronteira a ser explorada.

Os programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” inauguraram um novo discurso na prática do Estado no que diz respeito ao desenvolvimento regional. Segundo esse novo discurso de Estado, o que possibilitaria um acesso mais competitivo ao mercado seria o estabelecimento de eixos de integração. Esta concepção propõe a criação de vias de transportes de longa distância, integrando e articulando regiões nacionais e internacionais, aumentando, assim, a competitividade e facilitando o acesso ao mercado.

O governo Lula estabeleceu como meta no PPA - Plano Plurianual 2004-2007, articular produtividade e competitividade com inclusão social, emprego e renda. Desta forma, o governo federal propôs estabelecer políticas capazes de valorizar os potenciais endógenos, a especificidade e a diversidade regional. Podemos encontrar a ressonância desta proposição nos documentos elaborados pelo Ministério da Integração Nacional, intitulado Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2003a), o qual apresenta algumas das bases que orientariam a política de desenvolvimento regional.

O documento diz que o desenvolvimento deve consistir em “explorar, com afinco, os potenciais endógenos da magnificamente diversa base regional de desenvolvimento, em conformidade com os fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada e sofisticada, mais portadora de valores sociais regionalmente constituídos” (BRASIL, 2003a, p. 12). O documento reforça a necessidade de fortalecer os agentes econômicos que têm a competitividade calcada em vantagens competitivas e que utilizam os recursos naturais da região. Essa concepção também está presente no documento elaborado pelo o Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, denominado Plano Amazônia Sustentável (PAS) (BRASIL, 2006).

Mas a ação do Governo Federal para a Amazônia fundamentou-se num documento elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, o Plano Plurianual 2004-2007 (BRASIL, 2003b). Este reforça as ações estabelecidas nos governos passados e fortalece a articulação entre o poder público federal e agentes econômicos exportadores que desejam usufruir das riquezas da região.

As estratégias do Ministério do Planejamento e Orçamento, expressas no Plano Plurianual, dizem que o desenvolvimento econômico do Brasil encontra-se bloqueado,

devido à existência de restrições que produzem uma vulnerabilidade externa e interna. Essas restrições produzem uma baixa capacidade de gerar divisas na balança comercial e de atrair capital produtivo. Isso tornaria o Brasil dependente de capitais para fechar suas contas.

Diante deste diagnóstico, o governo estabeleceu como prioridade a elevação de saldos positivos da balança comercial. Para isso, o governo passaria a dar tratamento privilegiado às empresas que têm essa função na região, como as empresas minero-metalúrgicas e o agronegócio. O governo, com base nesse diagnóstico, passa a fortalecer projetos que priorizam e ampliam os superávits na balança comercial. A partir daí, o processo de desenvolvimento governamental valorizará projetos produtivos destinados a exportações e que têm baixa ou nenhuma articulação com o desenvolvimento regional. E que futuramente deixariam problemas sociais e ambientais como herança, como aconteceu com a Serra do Navio, em Macapá, após 50 anos de exploração de manganês pela ICOMI².

Diante da necessidade de garantir o funcionamento deste modelo e da condição desfavorável a uma mudança mais consistente da relação do Governo com a Amazônia, o governo Lula fez opção e deixou evidente que manteria a mesma dinâmica dos governos anteriores, apenas com alguns rearranjos. Isso fica claro na presença do presidente na inauguração da terceira linha de produção da Alunorte, em Barcarena, que permitiu incrementar o volume exportado pela empresa de 730 mil toneladas de alumina para 1,4 milhões de toneladas por ano, em 2004. Presença essa que se repetiu em 2004 na inauguração, em Canaã dos Carajás, do projeto da CVRD, destinado à valorização de minério de cobre na mina do Sossego e que, durante as próximas duas décadas, será responsável pela mercantilização anual de 140 mil toneladas de cobre.

Nesse sentido, o governo optou por beneficiar determinados segmentos econômicos e estabeleceu uma estratégia de valorizar empresas exportadoras sem vínculos locais, com renúncia de incentivos fiscais, o que traz inevitavelmente empobrecimento e degradação ambiental. O governo fez uma opção em fortalecer um modelo de desenvolvimento estranho à região. Este paradigma de crescimento, com a finalidade de gerar superávit, é favorecido, em detrimento de outro modelo que tem o ser humano e o meio ambiente no centro do desenvolvimento. Portanto, busca-se desenvolver a região através da homogeneização do território e não da valorização das diversidades e das vantagens comparativas.

Um dos exemplos mais fortes é o fortalecimento da CVRD - Companhia Vale do Rio Doce, que em 2005 foi responsável por 14% do superávit da balança comercial,

² Após o término do contrato de exploração de manganês na Serra do Navio pela Icomi, no Município de Santana, no Amapá se verificou a contaminação dos lençóis freáticos por arsênio, na areia do porto da Icomi, além de uma região com grandes bolsão de pobreza.

tendo um faturamento bruto de 35,4 bilhões de reais e líquido de R\$ 10 bilhões, o que representa dois terços a mais do que em 2004. É evidente que esse enorme crescimento da Vale e de outras empresas é favorecido pela renúncia fiscal e pelos projetos de integração coordenados pelo governo federal.

Concluimos, com isso, que o projeto estabelecido no governo Lula para a Amazônia dá continuidade ao modelo neoliberal, já em andamento na região e fundamentado na “concentração de renda, na homogeneização do processo produtivo e na desvalorização dos recursos ambientais e humanos”, conforme citação do professor Maurílio Monteiro, em palestra na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

II - Agronegócio de grãos e os dilemas do desflorestamento

Um dos principais acontecimentos que vem pautando a Amazônia no âmbito nacional e internacional é o crescimento do desmatamento. Num período de 470 anos de colonização da Amazônia brasileira apenas 1% da área foi desmatada. Com o avanço das forças do capital na região nos últimos 35 anos – 1970 a 2005, foram desmatados 17% da área da Amazônia.

As causas principais do desmatamento na Amazônia são atividades ligadas à exploração dos recursos naturais em diversos níveis, porém, sempre articuladas. Por isso, é fundamental compreender que o desmatamento é proveniente de todas as formas de intervenção privada e estatal como: os incentivos fiscais, políticas de colonização no passado, o avanço da exploração da madeira; da pecuária, das carvoarias e do agronegócio de grãos, além de garantia de infra-estrutura para os grandes projetos, como pavimentação e abertura de estradas.

Um dos principais fatores do desmatamento é o avanço do agronegócio de grãos. O estado que concentra quase a metade do índice de desmatamento é Mato Grosso, com 48,1%, o que equivale a 12.576 Km². O Mato Grosso é o maior produtor de soja do país, sendo que o maior produtor individual de soja do mundo é Blairo Maggi, atual governador daquele estado. No mesmo período, o que se registra é que o estado é o que mais perdeu floresta. Ao mesmo tempo, se observa que o faturamento do grupo Maggi subiu 28%, chegando a US\$ 532 milhões em 2003, contra US\$ 415 milhões em 2002 (Greenpeace, 2005).

A floresta tem sido destruída para facilitar o escoamento da madeira, pecuária e soja, e para a construção de rodovias e estradas. No centro dessa discussão está o asfaltamento da BR-163, pois somente o fato da expectativa dessa obra se concretizar tem aumentado a grilagem, a violência e o desmatamento na região de Santarém.

Desta forma, o incentivo ao agronegócio de grãos e a busca da garantia da infra-estrutura necessária para o seu escoamento, via portos amazônicos, como Santarém e

Vila do Conde, em Barcarena, favorecem um tipo de desenvolvimento que impõe a padronização e destrói umas das características fundamentais da Amazônia, que é a diversidade ambiental e cultural.

As principais conseqüências dessa forma de desenvolvimento, que converte floresta em pastagem e áreas agrícolas, estão em uma profunda e irreversível perda do patrimônio genético de vários ecossistemas da Amazônia – que ainda são pouco conhecidos, como redução regional de chuvas, aumento da flamabilidade de suas paisagens e extensiva savanização, além do avanço do agronegócio de grãos provocar poluição e desaparecimento dos rios, favorecer o latifúndio, provocando a expulsão dos pequenos agricultores para as cidades.

III - A criação de espaços homogêneos na Amazônia

Sem dúvida, a maior riqueza da região Amazônica é a sua diversidade. Essa diversidade tem ao longo do tempo garantido a sobrevivência da região e da sua população. O avanço da dinâmica capitalista na região está calcado na criação de estruturas e espaços homogêneos. Estruturas essas que se materializam na consolidação de monocultivos de soja e eucaliptos, da pecuária e de empresas mineradoras.

Com a finalidade de consolidar essa concepção de padronização e homogenização, a política governamental na década de 90, alicerçada na lógica da consolidação dos eixos de integração, buscou não o desenvolvimento baseado nas vantagens comparativas, e sim, a “eficiência” nas vantagens competitivas, fortalecendo uma concepção neoliberal, que vê a mercantilização dos recursos naturais como elemento chave para o desenvolvimento e para a geração de superávit comercial.

Desta forma, por mais que o discurso do governo Lula tente aliar crescimento econômico com sustentabilidade e muito tenha se tentado fazer nesse sentido, o que marca as macro-políticas, que são as que definem futuro, é a prioridade aos agentes externos, numa perspectiva de atender a demandas de fora. Assim, o governo Lula, através de suas políticas na Amazônia, fortaleceu um modelo implantado há tempos atrás e que provoca uma “perda irreparável de inestimáveis riquezas humanas e culturais das populações locais”, conforme Monteiro.

IV - O crescimento da pobreza

Quando se fala em Amazônia, vem logo a idéia de uma região com grandes riquezas naturais. E realmente é. Mas o desenvolvimento projetado pelo Estado e oligarquias regionais, no decorrer do tempo, não possibilitou que a população local usufrua dessa riqueza, sofrendo a mesma com o aumento da miséria e com a perda da riqueza natural e cultural. Sendo esse desenvolvimento econômico centralizado, de fora para dentro, e

sem compromisso com a região, percebe-se o aumento do desemprego, da violência e da miséria na região.

O Pará no contexto Amazônico

A imposição de um modelo de desenvolvimento que não valoriza a diversidade sócio-ambiental, que padroniza a cultura local e visa apenas a geração de saldos positivos na balança comercial, traz sérias conseqüências sociais para população da região, produzindo um contraste entre a expropriação de riqueza e o aumento do empobrecimento. Isso pode ser verificado no Estado do Pará, como apresentaremos abaixo.

O Pará, que é o segundo maior estado da região Amazônica em extensão, o primeiro em população, possui 430 mil desempregos, segundo o DIESSE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Em cidades como Santarém, Alenquer, Paragominas, cuja região sofre o aumento do monocultivo, vê-se o crescimento nas cidades de bairros desordenados que surgem da noite para o dia, sem nenhuma condição de dignidade aos moradores. Segundo a Secretaria de Assistência de Paragominas, chegam mensalmente na cidade 350 famílias em busca de emprego. O alto índice de desemprego concentrado em grandes e médias cidades na Amazônia vem conjuntamente com o aumento da violência e da exploração, sendo as principais vítimas as crianças e os adolescentes. Cresce também o número de crianças e adolescentes que são explorados pelo trabalho infantil. São mais de 300 mil, trabalhando sem nenhum direito, em casas de famílias. Regiões como a do Marajó e das ilhas no baixo Tocantins são rotas de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.

Com o crescimento da pobreza e da miséria, reaparecem na região doenças que são facilmente controladas e outras que em outras décadas já foram extintas. De acordo com os dados e indicadores da vigilância em saúde, o Estado do Pará ocupa o 1º lugar no ranking da hanseníase, em relação a todo o restante do país. Em 2004, 5.041 casos da doença foram detectados pelo SINAN (Sistema Nacional de Agravos de Notificação), com 18 óbitos registrados pelo SIM (Sistema de Informação Sobre Mortalidade). O problema é tão grave que, em relação ao Sudeste, região mais populosa, o Norte lidera em número do Mal de Hansen. Tais dados ratificam o triste destino dos nossos concidadãos, vítimas da desqualificação ou mesmo da incompetência dos gestores da área da saúde em nosso estado. No estado do Pará existem hoje, conforme os indicadores oficiais, 39 municípios *hiperendêmicos*, ou seja, mais de 20 casos por cada 10.000 habitantes, sendo que os outros 104 municípios não ficam livres na classificação de endêmicos. Diante de tais dados, confirma-se um quadro assustador, sem contar os casos de famílias inteiras que estão em processo de contágio e que não constam nos indicadores oficiais.

A prova cabal de que as empresas de extração mineral não produzem qualidade de vida para as populações que estão ao seu entorno é que a região do estado em que mais crescem os casos de *hanseníase* é a região de Marabá, onde está localizada a maior província mineral do mundo, de onde a companhia Vale do Rio Doce extrairá 85 milhões de toneladas de ferro até o fim de 2006.

Outra doença que já deveria ter sido controlada é a “beribéri”, porém, não foi o que aconteceu. Recentemente foram diagnosticados 123 casos de “beribéri”, com 37 vítimas fatais, nos municípios localizados às margens do rio Tocantins, na região sul do estado do Maranhão, e 41 casos no estado do Pará, no município de D. Eliseu. Essa região é uma das que mais avança no surgimento de carvoarias, com objetivo de fornecer carvão vegetal para guseira de Marabá. Basta lembrar que o “beribéri” é uma doença conhecida por matar negros durante o período colonial, no século XVII, sendo que a principal causa é a ausência de vitamina B1, provocando nas vítimas síndrome neurológica.

Considerações finais

Os defensores do projeto neoliberal argumentam que este modelo gerou o desenvolvimento da Amazônia. No entanto, é preciso refletir o desenvolvimento a partir de indicadores que levem em consideração a população e o equilíbrio ecológico da região. Quando observamos estes elementos, chegamos à conclusão de que a Amazônia vem passando por um processo que foi classificado por André Gunder Frank como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, isto é, estamos ficando mais pobres.

As políticas governamentais definem a Amazônia como região geradora de superávit e uma grande produtora de matéria-prima. Esses produtos, porém, estão cada vez com menos valor. A mina de Carajás, projetada para produzir 25 milhões de toneladas de ferro, em 2006 chegará a 85 milhões e até o final da década serão 100 milhões de toneladas. A bauxita, em Trombetas, passou de 6 para 16 milhões em 2006. A Alunorte, projetada para 1,1 milhões toneladas de alumina, chegará a 2,4 milhões. Isso sem contar com as minas que estão para começar no processo de exploração.

Portanto, a estratégia definida pelo o governo Lula reforça projetos anteriores e fortalece as oligarquias locais, e, conseqüentemente, aprofunda-se a concentração de renda e a exclusão social. O modelo atual vê a floresta e sua população como entrave ao “desenvolvimento”. A Amazônia passa a parecer-se cada vez mais com o Brasil colônia.

Referências bibliográficas:

BECKER, Bertha K.. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005 Access on: 11 Oct 2006. doi: 10.1590/S0103-40142005000100005.

BENJAMIN, César. Para governar e mudar o Brasil, 2006. (prelo).
BRASIL. *Plano Amazônia Sustentável – PAS*. Versão final para consulta. Brasília, DF: Comissão de Coordenação Interinstitucional do PAS, 2006. 101 p.
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2004-2007*: Projeto de lei/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, DF: MP, 2003a, v. 1. 104 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*: proposta para discussão. Brasília, DF, 2003b.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional*. Brasília, DF: Universa, 1997a.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Projeto de Desenvolvimento Integrado da Região Norte*. Brasília, DF: Universa, 1997b.

Fórum de Segurança Alimentar. Relatório de 2005. Pará: 2006.

GREENPEACE. (2006). Comendo a Amazônia. Acedido em 08 de agosto de 2006, em: http://www.greenpeace.org.br/amazonia/?conteudo_id=2676.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

PINTO, Lúcio Flavio. "Decifra-me ou te devoro", *Jornal Pessoal*, 2006, pp.1-3.

PINTO, Lúcio Flavio. O presidente diz xis. *Lula faz ipisilon*, 2006, pp.3.

O grande mérito da atual gestão do Ministério da Cultura é a busca por estabelecer uma política baseada na Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural da UNESCO¹. Este documento consagra a diversidade cultural como patrimônio da humanidade. Traduzir esse preceito no Brasil significa a obrigação do Estado em afirmar as culturas que estão submersas, e que se expressam apenas como “folclore” ou arte exótica.

Direito à Cultura: Avanços e dilemas da política cultural do Governo Lula

*Antonio Eleilson Leite**

Após 21 anos da criação do Minc - Ministério da Cultura², somente agora, no final da atual gestão, é possível se perceber uma efetiva política pública de cultura no Brasil. Passível de várias críticas, a atuação do Ministério da Cultura chefiado pelo cantor e compositor Gilberto Gil tem como mérito inegável a própria reafirmação do órgão.

Minc – Um ministério reinventado

Nos dez primeiros anos do Minc (1985 a 1994) passaram pela pasta dez ministros. Na galeria de autoridades, há figuras pouco expressivas como o ex-deputado Hugo Napoleão e José Jerônimo Moscardo de Souza, mas há também três grandes intelectuais: Celso Furtado (1986 a 1988); Antonio Houaiss (dezembro de 1992 a setembro de 1999), ambos já falecidos, e Sergio Paulo Rouanet. Este último, atuando na metade do efêmero mandato do presidente Fernando Collor de Mello, assegurou lugar na posteri-

Antonio Eleilson Leite é historiador, programador cultural, coordenador do Espaço de Cultura e Mobilização Social da ONG Ação Educativa, Diretor Regional da ABONG – Associação Brasileira de ONGs no Estado de São Paulo e membro do Conselho Consultivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

1 Adotada pela 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris, 2 de novembro de 2001

2 Criado pelo Decreto 91144 de 15 de março de 1985 pelo então presidente interino José Sarney. Até aquela data a área da cultura estava incorporada ao Ministério da Educação.

dade com a criação da Lei de Incentivo à Cultura de 1991, que leva seu nome. Esta iniciativa, até a chegada do Governo Lula, marcou o panorama da cultura no Brasil, cristalizando a anti-política e financiando com recursos públicos, por meio de renúncia fiscal, a política de marketing de grandes empresas nacionais e internacionais.

A dança das cadeiras no Minc nos dez primeiros anos da redemocratização deu lugar a uma contrastante estabilidade nos últimos 11 anos. De 1995 até agora, apenas dois ministros responderam pelo órgão: Francisco Weffort e Gilberto Gil. Professor da USP, Weffort foi fundador e secretário geral do PT na década de 1980, transferindo-se posteriormente para o PSDB. Ficou no Ministério durante toda a gestão tucana. Oito anos no poder e nada de significativo fez para a cultura no Brasil. Mesmo a chamada retomada do Cinema Nacional, cujo marco é o filme *Carlota Joaquina* de Carla Camuratti, em 1994, teve como âncora o forte investimento das grandes empresas que perceberam o quanto era vantajosa a Lei Rouanet.

O ministro Gilberto Gil assumiu o cargo, segundo alguns, se convidando. Quadro do PV, causou muito mal-estar nas hostes petistas. Velhos militantes da cultura, como os atores Sérgio Mambert e Paulo Betti, entre outros ligados ao PT, sentiram-se preteridos. Gil falou que seria ministro antes mesmo de o Lula anunciar, tornando sua nomeação quase um fato consumado. Depois do anúncio declarou que teria que continuar com suas atividades artísticas porque o salário de ministro era muito baixo. Mensagens circularam pela internet propondo um movimento contrário à nomeação de Gil. Os meses que antecederam a posse e todo o primeiro ano de mandato de Gilberto Gil à frente do Minc foram marcados por protestos e descrença quanto a gestão do tropicalista.

Único artista entre os 12 ocupantes do Minc nesses 21 anos de existência do órgão, Gil enfim surpreendeu e encerra seu mandato com amplo reconhecimento dos esforços empreendidos e da perspectiva adotada por sua gestão. Sua capacidade foi colocada à prova e revelou que sua vocação administrativa ainda pulsa, mais de 40 anos após ter se formado em administração de empresas. Gil construiu unidade política no Ministério, incorporando quadros de vários partidos, artistas e intelectuais. Realizou, pela primeira vez, uma Conferência Nacional de Cultura e com sua liderança viu aprovado pela Unesco o Samba de Roda do Recôncavo Baiano como Patrimônio da Humanidade³. Fiel à sua característica pessoal e alma de artista, por onde andou subiu no palco. Até no Plenário da ONU cantou e botou os diplomatas para dançar. A juízo de muitos, puro oportunismo. Mas o fato é que Gil termina seu mandato tendo cumprido uma importante missão. Ele reinventou o Ministério da Cultura.

³ Até então somente o artesanato dos Índios waiãpis, do Amapá haviam recebido este título.

O Lado A da Política de Cultura

O grande mérito da atual gestão do Ministério da Cultura é a busca por estabelecer uma política baseada na *Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural* da UNESCO⁴. Este documento consagra a diversidade cultural como patrimônio da humanidade. Traduzir esse preceito no Brasil significa a obrigação do Estado em afirmar as culturas que estão submersas, e que se expressam apenas como “folclore” ou arte exótica. Cadê a cultura das centenas de comunidades quilombolas? Cadê a dança, os mitos, a lígua dos mais de 200 povos indígenas? Cadê a cultura caipira? E o Movimento Hip Hop nas periferias dos centros urbanos? Esse é o chamado que emerge quando se fala em diversidade cultural. É a cultura como dimensão do processo civilizatório e não apenas manifestação artística; não apenas como produto de exibição.

O documento da Unesco afirma ainda a “diversidade cultural como imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade à pessoa humana”. Prega o pluralismo ressaltando a necessidade de interação e convivência entre culturas, ampliando as possibilidades de escolha e assim contribuir para o desenvolvimento “intelectual, afetivo, moral e espiritual” das pessoas. “Toda a criação só atinge seu pleno desenvolvimento quando entra em contato com outras”, acentua a Declaração que acrescenta ainda: é preciso garantir que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecer. Isso significa também o acesso às mídias e todas as formas de circulação de idéias. “Bens e serviços culturais que, à medida que são portadores de identidades, valores e sentidos não devem ser considerados mercadorias, como as demais”, conclui o documento.

Em sintonia com a Declaração da Unesco, o Minc desenhou sua atuação baseada em três estratégias: *produção simbólica*, com ações de estímulo à produção cultural; *direito e cidadania*, acentuando a dimensão social da cultura em projetos de inclusão e a *economia*, entendendo que há uma indústria da criatividade que movimentam economicamente a sociedade. O êxito desta política depende em grande medida da efetivação do Sistema Nacional de Cultura - SNC, pretensiosa meta que visa integrar os estados e municípios na proposição e execução de políticas. Caberá a este SNC a implementação do Plano Nacional de Cultura. Igualmente pretensiosa é a criação de câmaras setoriais de cultura que agrupam por segmento (teatro, dança, cinema, circo social, etc) as questões mais específicas. Para dar substância a essa política e estimular a formação do SNC foram realizadas as conferências municipais, estaduais e nacional de cultura, mobilizando, segundo o governo, 60 mil pessoas em todo o País.

Muito dessa política, que é inovadora e inverte prioridades até então cristalizadas no

⁴ Adotada pela 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris, 2 de novembro de 2001

Minc, ainda está em desenvolvimento e seus resultados precisam ser apurados com rigor posteriormente. Entretanto, o Programa Cultura Viva, ação que incide diretamente sobre os três aspectos da estratégia adotada por Gilberto Gil, sobretudo o primeiro e o segundo, vem mostrando resultados muito importantes e tem sido a principal vitrine do Ministério nesta gestão.

O Cultura Viva é o programa do ministério responsável pelos *Pontos de Cultura*, “uma rede de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criativas”. Concebido em parceria com os ministérios das Comunicações e do Trabalho, o *Ponto de Cultura* visa dinamizar a cultura numa determinada localidade que pode ser um bairro programas de intermediação de mão-de-obra do Ministério de Trabalho, repassando-lhes bolsa-auxílio. Cabe ao Ministério das Comunicações apoio na montagem e manutenção de pólos multimídia de recepção e transmissão, criando assim uma conexão virtual entre os pontos de cultura de todo o Brasil.

No primeiro edital dos Pontos de Cultura, publicado em julho de 2004, 100 projetos foram contemplados. O volume de recursos destinados aos pontos foi de R\$ 15 milhões. A iniciativa provocou um grande entusiasmo e mobilizou agentes culturais em todo o Brasil, revelando o tamanho da demanda reprimida. Novo edital em 2005 ampliou o atendimento e em 2006 realizou-se a Prêmio Cultura Viva, que teve entre seus finalistas muitos desses pontos de cultura. Também neste ano aconteceu em abril a Teia da Cultura, grande mostra de cultura brasileira tendo como base a produção dos pontos de cultura. Com este evento ficou também muito evidente o quanto o movimento da economia solidária está presente na produção desses grupos e a partir daí a interlocução dos pontos com o Ministério do Trabalho passou a ser intensa com a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão coordenado pelo economista Paul Singer.

Os Pontos de Cultura constituem um grande esforço no sentido de fazer valer os preceitos das recomendações da Unesco e é um dos principais êxitos do governo Lula na Cultura. É a evidência de que pode se fazer política pública de cultura com alcance e forte impacto social. A iniciativa pode e deve ser ampliada. Mas ela deve também se conectar com iniciativas semelhantes existentes nos municípios e estados, como é o caso do VAI⁵ e da Lei de Fomento ao Teatro na Cidade de São Paulo. Nesse sentido, a idéia do Sistema Nacional de Cultura será decisiva. A parceria com os Ministérios do Trabalho e Comunicações deve ser fortalecida e seria muito bem-vinda a participação do Ministério da Educação.

5 VAI – Valorização de Iniciativas Culturais, Programa de apoio a projetos de indivíduos e grupos de periferia. Com investimento de R\$ 15.000,00 contempla 70 projetos por ano. Lei de Fomento ao Teatro beneficia companhias de teatro e não espetáculos. Estimula a recuperação de teatros e sua inserção na comunidade. O recurso está em torno de R\$ 120.000,00 por projeto.

O Lado B da Política de Cultura

Adotar uma política de cultura baseada nos princípios da Unesco, coloca em xeque os poderes estabelecidos. Jamais o Minc terá pleno êxito atuando isoladamente. Naquilo que lhe coube defender, o órgão foi persistente. Defrontou-se com grupos ligados à indústria cinematográfica e teatral (se é que se pode dizer que há uma indústria do cinema e do teatro no Brasil), que, tradicionalmente, abocanha a maior parte do volume de recursos provenientes da renúncia fiscal e de patrocínios das empresas estatais. Pouco mudou o quadro até o momento, é verdade, mas o confronto já tem em si o mérito de expor as contradições em jogo.

A Lei de Incentivo à Cultura, definitivamente, não é política pública. Além de promover a cultura de mercado com dinheiro público, sua execução criou grupos de interesse fortemente articulados. Especialistas estimam que nos 15 anos de existência da Lei, 70% dos recursos se concentraram em projetos de um pequeno grupo de produtores do eixo Rio- São Paulo.

A Lei Rouanet precisa ser reformada ou mesmo transformada. Nesse sentido, o Minc ficou devendo. Não podemos nos satisfazer com a bela inicitiva dos *Pontos de Cultura* e não mudarmos essa política. Veja um exemplo. A CIE Brasil captou R\$ 9,4 milhões com a Lei Rouanet para a temporada brasileira do *Cique du Soleil*. Com esse recurso é possível financiar cerca de 60 pontos de cultura. E o pior: o ingresso mais barato do espetáculo em São Paulo foi de R\$ 150,00. Cadê a contrapartida?

Outro dilema da atual gestão é a fraqueza política do Minc. Muito do que o Ministério conseguiu realizar se deve à liderança e visão de Gilberto Gil. Sua popularidade contribui muito para a realização dos projetos. Ainda que não ajudasse em nada, pelo menos Gil sempre foi ouvido por quem manda no Governo, a começar pelo próprio presidente Lula. Mas seu brilho não foi suficiente para ter uma efetiva participação nas questões ligadas aos conteúdos e veiculação da TV Brasileira, por exemplo. Toda a discussão da TV Digital passou sem que o Ministério da Cultura pudesse ter voz ativa, como determina a resolução da Conferência Nacional de Cultura que em uma de suas principais propostas, exige a participação da sociedade na elaboração de leis e controle dos meios de comunicação de massa.

Completa o Lado B do Ministério a questão do orçamento. Fazer política com um orçamento de R\$ 560 milhões realmente é muito complicado. Isso corresponde a 0,5% do orçamento total da União que, todavia, reserva 4,5% para o superávit primário. Somente o Sesc de São Paulo dispõe de um orçamento de R\$ 300 milhões. Não por um acaso, alguns dizem que o Sesc é o verdadeiro Ministério da Cultura do Brasil. Há uma perspectiva de elevação para 0,6% para o ano 2007, mas mesmo assim continua irrisório. A Unesco recomenda 1% e a Conferência Nacional de Cultura estabeleceu 2%

como o ideal. Cabe aqui o registro da necessidade de se estabelecer uma profunda discussão sobre fundos públicos. Na perspectiva de integração das políticas municipais, estaduais e nacional de cultura, poderia se pensar numa gestão compartilhada de recursos e uma ação conjunta de secretários com o Ministério para fazer pressão política.

Devemos estar vigilantes para que se avance na construção de uma política de cultura que contemple a diversidade cultural, a liberdade de expressão, a interação, enfim, a cultura como direito humano.

Além da ausência de políticas efetivas para o desenvolvimento das diversas formas de comunicação comunitária, o governo Lula, em seu primeiro mandato, realizou a proeza de bater o recorde de fechamento de rádios comunitárias. No primeiro semestre de 2006, foram fechadas, em média, 10 rádios comunitárias por dia, totalizando 1.800 lacres de janeiro a junho deste ano. Emissoras cujo trabalho social é referência em todo o Brasil – como as rádios Laúza (BA), Novo Ar (RJ), Heliópolis (SP) e Alternativa (RN) – foram fechadas de forma arbitrária e truculenta, com suas lideranças sendo vítimas de perseguição política, materializada na forma de processos judiciais que criminalizam aqueles que se dispõem a exercer, na prática, o direito à comunicação. Simultaneamente – e em oposição à velocidade e eficiência no fechamento das rádios – continua imperando a morosidade burocrática na avaliação dos pedidos das comunidades: mais de 8.180 solicitações de autorização sequer foram analisadas e mais de 1.800 estão paradas em algum gabinete do Ministério das Comunicações.

Direito Humano à Comunicação: reconhecimento cresce, mas violações permanecem a regra

*Diogo Moyses e Cristina Charão**

Pouco ou quase nada mudou no campo das comunicações em 2006. As violações do direito humano à comunicação no Brasil permanecem constantes, sendo antes a regra do que a exceção. No início deste século, ao contrário da maioria dos outros direitos humanos, o exercício e a fruição de uma comunicação livre, baseada no interesse público, onde todas as pessoas e grupos sociais tenham direito a participar da produção e difusão de informação, ainda são desprezados pelos poderes do Estado brasileiro.

* *Diogo Moyses e Cristina Charão são membros do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social*

Apesar de um quadro amplamente negativo, com retrocessos políticos e manutenção dos privilégios das oligarquias da mídia nacional, de 2004 a 2006¹ houve um avanço sensível na primeira e imprescindível etapa para a garantia e efetivação do direito à comunicação: o reconhecimento, por parte de organizações sociais – e também, de maneira difusa, pelo conjunto da sociedade –, de que a comunicação é objeto de exercício e fruição de direitos humanos. Movimentos sociais e organizações não-governamentais passam, de forma lenta, mas crescente, a incorporar a democratização da comunicação e da cultura como pauta de suas reivindicações. Hoje, não só associações e sindicatos ligados aos profissionais de mídia, mas segmentos que lutam pela garantia de outros direitos humanos, despertam para a necessidade de, conjuntamente, enfrentar o desafio de avançar no processo de democratização das comunicações e, conseqüentemente, da própria sociedade².

O avanço, entretanto, ainda é insuficiente para reverter o profundo processo de privatização pelo qual passou o campo das comunicações no Brasil. Ao contrário da maioria dos países do mundo (e certamente dos países do Hemisfério Norte), a mídia de massa, por aqui, nasceu privada, com fins-lucrativos, e manteve-se baseada em monopólios desde então. Ainda hoje, uma única empresa, as Organizações Globo, – com seus diversos veículos em TV, rádio, mídia impressa e Internet – concentra 60% da audiência televisiva e 75% da verba publicitária do país.

Atualmente, facilitado pela convergência tecnológica, o processo de concentração do setor econômico ligado ao campo da comunicação e da cultura acelera-se. Ao mesmo tempo, enquanto se consolida a lógica de que todas as relações sociais devem ser reguladas pelo mercado, a informação e o controle de sua circulação passam a ser o bem mais valioso da economia contemporânea e, portanto, fenômeno central do capitalismo.

Neste cenário, as oligarquias da mídia nacional usam todas as ferramentas disponíveis (de chantagem política, principalmente) para fazer frente ao poder financeiro dos grandes conglomerados internacionais do setor. Especificamente, avizinha-se uma disputa acirrada entre o setor de telecomunicações (dominados, desde a privatização do Sistema Telebrás, por grandes players do capitalismo internacional) e o de radiodifusão (com todo o poder acumulado por décadas de relação promíscua com o Estado brasileiro) por uma nova regulamentação do setor.

O desastre da TV Digital

Em 2005 e 2006, anos finais do primeiro mandato do governo Lula, a principal disputa no campo das comunicações girou em torno do Sistema Brasileiro de TV

1 Em 2005 o tema da comunicação não esteve presente neste relatório, por isso a menção ao período de 2004 a 2006.

2 Um exemplo emblemático dessa apropriação do tema da comunicação por outros movimentos é o Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em agosto de 2005 em Brasília, cujo tema central foi justamente o direito humano à comunicação.

Digital (SBTVD). Concebido em 2003 como um instrumento de inclusão social, democratização da comunicação e desenvolvimento da ciência e tecnologia nacional, o SBTVD sofreu um forte golpe com a nomeação de Hélio Costa, ex-funcionário das Organizações Globo e conhecido lobista dos radiodifusores no Congresso, para comandar o Ministério das Comunicações, em julho de 2005.

Em pouco tempo, Costa acabou sumariamente com os espaços de interlocução com a sociedade civil e passou a defender intensamente, dentro e fora do governo, as principais reivindicações dos controladores da Rede Globo, a família Marinho, em relação à TV digital: a adoção do padrão japonês e a concessão de mais uma fatia no espectro de frequências, por onde trafegam as ondas da televisão, aos atuais concessionários.

Sem qualquer política para democratizar o principal meio de comunicação do país³, o governo federal, por ora, sucumbe à pressão dos radiodifusores, desperdiçando uma oportunidade histórica para avançar rumo à superação das profundas desigualdades no acesso aos meios de produção e difusão de conteúdo no país. Mais do que isso, com a publicação do Decreto 5.820/06, o governo consolidou um fato antes conhecido, mas nunca legalizado: a posse do espectro de frequências, bem público por natureza, pelas empresas de comunicação. Para que isso fosse possível, enterrou as pesquisas nacionais e cometeu ilegalidades flagrantes, inclusive com violações à Constituição Federal. E, nesse quadro, distanciou-se o horizonte de um maior equilíbrio na ocupação do espaço televisivo, da diversificação da produção audiovisual e da inclusão social de milhares de brasileiros através desta nova tecnologia.

Criminalização das Rádios Comunitárias

Além da ausência de políticas efetivas para o desenvolvimento das diversas formas de comunicação comunitária, o governo Lula, em seu primeiro mandato, realizou a proeza de bater o recorde de fechamento de rádios comunitárias. No primeiro semestre de 2006, foram fechadas, em média, 10 rádios comunitárias por dia, totalizando 1.800 lacres de janeiro a junho deste ano.

Emissoras cujo trabalho social é referência em todo o Brasil – como as rádios Laúza (BA), Novo Ar (RJ), Heliópolis (SP) e Alternativa (RN) – foram fechadas de forma arbitrária e truculenta, com suas lideranças sendo vítimas de perseguição política, materializada na forma de processos judiciais que criminalizam aqueles que se dispõem a exercer, na prática, o direito à comunicação.

Simultaneamente – e em oposição à velocidade e eficiência no fechamento das rádios – continua imperando a morosidade burocrática na avaliação dos pedidos das

3 A centralidade da TV, no Brasil, se evidencia em números: enquanto só 8% da população lê jornal e 13,9% tem acesso à Internet, a televisão está presente em quase 100% das casas brasileiras, mais do que o número de residências que possuem geladeiras.

comunidades: mais de 8.180 solicitações de autorização sequer foram analisadas e mais de 1.800 estão paradas em algum gabinete do Ministério das Comunicações.

Comparativamente, o governo Lula autorizou 23 rádios por mês, ante 42 na gestão FHC. E, das emissoras autorizadas no governo atual, mais de 70% têm algum tipo de apadrinhamento político, evidenciando o filtro político dos chamados “avisos de habilitação”, em que o ministro das Comunicações é quem decide qual cidade ou região poderá, ou não, ter uma rádio comunitária. Inversamente, dos pedidos arquivados, 80% são justificados em função de problemas burocráticos, que na maioria das vezes nem são comunicados aos titulares da solicitação⁴.

Do ponto de vista legislativo, não houve, nem há, alterações à vista. Apesar de ter sido criado um Grupo de Trabalho Interministerial, que sugeriu uma série de modificações na Lei de Radiodifusão Comunitária, as normas jurídicas que regem a comunicação comunitária seguem restringindo o exercício dessa modalidade de radiodifusão. Além de limitar o espaço cedido no espectro a uma única rádio comunitária por localidade e de restringir sua potência e alcance, as rádios não são amparadas por nenhuma política de financiamento. Mais do que isso, a legislação vigente protege outras emissoras da possível invasão de suas frequências por rádios comunitárias, mas permanece sem dar qualquer garantia às comunitárias que sofrem interferência de outras emissoras, mesmo que estas já sejam autorizadas pelo governo. Uma esquizofrenia que evidencia quão desfavorável à prática da radiodifusão comunitária é a legislação do país.

Inclusão (ou exclusão) Digital

Apesar do pequeno aumento no número de pessoas que têm acesso às novas tecnologias e, conseqüentemente, à Internet, o país segue com um índice de exclusão digital que traduz de forma bastante clara o abismo que separa pobres e ricos no Brasil. Em 2006, enquanto alguns países já haviam universalizado o acesso à rede mundial de computadores, dados do Comitê Gestor da Internet (CGIBr) mostram que a imensa maioria da população brasileira nunca a acessou uma única vez na vida. Somente 33,3% dos brasileiros já tiveram contato com a Internet pelo menos uma vez na vida, enquanto 66,7% nunca a acessaram. Entre os mais ricos, 95% já acessaram a rede, mas, entre os mais pobres, esse número cai para assustadores 12,2%.

O acesso residencial é outro índice que revela a maciça exclusão do direito de uso das tecnologias de informação e comunicação. Hoje, mais de 85% da população não têm acesso à Internet em suas casas. Entretanto, entre os mais ricos, 81,5% acessam a rede de suas residências. Já entre os mais pobres (classes D e E), somente 1,6% têm contato com a rede mundial de computadores de suas residências.

⁴ Fonte: Cristiano Aguiar Lopes (consultor técnico da Câmara dos Deputados).

A desigualdade também se traduz regionalmente. Enquanto 18,74% das residências no Sudeste têm algum tipo de acesso à Internet, este número cai para 6,15% na região Norte e, no Nordeste, para 5,54%. No mesmo Nordeste, 77,6% das pessoas nunca navegaram na Internet, independentemente do local do acesso. O corte em relação à cor da pele também é evidente: entre os brancos, 39% já acessaram a rede. Entre os negros, este número cai para 26,8%, menos que os pardos (28%) e, inclusive, os indígenas (29,9%).

Violação do Direito à Informação

O processo eleitoral no ano de 2006 foi profundamente marcado por uma brutal violação do direito à informação plural. Durante a campanha, a concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucas famílias conservadoras provocou um forte desequilíbrio na circulação de opiniões e idéias em relação às diferentes candidaturas.

Especialmente nas semanas anteriores ao primeiro turno das eleições, tanto as emissoras de televisão quanto os jornais e revistas de maior circulação buscaram induzir os eleitores a uma avaliação negativa da candidatura do governo e, em oposição, o candidato mais identificado com as elites foi exposto de maneira amplamente favorável⁵.

No conjunto dos cinco principais jornais do país, o candidato Lula obteve um percentual negativo de visibilidade sempre maior do que positivo. Nas últimas sete semanas que antecederam a votação do primeiro turno, do total de reportagens sobre a candidatura Lula, o percentual de exposição negativa se manteve sempre acima de 50%, sendo o restante dividido entre as menções neutras e positivas. A situação inversa aconteceu com a candidatura Alckmin.

O ápice da tentativa de induzir os eleitores aconteceu às vésperas do primeiro turno das eleições, com a divulgação de fotos do dinheiro apreendido dias antes com membros do Partido dos Trabalhadores, que supostamente seria usado para a compra de um dossiê contra candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira. Para além do efeito eleitoral da divulgação destas imagens, os principais meios de comunicação omitiram de forma coordenada uma informação vital para a compreensão do episódio: as fotos foram entregues a jornalistas por um delegado da Polícia Federal, em desobediência a uma ordem superior (de sigilo nas investigações) e a partir de um Boletim de Ocorrência forjado para justificar a falta do documento em seu escritório. E, ao não registrar a irregularidade do “vazamento” das fotos, os veículos fraudaram a ética e o compromisso com a verdade, em nome de interesses políticos-partidários.

Episódios como este repetem-se ano a ano – nacional ou regionalmente –, em uma violação sistemática do direito da população à informação plural. E, enquanto inexistirem

⁵ É o que se pode concluir a partir dos dados levantados pelo Observatório Brasileiro de Mídia - <http://www.observatoriodemidia.org.br/> - acerca do trabalho da imprensa nas Eleições 2006.

políticas públicas que garantam a democratização dos meios de comunicação, que instiguem um Sistema Público de Comunicação e mecanismos que promovam o controle público da mídia, tais violações continuarão sendo a regra nas comunicações brasileiras.

Controle Público da mídia: uma iniciativa inédita

Boa parte dos problemas no campo das comunicações reside na ausência de mecanismos de controle público da mídia. O resultado dessa distorção da democracia brasileira é o abuso da liberdade de expressão, que se materializa na violação dos direitos humanos, na reprodução de preconceitos e no desrespeito às minorias por boa parte dos veículos de massa.

Um exemplo de que é possível reverter este quadro de abusos aconteceu entre os dias 12 de dezembro de 2005 e 20 de janeiro de 2006. Neste período, a Rede TV! (uma das maiores redes comerciais nacionais de televisão do Brasil) foi obrigada a levar ao ar 30 programas educativos, de promoção dos direitos humanos, no lugar do programa Tarde Quente. A ocupação da emissora foi resultado de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, com o apoio de seis entidades da sociedade civil⁶, contra a violação de direitos humanos praticada pelo programa do apresentador João Kleber.

A exibição do Direitos de Resposta – esse foi o nome que recebeu o novo programa – foi definida em um acordo judicial firmado depois que a emissora se recusou a cumprir uma liminar da Justiça e teve o sinal cortado e os transmissores lacrados (como acontece diariamente com dezenas de radiodifusores comunitários que não conseguem obter uma concessão do Ministério das Comunicações). Para reaver o sinal de transmissão, a Rede TV! aceitou pagar R\$ 200 mil para o financiamento dos programas e garantir sua exibição no horário antes reservado ao programa violador. Também foi multada e obrigada a pagar R\$ 400 mil para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, além de se comprometer a readaptar sua grade de programação de acordo com a classificação feita pelo Ministério da Justiça, o que não ocorria antes.

Foi certamente um fato inédito na história da TV brasileira. Pela primeira vez, em quase 60 anos de funcionamento da televisão no país, os setores que se sentem discriminados pela grande mídia ocuparam um espaço nobre na TV aberta, conquistado por uma ação organizada pela própria sociedade.

O programa Direitos de Resposta foi construído não só pelas mãos e mentes dos diretamente envolvidos, mas também por organizações, movimentos sociais, produtores independentes, TVs públicas, comunitárias e universitárias que produzem conteúdo

⁶ As entidades promotoras da Ação junto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo são Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual (ABCDS), Associação da Parada do Orgulho dos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo, Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo (AIESSP), Centro de Direitos Humanos (CDH), Identidade - Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual, e Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

em vídeo relacionados à temática dos direitos humanos e, muitas vezes, têm a possibilidade de veiculação limitada.

Ainda há muito a avançar. Entretanto, o caso Direitos de Resposta abriu um importante precedente. Ele não é o fim de um processo, mas uma nova porta que se abriu na luta por uma mídia mais democrática.

Direito à Cultura e ao Conhecimento

O ano de 2006 marca também a primeira grande ofensiva da indústria fonográfica norte-americana para criminalizar brasileiros que usam a Internet para trocar arquivos de músicas. Através de associação internacional, os grandes estúdios prometem acionar judicialmente pessoas que sejam identificadas ao “baixarem” estes arquivos pela rede. Tais ações buscam consolidar, por meio do Poder Judiciário, uma violação ao direito constitucional à privacidade, aos direitos do consumidor, ao acesso ao conhecimento e à cultura. Contribuem, assim, para uma interpretação ainda mais restritiva da já inadequada lei de direito autoral no Brasil, que é incompatível com os desenvolvimentos tecnológicos recentes e acaba por transformar qualquer usuário da Internet em um potencial criminoso e infrator de direitos.

Capítulo IV
POLÍTICAS INTERNACIONAIS
E DIREITOS HUMANOS



Encerramento do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre

Na prática, poucos dos 149 países membros da OMC participam efetivamente das negociações. A maioria dos governos não tem condições de manter representantes em Genebra, onde está localizada a sede da OMC. Além disso, existem outros mecanismos de exclusão, como a criação do grupo de países “mais interessados” ou G6, que realiza reuniões fechadas para tentar impor suas posições. Participam deste grupo Estados Unidos, União Européia, Japão, Austrália, Brasil e Índia. Muitas políticas propostas no âmbito da OMC têm sido implementadas através de acordos comerciais bilaterais ou regionais e de medidas impostas por instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Porém, o avanço da Rodada de Doha poderia significar a perpetuação e o aprofundamento de políticas que dificultam cada vez mais a habilidade dos países optarem por um modelo de desenvolvimento baseado nos interesses nacionais e na autodeterminação dos povos. Apesar do discurso sobre “desenvolvimento”, as políticas defendidas no âmbito da OMC baseiam-se na desregulamentação de setores estratégicos que, ao longo da história, garantiram o bem estar de muitas sociedades.

A Vitória dos Povos na OMC

*Maria Luisa Mendonça**

Apesar da insistência de alguns países em salvar as negociações da chamada Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), não foi possível chegar a um acordo. A última tentativa ocorreu dia 24 de julho em Genebra, quando o próprio diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, recomendou a suspensão das negociações. O ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, foi mais enfático ao declarar que a rodada de Doha “está entre a terapia intensiva e o crematório”.

* *Maria Luisa Mendonça é jornalista e membro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.*

Esta fase das negociações teve início em 2001, na cidade de Doha, capital do Catar, e deveria ser concluída em 2004. Porém, mesmo antes desse período, a OMC já sofria de uma falta de legitimidade praticamente crônica. Este tipo de impasse vem ocorrendo desde o fracasso da Rodada do Milênio, marcada por grandes protestos em Seattle (EUA), em novembro de 1999.

Depois de Seattle, a OMC teve dificuldades até mesmo para encontrar um lugar ‘seguro’ para suas reuniões, diante das grandes mobilizações da sociedade. Por essa razão, a cúpula ministerial de 2001 foi realizada no Catar, um pequeno país no Golfo Pérsico, onde os protestos poderiam ser facilmente reprimidos.

Em 2003, o resultado da reunião ministerial da OMC em Cancun, México, foi considerado um fracasso por setores conservadores e um sucesso por movimentos sociais. O lema das organizações que prepararam os protestos era “tirar a OMC dos trilhos”—o que realmente ocorreu.

Em todas as situações de impasse na OMC, verificam-se os mesmos motivos. Os países industrializados não aceitam regras justas e os países periféricos resistem em pontos estratégicos da negociação. Outro elemento fundamental é a visibilidade dos movimentos de oposição à OMC, que além das mobilizações também produzem estudos críticos sobre seus impactos.

Desde o início das negociações da Rodada do Uruguai, em 1995, a OMC tem funcionado como um poder legislativo global, com o objetivo de favorecer grandes empresas através da imposição de uma série de regras para a abertura de mercados, em detrimento de direitos fundamentais como trabalho, saúde, educação, proteção ao meio-ambiente e soberania alimentar.

Muitas políticas propostas no âmbito da OMC têm sido implementadas através de acordos comerciais bilaterais ou regionais e de medidas impostas por instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Porém, o avanço da Rodada de Doha poderia significar a perpetuação e o aprofundamento de políticas que dificultam cada vez mais a habilidade dos países optarem por um modelo de desenvolvimento baseado nos interesses nacionais e na autodeterminação dos povos. Apesar do discurso sobre “desenvolvimento”, as políticas defendidas no âmbito da OMC baseiam-se na desregulamentação de setores estratégicos que, ao longo da história, garantiram o bem estar de muitas sociedades.

O fracasso da Rodada de Doha deve servir para desmistificar algumas características da OMC. Uma delas é a própria idéia da OMC como instituição que promove o “livre comércio”. Na verdade, o principal papel da OMC é estabelecer mecanismos de controle do mercado mundial, através da imposição de regras restritas que podem inviabilizar políticas nacionais de desenvolvimento, sejam agrícolas ou industriais.

Outro mito é o suposto caráter multilateral da OMC. Diante da recente suspensão das negociações, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, afirmou que “Perdemos uma oportunidade muito importante de mostrar que o multilateralismo funciona”.

Mas, na prática, poucos dos 149 países membros da OMC participam efetivamente das negociações. A maioria dos governos não tem condições de manter representantes em Genebra, onde está localizada a sede da OMC. Além disso, existem outros mecanismos de exclusão, como a criação do grupo de países “mais interessados” ou G6, que realiza reuniões fechadas para tentar impor suas posições. Participam deste grupo Estados Unidos, União Européia, Japão, Austrália, Brasil e Índia.

Sob o lema do “livre comércio”, a OMC busca interferir em questões muito mais amplas do que negociações comerciais. Seus acordos incluem a imposição de leis de patente ou “propriedade intelectual” que, entre outras coisas, dificultam o acesso a medicamentos para as populações mais empobrecidas, e favorecem o controle de sementes e biotecnologia por grandes empresas. Os acordos sobre “serviços” defendidos na OMC buscam privatizar direitos básicos como saúde, educação e previdência, além de promover o monopólio privado de setores estratégicos como transporte, correios, água, energia e telecomunicações.

O debate na OMC sobre redução de tarifas de produtos não-agrícolas exclui um elemento importante. Na verdade, para muitos países não-industrializados, tarifas de importação significam fontes importantes de recursos, pois funcionam como impostos cobrados a empresas estrangeiras pelos lucros obtidos nestes mercados. Muitas vezes, estas tarifas representam a maior fonte de investimento destes países em infraestrutura e serviços essenciais. Em relação aos países caracterizados como “emergentes”, ou com alguma estrutura industrial significativa, a proposta de redução de tarifas discutida na OMC pode significar a inviabilidade da continuidade de uma estratégia de desenvolvimento deste setor.

Apesar a difusão constante de diversos “mitos”, a OMC segue enfrentando uma grave crise de credibilidade. Afinal, só há duas possibilidades dos governos chegarem a um acordo: (1) se os países “centrais”, como Estados Unidos e União Européia, abdicassem da proteção de sua indústria, sua agricultura e sua economia; ou (2) se os países “periféricos” aceitassem as imposições da OMC para abdicar de um modelo soberano de desenvolvimento.

Ninguém deve realmente acreditar que a primeira opção irá ocorrer. Em relação à segunda possibilidade, esperamos que os governos de nossos países escutem as manifestações da sociedade.

O primeiro diagnóstico abrangente sobre os programas do Banco Mundial para o campo no Brasil revela que 35% das famílias investigadas não tiveram oportunidade de escolha da sua terra. Esse percentual sobe para 51% entre as famílias em contrato coletivo e para 52% entre as famílias que ingressaram no programa entre os anos de 2003 e 2005. Em relação à negociação para a compra da terra, 41% dos entrevistados revelaram não ter participado deste processo. Este número sobe para 61% quando se trata dos contratos coletivos, que representam a maioria dos projetos do Banco Mundial. Entre as famílias que ingressaram no programa entre 2003 e 2005, 58% não participaram da negociação. Em 50% dos casos, houve substituição das famílias nos lotes, o que significa um alto índice que abandono e rotatividade nestes programas.

Avaliação dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial no Brasil

*Maria Luisa Mendonça **

INTRODUÇÃO

Este artigo traz o primeiro diagnóstico abrangente sobre os programas do Banco Mundial para o campo no Brasil. O estudo foi realizado pela Rede Terra de Pesquisa Popular, constituída por organizações da Via Campesina no Brasil - Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Sem terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), e pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A coordenação técnica do estudo foi realizada pela Criterium Assessoria em Pesquisas.

** Maria Luisa Mendonça é jornalista e membro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*

No levantamento, foram realizadas 1.677 entrevistas. Esta amostra representa um universo de cerca de 60 mil famílias. A pesquisa abrange os programas Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e Nossa Primeira Terra, durante o período de 1997 a 2005.

Os projetos do Banco Mundial se contrapõem à reforma agrária baseada na função social da propriedade, como determina a Constituição brasileira. Esta política promove a compra e venda “negociada” da terra ou a contra-reforma agrária.

A Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial

O Banco Mundial tem sido alvo de denúncias de movimentos sociais em todo o mundo, que protestam contra os impactos das políticas e da ideologia dessa instituição, que promove a expansão do neoliberalismo.

Sob o pretexto de “ajuda econômica”, o Banco Mundial influencia a concepção de desenvolvimento e as políticas econômicas dos países periféricos. Na medida em que o Banco exige uma contrapartida dos governos, o orçamento do Estado fica comprometido com o financiamento de seus projetos.

Essa política tem se refletido no meio rural, onde o Banco Mundial concentra seus programas, promovendo a privatização do território através das regras do mercado. De acordo com essa concepção, os camponeses devem buscar a “eficiência” nos moldes de um modelo integrado ao agronegócio.

Nas últimas décadas, foi construída em diversas partes do mundo a idéia de que o território rural não era significativo para o desenvolvimento. Os processos de êxodo rural se baseiam na imagem dos centros urbanos como os principais geradores de renda e de oportunidades econômicas.

Porém, as maiores regiões concentradoras de recursos naturais—como água, terra, minério e biodiversidade—estão no meio rural e passaram a ser o centro das políticas de agências financeiras multilaterais, especialmente do Banco Mundial. Não é aleatório que, hoje, os principais projetos do Banco estejam voltados para o campo.

No Brasil, a ideologia do Banco passou a ter maior impacto no governo FHC, que estabeleceu uma política agrária denominada “Novo Mundo Rural”, centrada basicamente em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra enquanto uma política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”, o que significa a compra e venda negociadas da terra.

Durante o governo FHC, o Banco Mundial iniciou três programas que inauguravam uma trajetória de acesso à terra e uma concepção de desenvolvimento rural: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Esses progra-

mas beneficiam o latifúndio improdutivo com o pagamento à vista da terra, com a aquisição de terras devolutas, muitas de má qualidade e com preço inflacionado. As associações criadas para a compra das áreas são muitas vezes organizadas pelos próprios latifundiários, sendo que diversas terras adquiridas poderiam ser passíveis de desapropriação.

Por outro lado, as condições desses projetos impossibilitam o pagamento dos empréstimos pelos trabalhadores rurais e inviabilizam a produção até mesmo para a subsistência das famílias.

Com o início do governo Lula, o conjunto dos movimentos sociais do campo depositou suas esperanças na reversão desse processo. A expectativa era de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como uma forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento.

Ao contrário, o que assistimos foi a continuidade das políticas do Banco Mundial para o meio rural. Em novembro de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário anunciou o “Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”. Uma das principais metas do plano, com a previsão de atingir 130.000 famílias, foi a continuidade do programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que segue a lógica do “mercado de terras”. Esse projeto enfraquece o Estado nas suas atribuições, concorre com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária baseada na função social da terra e legitima as oligarquias rurais.

DADOS SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Universo : Famílias participantes dos programas de Crédito Fundiário do Banco Mundial.

Respondentes: Proprietários ou responsáveis pelas terras financiadas pelos programas do Banco Mundial.

Amostra : 1.677 entrevistas em 161 municípios, em 13 estados da Federação:

Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Esta amostra representa um universo de cerca de 60 mil famílias.

Notas:

1) Nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em que o contrato é individual, foram feitas 292 entrevistas (118 em SC e 174 no RS), em 40 municípios (16 de SC, e 24 do RS). Nos outros estados, onde os contratos são coletivos e feitos através de associações, foram realizadas 1.385 entrevistas em 121 municípios.

Desenho Amostral: Amostragem probabilística estratificada por estado.

Margem de erro: ± 4 pontos percentuais, para mais ou para menos, para os resultados do conjunto da amostra, com intervalo de confiança de 95%.

Data da coleta dos dados: Julho a dezembro de 2005.

Principais resultados no site: http://www.social.org.br/cartaz_final_rede_color.pdf

A OBTENÇÃO DA TERRA

A pesquisa revela que 35% das famílias investigadas não tiveram oportunidade de escolha da sua terra. Esse percentual sobe para 51% entre as famílias em contrato coletivo e para 52% entre as famílias que ingressaram no programa entre os anos de 2003 e 2005.

Em relação à negociação para a compra da terra, 41% dos entrevistados revelaram não ter participado deste processo. Este número sobe para 61% quando se trata dos contratos coletivos, que representam a maioria dos projetos do Banco Mundial. Entre as famílias que ingressaram no programa entre 2003 e 2005, 58% não participaram da negociação.

Em 50% dos casos, houve substituição das famílias nos lotes, o que significa um alto índice de abandono e rotatividade nestes programas.

O CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA TERRA

Apenas 53% dos entrevistados afirmaram ter recebido uma cópia do contrato de compra e venda de sua terra. Apenas 36% leram o conteúdo do contrato; 15%, apesar de terem recebido, não o leram.

Entre os entrevistados que participam de projetos coletivos, através de associações, somente 31% tiveram acesso ao contrato.

42% dos entrevistados não souberam responder quais as penalidades previstas em contrato caso não consigam honrar o compromisso com o banco. Entre as famílias com contrato coletivo, este número sobe para 48%.

Mais de um terço dos entrevistados (36%) não sabem em quantas prestações financiaram suas terras: 26% admitiram que não sabem, 7% não lembram e 3% dão respostas erradas quanto ao total de prestações previstas no contrato. Entre as famílias com contratos coletivos, 50% desconhecem o número de prestações.

A grande maioria dos entrevistados (81%) desconhece as taxas de juros cobradas nos financiamentos: 51% admitem que não sabem, 11% não lembram e 19% citam taxas incorretas. O desconhecimento assumido das taxas de juros é mais acentuado entre os entrevistados com contratos coletivos (64%) e entre os que assinaram o contrato entre 2003 e 2005 (68%).

ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS DA TERRA

Quando à produtividade da terra que compraram, 48% das famílias afirmam ter encontrado terras que estavam totalmente abandonadas. Este número sobe para 56%

entre as famílias com contratos coletivos e que compraram suas terras através de associações. Como nestes casos as áreas compradas possuem grandes extensões (e podem ser caracterizadas como latifúndios), isto significa que estas terras deveriam ter sido desapropriadas para a reforma agrária.

INVESTIMENTOS EM BENFEITORIAS E/ OU PRODUÇÃO

36% das famílias entrevistadas não receberam financiamento para dar início às suas atividades. Entre as famílias com contratos coletivos, apenas 47% receberam algum financiamento.

Quanto à infra-estrutura existente nas áreas pesquisadas, observa-se algumas carências indispensáveis para a manutenção das famílias em suas propriedades. Dentre elas destacam-se a ausência de energia elétrica (20%), de água potável (27%), de escolas ou creches (48%) e de água para produção ou irrigação (74%), a inexistência de postos de saúde (76%), ambulâncias (72%), agentes de saúde (29%) e transporte escolar (22%). Observa-se ainda a falta de assistência técnica especializada: apenas 14% recebem regularmente a visita de algum técnico.

CONHECIMENTO DE DESVIOS DE RECURSOS

Apesar da possível intimidação causada por perguntas sobre desvios de recursos nos projetos, 16% dos entrevistados revelaram conhecer casos de corrupção na negociação da terra e 15% nos projetos de infra-estrutura. Como este tipo de pergunta pode causar intimidação, é possível que o número de casos de corrupção seja ainda maior.

QUALIDADE DE VIDA, APÓS A COMPRA DA TERRA

Além das dificuldades vivenciadas com as carências de investimentos em infra-estrutura, os entrevistados também não conseguem produzir o suficiente para o sustento de suas famílias e muito menos para pagar as prestações do financiamento. Em 46% dos casos, o que a terra produz hoje não supre as necessidades para o sustento das famílias e 47% delas revelam que o que ganham com a produção não é suficiente para pagar as prestações do financiamento.

Nos contratos coletivos, 56% das famílias disseram que o que a terra produz hoje não é suficiente para seu sustento e 54% delas revelam que o que ganham com a produção não é suficiente para pagar as prestações do financiamento.

Apesar do Banco Mundial argumentar que seus projetos promovem o “alívio da pobreza”, 19% das famílias revelaram que passam ou já passaram fome desde que ingressaram no programa. Entre as famílias com contratos coletivos este número sobe

para 26%. Como esta pergunta pode causar constrangimento, principalmente para homens provedores da alimentação da família, podemos deduzir que este número seja ainda maior.

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

A pesquisa mostra que 58% das famílias nunca participaram em nenhuma organização para defender seus direitos. Este dado revela o alto grau de alienação destas famílias, que muitas vezes são enganadas sobre as reais condições do programa. Quando ingressam no projeto, muitas delas não entendem nem mesmo que terão que arcar com uma dívida.

Na busca legítima por um pedaço de terra para viver e trabalhar, estas famílias são enganadas por associações sem legitimidade ou real participação coletiva, ou por propaganda enganosa de órgãos do governo, sindicatos e outros intermediários. Muitas famílias já moravam nas áreas compradas e poderiam reivindicar a posse de suas terras. Mas os próprios fazendeiros organizam estas famílias para obter lucro fácil, vendendo terras ociosas e de má qualidade a preços superfaturados.

Quando a pergunta se refere à disposição para participar em algum movimento para lutar por direitos, 78% respondem positivamente. Isto revela que há disposição da grande maioria das famílias para se organizar.

Apesar de toda a propaganda contrária que estas famílias recebem sobre a reforma agrária, 25% delas admitem que participariam de uma ocupação de terra.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

Muitas famílias que participam do programa dependem de outras fontes de renda para sobreviver. Em muitos casos, trabalham para os latifundiários da região ou recebem algum auxílio dos programas sociais do governo. Isto significa que as famílias que conseguem pagar alguma prestação da terra podem estar utilizando recursos de fontes como aposentadoria, bolsa família, etc.

A maioria das famílias que participam do programa já morava no campo (73%). Porém, um percentual relevante (26%) morava na cidade. Isto significa que, como também se constata na reforma agrária, há hoje no Brasil um setor que tenta fugir dos problemas sociais na cidade (desemprego, falta de moradia, etc.) e vê a conquista de uma terra como opção de vida. Este dado revela a grande demanda por uma ampla reforma agrária no Brasil.

Os/as pesquisadores/as encontraram ainda muitos projetos abandonados. Em muitos casos, a inviabilidade do programa causou o abandono das áreas pelas famílias sem-terra. Em outros casos, a terra foi comprada por pessoas de classe média que vivem na cidade e usam as áreas para fins de recreação ou veraneio.

O Exército e a polícia paraguaios não são os únicos agentes repressivos que os trabalhadores rurais são obrigados a enfrentar. Em 2004, o Ministério do Interior do Paraguai criou os Conselhos de Segurança Cidadã, corpos de segurança formados por cidadãos financiados e armados oficialmente pelo governo com a justificativa de ajudar no combate à criminalidade. No entanto, extra-oficialmente, são abastecidos por grandes fazendeiros. Na prática, estes conselhos funcionam como grupos paramilitares que atuam na defesa do latifúndio criador de gado e produtor de soja. Estes novos corpos de segurança são os principais autores dos despejos, queimas de casas e inclusive estupros de mulheres e assassinatos de dirigentes e integrantes de organizações camponesas. Estima-se que há em todo o país aproximadamente 22 mil homens atuando nos Conselhos de Segurança Cidadã. O Exército paraguaio, por exemplo, mantém entre 8 mil e 12 mil militares.

A militarização no Paraguai e seus impactos no Continente

Igor Ojeda¹

A sociedade paraguaia vem sofrendo, nos últimos anos, um crescente processo de militarização. Os que mais sofrem com tal realidade são os movimentos sociais organizados e seus líderes, principalmente os que atuam no campo.

Entre os dias 16 e 20 de julho de 2006, representantes de diversas entidades de direitos humanos da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, França, México e Uruguai estiveram no Paraguai como integrantes da Visita de Observação Internacio-

¹ Igor Ojeda, jornalista formado pela PUC-SP, é repórter do jornal *Brasil de Fato* e acompanhou a Visita de Observação Internacional ao Paraguai, entre os dias 16 e 20 de julho.

nal, convocada pela Campanha pela Desmilitarização das Américas (Cada), rede hemisférica de organizações contra a militarização do continente. A missão, organizada pelo Serviço Paz e Justiça do Paraguai (Serpaj-Py) e com a participação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, tinha como objetivo verificar denúncias de violações aos direitos humanos, a escalada da militarização no país e investigar a possível relação dessas ações com a assinatura de um convênio militar entre Paraguai e Estados Unidos, promulgado pela lei 2594 em maio de 2005.

Em um informe preliminar elaborado pela missão (o relatório definitivo ainda será lançado), seus integrantes apresentam suas conclusões: “nas entrevistas, as distintas organizações sociais se expressaram, reiteradamente, alarmadas pelo incremento de atividades militares, policiais e paramilitares de diferentes tipos nas zonas rurais, com o resultado de um acumulado de dois mil camponeses processados até o momento, de acordo com as palavras do Presidente do Congresso, Enrique González Quintana, além de despejos, queima de casas, violações, torturas e assassinatos”.

Forte repressão no campo

O cerco aos movimentos sociais e às camadas empobrecidas da população começou a se fechar ainda mais após a eleição à presidência da República de Nicanor Duarte Frutos, do Partido Colorado, que há seis décadas está no comando do país. Apenas 12 dias depois de tomar posse, em agosto de 2003, Frutos emitiu o decreto 167, que autoriza as Forças Armadas paraguaias a atuarem conjuntamente com a Polícia Nacional em ações de segurança interna, já que esta não teria a infraestrutura e recursos necessários para tal. Em algumas partes da capital, principalmente nas vizinhanças dos cinturões de pobreza, nota-se a grande presença de militares e policiais; os primeiros fortemente armados.

No entanto, é no meio rural que a militarização e a repressão a organizações sociais se faz mais presente, principalmente nas áreas onde existem conflitos de terra entre pequenos agricultores e latifundiários. Os diversos líderes camponeses entrevistados pela delegação internacional que visitou o Paraguai foram unânimes em denunciar a truculência das forças conjuntas contra as comunidades rurais. Existem informações de 49 assassinatos no campo nos últimos dois anos, assim como há ainda vários desaparecidos.

Mas o Exército e a polícia paraguaios não são os únicos agentes repressivos que os trabalhadores rurais são obrigados a enfrentar. Em 2004, o Ministério do Interior do Paraguai criou os Conselhos de Segurança Cidadã, corpos de segurança formados por cidadãos financiados e armados oficialmente pelo governo com a justificativa de ajudar no combate à criminalidade. No entanto, extra-oficialmente, são abastecidos por gran-

des fazendeiros. Na prática, estes conselhos funcionam como grupos paramilitares que atuam na defesa do latifúndio criador de gado e produtor de soja.

Estes novos corpos de segurança são os principais autores dos despejos, queimas de casas e inclusive estupros de mulheres e assassinatos de dirigentes e integrantes de organizações camponesas. Estima-se que há em todo o país aproximadamente 22 mil homens atuando nos Conselhos de Segurança Cidadã. O Exército paraguaio, por exemplo, mantém entre 8 mil e 12 mil militares.

Embora em menor intensidade, a repressão às comunidades urbanas também é grave. Tanto as forças conjuntas (militar e policial) como os corpos de segurança civis, chamados na cidade de Comissões de Segurança Cidadã, realizam ações principalmente contra movimentos organizados dos *bañados*, áreas da capital paraguaia onde barracões são erguidos às margens do Rio Paraguai.

Convênio Militar Paraguai-Estados Unidos

Líderes camponeses ouvidos pela missão internacional associam o aumento da repressão praticada pelo exército paraguaio (qualificada como “terrorismo de Estado”) ao convênio militar firmado entre Estados Unidos e Paraguai, promulgado pela lei 2594, em maio de 2005.

O acordo, que vigoraria entre julho de 2005 e dezembro de 2006, é extremamente generoso aos interesses dos EUA. Ele prevê, entre outras coisas, a realização de exercícios militares em qualquer parte do território paraguaio, sem a obrigação de informar o local às autoridades paraguayas; a isenção aduaneira para equipamentos ou materiais trazidos pelas tropas estadunidenses; a capacitação e treinamento das Forças Armadas do Paraguai - conduzidos pelo exército dos EUA; e, o mais grave de todos os pontos, a imunidade judicial para os soldados estadunidenses. Ou seja, mesmo que cometam crimes em solo paraguaio, não podem ser julgados no país, nem denunciados em cortes internacionais.

A justificativa do convênio é o treinamento do combate ao terrorismo e à guerrilha que estariam presentes no Paraguai. Mas, na opinião dos entrevistados pela missão, o objetivo real é a desarticulação e a aniquilação dos movimentos sociais, principalmente do campo (os mais ativos), abrindo espaço para a monocultura da soja. O mais provável é que, em dezembro, o acordo seja renovado. O vice-presidente do país e o homem do governo mais próximo dos EUA, Luis Alberto Castiglioni, não só defendeu abertamente a sua renovação, como propôs uma ampliação. No entanto, em outubro de 2006, como resultado de uma forte pressão dos movimentos antimilitaristas e da oposição de Brasil e Argentina, o presidente Nicanor Duarte Frutos avisou aos estadunidenses que seus soldados poderão con-

tinuar a ingressar no Paraguai em 2007, porém sem imunidade. Alguns dias depois, a Embaixada dos EUA declarou aceitar a decisão do governo paraguaio.

A “ajuda humanitária” das tropas dos EUA

Um dos exercícios previstos no convênio é o chamado Medrete (sigla para Exercício de Treinamento de Pronto Atendimento Médico, em tradução livre do inglês), ou seja, “ajudas humanitárias” na área da saúde promovidas pelo exército estadunidense em comunidades do interior.

Grupos de militares convocam os moradores locais para atendimento médico, incluindo oftalmológico e odontológico. No entanto, exames médicos não são realizados, e existem suspeitas de que o mesmo remédio é distribuído para os mais variados tipos de doença. Há relatos inclusive de abortos e mortes sofridos por mulheres após a ingestão destes remédios.

No entanto, os soldados dos EUA não se limitam tão somente a realizar o atendimento médico. Realizam também questionários com a população “beneficiada”, onde se pergunta, entre outras coisas, se a pessoa pertence a algum movimento camponês. Além disso, outros soldados fotografam e filmam o ambiente em volta da comunidade: um verdadeiro reconhecimento de território.

Tudo se encaixa

Ao se fazer uma análise com base nos depoimentos de dirigentes de movimentos sociais paraguaios, chega-se à conclusão óbvia de que o objetivo do governo de Nicanor Duarte Frutos é a expulsão dos camponeses de suas terras para abrir espaço para o latifúndio, principalmente o produtor de soja, grão que avança cada vez mais em direção ao interior. Hoje, 77% das terras paraguaias estão nas mãos de 1% da população. Estima-se que existam no país de 200 mil a 300 mil famílias sem-terra. O fluxo migratório gerado pela crise no campo contribui decisivamente para a formação de cinturões de pobreza nas cidades, principalmente na capital.

Certamente não por acaso, as ações militares e paramilitares, assim como os exercícios das tropas estadunidenses, concentram-se nas áreas do território paraguaio onde os camponeses estão mais organizados e onde há maior número de conflitos agrários, como no departamento de Concepción, no norte do país. É válido lembrar ainda que os políticos do Partido Colorado, há décadas no poder, ou estão umbilicalmente ligados aos latifundiários do setor, ou são eles próprios os latifundiários.

O governo de Frutos se beneficia das divisas geradas pela exportação de soja e segue sustentando o modelo econômico agro-exportador que vigora no Paraguai. Além disso, recebe a assessoria do exército dos EUA na repressão aos movimentos e utiliza a

possível prorrogação do convênio para conseguir vantagens comerciais em negociações bilaterais entre os dois países, ganhando assim força dentro do Mercosul. Os EUA, por sua vez, garantem a utilização do território paraguaio como uma base militar informal no centro da América do Sul e a aproximação estratégica da região da Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina - onde, como se sabe, encontra-se o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água doce do mundo.

A partir do final de 2005, o governo começou a pagar antecipadamente algumas partes da dívida externa. Em dezembro de 2005, pagou US\$ 15,5 bilhões ao FMI; no início de 2006 também eliminou a dívida com o Clube de Paris (associação dos governos credores), pagando US\$ 1,8 bilhão; e pagou mais US\$ 6,64 bilhões pelo resgate antecipado de títulos Bradies. Recentemente, o governo anunciou que prosseguirá adiantando o resgate de mais títulos da dívida externa, operações estas que devem somar US\$ 20 bilhões em 2006. O mais grave é que todo sacrifício social que vem sendo praticado para se atingir a crescente meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento explosivo da dívida interna federal nos últimos anos. Produzimos superávit de 3,89% do PIB em 2002, de 4,25% em 2003, de 4,59% em 2004, de 4,84% em 2005, e de 5,39% do PIB nos primeiros sete meses de 2006, quando a dívida interna atingiu R\$ 1,109 trilhão.

Pagamento antecipado da Dívida Externa e privilégios da Dívida Interna constituem verdadeiros atentados aos Direitos Humanos no Brasil

Maria Lucia Fattorelli Carneiro¹

Introdução

Há quantas décadas milhões de brasileiros sofrem pela ausência dos direitos sociais básicos, sob alegação de que não há recursos suficientes para atendê-los? Quantos morrem por falta de assistência médica? Quantos jovens são condenados ao não-futuro por não terem acesso à educação ou a um emprego? Embora previstos no artigo 6º da

1 Auditora Fiscal da Receita Federal, Segunda Vice Presidente do Unafisco Sindical e Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Rede Jubileu Sul.

Constituição Federal, os direitos sociais a “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados” têm sido sistematicamente negados a milhões de brasileiros que continuam esperando e morrendo por falta de atenção das autoridades a essa cruel dívida social que segue sendo postergada pelos sucessivos governantes.

Por outro lado, não faltam recursos ao pagamento da dívida financeira – interna e externa. Esta não é postergada, como a dívida social, pois a atual política econômica estabelece que aos mercados financeiros não se pode negar nada, como se nega aos milhões de brasileiros carentes. Pelo contrário. A generosidade tem sido extrema para com a dívida financeira: pagamos as maiores taxas de juros do mundo na dívida interna e antecipamos o pagamento de dívida externa.

Neste texto mostraremos como o manejo da dívida pública fere os direitos humanos e penaliza a imensa maioria dos brasileiros. Ao mostrar os números reais da economia do país, vamos desmascarar a falsa propaganda de que “a economia brasileira vai bem”. Na verdade, a dívida continua apresentando crescimento explosivo - apesar dos pagamentos antecipados – prejudicando cada vez mais o povo, por meio do modelo tributário injusto, pela redução dos gastos sociais e devido à prática de altíssimas taxas de juros, que fomentam o desemprego, os baixos salários e impedem o atendimento aos direitos sociais básicos.

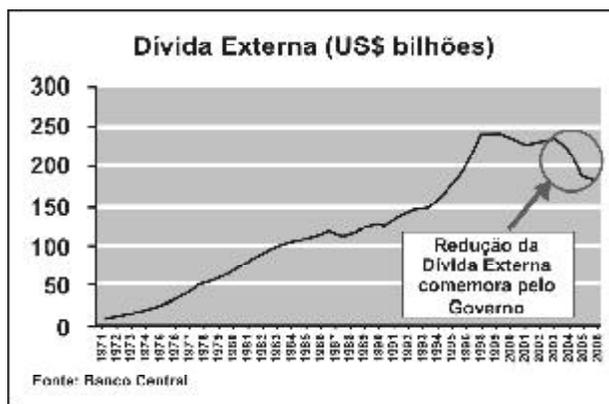
Os pagamentos antecipados da Dívida Externa e crescimento da Dívida Interna

A partir do final de 2005, o governo começou a pagar antecipadamente algumas partes da dívida externa. Em dezembro de 2005, pagou US\$ 15,5 bilhões ao FMI; no início de 2006 também eliminou a dívida com o Clube de Paris (associação dos governos credores), pagando US\$ 1,8 bilhão; e pagou mais US\$ 6,64 bilhões pelo resgate antecipado de títulos Bradies. Recentemente, o governo anunciou que prosseguirá adiantando o resgate de mais títulos da dívida externa, operações estas que devem somar US\$ 20 bilhões em 2006.

Ou seja, o governo tem feito estes pagamentos antecipados para propagandear que nossa vulnerabilidade externa estaria reduzindo. Porém, a realidade está bem distante desta propaganda. Em primeiro lugar, estes pagamentos antecipados constituem uma pequena parte da dívida externa, conforme se pode visualizar no gráfico a seguir.

Em segundo lugar, ao mesmo tempo em que efetuava os citados adiantamentos, o governo acelerou a emissão de novos títulos da dívida externa, com taxas de juros mais altas que as dívidas quitadas antecipadamente, tendo emitido, somente no ano de 2005,

cerca de US\$ 14 bilhões, quando a meta prevista para o ano era de US\$ 6 bilhões². Enquanto os juros devidos ao FMI eram de 4% ao ano, e os dos títulos Bradies 5,7%, os juros dos títulos emitidos desde janeiro de 2005 possuíam juros de 8,5% ao ano em média. Ou seja, antecipou-se o pagamento de dívida mais barata e contratou-se dívida nova, mais cara.



Agravando a situação, todos os novos títulos da dívida externa emitidos a partir de 2003 trazem a “Cláusula de Ação Coletiva” (CAC). Esta cláusula transfere para o Foro de Nova Iorque a resolução de quaisquer controvérsias sobre a dívida, o que representa renúncia à soberania nacional. A CAC também permite que apenas os maiores credores (que detenham 85% da dívida) imponham sua vontade em uma eventual renegociação da dívida, o que concentra o poder em poucos credores e também fere a soberania nacional.

Em terceiro lugar, estes pagamentos antecipados representaram, também, troca de dívida externa por “dívida interna”, que possui os juros mais altos do mundo e prazos curtíssimos. Esta troca de dívida externa por interna se dá da seguinte forma: para dispor de dólares para pagar antecipadamente a dívida externa, o Banco Central (BC) tem comprado dólares no mercado. Porém, quando o BC compra dólares, injeta reais na economia, o que, na visão do governo, causa inflação. Assim, para retirar este excesso de reais da economia, o governo emite títulos da “dívida interna”, em igual valor. De outubro de 2005 a julho de 2006, o Banco Central comprou US\$ 30 bilhões, o que implicou em uma emissão de cerca de R\$ 66 bilhões de títulos da dívida interna (considerando o câmbio de R\$ 2,2 por dólar). Não é à toa que a dívida interna apresenta crescimento explosivo: já ultrapassou a marca de R\$1,1 trilhão, tendo crescido R\$ 107 bilhões apenas nos primeiros sete meses de 2006.

² http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls. O valor de US\$ 14 bilhões inclui os US\$ 1,5 bilhão emitidos antecipadamente em 2004, mas referentes à meta de financiamento de 2005.

Estes R\$ 66 bilhões gastos apenas em aquisições de dólares pelo Banco Central neste curto período e utilizados para reciclar parte da dívida externa em dívida interna poderiam ter sido utilizados para dobrar a soma dos gastos em saúde, educação, reforma agrária, segurança pública, urbanismo, habitação, saneamento, cultura, ciência e tecnologia e energia em 2005.

Outro artifício oneroso que o governo tem utilizado para propagandear uma suposta redução da vulnerabilidade externa é a chamada “operação de swap reverso”, feita pelo Banco Central. O nome da operação é complicado, mas o princípio dela é bastante simples. Com estas operações, o governo troca dívida interna indexada ao dólar por dívida interna indexada à Selic, ou seja, à taxa de juros reais mais alta do mundo. Tais operações representam um paraíso para os investidores estrangeiros – que inclusive obtiveram isenção de tributos para comprar os títulos da dívida interna brasileira - pois, se o dólar cai, eles ganham a variação do dólar, além dos juros.

Os custos destas operações de swap, que atualmente somam mais de R\$ 30 bilhões, aliados à política de altos juros, são os principais responsáveis pelos bilionários prejuízos registrados pelo Banco Central nos últimos tempos: R\$ 10,45 bilhões de prejuízo em 2005 e R\$ 12,5 bilhões no primeiro semestre de 2006. Todos estes prejuízos causados aos cofres públicos merecem uma profunda auditoria, pois é evidente a transferência de recursos públicos para o setor financeiro: nos mesmos períodos em que o Banco Central registrou tais prejuízos, os bancos comerciais registraram as maiores taxas de lucros de todos os tempos: R\$ 33,8 bilhões em 2005 e R\$ 22,2 bilhões no primeiro semestre de 2006.



Fonte: Banco Central

Enquanto a dívida financeira é altamente remunerada e paga com antecipação, a dívida social é postergada

Dados da recém divulgada PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – demonstram a imensa desigualdade social do país, com números alarmantes: a renda do trabalhador, em queda desde 1996, teve ligeira melhora em 2005, alcançando R\$ 805,00 mensais, mas ainda é 15,1% inferior à de 1996. O analfabetismo atinge 10,9% das pessoas com mais de 15 anos de idade; 18% dos adolescentes entre 15 e 17 anos ficaram sem estudar em 2005, o que significa que 1,9 milhão de jovens ficaram fora da escola no ano passado. O trabalho infantil é uma realidade na vida de 11,8% das crianças e jovens de 5 a 17 anos; 29,6% das moradias do país não possuem rede de esgoto e 86,1% das famílias não têm acesso à internet. A PNAD indica ainda a taxa de desemprego próxima de 10%, entretanto, outras fontes indicam uma taxa de desemprego de 18,01% em 2005.³

Outros números dão a dimensão do desrespeito aos direitos humanos no país: déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias, 4 milhões de famílias de trabalhadores sem terra e crescente processo de favelização urbana. A fome é uma realidade que atinge mais de 56 milhões de brasileiros, que sobrevivem com renda de até R\$ 79,00 por mês!⁴ Para fazer face a isso, o governo lança mão de uma política assistencialista e que perpetua a dependência: o Programa “Bolsa Família”. Este Programa distribui em média R\$ 64 mensais para cada uma das 11 milhões de famílias atendidas. Enquanto isso, as causas da pobreza não são atacadas, como, por exemplo, o desemprego, os baixos salários e os serviços públicos deficientes, como os de saúde e educação públicas. Não raro, pessoas passam madrugadas em filas para obter um atendimento médico. As filas para atendimento junto ao INSS também são constantes. Nas universidades públicas, predominam os estudantes provenientes do ensino médio privado, prova de que a educação básica pública é de má qualidade, e deve ser melhorada urgentemente. Este fato também prova que o ensino superior público deve ser muito ampliado.

Tamanha injustiça social tem provocado elevação da criminalidade e da violência. O narcotráfico tem se apresentado como forma de subsistência para muitas famílias, provocando completa degradação dos valores humanos.

Esta penúria da imensa maioria do povo brasileiro é explicada pelos dados da execução do Orçamento da União. De 2003 a 2005, o governo federal destinou exclusivamente aos juros da dívida (sem considerar os valores pagos a título de amortiza-

³ O dado de 18,01% de desemprego foi obtido junto ao DIEESE. Elaboração com base na média da taxa de desemprego de 6 Regiões Metropolitanas (São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte), ponderada pela PEA de cada região metropolitana. O DIEESE mede o desemprego através de metodologia mais adequada à realidade brasileira, pois capta o desemprego oculto pelo trabalho precário, ou pelo desalento.

⁴ “Mapa do Fim da Fome II”, da FGV, de 2004, baseada no Censo Demográfico de 2000.

ções) R\$ 230 bilhões, valor este equivalente a 2,4 vezes o gasto com saúde no mesmo período, ou mais de 5 vezes o gasto com educação, ou mais de 30 vezes o gasto com reforma agrária nos três anos.

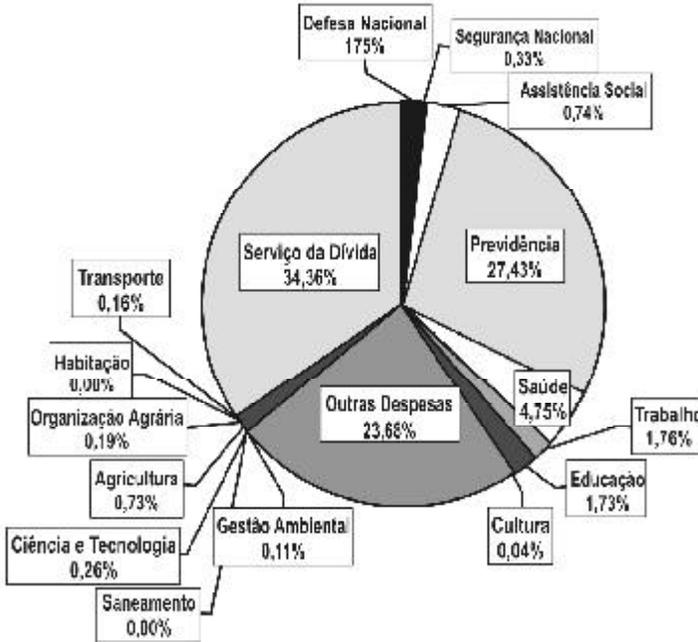
Para pagar tantos encargos da dívida, toda a política econômica do país gira em torno da produção do superávit primário: “economia” de recursos obtida mediante aumento da carga tributária e cortes de investimentos e gastos sociais. No período de janeiro a julho de 2006, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário equivalente a R\$ 62,8 bilhões ou 5,39% do PIB (Produto Interno Bruto, ou seja, tudo que o país produziu durante esses sete meses). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar os juros da dívida, que atingiram 8,16% do PIB no período. Isto significa que, de cada R\$ 100 de toda a riqueza produzida pelo país nesses sete meses, R\$ 8,16 foram destinados para os juros da dívida.

Analisando-se a execução do orçamento federal no primeiro semestre de 2006, podemos ver a distribuição de recursos (que somaram, no total, R\$ 347 bilhões) apresentada no gráfico a seguir. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 34,36% dos recursos do período e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e assistência social. Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como organização agrária (com apenas 0,19% dos gastos), transporte (0,16%), ciência e tecnologia (0,26%), habitação e saneamento (0,00%).

O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada “rolagem da dívida”), não está representado no gráfico. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 61% do total. As despesas com refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam gastos do governo com a dívida e seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”, que mensalmente coloca o Tesouro de joelhos para rolar dezenas de bilhões de reais em títulos. Este é o principal trunfo do “Mercado” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer sinal de mudança na gestão da dívida pública, os investidores podem decidir não mais emprestar dinheiro ao governo, ou aumentar os juros cobrados por estes empréstimos.

O mais grave é que todo sacrifício social que vem sendo praticado para se atingir a crescente meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento explosivo da dívida interna federal nos últimos anos. Produzimos superávit de 3,89% do PIB em 2002, de 4,25% em 2003, de 4,59% em 2004, de 4,84% em 2005, e de 5,39% do PIB nos primeiros sete meses de 2006, quando a dívida interna atingiu R\$ 1,109 trilhão.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
JANEIRO A JUNHO DE 2006
DESPESAS POR FUNÇÃO



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Obs: As "Outras Despesas" são, preponderantemente, transferências e estados e municípios

Auditoria da dívida

Não há alternativa ao país sem a investigação profunda deste processo de endividamento que, apesar de mudar de aparência, permanece sendo o grande entrave ao desenvolvimento do país, pois consome a maioria dos recursos que deveriam estar sendo destinados à garantia de vida digna para todos os brasileiros.

A auditoria da Dívida Externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e até hoje não foi cumprido. Enquanto esta auditoria oficial não ocorre, desde abril de 2001, em decorrência do resultado do grande Plebiscito da Dívida Externa realizado no ano 2000, está sendo realizada a "Auditoria Cidadã da Dívida", movimento inserido na Campanha Jubileu Sul, cujo objetivo é analisar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da Dívida e, a partir daí, promover a popularização das discussões

sobre o tema, tanto nacional quanto internacionalmente, e desenvolver ações no sentido de pressionar pela realização da auditoria oficial e reverter a dominação exercida por meio das Dívidas Interna e Externa.

Além do resgate de documentos relativos às experiências históricas de 1931 (Auditoria realizada durante o governo de Getúlio Vargas), 1987 e 1989 (Comissões formadas no Congresso Nacional), diversos trabalhos têm sido realizados pelo grupo da “Auditoria Cidadã” - disponíveis no sítio na internet www.divida-auditoriacidada.org.br - no sentido de trazer à tona a verdade sobre o processo de endividamento, desmascarando os sórdidos mecanismos deste processo.

Apenas para citar alguns estudos, calculamos o impacto da elevação unilateral das taxas de juros pelos Estados Unidos, a partir de 1979, provocando a crise da década de 80, cujos reflexos representaram a principal causa do crescimento da dívida externa brasileira. Em 1978, a dívida externa era de US\$ 58 bilhões. Até 2005, pagamos US\$ 241,7 bilhões a mais do que recebemos em empréstimos, e, mesmo assim, a dívida se multiplicou e ainda devemos quase US\$ 170 bilhões. Caso as taxas de juros tivessem sido mantidas em 6% ao ano desde 1978, os juros e amortizações pagos desde então – já descontados os novos empréstimos – teriam quitado a dívida em 1989. As transferências líquidas para o exterior, realizadas desde então, nos tornariam credores de US\$ 211,8 bilhões, na atualidade.

Pesquisando os contratos de endividamento externo, reivindicamos ao Senado Federal o acesso aos contratos relativos a tais operações, com base no disposto no artigo 52, inciso V, da Constituição Federal. Foram localizados nos arquivos do Senado Federal apenas 238 contratos de endividamento correspondentes às 815 resoluções que haviam sido informadas anteriormente, sugerindo tal fato que nem sempre os contratos eram disponibilizados para a análise dos senadores que, contudo, aprovavam as operações por meio das resoluções. Tais contratos encontrados representam US\$ 42,7 bilhões, ou seja, apenas 20% do aumento do endividamento ocorrido de 1964 aos dias atuais.

Nenhum contrato de endividamento firmado pela esfera federal durante os governos militares contou com a aprovação do Senado, órgão responsável pela aprovação de qualquer empréstimo externo. De acordo com os poucos contratos disponíveis no Senado, os juros flutuantes incidiram sobre 92% do valor financiado; cláusulas de renúncia à soberania, com a definição de foro estrangeiro para a resolução de litígios, incidiam sobre 49% da dívida; e 38% dos recursos obtidos obrigavam o Brasil a adotar condicionalidades macroeconômicas do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial. Muitos desses contratos foram condicionados também à aquisição de produtos específicos e/ou de fornecedores predeterminados. Outros previam a cobrança de juros anuais sobre as parcelas ainda não desembolsadas dos empréstimos.

As altas e flutuantes taxas de juros incidentes sobre a “dívida interna” também devem ser questionadas, uma vez que, assim como no caso da dívida externa, também representam desrespeito à cláusula “rebus sic stantibus”. Nas crises financeiras dos anos 90, esta taxa, em um espaço de dias, foi fixada em mais de 40% ao ano, e permanece até hoje como a maior taxa de juros do mundo, quase o dobro do país segundo colocado neste “ranking”. Isto caracteriza clara ilegalidade, usura e gestão temerária dos recursos públicos. Além disto, diversas operações do Banco Central devem ser auditadas, como os “swaps reversos” e compras antecipadas de títulos, por caracterizarem escandaloso privilégio aos investidores. As relações entre membros do COPOM (que determina a taxa de juros) e o Mercado Financeiro também devem ser investigadas.

A auditoria do estoque da dívida atual se faz necessária para que sejam punidos os responsáveis por tamanha sangria, recuperados os recursos pagos a mais, e para impedirmos a explosão da dívida. Sem auditoria, o estoque atual a dívida – fruto de ilegalidades e inúmeras irregularidades - permaneceria crescendo, ainda que se reduzisse as taxas de juros.

Enfim, a auditoria é uma importante ferramenta política que deve ser aprofundada, pois poderá consolidar a luta contra a dominação exercida pela dívida, respaldando toda argumentação com documentos e provas, de forma a evidenciar a ilegitimidade e as ilegalidades existentes no processo de endividamento que atinge não só o Brasil, mas a maioria dos países do Hemisfério Sul. A auditoria é uma bandeira que pode ser assumida pelos diversos países, cada um seguindo sua história, seu processo próprio de investigação, de acordo com as características de cada um. O levantamento de informações e dados pelas auditorias promoverá o fortalecimento da luta contra a Dívida em todo o mundo, sendo também um importante passo no sentido de desmascarar que não foi mera “coincidência” que nossos países tenham aplicado políticas tão semelhantes ao longo de nossa história política e econômica. Na realidade, fomos vítimas de uma contínua estratégia de dominação, articulada e engendrada a partir das elites do Norte, que contou com a cumplicidade dos governantes do Sul, cujas consequências também comuns são dependência econômica, elevado endividamento, desigualdade social e extrema injustiça.

Até hoje, nenhum país, de forma isolada, tem conseguido alterar essa estrutura de dominação. Para alterar esta correlação de forças se faz necessário viabilizar a construção de uma articulação de organizações e movimentos sociais dos países endividados, fortalecendo-se o tecido social e a participação cidadã. Um dos caminhos para esta articulação é a realização de auditorias da dívida, trazendo à tona toda a verdade sobre esse processo que nos impede de assumir nosso destino de nação livre e soberana, que garanta vida digna ao seu povo.

